



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

Aprovado pela RD-1420-01 de 31/05/2012

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

1. IDENTIFICAÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	1
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	50
4. INFORMAÇÕES DE RESTOS A PAGAR E OS SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	50
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO.....	70
7. DECLARAÇÃO SOBRE OS SISTEMAS SIASG E SICONV	76
8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	77
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	78
10. GESTÃO AMBIENTAL.....	80
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	82
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	83
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	84
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	84
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER TCU E CGU	84
16. INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	101
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	196

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – ITENS 3, 4 E 5	199
--	-----

PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 4	292
PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 12	375
PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 31	379
PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 36	380

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010**1. Identificação**

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia		Código SIORG: 60382
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		
Denominação abreviada: Eletrosul		
Código SIORG: 60382	Código LOA: 32225	Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração e transmissão de energia elétrica		Código CNAE: 3511-5 e 3512-3
Telefones/Fax de contato:	(48) 3231-7000	(48) 3234-5678
E-mail: ouvidoria@eletrosul.gov.br		
Página na Internet: http://www.eletrosul.gov.br		
Endereço Postal: Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal – Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88040-901		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395 de 23/04/1969		

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos**2.1. Responsabilidades institucionais**

A Eletrosul é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de energia elétrica. Subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao MME, apresenta, em 31/12/2011, a seguinte composição acionária:

ELETROBRÁS	USIMINAS	CEEE	COPEL	CELESC	CSN	OUTROS
99,7451%	0,1184%	0,1013%	0,0290%	0,0032%	0,0024%	0,0007%

Com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e atuação preponderante nos Estados da região Sul, Mato Grosso do Sul e Rondônia, realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de geração e transmissão de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes destas atividades.

No segmento Transmissão, integra e interliga as fontes de energia elétrica aos mercados consumidores, criando condições para a competição, e viabiliza, com os demais países do Mercado Comum do Sul - Mercosul, a importação e/ou exportação de energia elétrica, garantindo a qualidade da energia nos pontos de suprimento. As atividades de operação do sistema elétrico sob sua responsabilidade são coordenadas e controladas desde um Centro de Operação do Sistema, localizado em sua sede, que atua de acordo com procedimentos definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. No segmento Geração, tem desenvolvido atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, que estão consolidando seu retorno a esse mercado.

Além de investimentos em obras próprias de transmissão e geração de energia elétrica, a Empresa forma parcerias com outras empresas e investidores, tendo participação em Sociedades de Propósito Específico – SPE, como UHE Jirau, Complexo Teles Pires, UEE Cerro Chato e outras, e também em consórcio, como na construção da UHE Mauá, em parceria com a Copel Geração S.A.

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul é constituído por 39 subestações e 1 conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), com uma capacidade total de transformação de 22.269,3 MVA, além de 10.006,1 km de linhas de transmissão.

Além disso, a Eletrosul tem envolvimento com mais 32 subestações e 1.911,9 km de linhas de transmissão de propriedade de outras empresas, nas quais possui equipamentos e/ou bays instalados, ou presta serviço de manutenção e/ou operação, totalizando uma capacidade de transformação de 23.745,3 MVA.

Sistema de Transmissão Eletrosul		Próprio	Parceria/Prestação de Serviços	Total
Subestações		40	32	72
Capacidade de Transformação (MVA)		22.269,30	1.476,00	23.745,30
Linhas de Transmissão (km)	Tensão (kV)	km	km	km
	69	56,2	-	56,2
	132	12,5	-	12,5
	138	1.841,30	338,20	2.179,50
	230	5.150,60	569,30	5.719,90
	525	2.945,50	1.004,43	3.949,93
	Total	10.006,10	1.911,93	11.918,03

Na gestão dos seus ativos de transmissão pertencentes à rede básica, a Eletrosul apresenta o seguinte desempenho quanto à disponibilidade:

Instalação	2009	2010	2011
Linhas de Transmissão	99,93	99,92	99,90
Banco de Capacitores	99,88	99,81	99,75
Reatores	99,95	99,89	99,94
Transformadores	99,92	99,89	99,88
Disponibilidade Total	99,92	99,89	99,90

Em 2011 foram contabilizados investimentos na Ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul e Estado de Mato Grosso do Sul, no valor de R\$ 67,66 milhões, aplicados na expansão e infraestrutura do sistema de transmissão.

A atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica totaliza 1.956,4 MW de potência instalada, sendo 84% em fonte hídrica e 16% em fonte eólica. Do total da potência instalada, 14% é construção própria e 86% em parceria por meio de SPE ou Consórcio. Está também em implantação um projeto piloto de geração de energia com fonte solar, com potência instalada de 1 MW.

Destaques da Transmissão em 2011

Em 2011 foram concluídos os seguintes empreendimentos previstos nas Resoluções Autorizativas ANEEL nº 2.164/2009, 2.327/2010 e 2.589/2010:

- Seccionamento da LT 138 kV Itajaí Fazenda – Florianópolis,
- SE Canoinhas 230/138 kV – Ampliação “E”,
- SE Joinville 230/138/69 kV – Ampliação “J”,
- SE Xanxerê 230/138 kV – Ampliação “I”,
- SE Curitiba 525/230 kV – Ampliação “K”,
- SE Dourados 230/138 kV – Ampliação “F”,

Nos termos das Resoluções ANEEL 2.879/2010, 3.161/2011 e 3.232/2011, a Eletrosul foi autorizada a executar novos empreendimentos importantes para o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro, com conclusão prevista para o decorrer dos anos de 2012 e 2013, tais como:

- Seccionamento da LT 138 KV Biguaçu - Tijucas - Camboriu Morro do Boi,
- Seccionamento da LT 138 kV Jorge Lacerda A – Palhoça,
- Seccionamento da LT 138 kV Imbituba – Palhoça,
- SE Joinville – Ampliação “K”,
- SE Joinville NORTE – Ampliação “C”,
- Seccionamento LT 230 kV Passo Fundo - Monte Claro,
- Realocação de trecho da LT 230 kV Cascavel Oeste – Guairá.

Destaques da Geração em 2011

Em 2011, a Empresa investiu R\$ 1.592,0 milhões no segmento de geração de energia elétrica, considerando-se os investimentos em obras próprias e em parceria. O andamento dos empreendimentos em construção encontra-se descrito a seguir:

UHE Passo São João (RS)

O enchimento do reservatório foi realizado nos meses de agosto e setembro. O empreendimento está na fase final de implantação, e apresenta avanço físico acumulado de 88,9%;

UHE São Domingos (MS)

Foram adquiridas todas as propriedades necessárias à construção da usina e do reservatório. O desvio do rio pelas adufas ocorreu em julho. Iniciado em novembro o desmatamento do reservatório. Avanço físico acumulado: 72,8%;

PCH Barra do Rio Chapéu (SC)

Concluído o desvio do rio e iniciada a construção do vertedouro; Em andamento a construção do túnel de adução e a casa de força. Concluído o sistema de conexão da usina. Avanço físico acumulado: 67,9%;

PCH João Borges (SC)

Foram adquiridas todas as propriedades necessárias à construção da usina e do reservatório. O canal de adução foi concluído. Iniciado em outubro o desmatamento do reservatório. Em construção a SE Coletora Itararé. Em fase de conclusão as adufas de desvio do rio. Avanço físico acumulado: 52,7%;

UHE Mauá (PR)

Eletrosul (49%) e Copel (51%) - Concluído a barragem, e concluída a construção das LT's 230 kV e da Subestação Elevadora. A subestação da Casa de Força Complementar (11MW) esta com 50%

da montagem eletromecânica executada. Início do comissionamento da 1ª unidade geradora da usina principal. Avanço físico acumulado: 97,04%;

UHE Teles Pires (MT)

A Eletrosul (24,5%), em parceria com as empresas Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%) e Odebrecht (0,9%), sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 004/2010 para implantação e exploração da UHE Teles Pires. O início das obras ocorreu no segundo semestre de 2011, com a implantação do canteiro pioneiro, acesso, alojamentos, programas ambientais e trabalhos de supressão de vegetação. Aprovado o empréstimo ponte BNDES à Companhia Hidrelétrica Teles Pires e liberada a primeira parcela em dez/2011. A previsão é de que as primeiras unidades entrem em operação comercial em 2015.

UHE Jirau (RO)

A UHE Jirau esta sendo construída pela Energia Sustentável do Brasil, constituída pela Eletrosul (20%), Chesf (20%) Suez (50,1%) e Camargo Corrêa (9,9%). Em 2011 foi concluída a concretagem do vertedouro, e realizado o desvio do rio em setembro. Iniciada a construção da barragem principal. Avanço físico acumulado: 67,69%;

UEE Cerro Chato (RS)

A Eletrosul (90%), em parceria com a empresa Wobben (10%), concluiu a implantação das usinas Cerro Chato I, II e III com 7 meses de antecipação em relação ao cronograma ANEEL. Até o final de dezembro foram entregues para operação comercial 43 das 45 unidades geradoras.

Participação em Programas do Governo Federal

A Eletrosul participa do Programa Luz Para Todos, instituído pelo decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, destinado a proporcionar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O decreto nº 6.442, de 24/04/2008, prorrogou o prazo de atendimento do programa até 2010 e o decreto nº 7.324, de 05/10/2010, prorrogou novamente este prazo para dezembro de 2011.

De acordo com art.7º do decreto, o Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e das suas subsidiárias. Desenvolvido em parceria com os governos estaduais, concessionárias de energia e cooperativas de eletrificação rural, tem como meta nacional levar energia elétrica para 3 milhões de domicílios rurais (15 milhões de pessoas até 2011).

Na região Sul e em Mato Grosso do Sul, a meta é atender 250.861 domicílios (1.254.305 pessoas até 2011). Em 2011 a Eletrosul investiu R\$ 5.950,9 milhões no Programa, vinculados à realização física demonstrada no quadro a seguir.

Área de Atuação da Eletrosul	Realizado 2010		Realizado 2011		Acumulado até 2011	
	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas
Total	27.311	136.555	11.695	58.475	250.524	1.252.620
Mato Grosso do Sul	4.747	23.735	3.043	15.215	39.565	197.825
Paraná	13.115	65.575	4.263	21.315	78.532	392.660
Santa Catarina	1.800	9.000	563	2.815	41.792	208.960
Rio Grande do Sul	7.649	38.245	3.826	19.130	90.935	453.175

A Empresa ainda implementa ações do Programa de Conservação de Energia Elétrica da Eletrobras - PROCEL, com importantes ações na área de efficientização da iluminação urbana, revitalização de iluminação e equipamentos em hospitais públicos e programas educativos de uso racional da energia elétrica, com o objetivo de reduzir o consumo, propiciar maior segurança aos cidadãos e conforto aos pacientes, médicos e servidores nas melhorias implementadas em hospitais.

Plano Estratégico

Negócios

A Eletrosul atua no mercado de energia elétrica e seu portfólio contempla como segmentos de negócio a geração e a transmissão de energia elétrica, com a prestação de outros serviços associados a esse setor, tais como: operação, manutenção e telecomunicações.

Premissas Institucionais Estratégicas

A aprovação do Plano Estratégico Integrado 2010-2020 das Empresas Eletrobras, levou a novas premissas institucionais únicas para todas as empresas subsidiárias:

Missão: Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão: Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores: Foco em Resultados; Empreendedorismo e Inovação; Valorização e Comprometimento das Pessoas; Ética e Transparência.

Após a definição destas premissas, a Eletrosul definiu a sua Declaração de Posicionamento Estratégico, conforme a seguir:

“Eletrosul 2020: uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência em geração e transmissão de energia elétrica”.

Objetivos Estratégicos das Empresas Eletrobras

1. Ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C de energia elétrica de forma competitiva e rentável.
2. Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras.
3. Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.
4. Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e equilíbrio econômico-financeiro.
5. Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.
6. Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.
7. Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.
8. Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.
9. Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.

10. Potencializar a reputação, a credibilidade e confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.
11. Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.
12. Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

2.2. Estratégia de atuação da unidade

Alinhado ao Plano Estratégico 2010-2020, foi definido o Plano de Ações 2011 da Eletrosul, conforme a seguir:

Nº	Obj.	Metas	Ações	Diretoria	Área	Meta %	Medição	Desemp. (%)
1	1	1	Implantar Política de Operação	DO	AGO	25%	25%	100,00%
2	1	2	Integrar os assistentes de operação na equipe DMO	DO	AGO	100%	100%	100,00%
3	1	3	Implantar a teleassistência de 2 controladoras (Sto Angelo e Campo Grande)	DO	AGO	2	0	0,00%
4	1	4	Retirar turno da noite da SE Caxias, Biguaçu e Itá	DO	AGO	100%	100%	100,00%
5	1	5	Interligar Unidades de Negócio ao Sistema Digital de Comunicação da Eletrosul	DO	DTL	100%	100%	100,00%
6	1	6	Interligar a Regional de Rondônia ao Sistema Digital de Comunicação da Eletrosul	DO	DTL	100%	100%	100,00%
7	1	7	Interligar a UHSD e a Regional do Mato Grosso do Sul ao Sistema Digital	DO	DTL	100%	75%	75,00%
8	1	8	Implantar infraestrutura de automação e telecomunicação ao CROI NSR	DO	DTL	100%	100%	100,00%
9	1	9	Implantar sistema de videoconferência em todas as unidades da Eletrosul	DO	DTL	100%	80%	80,00%
10	2	1	Elaborar Plano de Negócios para o Projeto Tupandi até 30/12/2011.	DE	DPS	100%	0%	0,00%
11	2	2	Instalação de 02 torres novas de medição eólica em Santana do Livramento até 30/12/2011.	DE	DPS	2	0	0,00%
12	2	3	Especificação Técnica para contratação dos estudos e do projeto básico do Projeto Seberi até 30/09/2011.	DE	DPS	100%	100%	100,00%
13	2	4	Definição do sistema de integração das usinas eólicas localizadas na região de Santa Vitória do Palmar.	DE	DPS	100%	100%	100,00%
14	4	1	Aprimorar a gestão dos projetos e ações sob a responsabilidade do LPT, por meio da ferramenta Channel, até 12/2011.	DE	LPT	100%	50%	50,00%
15	4	2	Ligar 12.013 domicílios no Programa Luz Para Todos em 2011 na região sob coordenação da Eletrosul	PRE	ASG	12.013	11.695	97,35%

16	8	1	Definir até 31/12/2011 a Agenda de Desenvolvimento Gerencial para 2012, por Diretoria, visando ao desenvolvimento de competências gerenciais.	DA	SETED	100%	100%	100,00%
17	8	2	Estruturar, até 31/12/2011, 100% dos processos referentes à centralização da Gestão dos Recursos Orçamentários destinados à Educação Corporativa da Eletrosul.	DA	SETED	100%	100%	100,00%
18	12	1	Contratar até dez/2011 os projetos avaliados e aprovados pela ANEEL em 07/2011.	DE	DPE	100%	100%	100,00%
19	12	2	Emitir parecer sobre a viabilidade de estruturas em container para casa de relés em subestações até Dez/2011	DE	DPE	100%	100%	100,00%
20	12	3	Aprimorar a gestão dos contratos e convênios em carteira no DPD, por meio da ferramenta Channel até 31/12/2011.	DE	DPE	100%	100%	100,00%

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

Valores expressos em R\$

Plano Plurianual - PPA	Proposta Lei 12.381, de 09/02/2011	Revisão Lei 12.580 de 29/12/2011	Realizado
Programa 0295 – Energia na Região Sul			
❖ Ação 12DQ – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo para Geração de Energia Elétrica	48.879.142	106.402.672	81.598.723
❖ Ação 1F91 – Implantação da UHE Passo São João e Sistema de Transmissão Associado	62.298.619	151.418.651	136.863.683
❖ Ação 1K88 – Implantação da UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado	69.978.395	140.720.194	140.116.931
❖ Ação 10D6 – Implantação da UHE São Domingos e Sistema de Transmissão Associado	129.586.223	173.977.705	157.860.991
❖ Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra e Sistema de Transmissão Associado	604.493	628.839	128.839
❖ Ação 1O50 – Ampliação no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	77.629.456	69.860.175	67.678.011
❖ Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	16.563.473	19.370.181	18.760.808
❖ Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	2.140.912	1.498.728	940.201
❖ Ação 128G.0042 - Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo	604.493	102.441	2.440
❖ Ação 13FD.0042- Implantação do projeto Megawatt Solar	7.617.262	3.493.488	650.772
❖ Ação 13FF.0043-Implantação da PCE Biogás Tupandi	3.608.066	105.000	11.065
Programa 0276 – Gestão da Política de Energia			
❖ Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica	3.570.789	27.970	15.970
❖ Ação 8549 - Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	6.505.917	5.687.702	3.750.594
Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio			
❖ Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	1.882.743	1.690.084	1.053.676
❖ Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	4.807.229	6.691.163	3.592.406
❖ Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	8.668.113	10.054.134	7.233.290
Total	444.945.325	691.729.127	620.258.400

Fonte: DPO

Observação: Conforme previsto na Portaria-TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, as UJ que não se enquadrarem como órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, devem, promover os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas

especificidades. Dessa forma, os quadros apresentados neste capítulo foram adaptados de acordo com os procedimentos e práticas da empresa na gestão dos programas de governo sob sua responsabilidade.

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0295
Denominação	Energia na Região Sul
Tipo do Programa	Finalístico - contínuo
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul
Objetivos Específicos	Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária
Gerente	Ildo Wilson Grüdtner
Público Alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Sul

Ação 12DQ – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo com 53 MW e Sistema de Transmissão Associado em 34 e 69 kV, com 43 Km de extensão

A ação 12DQ compreende a implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, composto pelas PCH Barra do Rio Chapéu, Pinheiro, Itararé e João Borges, no Estado de Santa Catarina, englobando os municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São José do Cerrito, Lages e Campo Belo do Sul.

Dados gerais da ação	
Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Construir o Complexo Hidrelétrico São Bernardo para aumentar a oferta de energia elétrica no País
Descrição	O Complexo, composto por 4 PCH localizadas no planalto de Santa Catarina, totaliza 53 MW de potência instalada e propicia ganhos de competitividade pela otimização energética e pela integração dos aproveitamentos ao sistema de transmissão existente na região
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü Data de início e de conclusão da obra:

Essa ação iniciou em outubro de 2005 e sua conclusão está prevista para dezembro de 2012.

Ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

O projeto encontra-se devidamente aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O Complexo São Bernardo é composto pelas PCHs Barra do Rio Chapéu no Rio Braço do Norte e as PCHs Pinheiro, Itararé e João Borges no Rio Caveiras, cada uma em fase distinta de execução.

O processo de implantação deste Complexo Hidrelétrico sofreu postergação tendo em vista problemas topográficos e geológicos que foram encontrados durante a Consolidação dos Projetos Básicos, quando aprovados pela ANEEL, o que demandou uma revisão e consolidação dos mesmos.

Também houve dificuldades e resistência dos atingidos pelo complexo, que impediram o acesso da Eletrosul para a realização dos estudos e levantamento de campo nos imóveis atingidos pelas quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) desse projeto.

Na PCH Barra do Rio Chapéu houve dificuldades com o processo de licitação da contratação do projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento, que resultou deserta o primeiro certame e afetou o cronograma de implantação do empreendimento, devido ao superaquecimento do mercado, principalmente o de fornecimento eletromecânico. Adicionalmente problemas com o licenciamento ambiental da linha de transmissão, forçaram a diminuição do ritmo das obras e necessidade de reprogramação das obras da usina.

Dentro do exercício ocorreram problemas de escorregamento de talude devido às chuvas na região e falhas geológicas na seção da barragem levaram a um atraso no cronograma de implantação do empreendimento.

Quanto as PCHs do Rio Caveiras o motivo de atraso é devido a dificuldades de obtenção da Autorização de Corte de Vegetação e renovação da Licença de Instalação, devido à solicitação de Estudos de Impacto Ambiental pelo órgão ambiental (FATMA), assunto que só foi resolvido no final do ano de 2009. O edital para a contratação do Projeto Executivo, fornecimento de equipamentos, obras civis, montagem e comissionamento das PCHs do Rio Caveiras foi lançado em agosto de 2009.

As PCHs Pinheiro e Itararé estão suspensas aguardando a emissão da DUP – Declaração de Utilidade Pública pela ANEEL.

Quanto a PCH João Borges o contrato foi assinado em 02/06/2010. Em Maio/2011 foi constatado atraso das obras civis devido ao imprevisto geológico. Além disso, a carência de fornecimento do cimento constatada no país vem afetando o cronograma da obra.

Ainda sobre a PCH João Borges ocorreram chuvas, em agosto/2011, que resultaram no galgamento da enseadeira do Canal de Fuga/Casa de Força.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

As atividades em andamento atualmente na PCH Barra do Rio Chapéu consistem na concretagem da Casa de Força e Área de Montagem. Construção da Chaminé de Equilíbrio, montagem das Guias da Comporta da Sucção e execução da Barragem.

Na PCH João Borges estão sendo executados os serviços de armação e concretagem da Casa de Força, Tomada d'água e Adufas de desvio, limpeza e tratamento da fundação do Canal de fuga e fabricação dos equipamentos eletromecânicos.

O cronograma físico dos empreendimentos atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 47,07%.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.

Ü Outras considerações:

Esse complexo está sendo construído no estado de Santa Catarina, englobando PCHs nos municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São José do Cerrito, Lages e Campo Belo do Sul.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	106.402.672	81.598.723	76,69
Física (%)	14,59	11,29	77,38

Fonte: DPO

Ação 1F91 – Implantação da UHE Passo São João com 77MW e Sistema de Transmissão Associado em 69kV, com 30Km de extensão

A ação 1F91 compreende a implantação da UHE Passo São João, com 77 MW, objeto do Contrato de Concessão nº 004/2006 do MME, com área de abrangência no Estado do Rio Grande do Sul, englobando os municípios de Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Rolador.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Construir a UHE Passo São João, no rio Ijuí/RS, para aumentar a oferta de energia elétrica no País.

Descrição	<p>Este empreendimento, inserido no PAC do Governo Federal, está localizado no trecho inferior do rio Ijuí, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Roque Gonzalez, São Luiz Gonzaga, São Pedro do Butiá, Rolante e Dezesseis de Novembro, aproximadamente 3 km a sudeste da cidade de Roque Gonzalez e 600 km a oeste de Porto Alegre. Seu reservatório com superfície de 20,60 km², proporcionará uma queda bruta de 29,27 m. O arranjo físico contempla uma barragem com 469 m de extensão, um canal de adução com 47,85 m de comprimento, uma tomada d'água incorporada à casa de força, onde serão instaladas 2 unidades geradoras, com potência instalada total de 77 MW e energia assegurada de 39,1 MW médios.</p> <p>Incorporada à barragem será construído um vertedouro com capacidade para escoar uma vazão de cheia decamilenar de 11.370 m³/s, por meio de 6 comportas-segmento com 13,0 m de largura e 17,8 m de altura. Para conectar a Usina à SE Missões (230/69 kV), será construída uma LT em circuito duplo (30 km, 69 kV).</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü Data de início e de conclusão da obra:

Essa ação iniciou em janeiro de 2007 e sua conclusão está prevista para maio de 2012.

Ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

O atraso na obtenção da Licença de Instalação e do Alvará de Supressão de Vegetação acarretou atrasos no cronograma inicial previsto. Houve dificuldades na contratação da execução das obras civis devido a ações judiciais impetradas por empresas desclassificadas nos certames.

Também houve dificuldades no contrato de fornecimento eletromecânico, que teve que ser rescindido tendo em vista a inadimplência da Contratada. A assunção dos subcontratos e necessidade de novas contratações acarretou em não cumprimento no cronograma.

Com os contratos estabelecidos, durante a realização dos testes de Tensão - HIPOT nos gerador da unidade 01 e 02 ocorreram rompimentos na isolação de algumas barras que precisaram ser trocadas, o que ocasionou um pequeno atraso na entrada em operação das unidades.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

O Projeto Executivo encontra-se em fase de finalização, e o projeto As Built já se encontra em elaboração. As atividades em andamento atualmente consistem na montagem do Gerador da Unidade 1 e Unidade 2 e sistemas elétricos e mecânicos da Casa de Força. Estão em fase de finalização os acabamentos internos da Casa de Força e Edifício de Controle, bem como a execução dos acessos internos da UHPJ.

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 88,90%.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

Com o retorno da Eletrosul à atividade de geração, nos termos da Lei nº 10.848/2004, a construção desse empreendimento com capacidade de produção de 77 MW representa uma etapa importante na sua consolidação como Empresa Geradora de Energia Elétrica.

Ü Outras considerações:

Esta usina está sendo construída no estado do Rio Grande do Sul, englobando os municípios de Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Rolador.

Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	151.418.651	136.863.683	90,39
Física (%)	8,45	7,94	93,96

Fonte: DPO

Ação 1K88 – Implantação da UHE Mauá com 361MW e Sistema de Transmissão Associado em 230kV, com 41Km e 110Km de extensão

A ação 1K88 compreende a implantação da UHE Mauá e do sistema de transmissão associado, localizado no Estado do Paraná, abrangendo áreas rurais dos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Curiúva, Sapopema, Ibatí, Figueira, Arapoti, Ventania e Jaguariaíva.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Construir a UHE Mauá (361 MW), no rio Tibagi/PR, para aumentar a oferta de energia elétrica no País.
Descrição	Empreendimento inserido no PAC do Governo Federal. Esta obra será realizada em parceria com a Copel Geração S.A., sendo esta responsável por 51% do consórcio e a ELETROSUL por 49%. A potência instalada total é de 361,0 MW e a energia assegurada de 197,7 MW médios e seu reservatório ocupará uma área de 83,9 km². Faz parte da obra a construção do sistema de transmissão associado em 230 kV conectando a usina ao Sistema Interligado Nacional – SIN.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Fonte: DPO

Ü Data de início e de conclusão da obra:

Essa ação iniciou em julho 2008 e sua conclusão está prevista para 2012.

Ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

O cronograma inicial previsto para início das obras da usina sofreu atrasos devido a:

Ü Ação Civil Pública n.º 1999.70.01.007514-6

- a. Em 19 de setembro de 2007, o MM Juízo da 1ª Vara Federal de Londrina/PR proferiu decisão nos autos da Ação Civil Pública n.º 1999.70.01.007514-6, impedindo a emissão de licença de instalação para a UHE Mauá (e, consequentemente, o início das obras de implantação da Usina Hidrelétrica), até que o Poder Concedente elaborasse a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi – onde se localiza o potencial hidráulico concedido ao Consórcio Enegetico Cruzeiro do Sul - CECS.
- b. Contra essa decisão, a União Federal interpôs o Agravo de Instrumento n.º 2008.04.00.003286-3, ao qual o E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região atribuiu efeito suspensivo em 6 de março de 2008.
- c. Dessa forma, em 18 de março de 2008, o Instituto Ambiental do Paraná (“IAP”) emitiu a Licença de Instalação n.º 6.496 em favor da UHE Mauá.
- d. Ocorre que, em 16 de maio de 2008, o Ministério Público Federal impetrou o Mandado de Segurança n.º 2008.04.00.015393-9 contra a decisão que atribuiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento supracitado, obtendo liminar que restaurou a exigência de elaboração da Avaliação Ambiental Integral.
- e. Contra essa decisão, a União Federal e a ANEEL requereram as Suspensões de Segurança n.º 1.682 e 1.683 perante o C. Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que os pedidos de suspensão foram acolhidos em 18 de julho de 2008.
- f. Nesse sentido, as obras de implantação da UHE Mauá foram iniciadas em 21 de julho de 2008, **263 (duzentos e sessenta e três) dias** após prazo previsto, havendo sido a progressiva ocorrência desse conjunto de fatos informada à ANEEL por meio das cartas CODR-C/1606/2007/DGT e DRDO-GeT-C/035/2008, respectivamente, de 14 de novembro de 2007 e de 11 de novembro de 2008.

Ü Ação Cautelar Inominada n.º 2009.70.01.000179-1

- a. Em 20 de janeiro de 2009, o MM Juízo da 1ª Vara Federal de Londrina/PR deferiu nova medida cautelar nos autos da Ação Cautelar Inominada n.º 2009.70.01.000179-1 para suspender quaisquer atos, por parte do empreendedor da UHE Mauá, praticados com base na Licença de Instalação n.º 6.496.
- b. O E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região suspendeu essa decisão em 3 de março de 2009. Entretanto, ela causou um atraso de **22 (vinte e dois) dias** no cronograma de implantação da UHE Mauá – fato que foi comunicado à

ANEEL pelas cartas CE CECS-0235/2009 e CE CECS-0582/2009, respectivamente, de 20 de maio de 2009 e de 23 de outubro de 2009.

Ü Período Hidrológico Desfavorável

As decisões judiciais supracitadas deslocaram as obras de implantação da UHE Mauá para um período hidrológico desfavorável, o que provocou um atraso de **64 (sessenta e quatro) dias** durante a fase de construção das barragens ensecadeiras. Com efeito, com as decisões judiciais, as obras foram temporalmente deslocadas e, a partir de 1.º de setembro de 2009, vazões afluentes acima da média histórica impediram o fechamento do cordão da ensecadeira. Esse impacto adicional do deslocamento temporal das obras (causado pelas decisões judiciais) para um período hidrológico desfavorável é provado pelo “parecer Técnico – Análise da Duração da Cheia Ocorrida entre Setembro e Novembro de 2009 no Local das Obras da UHE Mauá”, encaminhado à ANEEL.

Ü Condições Geológicas Adversas

O CECS encaminhou à ANEEL, em 30 de dezembro de 2010, o documento “Parecer Técnico – Avaliação do Impacto no Cronograma da Construção da UHE Mauá Motivado por Condições Geológicas Adversas Verificadas na Fundação da Barragem e Vertedouro”, por meio do qual se demonstra que condições geológicas adversas no leito do Rio Tibagi – e que se revelaram somente após o início das obras, constituindo hipóteses de força maior ou, no mínimo, de inevitabilidade que se aproxima do que a doutrina jurídica denomina de condições ou interferências imprevistas (e que, por inevitáveis e irresistíveis, estão alcançadas pelo conceito legal de força maior constante do art.393 do Código Civil) – provocaram um atraso de **79 (setenta e nove) dias** no cronograma de implantação da UHE Mauá.

Ü Descumprimento de Prazos pelo IBAMA

- a. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) descumpriu os prazos do procedimento de licenciamento ambiental previstos na Instrução Normativa n.º 146/06, provocando um atraso adicional de 184 (cento e oitenta e quatro) dias no cronograma de implantação da UHE Mauá.
- b. De fato, logo após haver o Superior Tribunal de Justiça – STJ suspenso os efeitos da liminar que impedia a emissão da Licença de Instalação, o CECS retomou providências com vistas à obtenção das demais licenças ambientais necessárias à implantação do empreendimento, tais como Autorização de Monitoramento da Fauna, a Autorização de Resgate da Fauna e as Autorizações Florestais para a supressão vegetal nas áreas do reservatório e canteiro de obras.
- c. Ocorre que o IBAMA nos processos de Autorização do Monitoramento e de Resgate de Fauna na área do reservatório não cumpriu o prazo máximo estabelecido no art. 2.º da Instrução Normativa n.º 146, de 11 de janeiro de 2006, provocando atraso no cronograma do empreendimento. De fato, a solicitação para a autorização de Monitoramento da Fauna na área do reservatório foi protocolizada no dia 03/03/2009. O IBAMA solicitou esclarecimentos, por meio do Ofício 264/2009 CGR AP, no dia 12/05/2009, que foram enviados por meio da carta CE CECS – 0295/2009, protocolizada

em 29/06/2009. Por fim, a autorização foi concedida no dia 14/09/2009, ou seja, em um prazo de 77 dias, extrapolando em 17 (dezessete) dias o prazo máximo estabelecido na Instrução Normativa n.º 146.

- d. De outro lado, a solicitação para a Autorização de Resgate de Fauna na área do reservatório, por meio da carta CE CECS-0298/2010, foi protocolizada no dia 30/04/2010 e concedida no dia 13/12/2010, ou seja, em um prazo de 227 dias, extrapolando em 167 (cento e sessenta e sete) dias o prazo máximo estabelecido na Instrução Normativa n.º 146.
- e. A soma de tais atrasos verificados na concessão de licenças ambientais pelo IBAMA implica, destarte, uma dilação adicional de **184 (cento e oitenta e quatro) dias**.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

O Contrato de Concessão foi assinado em julho de 2007. O Projeto Básico foi aprovado pela ANEEL em abril de 2008. O cronograma físico dos empreendimentos apresentou dentro do exercício de 2011, um desempenho de 99,50% em relação ao programado. O desempenho acumulado global do empreendimento, até dezembro de 2011, está em 97,04%.

No ano de 2011 foram desenvolvidas etapas que culminaram com as seguintes atividades em dezembro:

1) PROJETO CIVIL

Continuidade do desenvolvimento do Projeto Executivo, com emissão dos documentos “como construído” das estruturas da tomada de água, túnel de adução, câmara de carga, casa de força, vertedor, barragem e usina complementar.

2) PROJETO E FORNECIMENTO ELETROMECAÂNICO

a) Projeto Executivo

- i) Continuidade do desenvolvimento do Projeto Executivo do fornecimento eletromecânico, com a emissão de documentos (lista de materiais, memoriais descritivos e memórias de cálculos e Peças Sobressalentes, Manuais de Operação e Manutenção e Manuais de Comissionamento) e desenhos dos serviços auxiliares mecânicos e elétricos e instalações elétricas da Casa de Força, tanto da usina principal como da complementar.
- ii) Projeto para o CFTV, em andamento. TAF realizado, porém o sistema foi desaprovado devido às falhas observadas em equipamentos. Deverá ser remarcada outra data pelo fornecedor, após solução do problema.
- iii) Alguns projetos dos painéis do sistema de iluminação estão em fase de aprovação/ fabricação.
- iv) Ainda encontra-se em fase de aprovação o projeto dos painéis de comando das válvulas do sistema de vazão sanitária.

b) Fornecimento Eletromecânico

- i) Concluído o fornecimento do sistema de ar comprimido.
- ii) Continua a fabricação e fornecimento:
 - (1) dos sistemas auxiliares mecânicos: ar condicionado e ventilação;
 - (2) dos painéis e sub-quadros de iluminação;

- (3) dos barramentos de fases segregadas da Usina Complementar, com fornecimento parcial.

3) CONSTRUÇÃO

- a) Reparos nas vias de acesso no coroamento da barragem, inclusive passarela e muretas e pilares da monovia do Vertedouro.
- b) Continuidade no acabamento da guarita, na barragem na margem direita.
- c) Remoção parcial da ensecadeira de jusante da barragem.
- d) Continuidade dos acabamentos civis na Área de Montagem e galerias da Casa de Força Complementar.
- e) Continuidade da construção (serviços de acabamento) do refeitório e depósito de combustíveis, próximo a Casa de Força Principal.
- f) Conclusão na execução das obras civis da caixa separadora de água/óleo – Casa de força Principal. (faltam executar reparos).
- g) Conclusão da Remoção da ensecadeira do canal de fuga da Casa de Força Principal.
- h) Conclusão da instalação de geomembrana sintética (manta impermeabilizante) na face jusante da Casa de Força Principal (somente juntas de contração).
- i) Continuidade da construção do muro de concreto a jusante da barragem.
- j) Continuidade da execução da furação de drenagem adicional na galeria da barragem.
- k) Continuidade das atividades de instalação da rede de tratamento d'água (caixas de passagem).

4) MONTAGEM ELETROMECAÂNICA

- a) TURBINAS - USINA PRINCIPAL
 - i) UNIDADE 1
 - (1) Concluída a montagem da bomba de drenagem da tampa da turbina.
 - ii) UNIDADE 2
 - (1) Em andamento a montagem dos batentes das alavancas do regulador hidráulico de velocidade.
 - (2) Concluída a montagem da bomba de drenagem da tampa da turbina.
 - (3) Finalizada a montagem dos sensores de posição MLDT do distribuidor no servomotor (DH).
 - (4) Finalizada a montagem dos circuitos de iluminação, tomadas e vias de cabos para o sistema de instrumentação da turbina.
 - iii) UNIDADE 3
 - (1) Em andamento a montagem da tubulação da válvula de aeração da turbina, externamente ao barril.
 - (2) Em andamento a montagem das tubulações de circulação de óleo do mancal guia (após decapagem).
 - (3) Em andamento a montagem do passadiço da turbina.
 - (4) Em andamento a pré-montagem das tubulações de alimentação da vedação do eixo da turbina.
 - (5) Concluída a montagem dos anéis de carvão da vedação do eixo da turbina.

- (6) Em andamento a montagem da tubulação de circulação de água do skid do mancal combinado.
- (7) Em andamento a montagem da tubulação de circulação de água do skid do mancal guia.
- (8) Concluída a montagem da bomba de drenagem da tampa da turbina.
- (9) Em andamento a montagem da roda dentada do dispositivo de sobrevelocidade.
- (10) Realizado teste hidrostático nas tubulações de circulação de óleo do mancal guia.
- (11) Em andamento a montagem dos circuitos de iluminação, tomadas e vias de cabos para o sistema de instrumentação da turbina.
- (12) Em andamento a montagem dos sensores de posição MLDT do distribuidor no servomotor (DH).

b) GERADORES - USINA PRINCIPAL

i) UNIDADE 1

- (1) Em andamento a montagem do coletor de pó do sistema de frenagem.

ii) UNIDADE 2

- (1) Finalizada a montagem do sistema de iluminação, tomadas e vias de cabos para o sistema de instrumentação da turbina.
- (2) Em andamento a instalação do sistema de monitoramento de descargas parciais.

iii) UNIDADE 3

- (1) Em andamento a montagem das tubulações de drenagem da cuba da válvula de aeração.
- (2) Em andamento a montagem da vedação do eixo principal (inferior).
- (3) Em andamento a montagem da tubulação de circulação de água do skid do mancal combinado.
- (4) Em andamento a montagem das tubulações de circulação de água dos trocadores de calor do estator.
- (5) Realizado teste hidrostático nas tubulações de circulação de óleo do mancal guia.
- (6) Realizado teste hidrostático nas tubulações de circulação de óleo do mancal combinado.
- (7) Em andamento a montagem das escovas de aterramento do eixo da turbina.
- (8) Em andamento a montagem da instrumentação do mancal combinado.
- (9) Em andamento a montagem do sistema de iluminação, tomadas e vias de cabos para o sistema de instrumentação da turbina.
- (10) Em andamento a instalação do conjunto porta-escovas.
- (11) Em andamento a instalação do sistema de excitação.
- (12) Em andamento a instalação do sistema de aterramento da carcaça e ligação dos sensores de temperatura (DTRs) na unidade geradora.

c) AUXILIARES MECÂNICOS - USINA PRINCIPAL

- i) Em andamento a montagem das tubulações expostas.
- ii) Concluída a montagem das tubulações de combate a incêndio do transformador 3.

- iii) Concluída a montagem das tubulações de ligação do gerador diesel de emergência da usina principal com os reservatórios de combustível.
 - iv) Em andamento a montagem das tubulações de combate a incêndio do transformador 3.
- d) AUXILIARES ELÉTRICOS – CASA DE FORÇA PRINCIPAL
- i) Finalizada as atividades de montagem do sistema de SPDA.
 - ii) Em andamento a montagem: das vias de cabos, instalação dos eletrodutos, tomadas e circuitos de iluminação e de força.
 - iii) Em andamento a montagem dos painéis nas galerias elétrica superior e inferior, galeria mecânica, sala de comando e na sala de ventiladores.
 - iv) Em andamento a interligação dos painéis PIT-U3 e PIG-U3.
- e) CONDUITO FORÇADO - USINA COMPLEMENTAR
- i) Concluída a montagem do conduto forçado.
 - ii) Realizado levantamento de “bate-choco” para averiguar vazios entre a blindagem e o concreto do conduto forçado. Os pontos encontrados foram liberados para furação e injeção de concreto.
 - iii) Em andamento o jateamento e a pintura interna do conduto forçado.
- f) TURBINAS - USINA COMPLEMENTAR
- i) Em andamento a montagem da tubulação do regulador hidráulico da unidade 4.
 - ii) Em andamento a montagem das tubulações piezométricas da caixa espiral da unidade 5.
 - iii) Em andamento a montagem da tubulação da vedação do eixo da unidade 4.
 - iv) Em andamento a montagem da tubulação da vedação do eixo da unidade 5.
- g) GERADORES - USINA COMPLEMENTAR
- i) Em andamento a montagem do barramento de fases segregadas das unidades 4 e 5.
- h) AUXILIARES MECÂNICOS - USINA COMPLEMENTAR
- i) Em andamento a montagem das válvulas de esgotamento dos tubos de sucção.
 - ii) Em andamento a montagem das tubulações expostas.
 - iii) Concluída a montagem das tubulações do tanque separador água/óleo.
 - iv) Concluída a montagem da tubulação de esgotamento do conduto forçado.
 - v) Concluída a montagem da tubulação de esgotamento das caixas espirais das unidades 4 e 5.
 - vi) Em andamento a montagem dos dutos de ar da casa de força.
 - vii) Em andamento a montagem do gerador diesel.
- i) AUXILIARES ELÉTRICOS – VERTEDOURO E CASA DE FORÇA COMPLEMENTAR
- i) Em andamento as atividades de montagem dos equipamentos de proteção e medição da subestação 34,5 kV.
 - ii) Em andamento a interligação dos painéis na Usina Complementar e na Barragem.

- iii) Em andamento o lançamento dos cabos entre o Vertedouro e a Casa de Força Complementar.
- j) TOMADA DE ÁGUA DE ALTA E BAIXA PRESSÃO
 - i) Finalizada a instalação do sistema de iluminação externa da Tomada de Baixa Pressão.
 - ii) Em andamento a instalação do sistema de iluminação externa da Tomada de Alta Pressão.
- k) VAZÃO SANITÁRIA DEFINITIVA
 - i) Em andamento a montagem da monovia da vazão sanitária nº 1.
 - ii) Em andamento a montagem da monovia da vazão sanitária nº 2.
- l) VERTEDOURO
 - i) Em andamento a montagem da monovia.
 - ii) Em andamento a instalação do sistema de iluminação externa.
 - iii) Em andamento a montagem dos encoders e das chaves fim de curso das comportas 1 e 2.
 - iv) Em andamento a interligação dos painéis nas edículas 1, 2, 3, 4 e 5.
 - v) Em andamento a montagem das comportas segmento dos vãos 1 e 2.

5) COMISSIONAMENTO

- a) EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS
Não houve atividades.
- b) PÓRTICO ROLANTE DA TOMADA D'ÁGUA DE ALTA PRESSÃO
Paralisados os ensaios de comissionamento devido às atividades que estão sendo executadas para sanar pendências detectadas durante o início dos testes.
- c) SERVIÇOS AUXILIARES ELÉTRICOS
Continuidade do comissionamento do painel de supervisão e controle do serviço auxiliar da Usina Principal de Mauá (PSA-CF).
- d) SISTEMA DIGITAL E PROTEÇÃO
 - i) Estão em andamento as atividades de comissionamento dos reguladores de tensão e velocidade da Unidade 1.
 - ii) Continuidade das atividades de comissionamento no sistema de supervisão de unidade (PSU-U1).
- e) SUBESTAÇÃO ELEVADORA
Continuidade das atividades de ajuste na filosofia de transferência de barra dos vãos de geração conforme orientação da Operação da transmissora e solicitação da Operadora da Usina.
- f) SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO
 - i) Continuidade da instalação dos serviços de telecomunicações e CFTV no empreendimento.

- ii) Em andamento as atividades de ativação da central com ramais externos da operadora Carrier local de telecomunicações.
- g) UNIDADE GERADORA 1 – MAUA PRINCIPAL
 - i) Em andamento o comissionamento dos sistemas hidráulicos de regulação e interface com o SDSC, bem como instalação dos limitadores dos servomotores do RHV.
 - ii) Em andamento o comissionamento dos sistemas de frenagem e levantamento do gerador.

6) SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO – PROJETO ELETROMECAÂNICO

- a) SUBESTAÇÕES
 - i) As montagens eletromecânicas no pátio de 34,5 kV da SE Mauá foram concluídas e comissionadas, com pendências.
 - ii) A subestação de 34,5 kV da PCH Complementar está com 50% da montagem eletromecânica executada.
 - iii) Concluídos os comissionamentos e retirada de parte das pendências nas SEs 230 kV, Mauá, Figueira e Jaguariaíva.
- b) VARIANTES NAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE FURNAS
 - i) Em 18/10/2011, foi postada no correio a CE DPM-0549/2011, a qual encaminhou para FURNAS duas cópias de documentos que comprovam o atendimento às condicionantes da LO Nº1005/2011 e a inexistência de passivos ambientais relativos à implantação do empreendimento.
 - ii) Finalizadas todas as atividades de obra nas variantes das Linhas de Furnas.
- c) VARIANTES NAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DA KLABIN
Atividade concluída.
- d) LINHAS DE TRANSMISSÃO 230 kV – LTs Mauá x Jaguariaíva e Mauá x Figueira
As atividades nessas LTs estão concluídas.
- e) LT 34,5 kV, SE MAUÁ – Usina Complementar
 - i) Atividades concluídas.
 - ii) Faltando o encabeçamento da LT no pórtico da SE da Usina Complementar.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Principalmente por tratar-se de empreendimento integrante do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, a sua produção proporcionará aumento na capacidade de geração de energia elétrica necessária para o desenvolvimento do país, atendendo a crescente demanda de consumo e assegurando a expansão da oferta planejada para essa atividade econômica.

A aproximação com a população atingida tem sido alcançada com as ações do Programa de Comunicação Social, por meio das quais o empreendedor minimiza sentimentos de desconfiança e insegurança na população em geral, além de promover uma imagem positiva do empreendimento e das empresas consorciadas. Entre as informações divulgadas estão as características do projeto, o andamento da obra, os possíveis impactos e as medidas para mitigá-los, bem como informações gerais sobre energia elétrica e questionamentos que podem surgir de parte do público-alvo – aos quais a equipe responsável pelo Programa de Comunicação Social está sempre atenta.

Proporcionar o desenvolvimento econômico e social sustentável à região afetada pela construção da Usina e do Sistema de Transmissão Associado, através de programas e ações mitigadoras dos impactos sócio-ambientais em desenvolvimento como:

- Programa de Monitoramento das Condições Climatológicas;
- Programa de Observação das Condições Hidrossedimentológicas;
- Programa de Monitoramento dos Taludes Marginais;
- Programa de Monitoramento das Condições Sismológicas;
- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água – Subprograma de Monitoramento das Águas Subterrâneas;
- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água – Subprograma de Monitoramento das Condições Limnológicas e da Qualidade da Água;
- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água – Subprograma de Macrófitas Aquáticas;
- Programa de Conservação da Flora e Fauna – Subprograma de Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar;
- Programa de Conservação da Flora e Fauna – Subprograma de Compensação Ambiental;
- Programa de Conservação da Flora e Fauna – Subprograma de Salvamento e Conservação da Flora;
- Programa de Conservação da Flora e Fauna – Subprograma de Monitoramento e Conservação da Fauna;
- Programa de Conservação da Flora e Fauna – Subprograma de Resgate e Salvamento Científico da Fauna e Flora;
- Programa de Conservação da Flora e Fauna – Subprograma de Inventário, Monitoramento e Manejo da Ictiofauna;
- Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico: Prospeção, Monitoramento, Salvamento e Educação Patrimonial;
- Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico;
- Programa de Remanejamento da População Atingida;
- Programa de Monitoramento da População Atingida;
- Programa de Readequação e Relocação de Infraestrutura;
- Programa de Apoio as Atividades Rurais;
- Programa de Controle da Saúde Pública;
- Programa de Apoio a População Migrante;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Gestão do Reservatório;
- Programa de Proteção as Abelhas Melíferas e Nativas do Médio Tibagi - Subprograma para acompanhamento da Produtividade do Mel;
- Programa de Proteção as Abelhas Melíferas e Nativas do Médio Tibagi - Subprograma para Abelhas Nativas.

Ü Atividades junto à Sociedade Organizada:

- Ü Mais de 500 pessoas (estudantes, profissionais e comunidade) participaram de visitas ao canteiro de obras;
- Ü Produção e veiculação de mais de 100 edições do programa de rádio "Mauá Mais Energia";
- Ü Visitas de autoridades ao empreendimento;
- Ü Início do programa de Educomunicação, com oficinas de rádio e blog em escolas da região;
- Ü Produção de material gráfico e audiovisual sobre o empreendimento;
- Ü Participação em eventos regionais com o objetivo de divulgar o empreendimento.

Ü Outras considerações:

Com o retorno da Eletrosul à atividade de geração, nos termos da Lei nº 10.848/2004, a construção desse empreendimento com capacidade de produção de 361 MW representa uma etapa importante na sua consolidação como Empresa Geradora de Energia Elétrica.

A área de influência da UHE MAUÁ e do Sistema de Transmissão Associado é no Estado do Paraná abrangendo áreas rurais dos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Curiúva, Ibatí, Figueira, Arapoti, Ventania e Jaguariaíva.

Este projeto está sendo implantado pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS formado pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia (51%) e Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (49%).

Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	140.720.194	140.116.931	99,57
Física (%)	18,17	18,08	99,50

Fonte: DPO

Ação 10D6 – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Domingos com 48 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 40 km de extensão

A ação 10D6 compreende a implantação do Complexo Hidrelétrico São Domingos e do sistema de transmissão associado, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, no Rio Verde, na divisa dos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Construir a UHE São Domingos, a partir de boas práticas de engenharia e construção, de forma a aproveitar o potencial energético inventariado no rio Verde, afluente pela margem direita do rio Paraná, permitindo a disponibilização de energia elétrica à sociedade brasileira.

Descrição	Elaboração do projeto básico, com detalhamento, maior precisão e segurança das estruturas através do desenvolvimento das características técnicas do projeto, as especificações técnicas das obras civis e equipamentos eletromecânicos, bem como os projetos sócio-ambientais. Elaboração do projeto executivo através da elaboração dos desenhos de detalhamento das obras civis e equipamentos eletromecânicos, execução das obras e a montagem dos equipamentos, comissionamento e operação comercial do empreendimento. Nessa etapa são tomadas todas as medidas pertinentes à implantação do reservatório e dos projetos sócio-ambientais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü Data de início e de conclusão da obra:

Essa ação iniciou em janeiro de 2008 e sua conclusão está prevista para dezembro de 2012.

Ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

O cronograma físico do empreendimento, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e constante do Contrato de Concessão nº 092/2002, ficou suspenso tendo em vista a instauração do Inquérito Civil nº 053/2002. Com a celebração de Termo de Conduta – TAC, em janeiro de 2006, foi reaberto o processo de licenciamento ambiental, com a obtenção em maio de 2007, da Licença Prévia-LP.

Ocorreu resistência de alguns proprietários quanto à realização dos levantamentos complementares o que provocou atraso na execução do Projeto Básico da UHE São Domingos,

Ressalta-se que dentre as condicionantes para a emissão da Licença de Instalação-LI, a desafetação da RPPN Cachoeira Branca e a aprovação da Avaliação Ambiental Estratégica eram fundamentais e só foram obtidas em 12/2008. Havia também a necessidade de licenciamento separado do canteiro de obras, caminhos de serviço para início das obras, o que prejudicou o início das obras do empreendimento.

A Licença Ambiental de Instalação só foi obtida em 29/06/2009, o que impactou no cronograma inicialmente estabelecido.

Outros acontecimentos que impactaram no cronograma do empreendimento foram às chuvas ocorridas em março/2011 que ocasionaram o alagamento da Casa de Força e danos na ponte do canteiro de obras bem como o incêndio nos alojamentos ocorrido no mesmo período.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

As atividades em andamento na UHE São Domingos são a elaboração do Projeto Executivo, a concretagem da Casa de Força e muros do vertedouro, construção da barragem e canal de adução, desmatamento da área do reservatório, construção da Linha de Transmissão e montagem eletromecânica.

O cronograma físico dos empreendimentos atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 72,80 %.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.

Ü Outras considerações:

Essa usina está sendo construída no estado do Mato Grosso do Sul, englobando os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo. Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	173.977.705	157.860.991	90,74
Física (%)	42,00	44,24	105,33

Fonte: DPO

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra com 37,5 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 54 Km de extensão

A ação 10D7 compreende a implantação do Complexo Alto da Serra e é constituído por duas PCH's com capacidade total instalada de 37,5 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação coletora SE Santo Cristo.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Construir as PCH's do Complexo Alto da Serra, a partir de boas práticas de engenharia e construção de forma a aproveitar o potencial energético inventariado no Rio Pelotinhas, afluente pela margem direita do Rio Pelotas permitindo a disponibilização de energia elétrica à sociedade brasileira.

Descrição	Elaboração do projeto básico, com o detalhamento, maior precisão e segurança das estruturas através do desenvolvimento das características técnicas do projeto, as especificações técnicas das obras civis e equipamentos eletromecânicos, bem como os projetos sócio-ambientais. Elaboração do projeto executivo através da elaboração dos desenhos de detalhamento das obras civis e equipamentos eletromecânicos, execução das obras e a montagem dos equipamentos, comissionamento e operação comercial do empreendimento. Nesta etapa são tomadas todas as medidas pertinentes à implantação do reservatório e dos projetos sócio-ambientais..
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü Data de início e de conclusão da obra:

O Complexo Alto da Serra é composto pelas PCHs Santo Cristo e Coxilha Rica, no rio Pelotinhas, Estado de Santa Catarina. As obras destes empreendimentos não foram iniciadas, não sendo possível apresentar um cronograma de implantação enquanto o recurso interposto pela Eletrosul em 18/04/2011, em relação ao Despacho nº 1.387, publicado no DOU de 07/04/2011, não for julgado por aquela Agência. O Despacho nº 1.387 indeferiu as outorgas requeridas pela Eletrosul para implantar e explorar as citadas PCHs.

Ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

O indeferimento das outorgas, pela ANEEL, para a Eletrosul implantar e explorar as citadas PCHs impossibilitou a execução de qualquer atividade, uma vez que sem dispor de Ato Autorizativo da ANEEL, não há cronograma a ser cumprido.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

Os projetos básicos das PCHs em referência foram revogados pela ANEEL através do Despacho nº 1.387, contra o qual a Eletrosul interpôs recurso administrativo e aguarda julgamento por aquela Agência Reguladora desde 18/04/2011.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos.

Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.

Outras considerações:

Esse Complexo está situado no Estado de Santa Catarina, englobando os municípios de São Joaquim, Lages, Paineira e Capão Alto.

Esclarecemos que somente após o julgamento, pela ANEEL, do recurso administrativo interposto pela Eletrosul, é que poderão ser apresentadas informações mais precisas em relação à implantação das PCHs ora referidas, conforme seja o recurso provido ou desprovido por aquela Agência. Da decisão que vier a ser proferida pela ANEEL, ainda caberá recurso na esfera judicial.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	628.839	128.839	20,49
Física (%)	0,70	0,14	20,00

Fonte: DPO

Ação 1050 – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul

A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Ampliar o Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, através da implantação de empreendimentos de LT e SE, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.
Descrição	Ampliações do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da ELETROSUL, nas quais o evento individualizado tenha valor inferior a 45 vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666 de 1993, ressalvadas as alterações na legislação sobre licitações e os critérios vigentes para a definição de projetos de grande vulto das empresas estatais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Data de início e de conclusão da obra:

Essa ação iniciou em janeiro de 2008 e a sua conclusão está prevista para dezembro de 2015.

Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

Dos empreendimentos que se encontram em andamento, as Ampliações “D” e “F” da SE Biguaçu sofreram atrasos na obra e consequentemente no cronograma físico do

empreendimento. Um dos fatores que influenciaram no atraso das obras da SE Biguaçu foi devido a data da liberação da execução da etapa de Terraplenagem, impactando assim, o início da obra civil. Houve também atrasos no fornecimento das três unidades do banco de transformadores 525 kV, assim como dos demais equipamentos principais e painéis, que deveriam ser entregues em dezembro/2011.

No Seccionamento da LT 138 kV Joinville - Ilhota para SE Joinville GM, houve atraso na obtenção da Licença Ambiental de Instalação e a Autorização de Supressão de Vegetação devido a uma mudança de trecho para implantação do seccionamento e remanejamento do trecho da LT Ilhota – Joinville que seria utilizada a faixa de domínio da BR 101. As licenças foram emitidas pelo IBAMA somente em novembro, acarretando um atraso no início das obras.

Vale lembrar que as emissões tardias das Resoluções Autorizativas da ANEEL - REA, também influenciaram na realização do investimento. Através da REA 2.879/2011 de 17/05/2011, publicada em 20 de maio de 2011, a ANEEL autorizou a Eletrosul a implantar os seguintes empreendimentos:

- Seccionamento da LT 138 kV Biguaçu - Tijucas - Camboriu Morro do Boi: Seccionamento 1x 0,2 km, Circuito Simples, correção de derivação simples em Tijucas, com o objetivo de flexibilizar a operação do sistema na região, em razão da impossibilidade de desligamentos na referida linha de transmissão.
- Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A – Palhoça, em circuito duplo e módulos de conexão associados, para implantação da nova SE Garopaba (CELESC), para viabilizar a implantação da nova Subestação Garopaba 138kV pela Distribuidora CELESC.
- Seccionamento da LT 138kV Imbituba – Palhoça, em circuito duplo e módulos de conexão associados, para implantação da nova SE Palhoça Pinheira (CELESC), para viabilizar a implantação da nova Subestação Palhoça Pinheira 138kV, pela Distribuidora CELESC.
- SE Joinville – Ampliação “K”, complementação da conexão do Autotransformador TF-5 138/69 kV e relocação dos Autotransformadores TF-7 e TF-8, para aumentar a flexibilidade operativa e o atendimento aos critérios de confiabilidade da subestação.

No último trimestre a ANEEL autorizou a Eletrosul através da REA nº 3.161 de 18/10/2011 publicado em 26/10/2011 e REA nº 3.232 de 06/12/2011 publicado em 19/12/2011 a executar:

- SE Joinville Norte – Ampliação “C” para instalação do 3º Autotransformador 230/138-13,8 - 150MVA, para evitar que na perda de uma das unidades existentes ocorra sobrecarga na unidade remanescente.
- Seccionamento LT 230 kV Passo Fundo - Monte Claro, em circuito duplo, para a SE Nova Prata 2 (CEEE), evitando possíveis sobtensões na região de Nova Prata, na contingência da LT 230 kV Nova Prata 2 – Monte Claro.
- Realocação de trecho da LT 230 kV Cascavel Oeste – Guairá, 0,6 km da LT 230 kV Cascavel Oeste - Guaíra (isolada em 525 kV) na chegada da SE Cascavel Oeste.

Os empreendimentos autorizados pelas REA's supracitadas se encontram em fase de elaboração das especificações técnicas para dar início ao processo de licitação para contratação do fornecimento e execução do empreendimento, com exceção da Ampliação "K" da SE Joinville que já possui os contratos principais de fornecimento de equipamentos e de bens e serviços necessários para a sua construção assinados.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

Em 2011 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011	INÍCIO DA OBRA	CONC. DA OBRA
SECCIONAMENTO DA LT 138 kV ITAJAÍ FAZENDA - FLORIANÓPOLIS	26/11/2009	22/05/2011
SE CANOINHAS 230/138 kV, 375 MVA – AMPLIAÇÃO “E” Substituição de 2 autotransformadores 230/138kV (TF1 e TF2) de 75 MVA cada, por duas unidades de 150 MVA cada e substituição de 6 transformadores de corrente 138kV.	29/03/2011	25/9/2011
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA – AMPLIAÇÃO “J” Instalação de módulo de conexão, em 230 kV, arranjo BPT, para adequação da conexão do Autotransformador TR7 230/138 kV e adequação do módulo de conexão do Autotransformador TR4 230/138 kV.	26/11/2009	25/9/2011
SE XANXERÊ 230/138 kV, 600 MVA – AMPLIAÇÃO “T” Substituição do Autotransformador TF3 230/138 kV, de 84 MVA por uma unidade de 150 MVA e substituição do Autotransformador TF4 230/138 kV, de 75 MVA (a ser remanejado para SE Dourados) por uma unidade de 150 MVA.	26/11/2009	26/09/2011
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA – AMPLIAÇÃO “K” Relocação da Barra de Transferência 230kV.	11/11/2010	06/10/2011
SE DOURADOS 230/138 kV, 300 MVA – AMPLIAÇÃO “F” Implantação do 4º autotransformador 230/ 138kV, de 75MVA (remanejado da SE Xanxerê) e conexões associadas.	26/11/2009	26/11/2011

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Com a missão de “*atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável*”, a Eletrosul vem corroborando com a sociedade, implantando novos projetos visando oferecer maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao seu sistema de transmissão. Com este objetivo os empreendimentos aumentam a capacidade de transformação, eliminam a sobrecarga atual do sistema de transmissão e melhoram o controle de tensão em condição normal e em contingência nas linhas de transmissão com o intuito de atender o crescimento de carga, garantindo assim, a qualidade da energia nos pontos na região atendida pela Empresa.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	69.860.175	67.678.011	96,88
Física (%)	20,00	24,00	120,00

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Promover a implantação de reforços e melhorias em instalações do sistema de transmissão de energia elétrica, integrantes da Rede Básica e demais instalações de transmissão voltada à adequação do suprimento de energia elétrica nos Sistemas de Transmissão Interligados com qualidade e confiabilidade.
Descrição	Atividade relacionada aos reforços e melhorias do sistema de transmissão de energia elétrica, objetivando melhorar o atendimento da Rede Básica. Além disso, estão sendo considerados investimentos voltados as indicações do Plano de Ampliações e Reforços - PAR, do ONS, que indicam a instalação de equipamentos em LT e SE da ELETROSUL, de extrema relevância para o desempenho e segurança do SIN.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü Data de início

Esta ação iniciou em janeiro de 2008, possuindo atividades constantes em seu projeto.

Ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

Devido à priorização dos empreendimentos da Ação 0295 1050 0040 – AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO SUL E NO MATO GROSSO DO SUL, e de empreendimentos previstos nas Resoluções ANEEL nº 2.040/2009 e 2.376/2010, onde aprova o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico - PMIS, houve a necessidade de reprogramar algumas atividades de engenharia desta ação para o ano de 201 para realização das datas solicitadas pela ANEEL.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011 PLANO DIRETOR DE MELHORIAS E REFORÇOS - PDMR	CONCLUSÃO DA OBRA
SE DESTERRO 230/138 kV, 150 MVA Construção da casa de depósito de materiais para manutenção.	11/02/2011
SE SALTO OSÓRIO 230/69 kV, 33,3 MVA	21/02/2011

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011 PLANO DIRETOR DE MELHORIAS E REFORÇOS - PDMR	CONCLUSÃO DA OBRA
Substituição da proteção da LT Salto Osório - Xanxerê. SE XANXERÊ 230/138 kV, 450 MVA Substituição da proteção da LT Salto Osório - Xanxerê.	21/02/2011
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 972 MVA Construção da casa de depósito de materiais para manutenção.	16/03/2011
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição da proteção dos transformadores 1, 2 e 5 138/69 kV.	27/03/2011
SE GRAVATAÍ 525/230 kV, 2016 MVA Aquisição de sistema de monitoramento de temperatura digital, projeto e instalação, para substituição dos termômetros mecânicos instalados no TF3.	01/05/2011
SE GRAVATAÍ 525/230 kV, 2016 MVA Aquisição de sistema de monitoramento de temperatura digital, projeto e instalação, para substituição dos termômetros mecânicos instalados no TF1.	01/05/2011
SE GRAVATAÍ 525/230 kV, 2016 MVA Implementação de sistema digital de controle e supervisão Nível III.	25/07/2011
SE CAMPOS NOVOS 525/230/138 kV, 2466 MVA Revisão geral no sistema de drenagem pluvial.	02/09/2011
SE CANOINHAS 230/138 kV, 375 MVA Substituição da Proteção dos Transformadores 1 e 2.	26/9/2011
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos disjuntores 762 e 812 (Magrini MHM 245).	10/11/2011

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011 PMIS – Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.040/2009	CONCLUSÃO DA OBRA
SE PASSO FUNDO 230/138 kV, 168 MVA Substituição de transformador de corrente 13,8kV para serviço auxiliar.	20/02/2011
SE JOINVILLE NORTE 230/138 kV, 300 MVA Implantação de módulo de entrada de linha para LT Joinville IV 138kV (CELESC).	30/05/2011
SE BLUMENAU 525/230/138 kV, 1962 MVA Substituição da proteção da LT 525kV Curitiba.	15/08/2011
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Substituição da proteção da LT 525kV Blumenau.	15/08/2011
SE BLUMENAU 525/230/138 kV, 1962 MVA Substituição de 3 TCs do Circuito 230kV Biguaçu.	21/10/2011
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Substituição de 06 TCs da LT 525kV Blumenau.	30/10/2011
SE JORGE LACERDA A 230/138/69 kV, 399,8 MVA Implantação de um módulo de entrada de linha de 69kV.	31/10/2011

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011 PMIS – Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.040/2009	CONCLUSÃO DA OBRA
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 972 MVA Implantação de 01 módulo de entrada de LT 138 kV, para a SE Tijucas, de propriedade da CELESC	04/12/2011

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011 PMIS – Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.376/2010	CONCLUSÃO DA OBRA
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Substituição dos TCs da linha para Joinville Norte, Joinville, São Mateus e do vão interligador.	18/10/2011
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Substituição dos TCs da interligação com a SE Umbará devido à superação em regime permanente.	30/10/2011
SE FLORIANÓPOLIS 138/69 kV, 75 MVA Substituição dos TCs do módulo do DJ nº 312 (TF1).	30/10/2011
SE JORGE LACERDA A 230/138/69 kV, 399,8 MVA Substituição dos TCs dos módulos dos DJs nº 452 (LT Tubarão), 442 (LT Braço do Norte) e 422 (TF8).	30/10/2011
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos barramentos principal e de transferência de 230 kV.	20/11/2011
SE URUGUAIANA Aquisição e instalação de SEP de subtenção.	06/11/2011

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2011 PMIS – Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.837/2011	CONCLUSÃO DA OBRA
SE MONTE CLARO 230 kV Revisão do SEP de controle de carregamento da LT Monte Claro - Farroupilha, com a inclusão de novos estágios de atuação.	23/02/2011

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

O Plano Diretor de Melhorias e Reforços visa a realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da ELETROSUL, para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção. Trata das necessidades do PMIS e de outras de interesse exclusivo da ELETROSUL.

Visando manter a prestação de serviço adequado de transmissão de energia elétrica, os investimentos em Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão 2011 em diversas subestações da ELETROSUL têm contemplado: substituição de equipamentos como disjuntores e transformadores de corrente, implantação do esquema especial de corte de carga, instalação de proteção de transformadores e de linhas, melhorias no sistema de telecomunicações, implantação de módulos de entrada de linha 138 kV, substituição de barramentos e benfeitorias em edificações.

Estas Melhorias e Reforços visam oferecer maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao seu sistema de transmissão da Eletrosul. Mantendo a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede.

Ü Outras considerações:

A ANEEL, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.040/2009, 2.376/2010 e 2.837/2011, autorizou as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, dentre elas a ELETROSUL, a implantar reforços em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de Transmissão.

Visando o aumento de capacidade de transmissão e o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN, está programada para 2012 e 2013 a entrega para a operação dos seguintes reforços:

EMPREENDIMENTOS AUTORIZADOS RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA ANEEL 2.376/2010	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO PREVISTA DA OBRA
SE JOINVILLE, 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos barramentos I e II de 138 kV.	06/05/2010	06/05/2012
SE JOINVILLE, 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos disjuntores nº 632, 642 e 652 de 138kV.	06/05/2010	06/05/2012
SE ILHOTA, 138/69 kV, 100 MVA Substituição do TC do vão Joinville.	06/04/2011	06/04/2013
SE JOINVILLE, 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos TCs dos vãos dos TFs 1, 2, 3, 5, 7, e dos vãos das SEs Ilhota, Joinville SC, Tigre, São Bento do Sul e Joinville IV-1.	06/04/2011	06/04/2013

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	19.370.181	18.760.808	96,85
Física (%)	-	-	-

Fonte: DPO

4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Maximizar a disponibilidade das instalações do sistema de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica.
Descrição	Ações de manutenção de equipamentos e instalações do sistema de transmissão para evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos e solução de pendências judiciais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
--------------------------	-----------------------------------

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade, referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tais como:

- ü Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica;
- ü Indenização de Serevidão/Benfeitorias/Danos em LT em Operação;
- ü Construção de barracão de 300 m2 com um pavimento na SE Campos Novos e substituição da cerca do limite operacional na SE Areia; e
- ü Aquisição de terreno – DPM.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	1.498.728	940.201	62,73
Física (%)	-	-	-

Ação 128G Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, composto por 4 PCH's, totalizando 52 MW, interligadas por st 37 KM/138kV

O Complexo do Rio Lava Tudo é resultado das atividades desenvolvidas na Ação 5.752.0276.6508.0001 – ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e é composto pelas seguintes PCH's, localizadas no rio Lava-Tudo, na região de Lages, São Joaquim e Paineira, no Estado de Santa Catarina:

- PCHs São Mateus (19MW);
- Antoninha (13MW);
- Gamba (10,8MW); e
- Malacara (9,2MW).

ü Data de início e de conclusão da obra:

As obras dos empreendimentos que compõem o Complexo do Rio Lava Tudo não foram iniciadas, não sendo possível apresentar um cronograma de implantação enquanto o recurso interposto pela Eletrosul em 18/04/2011, em relação ao Despacho nº 1.387, publicado no DOU de 07/04/2011, não for julgado por aquela Agência. O Despacho nº 1.387 indeferiu as outorgas requeridas pela Eletrosul para implantar e explorar as citadas PCHs.

ü Fatos que afetaram o cumprimento do cronograma inicial:

O indeferimento das outorgas, pela ANEEL, para a Eletrosul implantar e explorar as citadas PCHs impossibilitou a execução de qualquer atividade, uma vez que sem dispor de Ato Autorizativo da ANEEL, não há cronograma a ser cumprido.

ü Condição operacional – fase do projeto:

Os projetos básicos das PCHs em referência foram revogados pela ANEEL através do Despacho nº 1.387, contra o qual a Eletrosul interpôs recurso administrativo e aguarda julgamento por aquela Agência Reguladora desde 18/04/2011.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos e tributos.

Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.

Ü Outras considerações:

Esse Complexo será construído no estado de Santa Catarina, englobando os municípios de São Joaquim, Lages e Paimão.

Esclarecemos que somente após o julgamento, pela ANEEL, do recurso administrativo interposto pela Eletrosul, é que poderão ser apresentadas informações mais precisas em relação à implantação das PCHs ora referidas, conforme seja o recurso provido ou desprovido por aquela Agência. Da decisão que vier a ser proferida pela ANEEL, ainda caberá recurso na esfera judicial.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	102.441	2.440	2,38
Física (%)	1,00	0,020	2,00

Fonte: DPO

Ação 13FD – Implantação do Projeto Megawatt Solar**Dados gerais da ação**

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Aumentar e diversificar a capacidade de geração de energia elétrica necessária para o desenvolvimento do país, atendendo a crescente demanda desse insumo. Adquirir conhecimento e difundir novas tecnologias de geração de energia elétrica de maneira sustentável e alinhada com as políticas de conservação do meio ambiente/ políticas ambientais.
Descrição	Megawatt Solar: O empreendimento consiste na implantação de um sistema solar fotovoltaico conectado à rede elétrica da Celesc e integrado ao edifício sede da Eletrobras Eletrosul em Florianópolis, SC. Ele será composto, entre outros equipamentos, por módulos fotovoltaicos de diversas tecnologias (silício policristalino ou monocristalino e silício amorfo – filme fino), a serem instalados na cobertura do edifício sede da Eletrosul e estacionamentos adjacentes, totalizando uma potência instalada de, pelo menos, 1 MWp.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü **Condição operacional – fase do projeto:**

Em fase de análise dos documentos de habilitação da concorrência internacional.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	3.493.488	650.772	18,63
Física (%)	37,00	0,08	0,22

Fonte: DPO

Ação 13FF–Implantação da PCE Biogás Tupandi

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Promover, aumentar e diversificar a capacidade de geração de energia elétrica necessária para o desenvolvimento do país, atendendo a crescente demanda desse insumo. Adquirir conhecimento e difundir novas tecnologias de geração de energia elétrica de maneira sustentável e alinhada com as políticas de conservação do meio ambiente/ políticas ambientais.
Descrição	Projeto Biogás Tupandi: Localizado no município de Tupandi, RS, pretende-se produzir biogás a partir de dejetos de suínos, bovinos e aves e resíduos orgânicos industriais (rejeitos frigoríficos, sangue, glicerina) disponíveis na região, utilizando-se de fermentadores de tecnologia diferenciada, muito difundida na Alemanha, com automatização, agitação e controle de temperatura. O biogás produzido será aproveitado numa UTE (moto geradores) para a geração de energia elétrica, com potência instalada esperada entre 500 kW a 1 MW, conectada à rede da AES Sul.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Ü **Condição operacional – fase do projeto:**

Em fase de estudos.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica(R\$)	105.000	11.065	10,54
Física (%)	0,41	0,04	9,76

Fonte: DPO

CÓDIGO	AÇÃO (Projetos)	Realização Econômica – R\$			Custo Previsto da Ação dez/2011		Realizações Físicas - %		
		Até 2010	Em 2011	Total	R\$	% realização econômica	Até 2010	Em 2011	Total
25.520.0295.1O50.0040	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul	347.277.650	67.678.011	414.955.661	⁽¹⁾ 646.662.455	64,17	57,50	24,00	81,50
025.752.0295.1K88.0041	Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá	449.922.401	140.116.931	590.039.332	⁽²⁾ 713.405.700	82,71	78,96	18,08	97,04
25.752.0295.1F91.0043	Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João	430.435.408	136.863.683	567.299.091	594.420.000	95,44	80,96	7,94	88,90
25.752.0295.10D6.0054	Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos	118.085.936	157.860.991	275.946.927	402.870.000	68,50	28,60	44,24	72,84
25.752.0295.10D7.0042	Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra	4.378.050	128.839	4.506.889	⁽³⁾ 230.200.468	1,96	2,13	0,14	2,27
25.752.0295.12DQ.0040	Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo	88.993.330	81.598.723	170.592.053	452.740.000	37,68	36,06	11,29	47,35
25.752.0295.13FD.0042	Implantação do Projeto Megawatt solar	0	650.772	650.772	10.108.032	6,44	0	0	0
25.752.0295.13FF.0043	Implantação da PCE Biogas Tupandi	0	11.065	11.065	5.687.255	0,19	0	0	0
25.752.0295.128G.0042	Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo	985.501	2.440	987.941	⁽³⁾ 375.977.503	0,26	0,20	0,20	0,40

(1) Custo previsto de 2008 até 2015.

(2) Custo total do empreendimento = R\$ 1.455.930.000 (Eletrosul = 49,0 % e COPEL = 51,0 %).

(3) Conforme informações constantes do Plano Plurianual.

Programa 0276 – Gestão da Política de Energia

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0276
Denominação	Gestão da Política de Energia
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia.
Gerente	Altino Ventura Filho
Público Alvo	Governo

Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

Essa atividade compreende os dispêndios alocados em estudos referentes a fontes de energia.

Ü Condição operacional – fase do projeto:

Esta ação destina-se a estudos de novos projetos, porém neste exercício esta ação teve pouca execução, pois o foco prioritário é a finalização dos empreendimentos UHE Passo São João, PCH Barra do Rio Chapéu, PCH João Borges e UHE São Domingos.

Ü Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos e fontes alternativas de energia.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	27.970	15.970	57,10
Física (%)	-	-	-

Fonte: DPO

Ação 8549 – Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Esta ação foi criada no final do ano de 2009 com a finalidade da Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Promover as ações de preservação e conservação do meio ambiente relacionadas aos projetos em operação, incluindo a obtenção de licenças ambientais de operação, além das relativas às questões sócio-ambientais decorrentes da implantação dos empreendimentos de geração e de transmissão.

Descrição	Considera a implementação de ações de preservação e conservação e sócio- ambientais inerentes aos empreendimentos em operação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

As atividades desenvolvidas nesta ação abrangem:

- Ü Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental, inclusive aquelas relacionadas à obtenção das Licenças de Operação - LO dos empreendimentos, conforme determinação da ANEEL;
- Ü Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas, tanto relativo aos empreendimentos de geração quanto ao sistema de transmissão, de acordo com exigências dos órgãos de controle ambiental;
- Ü Ações de natureza social e ambiental (por exemplo, Programa de Remanejamento da População Atingida) decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	5.687.702	3.750.594	65,94
Física (%)	-	-	-

Fonte: DPO

Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0807
Denominação	Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte a área operacional.
Público Alvo	Governo

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Realizar manutenção e obras de adequação para prolongar a vida útil de bens imóveis e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Descrição	Obras em bens imóveis e manutenção de instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telefonia em edificações contabilizadas no imobilizado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Os valores realizados nesta ação são decorrentes de serviços realizados no edifício sede, aquisição de transformador trifásico 1500 MVA encapsulado a vácuo e compra de equipamento para central de ar condicionado.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica R\$)	1.690.084	1.053.676	62,34
Física (%)	-	-	-

Fonte: DPO

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Aquisição e manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos para prolongar a vida útil e proporcionar melhor qualidade aos usuários.
Descrição	Contratação de serviços e aquisição de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos destinados à prestação do serviço público de transmissão e geração de energia elétrica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da aquisição de equipamentos gerais, dos quais destaca-se:

- ü instrumentos de teste;
- ü determinador de tensão interfacial em óleo isolante;
- ü projetores de multimídia;
- ü condicionadores de Ar Split;
- ü circuito fechado para TV;
- ü poltronas para o auditório da Sede;
- ü central telefônica; e
- ü veículos para renovação da frota.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	6.691.163	3.592.406	53,69
Física (%)	-	-	-

Fonte: DPO

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento para proporcionar melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Descrição	Contratação de equipamentos e serviços para adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento, contabilizados no imobilizado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

Unidade executora	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
--------------------------	-----------------------------------

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra software e hardware, entre os quais destaca-se:

- Notebook's, e Switches de Borda;
- Licença de Software de Metrologia, servidor de rede e de outros Software diversos;
- Solução de Firewall;
- Servidor de rede corporativo tipo lâmina;
- Licenças de software Wasp e de Sflowtrend-PRO;
- Workstation, Relógios Ponto e Cartões Ópticos;
- KVM IP, Cordões Ópticos, equipamentos e software de Radios VHF/FM Portáteis;
- Switch, sistema de telecomunicações óptico DWDM com topologia em anel;
- Sistema de telecomunicação óptico; e
- Sistema de comutação de pacotes.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC. / PREV. (%)
Econômica (R\$)	10.054.134	7.233.290	71,94
Física (%)	-	-	-

Fonte: DPO

Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física		Meta para 2012
							Prevista	Realizada	
25	752	0295	1050	Projeto	3	%	20,00	24,00	35,00
25	752	0295	1K88	Projeto	1	%	18,17	18,08	1,00
25	752	0295	1F91	Projeto	1	%	8,45	7,94	5,00
25	752	0295	10D6	Projeto	1	%	42,00	44,24	30,00
25	752	0295	10D7	Projeto	3	%	0,70	0,14	3,00
25	752	0295	12DQ	Projeto	3	%	14,59	11,29	32,00
25	752	0295	4471	Atividade	3	-	-	-	-
25	752	0295	2D94	Atividade	3	-	-	-	-
25	752	0295	13FD	Projeto	3	%	37,00	0,08	63,00
25	752	0295	13FF	Projeto	3	%	0,41	0,04	99,59
25	752	0295	128G	Projeto	3	%	1,00	0,02	2,00
25	752	0276	6508	Atividade	3	-	-	-	-
25	752	0276	8549	Atividade	3	-	-	-	-
25	752	0807	4101	Atividade	3	-	-	-	-
25	752	0807	4102	Atividade	3	-	-	-	-
25	752	0807	4103	Atividade	3	-	-	-	-

Fonte: DPO

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

Observação: Conforme previsto na Portaria-TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, as UJ que não se enquadram como órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, devem, promover os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades. Dessa forma, os quadros apresentados neste capítulo foram adaptados de acordo com os procedimentos e práticas da empresa na programação e execução orçamentária

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

- Identificação da Unidade Orçamentária - UO: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
- Programação das Despesas Correntes

Dispêndios Correntes	Decreto nº 7.417/10	Decreto nº 7.605/11
Pessoal e Encargos Sociais	263.314.655	280.994.274
Serviços de Terceiros	85.021.508	96.453.148
Utilidades e Serviços	4.794.930	5.279.696
Materiais e Produtos	43.785.551	140.584.195
Tributos e Encargos Parafiscais	129.316.883	151.318.287
Juros e Outros	102.712.617	123.064.627
<i>Operações Internas</i>	47.181.911	62.325.537
<i>Outras Fontes</i>	55.530.706	60.739.090
Outros Dispêndios Correntes	158.235.644	126.126.896
Total	787.181.788	923.821.123

- Programação das Despesas de Capital

Dispêndios de Capital	Decreto nº 7.417/10	Decreto nº 7.605/11
Investimento	717.917.054	691.729.127
Inversões Financeiras	425.182.000	826.817.531
Amortização de Principal	59.143.236	80.482.781
<i>Operações Internas</i>	30.932.145	36.453.108

<i>Outras Fontes</i>	<i>28.211.091</i>	<i>44.029.673</i>
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	10.000.000	3.576.823
Dividendos	26.569.075	88.462.621
Total	1.238.811.365	1.691.068.883

- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Dispêndios Correntes	Decreto nº 7.417/10	Decreto nº 7.605/11
Pessoal e Encargos Sociais	263.314.655	280.994.274
Serviços de Terceiros	89.816.438	101.732.844
Materiais	43.785.551	140.584.195
Outras Despesas	287.552.527	277.445.183
Total	684.469.171	800.756.496

2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

- Despesas de Contratação

O Volume de aquisições realizadas apresenta os seguintes dados:

Indicadores	2009	2010	2011
Nº. de Licitações Finalizadas	915	1037	456
Nº. de Itens Contratados	1.876	1970	1007
Contratações Formalizadas	1.082	1201	558
Valor das Contratações – R\$ mil	450.582	445.868	170.978

- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas Correntes	Realizado 2010*	Realizado 2011
Pessoal e Encargos Sociais	261.037.530	271.054.891
Serviços de Terceiros	77.061.168	95.066.915
Utilidades e Serviços	4.641.194	4.990.849
Materiais e Produtos	38.359.807	134.808.806

Tributos e Encargos Parafiscais	90.333.787	120.203.415
Juros e Outros	95.936.723	119.176.892
<i>Operações Internas</i>	46.971.106	61.584.993
<i>Outras Fontes</i>	48.965.617	57.591.899
Outros Dispendios Correntes	163.744.997	110.436.474
Total	731.115.206	855.738.242

* Divergente do informado no relatório de 2010, pois, em razão de alterações nas normas contábeis os números apresentados naquele eram preliminares.

- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Dispendios de Capital	Realizado 2010*	Realizado 2011
Investimento	627.867.787	620.258.400
Inversões Financeiras	408.617.887	744.102.696
Amortização de Principal	58.104.155	75.923.270
<i>Operações Internas</i>	29.891.390	36.510.475
<i>Outras Fontes</i>	28.212.765	39.412.795
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	20.449	715.365
Dividendos	19.330.294	98.203.561
Total	1.113.940.572	1.539.203.292

* Em 2010 não haviam sido informados os dividendos.

2.4.3. Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Indicadores Econômico-Financeiros

A) Custos com PMSO (%)

Este indicador quantifica a participação dos custos com PMSO em relação à ROL. Quanto menor for este valor maior a eficiência da empresa.

Fórmula = $PMSO/ROL$

Definições:

PMSO – Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

P - custos com pessoal;

M - custos com material;
S - custos com serviços de terceiros;
O – outros custos.

ROL – Receita Operacional Líquida (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre a Receita e Encargos Setoriais.

META 2011	REALIZADO 2011
54,9	61,9

B) Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)

Este indicador calcula a lucratividade da empresa, ou seja, quanto obteve Lucro/Prejuízo para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio. Quanto maior o valor maior a lucratividade da empresa.

Fórmula = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido

Definições:

Lucro Líquido – Lucro Líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício.

Patrimônio Líquido – Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

META 2011	REALIZADO 2011
3,1	2,5

C) Cobertura da Dívida (%)

Este indicador demonstra a capacidade da empresa em pagar o Serviço da dívida com a geração de caixa operacional. Quanto menor maior a capacidade de pagamento do Serviço da Dívida com a geração de caixa operacional.

Fórmula = Serviço da Dívida/EBITDA

Definições:

Serviço da dívida – Pagamento de empréstimos e financiamentos obtidos (principal mais encargos) (valor retirado da planilha de empréstimos do DOF).

EBITDA – Geração de caixa operacional – Lucro Operacional menos Receitas Financeiras mais Despesas Financeiras mais Depreciação (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

META 2011	REALIZADO 2011
76,6	71,3

D) Investimento Realizado (%)

Este indicador avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados. Quanto mais próximo de 1,00 significa que maior é a capacidade da realização dos investimentos aprovados.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{Investimento realizado}}{\text{Investimento aprovado}} \times 100$$

Definições:

Investimento realizado – Somatório dos investimentos corporativos e Parcerias efetivamente desembolsados.

Investimento aprovado – Somatório dos investimentos corporativos e Parcerias aprovados no orçamento.

META 2011	REALIZADO 2011
89,7	89,8

2.4.3.2. Indicadores Operacionais

E) Margem Operacional (%)

Este indicador analisa o desempenho da empresa. Quanto maior o indicador mais rentável é a empresa, ou seja, maior é o resultado operacional obtido para cada R\$ 1,00 vendido.

$$\text{Fórmula} = \text{Resultado Operacional} / \text{ROL}$$

Definições:

Resultado Operacional – Resultado do Serviço (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

ROL – Receita Operacional Líquida (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

META 2011	REALIZADO 2011
21,0	26,5

F) Produtividade (R\$ mil)

Este indicador analisa a proporção entre a Receita Líquida obtida pela empresa e o número de empregados. Quanto maior o indicador maior é a produtividade, mais receita é gerada por cada empregado.

Fórmula = ROL/nº de empregados

Definições:

ROL – Receita Operacional Líquida (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

META 2011	REALIZADO 2011
485,0	567,4

G) Parcela Variável Descontada em Transmissão

Afere a Parcela Variável a ser descontada por indisponibilidade dos ativos de transmissão.

Fórmula = $PVI = \frac{PB}{1440D} K_P (\sum_{i=1}^{NP} DVDP_i) + \frac{PB}{1440D} (\sum_{i=1}^{NO} Ko_i DVDP_i)$

Definições:

PB – Pagamento Base da função transmissão.

$\sum DVDP$ – Somatório da duração verificada de desligamento programado.

$\sum DVOD$ – Somatório da duração verificada de outros desligamentos.

K_P – Fator multiplicador para desligamento.

K_O – Fator multiplicador para outros desligamentos.

D – Número de dias do mês da ocorrência.

N_P – Número de desligamento programado.

N_O – Número de outros desligamentos.

META 2011	REALIZADO 2011
0,70	0,20

H) Satisfação dos Colaboradores (%)

O índice de satisfação dos colaboradores (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa de Clima Organizacional, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos colaboradores com relação aos aspectos do ambiente organizacional. Tem como output um plano de melhorias.

META 2011	REALIZADO 2011
63,0	69,9

2.4.3.3. Indicadores Socioambientais

I) Investimentos Sociais (%)

Este indicador analisa a proporção entre os investimentos sociais e a Receita Líquida obtida pela empresa. Quanto maior o indicador maior é o percentual da Receita Líquida aplicado em Investimentos Sociais.

Fórmula = Montante de Investimentos Sociais/ROL

Definições:

Montante de Investimentos Sociais – Somatório dos investimentos sociais realizados por área de atuação (Ex.: Saúde, Educação, Geração de Emprego e Renda).

ROL – Receita Operacional Líquida (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

META 2011	REALIZADO 2011
0,42	1,48

J) Investimentos Ambientais (%)

Este indicador analisa a proporção entre os investimentos ambientais e a Receita Líquida obtida pela empresa. Quanto maior o indicador maior é o percentual da Receita Líquida aplicado em Investimentos Ambientais.

Fórmula = Montante de Investimentos Ambientais/ROL

Definições:

Montante de Investimentos Ambientais – Somatório dos investimentos ambientais realizados em Ativos em Estudo, Ativos em Construção e Ativos em Operação.

ROL – Receita Operacional Líquida (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício).

META 2011	REALIZADO 2011
0,65	1,06

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Conforme consta no capítulo 3 da Portaria TCU 123/2011, a abrangência deste item é para Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e que são usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o que não é o caso da Eletrosul.

4. Informações de Restos a Pagar e os Saldos de Exercícios Anteriores

Conforme consta no capítulo 4 da Portaria TCU 123/2011, a abrangência deste item é para Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e que são usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o que não é o caso da Eletrosul.

5. Informações sobre recursos humanos

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1.672	1.565	83	134
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1.565	83	134
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1.554	83	134
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		11		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	1.672	1.565	83	134

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	18
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	Não se aplica
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2) Saúde Acidente de Trabalho e Gestação	33
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	57

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		3		
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento superior		3		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		2		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas		98	0	0
2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão		98		
2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3.Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		101		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	264	438	454	279	21
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	264	438	454	279	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	3	21	45	28	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	3	21	45	28	1
3. Totais (1+2)	267	459	499	307	22

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				14	718	486	235		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						2	1		
2.3. Funções gratificadas						43	55		
3. Totais (1+2)				14	718	531	291		

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Os Quadros A.5.6 e A.5.7 não se aplicam à Eletrosul, pois esta não faz gestão de servidores inativos e pensionistas.

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área Fim	51	49	55	50	252.745,23
1.2. Área Meio	47	54	57	59	267.524,42
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim	25	22	24	29	249.698,51
2.2. Área Meio	11	14	11	14	125.072,00
3. Total (1+2)	134	139	147	152	895.040,15

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.9a - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	92.998.171,67		9.734.706,08	17.893.729,11	25.313.235,33	3..656.205,22	24.632.289,72			
	2010	76.260.256,88		8.235.763,08	18.798.474,06	168.605,57	2.820.768,27	19.680.561,76			
	2009	69.900.435,83		7.191.442,89	18.579.878,80		739.829,11	20.117.547,28			
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	5.234.533,05									
	2010	13.036.647,11									
	2009	5.234.533,05									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	10.713.569,46		4..395.539,16	1.318.894,72	168.605,57	269.970,90	2.283.408,89			
	2010	9.020.869,55		3.940.552,67	1.597.086,07	513.106,27	212.447,14	1.847.371,68			
	2009	9.2383.211,07		3.707.876,68	3.262.272,95		35.575,46	1.919.465,22			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

No valor informado nos Servidores Cedidos com ônus ou Licença constam os Anistiados.

Quadro A.5.9b – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Vide observações abaixo.					
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>Esclarecemos que na Eletrosul existem duas situações sobre serviços terceirizados, a saber:</p> <p>I – Decorrentes do Decreto nº 2.271/97, que não implicam na substituição em razão da natureza e caracterização de serviço contínuo (vigilância, limpeza, etc.); e</p> <p>II – Serviços sazonais para atendimento à situação temporária e específica de obras/empreendimentos, principalmente no que se refere à construção e implementação de projetos e empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica.</p> <p>Neste sentido, esclarecemos que, nesta situação, está ausente o caráter perene ou permanente da mão-de-obra alocada através dos contratos de terceirização realizados pela Eletrosul, e afigura-se desviada a finalidade ou o propósito do plano de substituição sugerido abaixo.</p> <p>Em outras palavras, a sugestão indicada representa uma medida inócua para a Empresa e não atende as suas necessidades, uma vez que as contratações ocorrem para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme autoriza o art. 37, IX, e artigo 173, § 1º, ambos da Constituição Federal, e não para suprir a carência de pessoal efetivo.</p> <p>Assim, entendemos prejudicado o atendimento das informações constantes dos Quadros “A.5.9b, A.5.10 e A.5.11”.</p>					

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Vide observações do quadro A.5.9b.		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
Vide observações do quadro A.5.9b.			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.12 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S	
							P / C	
29/11/2008	L	O	90580323	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP
29/11/2008	L	O	90580323	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP
29/11/2008	L	O	90580324	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	F	AP
29/11/2008	L	O	90580324	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP
20/02/2009	L	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2012	F	AP
20/02/2009	L	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2012	M	AP
20/02/2009	L	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2012	M	AP
20/02/2009	L	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2012	F	AP
20/02/2009	L	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	25/05/2011	28/02/2012	F	A
20/02/2009	L	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	03/11/2009	28/02/2012	F	AP
01/07/2009	L	O	90591185	07.006.622.-000.1-76	01/07/2009	12/07/2012	F	AP
01/07/2009	L	O	90591185	07.006.622.-000.1-76	01/07/2009	12/07/2012	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	M	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	23/02/2011	07/02/2013	M	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	24/02/2011	07/02/2013	M	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	01/03/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	18/03/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	M	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/0		

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S	
							P / C	
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	M	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	M	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	M	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/11/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2012	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013		AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	M	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	08/02/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	04/12/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	01/12/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	14/12/2010	07/02/2013	F	AP
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	01/01/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	01/01/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	01/01/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	27/07/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	01/08/2011	16/01/2012	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	05/08/2011	07/02/2013	F	A
22/01/2010	L	O	91300017	07.200.004.-000.1-62	10/08/2011	07/02/2013	F	A
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	M	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	M	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	M	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	M	AP
29/03/2010	L	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	08/04/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	F	AP

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S P / C	
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	F	AP
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	M	AP
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	M	AP
29/03/2010	L	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	L	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	F	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	10/02/2012	M	AP
27/09/2010	L	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
28/04/2011	L	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
28/04/2011	L	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
28/04/2011	L	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
28/04/2011	L	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
21/11/2011	L	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	L	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	F	A
21/11/2011	L	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	F	A
21/11/2011	L	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	L	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	F	A
31/01/2007	V	O	90570006	87.134.086.-000.2-04	01/03/2007	28/02/2012	M	AP
31/01/2007	V	O	90570007	83.424.762.-000.1-42	01/03/2007	28/02/2012	F	AP
31/01/2007	V	O	90570007	83.424.762.-000.1-42	31/01/2007	28/02/2012	F	AP
31/01/2007	V	O	90570007	83.424.762.-000.1-42	31/01/2007	28/02/2012	M	AP
31/01/2007	V	O	90570007	83.424.762.-000.1-42	31/01/2007	28/02/2012	M	AP
26/05/2009	V	O	90591134	07.990.946.-000.1-91	26/05/2009	30/06/2012	F	AP

[illegible]

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S P / C	
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	14/12/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.1-59	17/03/2010	31/03/2012	F	AP
17/03/2010	V	O	91300045	00.624.637.-000.				

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S P / C	
05/07/2010	V	O	91300159	07.200.004.-000.1-62	05/07/2010	06/08/2012	M	AP
05/07/2010	V	O	91300159	07.200.004.-000.1-62	10/08/2010	06/08/2012	M	AP
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	06/05/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	07/05/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	06/05/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S	
		P / C						
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	06/05/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	F	A
24/03/2011	V	O	91311082	04.281.402.-000.1-62	24/03/2011	06/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	M	A
11/05/2011	V	O	91311112	11.933.418.-000.1-78	11/05/2011	10/05/2012	F	A
11/05/2011	V	O	91311112					

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
							F / M / S	
					Início	Fim	P / C	
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	10/06/2011	24/06/2012	F	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	F	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	F	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	F	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	F	A
10/06/2011	V	O	91311141	08.938.288.-000.1-51	25/06/2011	24/06/2012	M	A
TOTAL = 271								
Observações:								
LEGENDA								
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.								
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Nível de Escolaridade: (F) Ensino F; (M) Ensino M; (S) Ensino S.								
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
							F / M / S	
					Início	Fim	P / C	
11/04/2011	11	O	80812010	09.016.469.-000.1-93	11/04/2011	01/05/2012	F	A
10/11/2011	7	O	80812019	04.231.640.-000.1-63	17/11/2011	17/11/2012	F	A
29/04/2010	7	O	80901024	09.201.726.-000.1-67	30/04/2010	30/04/2012	M	AP
01/08/2008	14	O	80980063	07.990.946.-000.1-91	01/09/2009	31/08/2012	M	AP
18/03/2009	7	O	80991016	07.990.946.-000.1-91	10/06/2011	31/03/2013	F	A

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
							F / M / S	
					Início	Fim	P / C	
18/03/2009	7	O	80991016	07.990.946.-000.1-91	18/03/2009	31/03/2013	M	AP
18/03/2009	7	O	80991016	07.990.946.-000.1-91	01/04/2009	31/03/2013	M	AP
18/03/2009	9	O	80991016	07.990.946.-000.1-91	01/04/2009	31/03/2012	M	AP
03/02/2011	7	O	81011404	82.411.885.-000.1-86	02/03/2011	01/03/2012	M	A
05/05/2008	14	O	81088073	03.149.832.-000.1-62	05/05/2008	04/05/2012	M	AP
20/01/2010	7	O	81101003	07.006.622.-000.1-76	18/02/2010	17/02/2012	M	AP
07/04/2010	8	O	81101029	84.965.706.-000.1-88	07/04/2010	11/04/2012	M	AP
16/05/2011	7	O	81111070	10.762.976.-000.1-55	16/05/2011	31/05/2012	M	A
16/05/2011	7	O	81111071	13.044.049.-000.1-98	01/06/2011	31/05/2012	M	A
08/07/2011	7	O	81111088	12.922.080.-000.1-11	19/09/2011	18/09/2012	M	A
08/07/2011	7	O	81111088	12.922.080.-000.1-11	03/11/2011	18/09/2012	M	A
17/05/2010	5	O	81201059	07.006.622.-000.1-76	17/05/2010	31/12/2012	M	AP
17/05/2010	5	O	81201059	07.006.622.-000.1-76	17/05/2010	31/12/2012	M	AP
17/05/2010	5	O	81201059	07.006.622.-000.1-76	17/05/2010	31/12/2012	M	AP
11/08/2010	7	O	83201025	01.048.117.-000.1-08	11/08/2010	10/08/2012	F	AP
11/08/2010	7	O	83201025	01.048.117.-000.1-08	11/08/2010	10/08/2012	M	AP
12/08/2010	14	O	83201026	08.190.855.-000.1-34	12/08/2010	11/08/2012	M	AP
15/07/2011	9	O	83211012	09.284.904.-000.1-60	15/07/2011	31/07/2012	M	A
15/07/2011	9	O	83211012	09.284.904.-000.1-60	01/08/2011	31/07/2012	M	A
15/07/2011	9	O	83211013	13.044.049.-000.1-98	15/07/2011	31/07/2012	S	A
15/07/2011	9	O	83211013	13.044.049.-000.1-98	02/08/2011	31/07/2012	S	A
26/09/2008	7	O	83280015	09.284.904.-000.1-60	01/10/2008	30/09/2012	M	AP
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	12/08/2008	11/08/2012	F	AP
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	12/08/2008	11/08/2012	F	AP
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	12/08/2008	11/08/2012	M	AP
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	16/05/2011	11/08/2012	M	A
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	12/08/2008	11/08/2012	F	AP
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	12/08/2008	11/08/2012	F	AP
31/07/2008	6	O	90580191	09.284.904.-000.1-60	12/08/2008	11/08/2012	M	AP
30/09/2008	11	O	90580268	85.223.659.-000.1-60	13/10/2008	12/10/2012	M	AP
30/09/2008	11	O	90580268	85.223.659.-000.1-60	26/11/2010	12/10/2012	M	AP
29/11/2008	11	O	90580323	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP
29/11/2008	11	O	90580323	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP
29/11/2008	11	O	90580323	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	F	AP
29/11/2008	11	O	90580324	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	F	AP
29/11/2008	11	O	90580324	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S P / C	
29/11/2008	11	O	90580324	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	F	AP
29/11/2008	11	O	90580324	07.006.622.-000.1-76	29/11/2008	10/12/2012	M	AP
20/02/2009	11	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2012	F	AP
20/02/2009	11	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2012	F	AP
20/02/2009	11	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	20/02/2009	28/02/2013	F	AP
20/02/2009	11	O	90591009	03.025.365.-000.1-69	03/11/2009	28/02/2012	F	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	F	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	11/08/2011	04/03/2013	M	A
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	04/03/2013	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	15/03/2011	04/03/2013	M	A
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	05/03/2009	09/01/2012	M	AP
05/02/2009	11	O	90591013	07.200.004.-000.1-62	21/03/2011	04/03/2013	F	A
26/02/2009	14	O	90591025	04.846.138.-000.1-67	26/02/2009	15/03/2012	F	AP
26/02/2009	14	O	90591025	04.846.138.-000.1-67	26/02/2009	15/03/2012	F	AP
26/02/2009	14	O	90591025	04.846.138.-000.1-67	26/02/2009	15/03/2012	F	AP
06/03/2009	7	O	90591046	07.990.946.-000.1-91	06/03/2009	05/03/2012	M	AP
06/03/2009	7	O	90591046	07.990.946.-000.1-91	06/03/2009	05/03/2012	M	AP
06/03/2009	7	O	90591046	07.990.946.-000.1-91	06/08/2011	05/03/2012	M	A
10/03/2009	14	O	90591051	07.562.469.-000.1-63	01/04/2011	01/04/2012	F	A
17/03/2009	14	O	90591060	07.990.946.-000.1-91	01/04/2009	31/03/2012	M	AP
29/03/2010	11	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	M	AP
29/03/2010	11	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300071	07.006.622.-000.1-76	29/03/2010	28/03/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	01/07/2011	08/04/2012	F	A
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	12/06/2010	08/04/2012	F	AP
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	M	AP
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2010	08/04/2012	M	AP
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2011	08/04/2012	M	A

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
							F / M / S	
					Início	Fim	P / C	
29/03/2010	11	O	91300094	00.482.840.-000.1-38	09/04/2011	08/04/2012	F	A
26/07/2010	6	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	06/02/2012	F	AP
26/07/2010	11	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
26/07/2010	11	O	91300203	09.016.469.-000.1-93	26/07/2010	01/08/2012	F	AP
30/07/2010	11	O	91300207	07.243.986.-000.1-70	11/08/2010	10/08/2012	M	AP
30/07/2010	11	O	91300207	07.243.986.-000.1-70	11/08/2010	10/08/2012	M	AP
30/07/2010	11	O	91300207	07.243.986.-000.1-70	11/08/2010	10/08/2012	M	AP
30/07/2010	11	O	91300207	07.243.986.-000.1-70	11/08/2010	10/08/2012	F	AP
13/08/2010	7	O	91300219	07.006.622.-000.1-76	13/08/2010	31/08/2012	M	AP
13/08/2010	7	O	91300219	07.006.622.-000.1-76	19/05/2011	31/08/2012	S	A
13/08/2010	7	O	91300219	07.006.622.-000.1-76	13/12/2011	16/03/2012	M	A
27/09/2010	11	O	91300282	07.006.622.-000.1-76	27/09/2010	22/11/2012	M	AP
08/11/2010	5	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	08/11/2010	30/11/2012	M	AP
08/11/2010	5	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	04/12/2011	30/11/2012	M	A
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	01/12/2010	30/11/2012	S	AP
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	01/12/2010	30/11/2012	M	AP
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	01/12/2010	30/11/2012	M	AP
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	27/12/2010	30/11/2012	M	AP
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	16/03/2011	30/11/2012	M	A
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	16/11/2010	30/01/2012	M	AP
08/11/2010	7	O	91300339	07.006.622.-000.1-76	27/12/2010	30/11/2012	M	AP
28/01/2011	5	O	91311027	93.931.749.-000.1-33	16/02/2011	15/04/2012	M	A
28/01/2011	5	O	91311027	93.931.749.-000.1-33	16/02/2011	15/04/2012	M	A
28/01/2011	5	O	91311027	93.931.749.-000.1-33	16/02/2011	15/04/2012	M	A
28/01/2011	5	O	91311027	93.931.749.-000.1-33	16/02/2011	15/04/2012	M	A
28/01/2011	5	O	91311027	93.931.749.-000.1-33	16/02/2011	15/04/2012	M	A
28/01/2011	5	O	91311027	93.931.749.-000.1-33	16/02/2011	15/04/2012	M	A
04/04/2011	7	O	91311088	00.753.310.-000.1-87	04/04/2011	12/04/2012	F	A
04/04/2011	7	O	91311088	00.753.310.-000.1-87	04/04/2011	12/04/2012	M	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	M	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	M	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	M	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	M	A

Unidade Contratante								
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.								
UG/Gestão: NA				CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos								
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.	Sit.
					Início	Fim	F / M / S	
							P / C	
28/04/2011	11	O	91311113	84.965.706.-000.1-88	28/04/2011	27/04/2012	F	A
25/05/2011	7	O	91311143	07.006.622.-000.1-76	26/08/2011	27/06/2012	M	A
25/05/2011	7	O	91311143	07.006.622.-000.1-76	28/06/2011	27/06/2012	M	A
25/05/2011	7	O	91311143	07.006.622.-000.1-76	28/06/2011	27/06/2012	S	A
25/05/2011	7	O	91311143	07.006.622.-000.1-76	28/06/2011	27/06/2012	S	A
27/09/2011	6	O	91312035	07.006.622.-000.1-76	27/09/2011	26/09/2012	F	A
27/09/2011	6	O	91312035	07.006.622.-000.1-76	27/09/2011	26/09/2012	F	A
27/09/2011	11	O	91312035	07.006.622.-000.1-76	27/09/2011	26/09/2012	F	A
27/09/2011	11	O	91312035	07.006.622.-000.1-76	27/09/2011	26/09/2012	F	A
25/10/2011	14	O	91312059	07.006.622.-000.1-76	25/10/2011	24/10/2012	M	A
25/10/2011	14	O	91312059	07.006.622.-000.1-76	25/10/2011	24/10/2012	F	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	F	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	F	A
21/11/2011	11	O	91312099	04.970.088.-000.1-25	23/11/2011	20/11/2012	M	A
TOTAL = 133								
Observações:								
LEGENDA								
Área:								
1. Conservação e Limpeza; 8. Reprografia;								
2. Segurança; 9. Telecomunicações;								
3. Vigilância; 10. Manutenção de bens móveis								
4. Transportes; 11. Manutenção de bens imóveis								
5. Informática; 12. Brigadistas								
6. Copeiragem; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes (próxima tabela)								
7. Recepção; 14. Outras								
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

QUADRO A.5.13 (CONT.) - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante									
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.									
UG/Gestão					CNPJ: 00.073.957/0001-68				
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Esc.		Sit.
					Início	Fim	M		
							P	C	
2010	13	O	90901055	03.772.576/0001-65	2010	2012	7	6	A
2010	13	O	90901054	03.775.069/0001-85	2010	2012	5	5	A
2010	13	O	90901052	03.774.688/0001-55	2010	2012	67	67	A
2010	13	O	90901053	03.776.284/0001-09	2010	2012	12	12	A
TOTAL							91	90	
Observação:									
Os jovens contratados pelo programa Jovem Aprendiz da Eletrosul, tiveram seus contratos assinados em 2011 durante a vigência dos contratos nº 90901052, 90901053, 90901054 e 90901055 com duração conforme grade curricular estabelecida pelos SENAIs das 4 regiões (MS, PR, RS e SC).									
LEGENDA									
Área:									
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;									
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em 2011 o quadro próprio da Eletrosul decresceu 3,18%. Foram 83 (oitenta e três) empregados admitidos por intermédio de Concurso Público (Edital 001/2008) e 11 (onze) empregados que retornaram ao serviço nos termos da Lei 8.878, de 11/05/1994. Ressalta-se que o retorno desses empregados anistiados pela referida Lei, conforme Orientação Normativa MPOG/RH nº 04 de 09/07/2008, não oneram o limite de 1.672 vagas estabelecidas pela Portaria MP nº 19 de 28/12/2006 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Desta forma o grau de ocupação do limite de vagas da empresa em 2011 foi de 92,94% do total estabelecido.

Em 2011 também ocorreram 134 (cento e trinta e quatro) desligamentos, sendo que 86,67% dos casos provêm do Plano de Readequação Programada do Quadro de Pessoal (PREQ). O PREQ é composto pelos seguintes programas: (a) Programa de Repasse de Conhecimentos (PRC) - destinado à retenção do conhecimento crítico da Empresa; (b) Programa de Bônus para o Desligamento Voluntário por Cumprimento de Metas (PCM) - como estímulo ao repasse do conhecimento na quantidade e qualidade exigida pela Empresa; (c) Programa de Orientação para a Aposentadoria (POPA) - voltado para a preparação psicossocial de empregados e cônjuges no que diz respeito à aposentadoria e os seus reflexos.

O quadro a seguir apresenta a evolução do número de empregados nos três últimos exercícios.

Quadro Funcional	Dez/2009	Dez/2010	Dez/2011
Empregados	1.556	1.605	1.554
Empregados Anistiados (Lei 8.878/94)	24	112	121
QUADRO PRÓPRIO DE EMPREGADOS	1.580	1.717	1.675
(+) Admissões	82	114	83
(+) Readmissões de Empregados Anistiados (Lei 8.878/94)	24	88	9
(-) Desligamentos	109	65	134
VARIAÇÃO DO QUADRO PRÓPRIO	(3)	137	(42)
Requisitados	7	8	11

Educação Corporativa

A atividade de Educação Corporativa na Eletrosul, em 2011, teve como prioridade a adoção de novas ações educacionais, alinhadas com os conceitos de gestão por competências. Além disso, buscou a realização de práticas pedagógicas que proporcionassem maior eficácia no processo ensino – aprendizagem. O grande foco de 2011 foi centrado na unificação das práticas de educação corporativa em todas as empresas Eletrobras, por meio de um alinhamento das ações de desenvolvimento de pessoas com as estratégias de negócios, visando ao fortalecimento do seu capital intelectual e humano.

Indicadores	2009	2010	2011
Empregados Treinados	1.345	1.595	1.494
Homem Hora Treinado	93.707	99.311	117.677
Média Hora Treinamento	55	56	65
Índices Empregados Treinados (%)	80,1%	90,31%	82,90%
Força de Trabalho Treinada (%)	2,90%	2,92%	3,40%
Investimento Total - (R\$ mil)	3.919	3.371	4.004
Valor Médio Investido por Empregado Treinado (R\$ mil)	2,9	2,1	2,7

Obs: Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram na Empresa no ano correspondente, sendo que, em 2011, o total considerado foi na ordem de 1.802 empregados.

Pesquisa de Clima Organizacional

A Empresa desenvolveu, em conjunto com as demais empresas Eletrobras, a II Pesquisa Unificada de Clima Organizacional, que foi encaminhada a 100% dos empregados através da distribuição de senhas, sendo que 843 empregados participaram da pesquisa, correspondendo a 54,7% de participação. Até 31/12/2011 não tinha sido ainda divulgado o resultado da pesquisa.

Gestão da Segurança e Saúde dos Empregados

No que diz respeito à gestão de saúde, a Empresa atua em duas grandes frentes junto aos seus empregados, considerando os contextos: a saúde ocupacional e a assistencial. Quanto à gestão da saúde ocupacional, que compreende a segurança do trabalho, bem-estar social e qualidade de vida, a

Empresa desenvolve um trabalho que visa a preservação da integridade, bem-estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional. Assim, desenvolve um programa de ações integradas denominado PESSOAS - Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional, que engloba atividades de prevenção por meio da supervisão e acompanhamento de segurança, saúde e acompanhamento social das equipes operacionais, bem como programas focados no condicionamento físico, gestão da ergonomia, e outros como: Programa Saúde é Vida, Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Álcool e Outras Drogas, Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Programa 3D1 - Terceira de Primeira (gestão de segurança e saúde de empregados terceirizados) e Programa de Qualidade de Vida.

No que se refere à saúde assistencial, a Empresa oferece um Plano de Recuperação da Saúde, por meio dos Sistemas de Reembolso e Credenciamento, com cobertura parcial das despesas com saúde, compreendendo assistência médico-hospitalar, odontológica, farmacêutica, fisiátrica, radiológica, laboratorial, quimioterápica, psicológica, fonoaudiológica, foniátrica, nutricional, a órteses e próteses, a pessoas com deficiência e a tratamentos de alto custo. Com relação a acidentes e doenças ocupacionais, têm-se os seguintes resultados:

Segurança do Trabalho		2009	2010	2011
Acidentes	Típicos	9	13	19
	Fatais	0	0	0
Doenças Ocupacionais		0	0	0

O direcionamento e a qualidade de investimentos na gestão da saúde ocupacional e segurança do trabalho vêm contribuindo para a manutenção de nenhuma ocorrência de acidentes fatais e de doenças ocupacionais nos últimos anos. A taxa de absenteísmo da Eletrosul, incluindo os terceirizados, foi de 2,27% e a rotatividade de 8%.

6. Informação sobre as Transferências realizadas no exercício

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	80680044	Prefeitura Municipal de Roque Gonzalez - RS	117.210,00	7.210,00	44.000,00	110.000,00	23/12/08	22/04/12	1
1	81201080	Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga	992.407,32	399.098,80	-	-	01/07/10	30/06/11	4
3	83201007	Prefeitura Municipal de Itá - SC	63.618,02	15.904,51	63.618,02	63.618,02	01/06/10	30/09/11	4
3	83201017	Prefeitura Municipal de Itá - SC	104.940,00	serviços	104.940,00	104.940,00	01/06/10	31/10/11	4
1	90901063	Associação Transmissão da Cidadania e do Saber	492.670,53	0,00	471.445,21	471.445,21	21/01/2011	21/12/2011	4
1	91300235	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC - CNPJ/MF nº 04.310.564/0001-81	958.193,00	0,00	893.925,00	893.925,00	24/01/2011	20/12/2011	4

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	90911036	Associação dos Empregados da ELETROSUL - ELASE - CNPJ: 83.477.646.00001-91	898.000,00	0,00	771.295,56	771.295,56	29/12/.2011	10/02/2012	1
1	Eletrosul nº 80510008 (0001/2010-CEEE-ELETROSUL-PUCRS)	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA - UBEA, mantenedora da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	178.050,00 sendo: 85.200,00 da Eletrosul, 85.200,00 da CEEE-GT e 7.650,00 da UBEA/PUCRS	Disponibilização de espaço físico de 30 m², infraestrutura e equipamentos para o Desenvolvimento do Plano de Trabalho (Anexo II do Convênio), no valor equivalente a R\$ 7.650,00	85.200,00	85.200,00	01/06/10	31/05/12	1
3	80601019	Conselho Comunitário de Três Lagoas - MS	389.157,80	69.157,80	66.971,66	293.500,40	01/07/10	01/07/12	1
1	84240001	Ministério de Minas e Energia	1.516.000,00	1.262.500,00	5.427,50	358.321,19	24/09/04	31/12/12	1
1	84380001	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	285.406,08	-	-	-	16/03/08	31/12/12	Ativo

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	88200004	Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi	924.594,00	-	139.695,08	306.002,06	05/04/10	04/02/13	1
1	88200021	Universidade Estadual de Maringá	323.773,34	194.833,34	79.009,75	79.009,75	21/02/11	20/02/13	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	4	11	18	2.489.998,10	2.522.426,81	2.459.045,57
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		9	2	235.529,68	0,00	25.163,66
Termo de Compromisso						
Totais	4	20	20	2.725.527,78	2.522.426,81	2.484.209,23

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	7	4.243.033,42	1.709.828,56	726.750,43	40,3%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	389.157,80	293.500,40	26.499,60	75,4%
Termo de Compromisso					
Totais	8	4.632.191,22	2.003.328,96	753.250,03	43,2%

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado – Valores em R\$ 1,00)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	7	1	-
		Montante Repassado	2.404.798,10	66.971,66	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3	2	-
		Montante Repassado	85.200,00	168.558,02	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	10	-	-
		Montante Repassado	2.500.426,81	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	22.000,00	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	18	-	-
		Montante Repassado	2.459.045,57	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			7	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	7	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$ 1,00)		2.404.798,10	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
Montante repassado (R\$)			-	-	
2010	Quantidade de contas prestadas			10	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		10	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$ 1,00)		-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			18	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Análise Crítica dos Convênios 2011

No tocante ao Convênio 81201080, para dotar em regime de mútua cooperação a pavimentação com pedra irregular, nas Ruas Hipólito Ribeiro e Propício Mena Barreto, que dão acesso à Subestação Missões, num total de 2,672 quilômetros, no Município de São Luiz Gonzaga - RS, com prazo de vigência 12 (doze) meses, no valor de R\$ 992.407,32, sendo R\$ 593.308,52 de responsabilidade da ELETROSUL e R\$ 399.098,80 da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga, informamos que o mesmo encontra-se em fase de encerramento por término da vigência contratual, sem a execução do seu objeto, uma vez que o município não cumpriu a sua contrapartida. Outrossim, através das cartas CE DES-0035/2011, de 24/01/2011, e CE DES-0110/2011, de 03/03/2011, foram feitas tratativas e alertas ao citado município conveniado, no sentido de se dar início às atividades previstas no acordo, pelo que não se obteve a execução das obras previstas. Através da CE DES-0163/2012, de 26/03/2012, foi comunicado à Prefeitura do Município de São Luiz Gonzaga o término da vigência do convênio em comento. Quanto aos desembolsos previstos para a Eletrosul, os mesmos não ocorreram em função do exposto anteriormente.

Com relação aos termos de cooperação 83201007 e 83201017, os recursos foram em repasse único no início do contrato e a Prestação de Contas apresentada no exercício subsequente. Os recursos foram aplicados com eficiência e eficácia tanto em materiais como em mão de obra. A fiscalização

foi realizada por meio de visitas à prefeitura e no local da execução. Os objetos dos Termos foram desenvolvidos dentro dos prazos pactuados, ou seja, conforme os Planos de Trabalho apresentados.

No tocante ao convênio 80510008, em 11/05/2011 foi assinado o Termo aditivo nº 1, alterando cronograma de trabalho e prorrogando o prazo de vigência para 31/05/2012. Já houve a consecução do objeto deste convênio e a UBEA está encaminhando a prestação de contas.

Quanto ao 84240001, trata-se de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre ELETROSUL e União por intermédio do Ministério das Minas e Energia – MME, tendo como objeto, atividades que se tornem necessárias para a execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRC-PRODEEM, criado pelo Decreto Federal de 27 de dezembro de 1994. O convênio foi submetido a oito aditivos no que tange a vigência do mesmo, em observação a todos os ritos normativos internos e externos. O Convênio encontra-se em andamento, está adimplente, ocorreram “transferências” (contrapartidas) financeiras no exercício 2011. As contrapartidas contratuais realizadas pela Conveniente ELETROSUL nos exercícios 2009, 2010 e 2011 totalizam R\$ 8.417,98 (oito mil quatrocentos e dezessete reais e noventa e oito centavos). Todas as prestações de contas foram realizados de forma eficiente e eficaz, conforme cláusulas contratuais estabelecidas e em observação a normatização dos controles de gestão das áreas envolvidas neste processo. Todos os planos de trabalho, inclusive fiscalização in loco da execução dos mesmos e seus cronogramas foram observados e cumpridos.

O objeto do convênio nº 84380001 visa realizar, em regime de mútua cooperação, o aprimoramento, implantação e manutenção dos Sistemas de Gestão de Comercialização de Energia AJURI-GC (Faturamento) e SISCON (Controle dos Contratos de Venda de Energia), de modo a permitir a eficiente operação dos mesmos, o que possibilitará uma gestão racional e integrada pelas empresas partícipes. O Sistema AJURI da Eletronorte está em uso pela Eletrosul, porém, não foram efetuadas transferências de recursos entre as partes.

Nos convênios de número 88200004 e 88200021 não foram evidenciadas situações de inadimplência. As transferências realizadas estão em conformidade com os respectivos instrumentos de Convênio e atreladas à aprovação das prestações de contas. A área técnica do CECS – Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (formado por COPEL e Eletrosul para a execução das obras da UHE Mauá) verificou os relatórios de prestações de contas emitidos pelos conveniados e emitiu os Atestados de Cumprimento de Eventos Contratuais CCEC-0196/2011, relativo à 6ª parcela do convênio 88200004, e ACEC CHM-001/2012, relativo à 1ª parcela do convênio 88200021. A aprovação das prestações de contas e o pagamento foram feitos pela área financeira do CECS. A documentação de comprovação técnica está arquivada no CECS, em Curitiba, nas pastas individuais dos processos, e a documentação de prestação de contas foi arquivada pelo Departamento de Contabilidade, após aprovação e pagamento pelo Departamento de Operações Financeiras, ambos da Eletrosul, em Florianópolis. O processo de pagamento tem a gestão do Departamento de Operações Financeiras e o controle da documentação física destes Convênios tem a gestão da Coordenação da Hidrelétrica de Mauá (CECS/ Eletrosul). Em janeiro de 2012, representantes do COPATI – Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi, convênio 88200004, apresentaram ao CECS (COPEL e Eletrosul) um vídeo sobre o resgate arqueológico na área da UHE Mauá, parte do projeto de Convênio. Em fevereiro de 2012, a CHM visitou as dependências da UEM – Universidade Estadual de Maringá, vinculada ao convênio 88200021, quando pode ser confirmada a execução das etapas do convênio até aquela data.

Nos convênios de número 80680044, 80601019 não foram evidenciadas situações de inadimplência. O conteúdo textual dos convênios são cancelados pela Assessoria Jurídica - AJU e as transferências realizadas estão em conformidade ao instrumento dos Convênios e aprovação das prestações de contas, sendo que nenhuma parcela é paga sem a prestação de contas da etapa anterior. Quanto as análises das prestações de contas, a área técnica efetua o Atestado de cumprimento dos eventos contratuais (Gestor e Fiscal) e a área financeira aprova a prestação de contas e o pagamento. Toda a documentação da comprovação técnica esta arquivada nas pastas dos processos e a documentação de prestação de contas é arquivada pelo Departamento de Contabilidade após aprovada e paga pelo Departamento de Operações financeiras. O processo de pagamento tem a Gestão do Departamento de Operações Financeiras e o controle da gestão física destes Convênios tem a Gestão do Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente, ambos com estruturas capazes de garantir a eficiência e eficácia de acompanhamento destes Convênios. Salientamos ainda que todo convênio passa por análise jurídica e é aprovado pelo Diretor-Presidente e mais um Diretor.

Com relação ao convênio nº 90901063, trata-se de execução do Programa de Preparação Profissional para o Primeiro Emprego, que objetiva facilitar o ingresso no mercado de trabalho de jovens com idade entre 18 e 24 anos, sem experiência profissional formal. É conduzido pela ONG Associação Transmissão da Cidadania e do Saber, criada pela Eletrosul e todos os requisitos do convênio foram cumpridos com eficácia e eficiência, atingindo satisfatoriamente os objetivos do Programa e do convênio.

O convênio de nº 91300235, firmado com o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, refere-se à administração e operacionalização de Programa de Estágio Curricular, em áreas localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Também atendeu satisfatoriamente ao programado.

Já o convênio nº 90911036 celebrado com a Associação dos Empregados da ELETROSUL – ELASE está relacionado com o desenvolvimento, em regime de mútua cooperação, do Projeto ELETROSUL em Movimento, que visa à promoção da integração dos empregados e familiares em torno da prática esportiva e recreativa no contexto da comemoração do aniversário da empresa. Atingiu plenamente aos objetivos propostos.

7. Declaração sobre os Sistemas SIASG e SICONV

Declaramos que as informações referentes a contratos são disponibilizadas e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece o art. 19, § 3º, da Lei nº 12.309/2010.

Com relação ao SICONV, não se aplica à Eletrosul, nos termos do Art. 1º da Portaria Interministerial 127/2008.

Declaração assinada na página a seguir.

**QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS
NO SIASG E SICONV**

DECLARAÇÃO

Eu, Tarcísio Kemper, CPF nº 376.096.379-04, Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI, exercido na Eletrosul Centrais Elétricas S.A., declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Com relação ao SICONV, o mesmo não se aplica à Eletrosul, nos termos do Art. 1º da Portaria Interministerial 127/2008.

Florianópolis, 03 de abril de 2012.


Tarcísio Kemper
CPF nº 376.096.379-04
Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI

8. Declarações de Bens e Rendas

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	98		
	Entregaram a DBR	98		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Análise Crítica

A entrega das declarações de bens e renda é um pré-requisito para a posse no cargo de todos os gerentes da Eletrosul, Diretores e Conselheiros. Devem ser entregues antes da investidura no cargo, ou seja, no início do exercício da função. Desta forma, não houve em 2011 nenhuma inadimplência, pois caso contrário, o indicado não pode permanecer no cargo, segundo Resolução de Diretoria que o nomeia, e em cumprimento à Lei 8.730/93 e a Instrução Normativa 005/94 do Tribunal de Contas da União.

O departamento responsável por receber e gerenciar as declarações é o Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, da Diretoria Administrativa. O gerenciamento é feito por meio de um banco de dados, onde constam todas as informações necessárias sobre as declarações e os declarantes. As declarações são recebidas em papel e arquivadas em um cofre com acesso restrito, ficando à disposição para consulta dos órgãos competentes. O departamento de gestão de pessoas faz a averiguação se as declarações estão vigentes e atualizadas de acordo com a ocupação dos cargos.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Gestão Ambiental

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Resposta: Ação ainda não realizada na organização. Fonte: DVAQ/DGS.</p>	X				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>Resposta: Ação ainda não realizada na organização. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>	X				
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>Resposta: Produtos de limpeza biodegradáveis na unidade Sede da Empresa. Fonte: DVAQ/DGS.</p>		X			
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Resposta: Temos limitações para requerer tais certificações, em virtude de estamos submetidos à Lei nº 8.666/1993. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Resposta: Sim, na unidade Sede da empresa, onde encontram-se lotado aproximadamente metade dos empregados da Empresa já são utilizadas torneiras automáticas visando redução do consumo de água. Tal redução pode ser facilmente verificada por meio de consulta no software ambiental da Eletrosul “Sistema de Monitoramento das Ações Ambientais – SMAA”. Tanto na unidade Sede quanto nas áreas descentralizadas já aplica-se o uso de lâmpadas fluorescentes, mais econômicas e com maior durabilidade. Após o fim de sua vida útil, as mesmas são encaminhadas a empresa especializada em segregação de seus componentes e o encaminhamento para reutilização. O consumo de energia elétrica, assim como o da água, para todas as unidades da organização, também é monitorado pelo software ambiental da Eletrosul SMAA. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Resposta: No último exercício, a Eletrosul adquiriu papel reciclado para uso administrativo. Seu uso ainda não é exclusivo, considerando-se o hábito do uso de papel branco por algumas áreas da Empresa, ainda existe. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>Resposta: Ação ainda não realizada na organização. Somente a aquisição de carros do tipo flex. Fonte: Setor de transportes – DVTI/DGI.</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p>	X				

<p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>Resposta: Ação ainda não realizada na organização. Fonte: DVAQ/DGS.</p>				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <p>Resposta: Ação ainda não realizada na organização. Fonte: DVAQ/DGS.</p>	X			
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Resposta: Ação ainda não realizada na organização. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>	X			
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>Resposta: Atualmente, os resíduos recicláveis gerados pela Sede da Empresa são encaminhados para um processo de triagem, por meio de recipientes específicos disponibilizados pela empresa com posterior destinação às Associações de Catadores de Resíduos Recicláveis, via Convênio, contribuindo, não só na gestão de resíduos sólidos, mas também socialmente por meio da geração de empregos indiretos para muitas famílias.</p> <p>Além da Sede, outras áreas celebraram convênios como a Divisão Regional do Mato Grosso do Sul, Subestação e Setor de Manutenção de Dourados, Divisão Regional do Paraná, Subestação e Setor de Manutenção de Londrina, Divisão Regional da Região Oeste, Subestação e Setor de Manutenção de Santo Ângelo, Divisão Regional de Santa Catarina, Subestação e Setor de Manutenção de Joinville.</p> <p>Esta ação, em atendimento ao Decreto Federal nº 5940/2006, será estendida a todas as unidades da Empresa. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>			X	
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Resposta: Ação não realizada na organização nos anos de 2011 e 2010. Em 2009, dentre as metas da companhia constou “Sistematizar o monitoramento e controle das ações ambientais com relação ao consumo de água e energia”, “Promover campanha de conscientização dos colaboradores lotados na Sede da Empresa, visando reduzir o consumo de papel na ordem de 15% em relação a 2008” e “Promover campanha de conscientização dos empregados lotados na Sede da Empresa visando redução do consumo de copos plásticos”. O sistema de medição e controle utilizado foi o software ambiental da Eletrosul “Sistema de Monitoramento das Ações Ambientais – SMAA”. Foi executada campanha de conscientização para redução do consumo de copos plásticos e papel na Sede, que consistiu na aplicação de adesivos temáticos junto às máquinas de café e bebedouros e impressoras. Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>			X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Resposta:</p> <p><u>Em 2010:</u></p> <p>Foi realizada capacitação ambiental aos novos empregados da empresa que ingressaram em 2010, e foi realizada palestra de capacitação ambiental nas SIPATs de SMFAR, SMCNO, SECBA, SMCBA, DRPR, SMJOI e SEJOI. Trabalhadores participantes: 139 na Sede, 23 em Farroupilha, 57 em Curitiba, 25 em Joinville e 17 em Campos Novos). Também realizados treinamentos ambientais aos técnicos do DPM. Além disto, a conscientização ambiental ocorreu por marketing. Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados: $(139 + 122 + 58) / 1610 = 19,81 \%$</p> <p><u>Em 2011:</u></p> <p>Foi realizada capacitação ambiental aos novos empregados da empresa que ingressaram em 2011, e foi realizada palestra de capacitação ambiental nas SIPATs de SECNO, SMCNO,</p>				X

<p>SELON, SMLON e DRSC. Trabalhadores participantes: SECNO e SMCNO 17 empregados, SELON e SMLON 26 empregados, DRSC 34 empregados, SMGUA 15 empregados, DRRS 30 empregados e DRPR 39 empregados. Também realizados treinamentos ambientais aos técnicos do DPM. Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados: $(83 + 161 + 40) / (1554 \text{ emp.} + 5 \text{ anistiados}) = 18,21 \%$</p> <p>Fonte: SEGEA/DIMA/DPM.</p>					
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Resposta: sem maiores considerações.</p> <p>A disposição pelo contato (48) 3231-7448. Isadora Rodrigues dos Santos – SEGEA/DIMA/DPM/DE/Eletrosul.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quanto à Gestão do Patrimônio Imobiliário, sobre bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Eletrosul, informamos que este item não se aplica à Eletrosul, nos termos da Portaria TCU 123/2011.

Quanto à locação de imóveis de terceiros, estes estão distribuídos conforme tabela a seguir:

Quadro A.11.2 – Distrib. Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
	Mato Grosso Do Sul	3	3
	Três Lagoas	1	1
	Maracajú	1	1
	Juti	1	1
	Paraná	1	2
	Guarapuava	1	1
	Laranjeiras do Sul		1
	Rio de Janeiro	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	Rio Grande do Sul	2	3
	Porto Alegre	1	1
	Erechim	1	1
	Santana do Livramento		1
	Santa Catarina	3	4
	Campos Novos	1	
	São José	1	1
	Blumenau	1	1
	Itapiranga		2

	Total	11	14
Obs.: A Eletrosul não possui imóveis locados no exterior.			

Fonte: Departamento de Contabilidade

12. Gestão de tecnologia da informação

Quadro A.12.1 – Gestão de TI

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	58 efetivos 7 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	12%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
Respondida pelo Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI, Tarcísio Kemper.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica.

14. Renúncias Tributárias

A Eletrosul não realiza renúncia tributária.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender TCU e CGU

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.3	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
De acordo com o §6º do art. 109 da Lei nº 11.768/2008 (LDO 2009), assegure-se, no presente e futuros contratos, que eventuais aditamentos não aumentem a diferença percentual entre o valor original do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Na formalização do Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 90591136, objeto do Processo de Auditoria em tela, foram adotados os preços unitários estabelecidos no Contrato, não havendo a ocorrência de alteração nos percentuais entre o valor original e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência. Para novos serviços foram elaborados novos Preços Unitários - PUs abertos, sendo procedida a análise para atestar a compatibilidade dos preços com o mercado. A referida determinação vem sendo observada nas demais contratações da área.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – centrais elétricas s.a.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
2	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.4	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Admita, em futuros certames licitatórios, que a comprovação do vínculo do profissional pertencente ao quadro					

permanente das empresas, indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, seja realizada mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, com prazo mínimo de duração determinado, de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução da obra ou serviço, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, nos termos do disposto no § 10 do art. 30 da lei nº 8.666/93.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DGS/DEG	-
Síntese da providência adotada:	
Concorrência Internacional nº 91320120044 – Implantação do Projeto Megawatt Solar, determinação observada no item 11.1.4.3 (Qualificação Econômica-Financeira), onde a avaliação é realizada pela Nota atribuída, de acordo com a fórmula apresentada no Edital e no Item 11.1.5.2 (Qualificação Técnica), não há exigência de comprovação de vínculo do detentor do Atestado de Capacidade Técnica.	
Pregão Eletrônico nº 844120016, determinação observada no item 1.4 – Qualificação Técnica.	
Síntese dos resultados obtidos	
A determinação vem sendo observada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Essa determinação possibilita que licitantes com menor estrutura também participem do processo licitatório.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – centrais elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.5	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Abstenha-se de exigir, nos editais de futuros certames licitatórios a apresentação de patrimônio líquido mínimo, cumulativamente com a prestação da garantia prevista no art. 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para fins de comprovação de capacidade econômico-financeira, bem como a prestação de garantia como requisito autônomo de habilitação, vez que tal garantia, quando exigida, integra a qualificação econômico-financeira.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DGS/DEG					-
Síntese da providência adotada:					
Concorrência Internacional nº 91320120044 – Implantação do Projeto Megawatt Solar, determinação observada no item 11.1.4.3 (Qualificação Econômica-Financeira), na qual a avaliação é realizada pela Nota atribuída, de acordo com a fórmula apresentada no Edital e no Item 11.1.5.2 (Qualificação Técnica), não há exigência de comprovação de vínculo do detentor do Atestado de Capacidade Técnica.					
Não foi realizada pelo DEG licitação em que foi exigido patrimônio mínimo.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Essa determinação possibilita que licitantes com menor estrutura também participem do processo licitatório.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.2	DE	1480-TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Eletrosul		60382
Descrição da deliberação:		
Na eventualidade de celebração Termo Aditivo ao contrato nº 90580124 em que sejam alterados os quantitativos contratados, avalie a compatibilidade dos custos unitários dos itens cujos quantitativos sejam modificados com aqueles resultantes da determinação contida no subitem 9.1.1 deste Acórdão.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
DEG		
Síntese da providência adotada:		
Os termos aditivos posteriores ao Acórdão do TCU não se inserem no seu contexto, quais sejam: •TA 5: alteração de eventos geradores de pagamento, sem alteração do valor contratual; •TA 6: alteração do valor do contrato em decorrência de serviços de retaludamento da margem esquerda do canal de desvio. O retaludamento não estava previsto no contrato original e seus custos não estavam orçados. Para os serviços novos, utilizamos, para a composição dos custos, os sistemas de orçamento SICRO2/DNIT e SNAPI/CEF.		
Síntese dos resultados obtidos		
Os termos aditivos celebrados ao contrato em questão, não se inserem no contexto da determinação.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.3	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Abstenha-se de realizar procedimentos licitatórios para a contratação de Obras para as quais inexista orçamento detalhado da composição de todos os seus custos unitários, consoante o disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Posteriormente ao Acórdão, o DEG não elaborou orçamentos para a contratação de obras.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não aplicável.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
6	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.4	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Abstenha-se de incluir nos editais de licitação cláusulas que permitam a apresentação de propostas técnicas alternativas, considerando o risco de afetar, mesmo que indiretamente, o princípio da igualdade entre os licitantes.					

Providências adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG	
Síntese da providência adotada:	
A Eletrosul vem observando a determinação em seus Editais de Licitações (Instruções aos Proponentes), os quais não contemplam a possibilidade de apresentação de propostas técnicas alternativas.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Determinação vem sendo observada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	013.895/2009-9	845/2010	1.6	DE	149/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Se abstenha de contratar postos de serviços a serem preenchidos por profissionais contemplados no quadro de cargos e salários da empresa para a realização de atividades que são exercidas, ordinariamente, por esses últimos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
LPT/DEG/DGS					-
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul vem observando a determinação, abstendo-se de contratar Postos de Serviços.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	018.123/2008-6	5.543/2010	9.1.1	DE	1033/2010/TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Aperfeiçoar a regulamentação do cartão corporativo, de modo a atender adequadamente aos princípios básicos da administração pública, uma vez que, embora a deliberação da Diretoria Executiva – DD 1053-04, de 08.03.2004, se refira a bens e serviços de pequena monta de interesse da empresa, essa norma interna não especifica: os casos em que dito meio de pagamento pode ser utilizado no exterior; seus limites específicos e global, compatíveis com o conceito de aquisições ou contratações de pequena monta; e os tipos de despesas vedadas, tais como aquelas de caráter pessoal e as cobertas por diárias.					
Providências adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DES/DGS/DEG					
Síntese da providência adotada:					
A regulamentação está prevista no item 3.1.1.4 – Utilização do Cartão Empresarial, do Procedimento de Gestão Empresarial – PG 005.09 - Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Aquisição.					

Síntese dos resultados obtidos
O assunto encontra-se normatizado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	008.818/2009-9	173/2011	9.3.4		87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Somente conceda parcela de bônus à Leme Engenharia caso haja aumento de energia assegurada, devidamente comprovado por homologação da ANEEL, o que não poderá onerar a Eletrosul nem decorrer dos estudos de vazão conduzidos pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (ajuste nº 9058170).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul informa ao TCU, por meio da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, que cumprirá a determinação do TCU caso haja aumento da energia assegurada.					
No ano de 2011, não foi concedido bônus à Leme Engenharia.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	004.748/2011-5	1.406/2011	V		295/2011-TCU-SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Na execução do Orçamento de Investimento, observem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
DPO					
Síntese da providência adotada:					
Em face da recomendação, foram realizados esforços para cumprir, no ano de 2011, as exigências das limitações legais das fontes de recursos para execução do Orçamento de Investimento.					
Os valores das fontes de recursos aprovados na Revisão do Orçamento de Investimento 2011 foram suficientes para o cumprimento dos seus limites legais, para todas as aberturas, devido a um planejamento mais preciso das aplicações de investimento e das fontes de recursos disponíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	011.775/2011-4	2.691/2011	9.1.1		551/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
A oitiva da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., para que, no prazo cinco dias úteis, se manifeste quanto à assinatura do Contrato 90580124 (PCH Barra do Rio Chapéu) contendo preços dos insumos e serviços superiores aos estabelecidos no art. 115 da Lei 11.514/2007 (LDO 2008), que ensejaram o possível sobrepreço de R\$ 11.071.301,29, acarretando possível superfaturamento estimado em R\$ 8.578.668,26 até o 29º Boletim de Medição (ref. fevereiro/2011).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul apresentou manifestação por meio da CE PRE-0238/2011, de 07/11/2011					
Síntese dos resultados obtidos					
Manifestação apresentada pela Eletrosul.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	030.501/2011-3	11005/2011	b		44207- TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul (Órgão de Pessoal)					60382
Descrição da Deliberação:					
b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novo ato no Sistema SISAC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo Gestor de Pessoal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DGP					
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul informou, em 20/01/2012, por meio da CE PRE-0014/2012, que procedeu as alterações no Sistema SISACNET.					
Síntese dos resultados obtidos					

O cadastramento foi realizado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.6	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Comprove perante este Tribunal, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443/92, c/c Art. 251 do RI-TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, a adoção das providências necessárias ao exato cumprimento do disposto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 11.488/07, demonstrando a exclusão dos tributos pertinentes da tabela de composição do LDI e a consequente redução do valor do contrato decorrente da concorrência nº 90580377.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					-
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Para atendimento do referido item, foi encaminhada a CE PRE-0004/2010, de 08.01.2010, na qual a Empresa informou à SECEX-MS a notificação da contratada (por meio da CE DCO-0006/2010, de 08.01.2010), suspendendo a incidência do PIS e da COFINS no fornecimento de materiais, máquinas e equipamentos, refletindo uma redução equivalente a 11,14% sobre os preços contratados.</p> <p>Em 03/04/2012, houve, no entanto, o recebimento de novo Ofício do TCU, com o nº 247/2012, solicitando esclarecimentos para o descumprimento do item 9.1.6 do Acórdão 1905/2009, tendo em vista: a) Não exigência de co-habilitação do Consórcio Construtor São Domingos no REIDI; b) Ausência de aplicação do REIDI sobre a tabela de serviços; c) Ausência de esclarecimentos acerca da alíquota de 11,14% utilizada para desconto. A Eletrosul recebeu, ainda, o Ofício 248/2012-TCU/SECEX-MS, em 03/04/2012, solicitando o encaminhamento de documentação referente ao Contrato nº 90591136.</p> <p>Os referidos Ofícios foram respondidos por meio da CE PRE 068/2012, de 03/05/2012.</p> <p>Conforme consta no Sistema de “Controle e Acompanhamento de Processos”, disponível no sítio do TCU, o TC nº 006.674/2009-8, no qual se deu a prolação do Acórdão em referência, encontra-se encerrado desde fevereiro de 2010, e o monitoramento da Deliberação em tela é objeto do Processo nº 020.650/2009-6.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A determinação restou pendente de cumprimento em razão do entendimento técnico vigente até o recebimento do Ofício nº 247/2012- TCU/SECEX-MS.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.1	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					

<p>Apresente a este Tribunal, em um prazo de 60 (sessenta) dias, a composição detalhada dos preços unitários de cada item de custo da planilha de preços constante do Contrato n.º 90580124, aferindo sua compatibilidade com os preços de referência aplicáveis e informando, onde pertinente, as distâncias médias de transporte, avaliando a veracidade das distâncias especificadas pelo consórcio contratado.</p>	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Para atendimento do referido item, foi encaminhada ao TCU a CE PRE-0028/2011, datada de 21.02.2011, referente à composição de preços unitários do Contrato n.º 90580124.</p> <p>Em 13/04/2012, no entanto, a Eletrosul recebeu o Ofício n.º 180/2012/TCU/SECOB-3, encaminhando o Acórdão 694/2012-Plenário, no qual foi determinado a Secob-3 que, no âmbito do TC-011.775/2011-4, adote providências para apurar a responsabilização pelo descumprimento de decisão do Tribunal, quanto ao detalhamento da composição de custos unitários do orçamento base do Contrato n.º 90580124, da Eletrosul, objeto do Acórdão 2.914/2009-TCU-Plenário.</p> <p>O TC n.º 018.400/2009-6, no qual se deu a prolação do Acórdão em referência, foi apensado ao Processo 011.775/2011-4.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A determinação restou pendente de cumprimento em razão do entendimento técnico vigente .	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	008.818/2009-9	173/2011	9.3.1		87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
<p>Formalize termo aditivo referente à alteração do tipo de barragem utilizada na margem esquerda da UHE Passo São João e apresente a este Tribunal a memória de cálculo dos créditos devidos pela construtora CVP à Eletrosul, em função da substituição da barragem de enrocamento por terra, além dos valores de escavação a menos de rocha frente aos valores de escavação a mais em solo.</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a extensão do prazo em mais 60 dias .</p> <p>Não obstante o pedido de reexame apresentado, a celebração do referido Termo Aditivo dependia de informações topográficas da CVP, repassadas à Eletrosul somente em novembro de 2011. No entanto, a análise dessas informações evidenciou que permaneciam algumas pendências e inconsistências, conforme relatadas na carta CE DEG-0563/2011 em 06/12/2011. Entre o mês de Dezembro/11 e Abril/12, a ELETROSUL preparou modelagem 3D da referida Barragem, com as informações de Topo Rochoso que considerava consistentes dentro daqueles documentos apresentados pela Construtora CVP durante o período.</p> <p>O material preparado pela Eletrosul foi apresentado para a CVP, com vistas a obter sua aceitação.</p> <p>As ações para atendimento permanecem em andamento.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A adoção de providências pelo gestor sofreu impacto negativo, considerando, especialmente, a morosidade na entrega de dados técnicos pela CVP, bem como a falta de aquiescência desta quanto ao material apresentado pela Eletrosul, com vistas a formalização do referido aditamento.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	008.818/2009-9	173/2011	9.3.2		87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realize o desmembramento dos quantitativos e preços dos serviços contemplados no item - Instalação e Acabamentos, celebrando aditamento contratual para formalizar o ajuste, de modo que apenas se pague pelos quantitativos que forem efetivamente medidos, submetendo a este Tribunal as justificativas para eventuais alterações em relação ao Projeto Básico.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a extensão do prazo em mais 60 dias.</p> <p>Não obstante o pedido de reexame apresentado, celebração do referido Termo Aditivo depende de minucioso detalhamento dos itens a serem aplicados, sendo que, até dezembro de 2011, muitos documentos do projeto executivo ainda estavam tramitando, tais como: Identidade Visual, Paisagismo, cercamento, alterações do edifício de controle para atendimento as necessidades das áreas de operação e manutenção, etc.</p> <p>A CVP ainda não concluiu a contratação/aplicação de materiais e serviços de todos os itens de acabamentos das obras civis da UHE Passo São João.</p> <p>A Eletrosul, em paralelo, está quantificando os itens já concluídos e certificando-se da sua aplicação.</p> <p>No que tange à definição dos preços unitários, o Contrato não previu preço unitário para tais itens. Assim, para atendimento das providências solicitadas pelo TCU, estão sendo adotadas as tabelas DNIT/SINAPI as quais serão confrontadas com os preços apresentados pela contratada.</p> <p>As ações para atendimento permanecem em andamento.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A adoção de providências pelo gestor sofreu impacto negativo, considerando o nível de detalhamento técnico para o atendimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	008.818/2009-9	173/2011	9.3.3		87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Em virtude da ausência dos custos unitários para os itens do orçamento contratado e da falta das respectivas composições de custos, adote como parâmetro máximo para efetuar medições o orçamento-base da licitação, que contém maior detalhamento do objeto contratado.					

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a reconsideração da determinação em referência.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação é objeto de pedido de reexame.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	008.818/2009-9	173/2011	9.3.5		87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realize o "encontro de contas" com a empresa Energ Power, de acordo com o anunciado pelo Diretor-Presidente da Eletrosul, executando as garantias e aplicando as multas contratuais cabíveis.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a exclusão do prazo, em virtude da judicialização da matéria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.1		662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Adote as medidas a seu cargo visando a, ouvida a contratada, repactuar o Contrato 90591136 com a finalidade de suprimir da planilha respectiva o Item 18.2 – Recarga de material (solo/rocha/material processado) em pilha de estoque, incluído pelo Termo Aditivo 1, por falta de robusta justificativa para tanto.					

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DEG	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada. Não obstante o Pedido de Reexame apresentado, a Eletrosul, na referida CE PRE, informa a suspensão de pagamentos afetos ao item contratual debatido. A Eletrosul destaca, ainda, a existência de saldo contratual que permite que o desconto dos valores que eventualmente venham a ser considerados irregulares possam ser compensados em pagamentos subsequentes, posteriormente à solução do Pedido de Reexame pelo TCU (CE PRE 007/2012. Item III).	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação é objeto de pedido de reexame.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.2		662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Proceda ao desconto nas próximas faturas os valores pagos a maior decorrente do item a ser suprimido na forma do subitem anterior.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada, conforme relatado no item 9.1.1 do Acórdão em referência.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.3		662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Informe ao TCU, no prazo de 30 dias, o resultado das negociações firmadas para repactuação do Contrato 90591136, apresentando inclusive cronograma de reembolso dos valores pagos indevidamente.					

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada, conforme relatado no item 9.1.1 do Acórdão em referência.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação é objeto de pedido de reexame.	

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108769	1.2.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1:			
A unidade deve averiguar as razões da disparidade acentuada nas metas financeiras e físicas de forma a apresentar medidas que visem a aprimorar as fases de planejamento ou execução dos empreendimentos, conforme o caso.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DPO			
Síntese da providência adotada:			
A Eletrosul adotou medidas voltadas à implementação da recomendação em tela, reduzindo-se, em termos percentuais, as disparidades existentes no exercício de 2011, se comparadas às detectadas em 2010. Como nova ação, o DPO exigiu das Áreas as previsões de metas físicas para os empreendimentos no mesmo momento em que foram fornecidas as informações financeiras referentes à revisão orçamentária.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação vem sendo observada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108769	6.3.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Implementar mecanismos de controle tendo como objetivo identificar a exigência, por parte do concedente, do cumprimento do estipulado nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 de tal forma a padronizá-la institucionalmente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DPM/LPT			
Síntese da providência adotada:			
A Eletrosul incluiu em seu normativo interno que versa acerca da celebração de Convênios, dispositivo específico, prevendo o atendimento aos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101/2000, nos casos em que o Conveniente tratar-se de ente da federação. A regulamentação está prevista na letra “d”, item 2 - Aprovação do Processo, do Procedimento de Gestão Empresarial – PG 082.01 – Formalização do Convênio. No exercício de 2011 não houve a celebração de convênios com entes da Federação.			
Síntese dos resultados obtidos			
O assunto encontra-se normatizado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108769	6.4.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Providenciar a correção, no SIASG, das impropriedades apontadas.			
Recomendação 2: Aprimorar as rotinas de conferência dos lançamentos de dados no Sistema SIASG para que os mesmos representem de forma fidedigna as informações constantes nos processos físicos da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DGS/DGI			

Síntese da providência adotada:
Recomendação 1. A Eletrosul atendeu a referida recomendação, providenciando o envio das informações referentes aos Contratos à base de dados do SIASG.
Recomendação 2. As rotinas de lançamentos de dados no Sistema SIASG foram automatizadas a partir do Sistema Integrado de Gestão (ERP), atendendo, desta forma, a referida recomendação.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108769	6.4.1.2	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Disponibilizar no SIASG informações referentes aos contratos ou instrumentos congêneres firmados.			
Recomendação 2: Aprimorar as rotinas de conferência dos lançamentos de dados no Sistema SIASG para que os mesmos representem de forma fidedigna as informações constantes nos processos físicos da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DGS/DGI			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação 1: A Eletrosul atendeu a referida recomendação, providenciando o envio das informações referentes aos Contratos à base de dados do SIASG.			
Recomendação 2. As rotinas de lançamentos de dados no Sistema SIASG foram automatizadas a partir do Sistema Integrado de Gestão (ERP), atendendo, desta forma, a referida recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108769	2.2.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Que a Unidade cobre das áreas responsáveis as recomendações expedidas por sua Auditoria Interna, constantes dos seus Relatórios de Auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AUD			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Dos itens apontados, encontram-se pendentes apenas os do Relatório AUD 04/2010 (itens 1 e 2), para os quais o DCO, por meio da CI DCO-0092/2011, de 16/11/2011, informa que está dando continuidade aos trabalhos de análise e conciliação contábil das rubricas, conforme recomendação geral da auditoria interna, observando-se os critérios e princípios de materialidade e objetividade dos valores envolvidos, e de celeridade laboral de acordo com a capacidade operacional da Área. Tendo como prazo de atendimento 30/06/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A adoção de providências pelo gestor sofreu impacto negativo, considerando as limitações da capacidade operacional da área.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108769	2.2.2.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Implementar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento contratual, de tal forma a padronizá-la institucionalmente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DES/DGI			
Justificativa para o seu não cumprimento:			

<p>A Eletrosul, por meio do Procedimento de Gestão Empresarial PG-005.16, estabelece rotinas de gestão de contratos, cujo controle de informações é gerenciado no Sistema Integrado de Gestão (ERP). Especificamente para o acompanhamento de implantação dos empreendimentos de engenharia nas áreas de Geração e Transmissão de energia elétrica, a automatização dos controles está sendo implementada por meio de rotinas de integração entre o Sistema Integrado de Gestão (ERP) e o Sistema de Gerenciamento de Projetos (CHANNEL). Cabe ressaltar que o Sistema de Gerenciamento de Projetos (CHANNEL) vem sendo utilizado por algumas áreas de engenharia da Empresa para acompanhamento de seus empreendimentos.</p> <p>Prazo de Atendimento: 30 /06 /2012</p>	
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p> <p>O pleno cumprimento da recomendação em tela sofreu impacto negativo, considerando a complexidade de implantação do Sistema Integrado de Gestão (ERP).</p>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108769	6.1.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1:</p> <p>Incluir nos orçamentos comparativos internos que suportarem os próximos processos licitatórios, bem como nos próximos aditivos de obras em andamento, a identificação dos códigos de referência SINAPI utilizados para validação dos preços dos itens de serviço e identificar também aqueles itens de serviço em que seja necessária a utilização de outros comparativos por inexistência de referencial neste sistema conforme previsto na LDO anual pertinente.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A Eletrosul, juntamente com as demais Empresas integrantes do Sistema Eletrobrás, e sob a coordenação da Holding, está consolidando um Banco de Dados de Composições de Preços, específico para obras do Sistema de Transmissão e Geração, cuja base para equipamentos, materiais e serviços, será consolidada, atualizada periodicamente e disponibilizada para referência das empresas do grupo e órgãos de controle, atendendo o Acórdão nº 946/2007 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), com previsão de implantação no primeiro semestre de 2012.</p> <p>No referido Acórdão, o TCU recomenda em seu item 9.4, “à ELETROBRÁS e suas subsidiárias (Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE, Eletronuclear) que, conjuntamente e sob coordenação da ELETRBRÁS, institua um banco de dados de composições de preços unitários típicos de obras que executem (linhas de transmissão, subestações, hidroelétricos, termelétricas, usinas nucleares, etc.), de forma similar à Tabela Sicro do Dnit, de forma a viabilizar adequado orçamento de seus empreendimentos.”</p> <p>Assim, no que diz respeito à recomendação de inclusão de código de referência nos orçamentos internos, entendemos que será atendida com a implantação do Banco Dados de Composições de Preços, específico para obras do Sistema de Transmissão e Geração, que possuirá código de referência próprio.</p> <p>Prazo de Atendimento: 30 /06 /2012</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A providência em questão sofre impacto do trabalho de consolidação do “Banco de Dados de Composição de Preços” do Sistema Eletrobrás, cuja coordenação é da holding.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108769	6.1.1.2	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Inserir campo adicional nas requisições de compra (fase anterior às licitações) que façam referência, além das classificações econômico-financeiras, aos programas / ações a que se atrelam e que permitam extrair, via sistema empresarial integrado, os montantes financeiros já comprometidos comparativamente às respectivas dotações previstas pela LOA e pelo PDG.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DGI			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Eletrosul fará a necessária manutenção do Sistema Integrado de Gestão (ERP) no sentido de demonstrar nas requisições de compras a referência dos programas / ações a que se atrelam, no que for aplicável, ou seja, quando vinculado a um investimento. Prazo de Atendimento: 31/05 /2012			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A manutenção no ERP utilizado pela Eletrosul é realizada pela fornecedora do sistema. O pedido em questão encontra-se em desenvolvimento. Foi solicitada urgência no atendimento.			

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 01/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 05/2011 – 07/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ARS – Assessoria de Responsabilidade Social
Descrição da Recomendação	Informar corretamente a conta contábil a ser utilizada, quando do pagamento dos patrocínios, de acordo com a sua natureza.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ARS – Assessoria de Responsabilidade Social	
Síntese das providências adotadas	
Através da CI SGE-0007/2011, datada de 17/03/2011, a ARS informou que tomou as devidas providências no sentido de atender a recomendação da AUD, relativamente aos futuros lançamentos de contas contábeis, quando do pagamento de patrocínios, em conformidade com a natureza de cada objeto. Follow Up do Rel 24/2011 - Considera a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 01/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 05/2011 – 07/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing
Descrição da Recomendação	Informar corretamente a conta contábil a ser utilizada, quando do pagamento dos patrocínios, de acordo com a sua natureza.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing	
Síntese das providências adotadas	
CI SGE-0007/2011, datada de 17/03/2011, a ACS informou que, por equívoco, o Centro de Custo foi classificado erroneamente e lançado no Sistema GEM para pagamento. Informou ainda, que está tomando providências para evitar futuros erros dessa natureza. FOLLOW UP Rel 24/2011 - Considera a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	

Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 01/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 05/2011 – 07/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing
Descrição da Recomendação	Recomendamos: a) numerar e rubricar sequencialmente a documentação componente dos processos, conforme Acórdão 2.356/2004 do Tribunal de Contas da União - TCU – 1ª Câmara; b) manter todos os contratos com as devidas datas de assinatura e c) exigir do patrocinado a prestação de contas, relatório final e o cumprimento das contrapartidas, conforme consta do item 7, do capítulo XI, da Norma de Gestão Empresarial – NG-075 – Patrocínio e nas cláusulas contratuais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing
Síntese das providências adotadas	<p>CI SGE-0007/2011, datada de 17/03/2011, informa que a ACS atenderá as recomendações dessa AUD, integralmente.</p> <p>FOLLOW UP Rel 24/2011 - Letra c) Em 13/12/2011, recebemos cópias dos memorandos enviados aos patrocinadores (Processos nºs 733/2010, 199/2010, 702/2010, 698/2010) pela ACS comunicando a necessidade do envio da documentação até o dia 20/12/2011, pois do contrário será acionado o Departamento Jurídico da Eletrosul para as ações cabíveis.</p> <p>Em 12/12/2011, constatamos que foi entregue a prestação de contas - PRONAC 098561 do processo nº 728/2010 - 17º Porto Alegre em Cena.</p> <p>Em 20/12/2011, recebemos o relatório de contrapartidas do processo nº 698/2010 - Programa de Iniciação Desportiva e a prestação de contas do processo nº 733/2010 – A Hora e a vez de Augusto Matraga.</p> <p>Ficaram pendentes os processos nºs 199/2010 e 702/2010.</p>
Síntese dos resultados obtidos	<p>Itens “a” e “b” – recomendação atendida.</p> <p>Ítem “c” – recomendação em atendimento.</p>
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 01/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 05/2011 – 07/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ARS – Assessoria de Responsabilidade Social
Descrição da Recomendação	Recomendamos: a) numerar e rubricar sequencialmente a documentação componente dos processos, conforme Acórdão 2.356/2004 do Tribunal de Contas da União - TCU – 1ª

	Câmara e b) manter todos os contratos e seus aditivos com as devidas datas de assinatura.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ARS – Assessoria de Responsabilidade Social	
Síntese das providências adotadas	
Através da CI SGE-0007/2011, datada de 17/03/2011, a ARS informou que os itens "a" e "b" das recomendações dessa AUD já foram atendidas. Follow up relatório Aud-024/2011 verificou o efetivo cumprimento das recomendações.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 07/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DES – Departamento de Engenharia do Sistema
Descrição da Recomendação	Reiteramos ao Departamento de Engenharia do Sistema - DES, aprovar as Convocações para Trabalho em Atividade/Área de Risco - CAR dos empregados anteriormente ao acesso às áreas de risco.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DES – Departamento de Engenharia do Sistema	
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0012/2011, de 15/03/2011, informa que os empregados lotados nessa área foram instruídos a emitir CAR no aplicativo existente, no sistema NOTES, antes do início das atividades em áreas de risco, como disciplina à Norma de Gestão NG-039 e o Procedimento de Gestão PG-039.05 – Follow up do Rel-24/2011 considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DTL – Departamento de Telemática e Operação
Descrição da Recomendação	Reiteramos ao Departamento de Telemática e Operação - DTL, aprovar as Convocações para Trabalho em Atividade/Área de Risco - CAR dos empregados anteriormente ao acesso às áreas de risco.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

DTL – Departamento de Telemática e Operação
Síntese das providências adotadas
CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que reiterou aos seus empregados a orientação de que a emissão de CAR deverá ser realizada com antecedência de no mínimo 03 dias para a assinatura, a fim de permitir a aprovação da mesma anteriormente ao acesso às áreas de risco, abrindo-se exceção somente as de emergência e urgência. Follow up do Rel-24/2011 considerou a recomendação atendida.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 07/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
Descrição da Recomendação	Aprovar as Convocações para Trabalho em Atividade/Área de Risco- CAR dos empregados anteriormente ao acesso às áreas de risco.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
Síntese das providências adotadas	CI AGE-0012/2011, de 15/03/2011, informa que os empregados lotados nessa área foram instruídos a emitir CAR no aplicativo existente, no sistema NOTES, antes do início das atividades em áreas de risco, como disciplina à Norma de Gestão NG-039 e o Procedimento de Gestão PG-039.05 – Follow UP Rel-24/2011 - considerou a recomendação atendida.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 07/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPE – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética
Descrição da Recomendação	Aprovar as Convocações para Trabalho em Atividade/Área de Risco- CAR dos empregados anteriormente ao acesso às áreas de risco.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DPE – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética
Síntese das providências adotadas	CI AGE-0012/2011, de 15/03/2011, informa que os empregados lotados nessa área foram instruídos a emitir CAR no aplicativo existente, no sistema NOTES, antes do início das atividades em áreas de risco, como disciplina à Norma de Gestão

NG-039 e o Procedimento de Gestão PG-039.05 – Follow UP Rel-24/2011 - considerou a recomendação atendida.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Efetuar busca dos Equipamentos Gerais - EG apontados como não localizados, aplicando o disposto na letra “b”, do item 1, capítulo IV do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-009.02 - Controle e Movimentação de Equipamento Geral - EG
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0002/2011, de 30./03/2011, informa que as CPUs não localizadas encontravam-se no DTL, sendo que foi providenciado junto ao DGS o cadastro destas para responsabilidade do DTL. Com relação aos outros itens especificados, foi encaminhada comunicação aos responsáveis pelos setores para que seja feita a localização e tomadas as providências cabíveis com prazo de conclusão até 30/junho/2011. Memo, do dia 15/07/2010 (), informa alguns EG encontrados. Continua acompanhando o ponto. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Verificamos através do sistema ConsistGEM que o único EG que não foi localizado foi EG 1185946 (Fogão Doméstico Gás 4). Em 15/12/2011, fomos informados, via memorando, pela Chefe do Setor Administrativo do DOS que o EG não foi localizado e que o DOS procederá a emissão de um Boletim de Ocorrência e pedirá para que seja dado baixa ao DGI.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Exigir da contratada que todos os vigilantes possuam Carteira Nacional de Vigilante - CNV válidas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas	

CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que foi encaminhada CE DOS-0037/2011 à empresa Visal Vigilância e Segurança Armada Ltda., solicitando a regularização da situação. Em resposta encaminhada ao gestor do Contrato 91300045, a Visal informou que já foi encaminhada a documentação dos vigilantes para que a Polícia Federal providencie a emissão da CNV, e que, em razão do processo de emissão da CNV de vigilante encontrar-se em análise devido ao seu curso de reciclagem o mesmo foi substituído por vigilante devidamente capacitado, em 03/03/2011. A ELETROSUL já recebeu as cópias dos protocolos de entrega do requerimento da CNV com recebimento pela Polícia Federal. Follow UP Rel-24/2011 - Considerou a recomendação atendida.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos providenciar: a) manutenção no sistema de monitoramento por câmeras e b) reparos necessários na guarita.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que já efetuou as regularizações das situações apontadas por essa AUD. As fotos constam anexadas na CI DOS-0023/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Exigir da contratada o cumprimento dos serviços, conforme descrito na Especificação Técnica - ET do contrato, executando a adequada limpeza da SEJOI.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que a limpeza, conservação e ajardinamento da Subestação de Joinville não	

estavam sendo realizados adequadamente em função do longo período de chuvas, ocorrido durante o mês de janeiro de 2011 na cidade de Joinville e região e, que o serviços já foram executados pela contratada em conformidade com a Especificação Técnica do Contrato nº 91390211. O contrato foi rescindido em 22/01/2011.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos atentar para a tempestividade das alterações contratuais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que os procedimentos, para alteração contratual, foram realizados dentro dos prazos estabelecidos, tendo sido solicitado à contratada manifestação quanto à prorrogação do prazo do contrato por mais 12 meses, por meio da CE RMSC-0059/2010, de 08/09/2010, e envio da documentação para a área responsável pela elaboração do Termo Aditivo pela CI RMSC-0068/2010, de 27/09/2010. Informa, também, que no acompanhamento da execução do contrato, atentar para que as alterações solicitadas à área responsável pela elaboração de termo aditivo sejam realizadas tempestivamente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos atentar para que as especificações técnicas estejam adequadas, dando sustentação aos objetos a serem licitados e regularizar a situação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DOS – Departamento de Operação do Sistema	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que será observada pelo DOS por ocasião da renovação do contrato, caso haja. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 14/12/2011, fomos informados pela Chefe do Setor Administrativo do DOS que: o Contrato 91300302 não foi renovado, em razão de a empresa ter sido penalizada por suas faltas e estar impedida de contratar com a	

<p>Eletrosul, conforme CE DGS-0576/2011, de 09 de setembro de 2011. O novo Contrato de Limpeza das Subestações de Santa Catarina foi assinado há poucos dias (22/11/2011) e encaminhado para a Contratada que, por sua vez, ainda não retornou à Eletrosul. Foi utilizada a mesma Especificação Técnica do Contrato anterior, devido ao curto período de tempo que o DOS teve para a realização da Requisição para novo Contrato, tendo em vista termos sido avisados tardiamente e não ter havido tempo hábil para alterações.</p> <p>Foi solicitado aos Chefes de Setores das Subestações as informações que precisavam ser inseridas na ET (áreas de limpeza), mas não foi recebido retorno. Solicitamos, então, ao DES, que alegou estar envolvido com os leilões e encaminharia assim que possível. Quando o SECAD/ DOS tiver essas informações, será providenciado Termo Aditivo para alteração no Contrato.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Operação do Sistema - DOS, exigir da contratada o cumprimento das cláusulas contratuais e Especificação Técnica - ET do contrato, aplicando multa, quando for o caso.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DOS – Departamento de Operação do Sistema	
Síntese das providências adotadas	
CIDO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que exigiu da Contratada o cumprimento das cláusulas contratuais e especificação técnica do contrato conforme CE DOS 0023/2011, CE DOS-0039/2011 e e-mail encaminhados em 26/01/2011, 04/02/2011, 07/02/2011, 10/02/2011 e 28/02/2011.	
Follow UP Rel-24/2011 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Operação do Sistema - DOS, exigir da contratada o cumprimento dos serviços, conforme descrito na ET do contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas
CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que encaminhou a CE DOS-0036/2011 à Contratada solicitando a regularização da situação, sendo que esta Contratada encaminhou defesa que foi encaminhada à AJU por meio da SAJU DOS 0002/2011. Prazo de conclusão: 31/05/2011. Conforme CE PRE-0036/2011, de 21/03/2011, a troca do veículo já foi efetuada.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	13
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Operação de Sistemas - DOS:</p> <p>a) orientar os empregados indicados no item 'a' acima, para registrarem corretamente sua frequência, conforme determina a nota 2, letra 'a', item 1, capítulo III do Procedimento de Gestão Empresarial PG-010.01 - Registro da Jornada de Trabalho;</p> <p>b) descontar as horas abonadas indevidamente e</p> <p>c) orientar o setor administrativo para abonar ausências com o código correto, não convocar para sobreaviso quando o empregado estiver legalmente impossibilitado, regularizar as intervenções no ConsistHR e somente intervir no sistema com o respaldo documental.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas	<p>CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa que:</p> <p>a) os empregados citados no Relatório, por meio de memorando, foram orientados a registrarem corretamente sua frequência, conforme norma vigente.</p> <p>b) o DOS encaminhou CI DOS-0016/2011 ao DGP solicitando o desconto das horas abonadas indevidamente.</p> <p>c) o DOS encaminhou aos chefes das áreas descentralizadas, memorando solicitando que sejam observadas as recomendações dessa Auditoria no que se refere às intervenções no sistema ConsistHR.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - c) A convocação do sobreaviso assim como o COF não é feita pelo setor administrativo do DOS e sim, pelo Setor de Operação da área. Foi encaminhado e-mail com as orientações pelo SECOI/ Gerência. Entretanto, o empregado que encaminhou o e-mail já está aposentado e não conseguimos contato com o Chefe do Setor que o recebeu. Solicitamos prazo maior para o encaminhamento dessa evidência.</p>
Síntese dos resultados obtidos	<p>Letras "a" e "b" – Recomendação atendida</p> <p>Letra "c" – Recomendação em atendimento</p>
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	14
Comunicação Expedida/Data	RED 08/2011 – 22/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Operação do Sistema - DOS, solucionar, com brevidade, a situação relatada na CIDES-0307/2010, de 13.10.2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas	<p>A Correspondência Interna da Diretoria de Operação - CI DO-0002/2011, de 30/03/2011, informa sobre memorando da SE Ilhota ao Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente - DPM, relatando que a obra já está interditada pela Coordenadoria de Defesa Civil de Ilhota, conforme Notificação de Risco e Desastre de nº 10/2010, datada de 25/10/2010, já enviada anteriormente, onde descreve providências a serem adotadas pelo proprietário: paralisação total da obra até ser apresentado documentos necessários, ART com Engenheiro Responsável.</p> <p>Os Departamentos DOS, DES e DPM, sob a coordenação deste último, estão executando ações mitigadoras, conforme sugerido na CIDES-0307/2010.</p> <p>Em 15/12/2011, o Chefe do Setor Administrativo do DOS informa que o DOS não tem informações do andamento da obra. Na ocasião do deslizamento, foram encaminhados e-mails ao DPM, para que verificassem, uma vez que não atingiu a área de Operação, somente o patrimônio.</p> <p>Em 20/12/2011, o gerente do DOS solicita alteração no prazo de atendimento da recomendação, visando a conclusão de providências ainda em andamento.</p>
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 09/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	AEN – Assessoria de Engenharia de Negócios
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Assessoria de Engenharia de Negócios – AEN, dar os encaminhamentos necessários para aprovação das seguintes Normas de Gestão Empresarial – NG e Procedimentos de Gestão Empresarial - PG: NG 101, PG 101.01, PG 101.02, NG 102, PG 102.01, PG 102.02, NG 103, PG 103.01, NG 104, PG 104.01, PG 104.02, NG 109, PG 109.01, PG 109.02, PG 109.03, em observância ao item 6.2 do capítulo 6, da NG-001 - Instrumentos Normativos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	AEN – Assessoria de Engenharia de Negócios
Síntese das providências adotadas	

<p>CI AGE-0013/2011, de 16/03/2011, informa que serão dados os encaminhamentos necessários, pela AEN, para a aprovação às Normas de Gestão - NG 101, 102, 103, 104 e 109, e aos Procedimentos de Gestão - PG 101.01 101.02, 102.01, 102.02, 103.01, 104.01, 104.02, 109.01, 109.02 e 109.03 e que tais encaminhamentos devem ocorrer ao longo deste ano, com prazo de conclusão até 31/12/2011</p> <p>FOLLOW UP Rel 24/2011 - "A CI AGE-0043/2011, de 01/12/2011 informa que ""Em atenção à constatação dessa Auditoria de pendência de emissão pela Assessoria de Engenharia e Negócios - AEN, cuja denominação, a partir de 1º/06/2011, foi alterada para Assessoria de Regulação e Negócios - ARN, nos termos da DD-1362-07, de 28/04/2011, de instrumentos normativos sob a sua responsabilidade, esclarecemos que, em observância ao que determina a Deliberação da Diretoria Executiva DD-1286-02, de 29/07/2009, serão dados os encaminhamentos necessários para a aprovação das NG 101, 102, 103, 104 e 109, e dos Procedimentos de Gestão - PG 101.01 101.02, 102.01, 102.02, 103.01, 104.01, 104.02, 109.01, 109.02 e 109.03.</p> <p>Tais encaminhamentos devem ocorrer ao longo do ano de 2012, com prazo de conclusão até 31/12/2012, tendo em vista que a reestruturação da ARN, que resultou na alteração e agregação de novas atribuições, impacta diretamente no conteúdo destes normativos, que deverão sofrer significativa alteração. Além disso, há de se considerar que tais normativos deverão estar alinhados às diretrizes definidas pelo Grupo de Trabalho de Normas do Subcomitê de Gestão Organizacional das Empresas Eletrobras, o que significa a reformulação, inclusive, na estrutura destes documentos".</p>
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 09/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DEG – Departamento de Engenharia de Geração
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DEG, dar os encaminhamentos necessários para aprovação da Norma de Gestão Empresarial - NG-111 - Implantação de Empreendimentos de Geração e seus Procedimentos de Gestão Empresarial, em observância ao item 6.2 do capítulo 6, da NG - 001 - Instrumentos Normativos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DEG – Departamento de Engenharia de Geração	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI AGE-0013/2011, de 16/03/2011, informa que serão dados os encaminhamentos necessários, pelo DEG, para a aprovação da Norma de Gestão - NG 111, bem como dos Procedimentos de Gestão - PG 111.01, 111.02 e 111.03, com prazo de conclusão de 180 dias.</p> <p>Follow UP Rel 24/2011 - Em 25/11/2011, constatamos que as normas e procedimentos de gestão ainda encontram-se em minuta editor e que não foram dados os encaminhamentos necessários para aprovação.</p> <p>Fomos informados, por meio da CI DEG-0231/2011, de 15/12/2011, que o prazo para a conclusão da revisão da NG e PG é de 90 dias. Em 15.03.2012, entramos em contato com o Gerente do DEG que nos informou que providenciará a atualização dos referidos normativos até o final de maio/2012.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura DCO – Departamento de Contabilidade DOF – Departamento de Operações Financeiras
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DGI: a) agilizar a revisão e, se necessário, atualizar os PG-008.01, PG-008.02, PG-008.03, PG-008.04, PG-008.05, PG-008.06, PG-008.07, PG-009.03, PG-009.04, PG-023.01, PG-023.02, PG-027.01, PG-029.01, PG-029.02 e PG-029.03 e b) em conjunto com o Departamento de Contabilidade – DCO e Departamento de Operações Financeiras – DOF, agilizar a revisão e, se necessário, atualizar o PG-033.01 - Viagem a Serviço e Treinamento no País.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura DCO – Departamento de Contabilidade DOF – Departamento de Operações Financeiras	
Síntese das providências adotadas	
A Comunicação Interna da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DG CI DG-0002/2011, de 28/03/2011, informa que os procedimentos PG-008.01, PG-027.01, PG-029.01, PG-029.02 e PG-029.03 já foram revistos e finalizados, a revisão dos procedimentos PG-008.02, PG-008.03, PG-008.04, PG-008.05, PG-008.06, PG-008.07, PG-009.03, PG-009.04, PG-023.01 e PG-023.02 seriam realizados até 30/06/2011. Em 12/07/2011, o Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI, informa que os PG-008.02, PG-008.03, PG-008.04, PG-008.05, PG-008.06, PG-008.07 já foram aprovados e os demais encontram-se em revisão. Em 05/12/2011 foi verificado que os PG-023.01 e o PG-023.02 encontram-se com as revisões concluídas. Os PG 009.03, 009.04 e 033.01 que ainda não tiveram sua revisão concluída e estão em minuta-editor, pois as Normas a que se encontram vinculados estão em processo de revisão e atualização em andamento.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DGI, revisar e, se for o caso, atualizar as NG e PG acima listados, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	
Síntese das providências adotadas	

<p>A Comunicação Interna da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DG CI DG-0002/2011, de 28/03/2011, informa que a NG-021 encontra-se em pauta para aprovação da Diretoria Executiva, seus PGs já foram revisados e encaminhados para o órgão de O&M. As normas NG-007, NG-013, NG-033, NG-041, NG-046, NG-057 e NG-064, bem como seus respectivos PGs, serão atualizadas até 30/06/2011.</p> <p>Em 08/04/2011 a NG-021 foi aprovada pela DD-1360-06 e em maio/2011 a revisão dos PG-021.01 e PG-021.02 foram aprovadas.</p> <p>Em 14/03/2011 a NG-053 foi aprovada pela DD-1357-01.</p> <p>Em 12/07/2011 o DGI informa que as demais normas e procedimentos listados continuam com suas revisões em andamento.</p> <p>Em 05/12/2011 foi verificado que estão aprovadas as Normas de Gestão NG-07, NG-013, NG-041, NG-046 e NG-057.</p> <p>Em 20/12/2012, a área responsável informou que as Normas e procedimentos ainda pendentes encontravam-se com suas revisões em andamento, conforme segue:</p> <p>PG-013.01, PG-013.02 e PG-057.01 – estão sendo efetuadas as revisões dentro das novas orientações de normativos da Eletrobrás, os quais deverão estar revisados e atualizados até 28/02/2012.</p> <p>A NG-033 passou por reunião de consenso no dia 15 de julho/2011 que resultou em nova convocação para discussão em 05/01/2012.</p> <p>Os PG-041.01 e PG-046.01 serão atualizados até 09/01/2012.</p> <p>A NG-064 e o PG-064.01 foram objeto de nova recomendação à Assessoria de Comunicação Social e Marketing - ACS</p> <p>Os PG-07.01, PG-07.02 e PG-07.03 em revisão.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI, reavaliar a sistemática adotada junto às Áreas quanto à atualização dos Normativos de Gestão Empresarial, para cumprimento da determinação da DD-1286-02
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DG-0002/2011, de 28/03/2011, informa que:</p> <ul style="list-style-type: none"> o sistema corporativo enviará automaticamente aviso aos "editores O&M", após 11 meses da atualização do normativo, informando da necessidade de nova revisão; o órgão de O&M criará minuta da NG e do PG e encaminhará para a área responsável para que no prazo de 30 dias proceda a revisão ou aprovação sem alteração. Durante os primeiros 25 dias o sistema encaminhará lembrete, semanalmente, informando o gerente da área e o representante do Comitê de Normas, da respectiva Diretoria, da necessidade de revisão do normativo. Nos últimos 5 dias o sistema encaminhará o lembrete, diariamente. Transcorridos os 30 dias e não havendo atuação por parte da área, o DGI encaminhará CI informando, ao Assessor da respectiva Diretoria, o não cumprimento do disposto na DD-1286-02, de 29/07/2009; o registro dos lembretes automáticos para revisão, emitidos pelo sistema, será incluído no “Histórico” dos normativos; os Editores O&M terão possibilidade de complementar o “Histórico” com a inclusão de outras tratativas, além das já registradas de edição e fluxo do documento, tais como: realização de reuniões com as áreas, cobrança quanto a atualização ou encaminhamento, entre outras. <p>Memo enviado por DGI, em 12/07/2011, informa que foram implementadas e cumprida data fixada para a implantação melhorias propostas.</p> <p>Foram implementadas as seguintes ações de melhoria na sistemática de atualização das Normas e Procedimentos, até</p>	

31/05/2011:

- o sistema corporativo enviará automaticamente aviso aos "editores O&M", após 11 meses da atualização do normativo, informando da necessidade de nova revisão;
- o órgão de O&M criará minuta da NG e do PG e encaminhará para a área responsável para que no prazo de 30 dias proceda a revisão ou aprovação sem alteração. Durante os primeiros 25 dias o sistema encaminhará lembrete, semanalmente, informando o gerente da área e o representante do Comitê de Normas, da respectiva Diretoria, da necessidade de revisão do normativo. Nos últimos 5 dias o sistema encaminhará o lembrete, diariamente. Transcorridos os 30 dias e não havendo atuação por parte da área, o DGI encaminhará CI informando, ao Assessor da respectiva Diretoria, o não cumprimento do disposto na DD-1286-02, de 29/07/2009;
- o registro dos lembretes automáticos para revisão, emitidos pelo sistema, será incluído no "Histórico" dos normativos;
- os Editores O&M terão possibilidade de complementar o "Histórico" com a inclusão de outras tratativas, além das já registradas de edição e fluxo do documento, tais como: realização de reuniões com as áreas, cobrança quanto a atualização ou encaminhamento, entre outras.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação atendida.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DCO – Departamento de Contabilidade DOF – Departamento de Operações Financeiros DPO – Departamento de Planejamento e Orçamento
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DPO, em conjunto com o DCO e Departamento de Operações Financeiras – DOF, revisar e, se for o caso, atualizar o PG-011.01 - Medição, Faturamento e Contabilização de Energia Elétrica.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DCO – Departamento de Contabilidade DOF – Departamento de Operações Financeiros DPO – Departamento de Planejamento e Orçamento	
Síntese das providências adotadas	
CI DG-0002/2011, de 23/03/11, informa que o PG-011.01 foi revisado e encaminhado para o órgão de O&M. Memo enviando por Orli/DGI, em 12/07/2011, o PG-011.01 foi revisado e encaminhado para o órgão de O&M. Necessita elaboração de proposta com adequação a nova estrutura dos instrumentos normativos das empresas Eletrobras. (Continua acompanhando). FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 22/11/2011, constatamos que o PG-011.01 foi enviado para O&M em 06/10/2011. Em 23/11/2011, recebemos memorando da chefe do setor de O&M nos informando que o procedimento foi encaminhado para o órgão de O&M no dia 06/10, antes da finalização da revisão da Norma que aconteceu no dia 04/11. Como o procedimento tem como objetivo operacionalizar o conteúdo da Norma, não cabe a finalização do mesmo antes, pois corre-se o risco de não contemplar as alterações introduzidas na Norma. Deste modo, o setor de O&M devolverá o PG para DPO para nova revisão e somente após a aprovação da norma, prevista para 31/12/2011, ocorrerá a aprovação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DCO – Departamento de Contabilidade
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DCO: a) revisar e, se for o caso, atualizar a NG e PG acima listados, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02 e b) dar os encaminhamentos necessários para aprovação da Norma de Gestão Empresarial NG-060 - Obrigações Sociais e Tributárias.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DCO – Departamento de Contabilidade	
Síntese das providências adotadas	
Em 28/03/2011, a Comunicação Interna a Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – CI DG-0002/2011, informa que as normas NG-060, NG-076 e o procedimento PG-076.01 estão em processo de revisão/alteração e serão encaminhados ao órgão de O&M até o dia 29/04/2011. Em 07/12/2011, o DCO informou que as NG-060, NG-076 e PG 076.01 estão em revisão final .	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPO– Departamento de Planejamento e Oramento
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DPO, revisar e, se for o caso, atualizar a NG-011 - Faturamento, Controle e Contabilização da Prestação do Serviço da Transmissão de Energia Elétrica, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPO– Departamento de Planejamento e Oramento	
Síntese das providências adotadas	
A NG-011 teve sua revisão aprovada pela Resolução de Diretoria – RD-1400-01, de 12/01/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DCO -Departamento de Contabilidade DOF – Departamento de Operações Financeiras AEN – Assessoria de Engenharia e Negócios
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Assessoria de Engenharia e Negócios – AEN: a) revisar e, se for o caso, atualizar a NG-044 – Comercialização da Prestação de Serviços para Terceiros e b) em conjunto com o Departamento de Contabilidade - DCO e Departamento de Operações Financeiras - DOF, revisar e, se for o caso, atualizar os PG acima listados, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DCO -Departamento de Contabilidade DOF – Departamento de Operações Financeiras AEN – Assessoria de Engenharia e Negócios	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI AGE-0013/2011, de 16/03/11, informa que revisará e atualizará, no prazo de 90 (noventa) dias, a Norma de Gestão NG-044 - Comercialização de Serviços para Terceiros e, em conjunto com o DCO e o DOF, revisará e atualizará, também no prazo de 90 (noventa) dias, os Procedimentos de Gestão PG-044.01, PG-044.02 e PG-044.03, que tratam, respectivamente, dos Serviços de Terceiros com Contratação Informal, Serviços Obrigatórios para Terceiros com Contrato Formal e Outros Serviços de Terceiros com Contrato Formal.</p> <p>Memo enviado por Orli/DGI, em 12/07/2011, informa que os normativos NG-044, PG-044.01, PG-044.02 e PG-044.03 foram revisados e enviados para o órgão de O&M. Hoje, necessitam de consenso entre as áreas envolvidas. Continua acompanhando o ponto.</p> <p>FOLLOW UP Rel 24/2011 - A CI AGE-044/2011, de 01/12/2011, cita que "Conforme informado na CI AGE-0013/2011, de 16/03/2011, a Assessoria de Engenharia e Negócios - AEN, cuja denominação, em 1º/06/2011, foi alterada para Assessoria de Regulação e Negócios - ARN, atendendo às recomendações do Relatório de Auditoria AUD-03/2011, revisou e atualizou a Norma de Gestão NG-044 - Comercialização de Serviços para Terceiros e, em conjunto com o Departamento de Contabilidade - DCO e o Departamento de Operações Financeiras - DOF, revisou e atualizou os Procedimentos de Gestão PG-044.01, PG-044.02 e PG-044.03, que tratam, respectivamente, dos Serviços de Terceiros com Contratação Informal, Serviços Obrigatórios para Terceiros com Contrato Formal e Outros Serviços de Terceiros com Contrato Formal.</p> <p>2. As minutas do PG e das NGs foram encaminhadas ao Órgão de Organizações e Métodos para o consenso do Comitê de Normas, criado pela DD-1319-11, de 22/04/2010, constituído por representantes das Diretorias, da Presidência, da Assessoria Jurídica e da Auditoria Interna".</p> <p>Referida revisão da NG ainda não foi aprovada.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 10/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ	AGA – Assessoria de Gestão Administrativa

destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	Recomendamos à AGA, revisar e, se for o caso, atualizar a Norma de Gestão Empresarial – NG o Procedimento de Gestão Empresarial – PG acima listados, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
AGA – Assessoria de Gestão Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
A NG-072 teve sua revisão aprovada pela Deliberação de Diretoria – DD-1372-06, de 06/07/2011 e o PG-072.01 teve sua revisão aprovada em 01/08/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 11/2011 – 24/02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ASG – Assessoria de Gestão Empresarial
Descrição da Recomendação	Recomendamos à ASG, revisar e, se for o caso, atualizar a NG os PG acima listados, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ASG – Assessoria de Gestão Empresarial	
Síntese das providências adotadas	
<p>A NG 084 - Gestão em Sociedade de Propósito Específico ou Consórcio envolve diversas áreas da empresa, em diferentes Diretorias. Dado o aumento de participações da Eletrosul em SPEs, faz-se necessário um trabalho conjunto dessas áreas no sentido de estudar e definir o melhor processo na gestão das participações acionárias e consórcio.</p> <p>Para isto é importante também a verificação e validação do Mapa do Processo de Gestão das Participações Acionárias, parte integrante da norma.</p> <p>Sendo assim, prevemos que até dia 31/05/2011 estaremos com todas essas etapas concluídas, possibilitando a atualização da referida norma com maior consistência e precisão.”</p> <p>CI SGE-023/2011, de 11.08.2011, informa que com base no trabalho realizado, a ASG solicitou ao DGI, por meio da CI ASG-0024/2011, de 09/08/2011, alteração da responsabilidade sobre a NG 084. Na CI, a ASG apresenta esclarecimento sobre a origem do normativo vigente, faz considerações sobre o trabalho realizado e apresenta proposta para o redirecionamento de responsabilidade para a revisão/atualização da Norma e respectivos Procedimentos de Gestão, assim nos solicita que considere, para efeito de cumprimento da recomendação apresentada no relatório em referência, a desvinculação da responsabilidade da ASG sobre a revisão/atualização da NG 084 e seus respectivos PGs.</p> <p>FOLLOW UP Rel 24/2011 - Em 23/11/2011, fomos informados via memorando pelo setor de O&M do DGI que foi realizada, no dia 31/10/2011, reunião com a participação dos gerentes da ASG, ARN, SGE, AIP, AGE e de empregadas da ASG, e DDOM sobre a área responsável pela NG 084. Deste modo, ficou definido que será conduzido pela ASG, na pessoa da Gerente, junto às Diretorias a discussão e definição a responsabilidade pela normatização do processo de Gestão em Sociedade de Propósito Específico ou Consórcio e a respectivas PGs. O DGI vai aguardar as definições para dar assessoramento quanto a atualização dos normativos.</p> <p>Em 25/05/2012, a área responsável informou que o cumprimento da recomendação, em virtude da necessidade de envolvimento de várias áreas, até o dia 07/12/2012.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 04/2011
Data do Relatório de Auditoria	08/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 14/2011 – 08/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente - DPM, efetuar as correções necessárias e atentar para o correto registro das informações contidas nas Licenças Ambientais no Sistema de Controle de Desapropriação de Imóveis – DIM.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente	
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0014/2011, de 31/03/2011, informa que efetuará as correções necessárias e atencará para o correto registro no Sistema das informações das Licenças Ambientais. Follow UP Rel-24/2011 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 04/2011
Data do Relatório de Auditoria	08/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 15/2011 – 08/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DMO – Departamento de Manutenção e Apoio à Operação
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO, efetuar inspeção em todas as subestações que sejam providas de equipamentos com grande volume de óleo (transformadores e/ou reatores), para verificar a existência e a atual situação das bacias de contenção e caixas separadoras de água e óleo, tomando as providências necessárias para sanar eventuais problemas encontrados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DMO – Departamento de Manutenção e Apoio à Operação	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0003/2011, de 09/05/2011, informa que é preocupação das áreas de manutenção e operação o acompanhamento do estado destas instalações, tanto que faz parte da rotina da operação a inspeção periódica das caixas separadoras de óleo. A inspeção nas caixas separadoras de óleo e água é diária nas Subestações Controladoras e quinzenal nas Subestações Telecontroladas, conforme definido na reunião de 06/04/2010 entre DOS e DMS. No anexo "Caixas separadoras de óleo", pode ser visto a rotina de manutenção e operação destas caixas. O acesso a este documento é através do link "DOPER" do GIRO, ao qual todos os operadores das Subestações tem acesso. Também nas Inspeções Simuladas da ANEEL, cuja	

periodicidade é anual, é feita uma inspeção detalhada da caixa separadora de óleo e água. Mesmo assim, o DMO estará programando, em conjunto com as Divisões Regionais, a análise da situação das bacias de contenção e caixas separadoras de água e óleo, a fim de elaborar relatório específico e, caso necessário, tomar as devidas providências. Para os testes e inspeções, serão aproveitados os desligamentos para Manutenção Preventiva dos Transformadores e Reatores, o que torna necessário o prazo mínimo até 30/06/2012 para completar a avaliação da situação em todas as Subestações.

FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 02/12/2011, verificamos que o DMO encontra-se dentro do prazo para efetuar a análise da bacia de contenção de caixa separadora de água e óleo.

Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 05/2011
Data do Relatório de Auditoria	08/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 16/2011 – 08/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DCO – Departamento de Contabilidade
Descrição da Recomendação	Reiteramos ao Departamento de Contabilidade - DCO, analisar, com urgência, os lançamentos contábeis efetuados na conta 211.31.4 (04462), (04394) e (04608) - Impostos e Contribuições - Contribuição Social - INSS, efetuando os recolhimentos ou ajustes necessários e realizar as conciliações tempestivamente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DCO – Departamento de Contabilidade.
Síntese das providências adotadas	Follow UP realizado no Rel. 24/2011, em 29/11/2011, verificou-se através do Plano de Providências Permanente – PPP, encaminhado ao CGU, conforme CI DCO 0092/2011, de 16/11/2011, que a análise e a conciliação das contas foi parcialmente efetivada com procedimentos de regularização do saldo por meio de ajuste contábil face à identificação de saldos devedores, credores e/ou por meio de recolhimento. O DCO informou que irá dar continuidade aos trabalhos de análise e conciliação contábil das rubricas, observando-se os critérios e princípios de materialidade e objetividade dos valores envolvidos, e de celeridade laboral de acordo com a capacidade operacional da Área. O prazo para atendimento será 30/06/2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 05/2011
Data do Relatório de Auditoria	08/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 16/2011 – 08/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DCO – Departamento de Contabilidade
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Contabilidade - DCO, analisar, com urgência, os lançamentos contábeis efetuados na conta 211.31.1 (04475) e (04446)- Tributos e Contribuições – Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, efetuando os recolhimentos

	ou ajustes necessários e realizar as conciliações tempestivamente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DCO – Departamento de Contabilidade	
Síntese das providências adotadas	
Em 10/05/2011, através da Comunicação Interna da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – CIDG-0004/2011, foi informado que: “considerando o aspecto do novo sistema corporativo GEM, o qual vem contribuindo de certa forma para a eliminação do tempo necessário de conciliação, por evitar que as escriturações ocorram erroneamente, o DCO tem como meta, na área fiscal, que até o final do exercício do ano 2011 as conciliações relativas até o ano 2010, para as contas relativas às retenções de ISS, INSS PJ e LEI 10.833/2003 estejam totalmente encerradas, bem como para o ano corrente que a conciliação contábil-fiscal esteja finalizada com máximo de atraso em 30 (trinta) dias; até porque os saldos apontados pela AUD, na sua maioria, se referem a período anterior à implantação do GEM.” Novo acompanhamento será realizado em projeto específico da Auditoria Interna: Tributos e Contribuições Sociais, com início previsto para 15/05/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 05/2011
Data do Relatório de Auditoria	08/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 16/2011 – 08/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DCO – Departamento de Contabilidade
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Contabilidade - DCO, analisar, com urgência, os lançamentos contábeis efetuados nas contas acima detalhadas, efetuando os ajustes e pagamentos devidos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DCO – Departamento de Contabilidade	
Síntese das providências adotadas	
CI DG-0004/2011, de 10/05/2011 nforma que estima que até o final da primeira quinzena do mês de junho do presente ano, os trabalhos nesse aspecto estarão totalmente finalizados. Follow UP Rel 24/2011 – verificou o cumprimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 06/2011
Data do Relatório de Auditoria	13/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 18/2011 – 13/04/2011

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DEM – Departamento de Engenharia de Manutenção
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DEM tomar providências, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica - AJU, para recálculo e liberação parcial dos valores retidos nos documentos Administração de Contas e Adiantamentos a Pagar - ACP abaixo listados: a) 80750000228, Compra Direta de Serviço - CDS 90530444 e b) 80750000226 e 80750000227, CDS 90530445
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DEM – Departamento de Engenharia de Manutenção
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0004/2011, de 09/05/2011, informa que solicitará ao DOF, até 30/06/2011, que sejam aplicadas as multas contratuais referentes aos ACEC DMS-80750020, 80750021 e 80750022. Follow Up Rel 24/2011 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 06/2011
Data do Relatório de Auditoria	13/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 19/2011 – 13/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPE – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DPE solicitar ao Departamento de Operações Financeiras - DOF, a regularização dos valores retidos nos documentos Administração de Contas e Adiantamentos a Pagar - ACP: a) 80950001823 e 80550000244, no valor de R\$ 2.511,00 e R\$ 1.359,90, respectivamente, contrato nº 80951823 e b) 80570000137 e 80570000160, no valor de R\$ 757,27 e R\$ 3.788,33, respectivamente, contrato nº 90560432.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DPE – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0015/2011, de 20/04/2011, informa que foi emitida a CI DPE-0009/2011, de 20/04/2011, solicitando ao DOF a regularização dos valores retidos nos ACP, com a retenção das multas contratuais. Verificado no relatório Administração de Contas a Pagar, emitido em 24/05/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 06/2011
Data do Relatório de Auditoria	13/04/2011

Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 18/2011 – 13/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à DRPR verificar se a necessidade de retenção ainda persiste e, em caso negativo, solicitar ao Departamento de Operações Financeiras - DOF, a regularização dos valores retidos nos documentos Administração de Contas e Adiantamentos a Pagar - ACP:</p> <p>a) 80970000803, no valor de R\$ 5.099,35, contrato nº 90560214 e</p> <p>b) 80980000219, 80980000416, 80980000570, 80980000709, 80980000855, 80980001009 e 80980001119, com valor individual de R\$ 1.390,69, contrato nº 80970064.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0004/2011, de 09/05/2011, informa que:</p> <p>a) através da CI DRPR-0028/2011, de 26/04/2011, verificou a necessidade de retenção dos valores no documento ACP 80970000803, no valor de R\$ 5.099,35 e reiterou a manutenção da suspensão do pagamento da NF2806 a que se refere o Boletim de Medição nº 13 do contrato nº 90560214, após entrar em contato com a empresa Segel Serviços Especiais Ltda. - EPP, através de E-mail na data de 09/05/2011, conforme anexo, constatando a persistência da falta de apresentação de documentação que comprovem a rescisão dos contratos de trabalho de dois dos sete empregados que prestaram serviços nas cidades de Ivaiporã, Campo Mourão e Londrina, a fim de evidenciar o desligamento da empresa;</p> <p>b) que autorizou o pagamento dos valores retidos nos documentos ACP 80980000219, 80980000416, 80980000570, 80980000709, 80980000855, 80980001009 e 80980001119, com valor individual de R\$ 1.390,69, do contrato nº 80970064, encaminhando a solicitação ao DOF, através da CI DRPR-0027/2011, para providências, por sua vez, o DOF informou à DRPR, através da CI DOF-0151/2011, de 02/05/2011, que não foi possível realizar os pagamentos liberados, pois a conta corrente da empresa Techno Service Cessão de Mão de Obra Ltda. - ME, cadastrada no sistema, encontra-se bloqueada e que realizaram diversas tentativas de contato com a empresa em referência, sem obtenção de êxito, visando colher informações sobre a existência de conta corrente ativa, na qual possibilitasse efetuar-mos a liberação dos pagamentos retido. Informa, também, que emitiu SAJU SJ DMO-0010/2011, de 10/05/2011, solicitando orientação jurídica e que após orientação providenciará a regularização da demanda.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 06/2011
Data do Relatório de Auditoria	13/04/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 18/2011 – 13/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à DRPR localizar a pasta do contrato e consultar a Assessoria Jurídica - AJU, sobre a obrigatoriedade de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, para liberação do pagamento do documento Administração de Contas e Adiantamentos a Pagar - ACP 80990000749, no valor de R\$ 7.235,74.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná

Síntese das providências adotadas
CI DO-0004/2011, de 09/05/2011, informa que rastreou alguns documentos pertinentes a CDS nº 80991018, porém nenhum documento evidenciou a efetivação do pagamento da NFF 030677, através do documento Administração de Contas e Adiantamentos a Pagar - ACP 80990000749 e que emitiu SAJU SJ DMO-0008/2011, de 15/04/2011, solicitando orientação jurídica sobre a obrigatoriedade de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, para liberação do pagamento do documento Administração de Contas e Adiantamentos a Pagar - ACP 80990000749, no valor de R\$ 7.235,74, e após orientação providenciará a regularização da demanda.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão da Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS: a) exigir dos empregados a prestação de contas dentro do prazo, de acordo com o subitem 2, item VI da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 - Deslocamento de Pessoal no País e b) estabelecer controle das GV pendentes de aprovação, a fim de evitar atrasos como os ocorridos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que: a) enviou memorando a todos os seus empregados, no dia 28/05/2011, reiterando a solicitação efetuada em 24/05/2010 em virtude da recomendação do item 3 do Relatório AUD-08/2010, para observação dos prazos de prestação de contas de GV; b) enviou memorando no dia 28/05/2010, aos empregados responsáveis pela abertura e fechamento de GV e aos chefes de setores, solicitando efetuar o controle das GV pendentes de fechamento, alertando o chefe de setor correspondente, para providenciar o acompanhamento das pendências a partir do 1º dia útil após o encerramento da viagem, evitando a ocorrência de atraso no fechamento das GV e que enviou, também, memorando à DVCP, do DCO, no dia 14/06/2011, solicitando implementação no Sistema de Guias de Viagens - SGV, através da sistematização do envio de memorando automático, no primeiro dia subsequente ao término da viagem, informando o encerramento da GV e a pendência de prestação de contas, ao empregado que realizou a viagem, ao chefe de setor responsável pela assinatura e ao empregado emissor da GV, a fim de aprimorar o controle das pendências. Em 25.10.2011, através da realização de Follow up a recomendação foi considerada atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011

Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul - DRMS, exigir a emissão dos relatórios de viagens pendentes, em atendimento ao item 5, capítulo VIII, da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 - Deslocamento de Pessoal no País.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando no dia 28/05/2011, aos empregados de matrícula 5000716, 1537416, 1536533 e 5000617, solicitando providências quanto a emissão dos relatórios de viagens pendentes, sendo que os relatórios das Guias de Viagem nº 81380422, 81490401, 81490168, 81390465 e 81300725 foram concluídos em 30/05/2011. Follow Up 24/05/2012 - Considerou sanadas as pendências relatadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS, observar para que sejam anexados os comprovantes dos serviços de táxi nas prestações de contas das GV, conforme previsto na letra “b”, do item 5, capítulo V da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 - Deslocamento de Pessoal no País. Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul - DRMS: a) solicitar a devolução dos valores que não foram apresentados os devidos comprovantes e b) exigir o preenchimento correto dos comprovantes na prestação de contas nas GV.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que: a) enviou memorando em 30/05/2011, aos empregados de matrícula 5001011 e 1532169, solicitando a devolução dos valores referente a despesa com táxi, reembolsados sem a devida comprovação nas GV nº 80800157 e 81300771, sendo que o empregado de matrícula 5001011 já efetuou a devolução do valor de R\$ 32,00 através de depósito bancário no dia 03/06/2011 e o empregado de matrícula 1532169, que encontrava-se em férias, estará efetuando o depósito bancário até o dia 15/07/2011; b) enviou memorando em 28/05/2011, a todos os seus empregados, reiterando a solicitação efetuada em 25/05/2010 em virtude da recomendação do item 8 do Relatório da Auditoria AUD-08/2010, no que se refere à necessidade de comprovação de despesas com táxi para reembolso, bem como, a efetuação do correto preenchimento dos comprovantes que deverão ser anexados as prestações de contas das GV. CI DRMS-0015/2011, de 16/06/2011, envio de comprovante de depósito, referente a devolução de GV efetuada pelo	

empregado.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul - DRMS, efetuar as correções necessárias e atentar para o correto registro das informações contidas nos contratos e termos aditivos no Sistema de Cadastramento de Contratos – SCC
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Síntese das providências adotadas	CI-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando em 30/05/2011 aos empregados responsáveis pelo cadastramento de contratos e termos aditivos no Sistema de Cadastramento de Contratos - SCC, solicitando efetuar as regularizações das não-conformidades observadas, atentando para o correto registro no sistema das informações contidas nos contratos e termos aditivos. Follow Up 24/05/2012 - Corrigidas as distorções de informações contidas no sistema SCC. As informações dos contratos atuais estão sendo registradas no sistema ConsistGEM
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul - DRMS, incluir em todos os processos de aquisição de material/serviços a lista de verificação, exceto os de compra direta por valor, conforme determina o item III do Procedimento de Gestão - PG-005.12 - Montagem do Processo de Aquisição.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando, em 30/05/2011, aos seus empregados responsáveis pela	

área de suprimentos, solicitando incluir em todos os processos de aquisição de materiais/serviços a lista de verificação (checking-list), exceto os de compra direta por valor, a fim de evitar esquecimentos de partes relevantes do processo. Follow Up 24/05/2012 - Efetuada a inclusão da lista de verificação (checking-list) em todos os processos de aquisição de material/serviços, Contrato - CT e Autorização de Serviço - AS, de acordo com o determinado no item III do Procedimento de Gestão - PG-005.12 - Montagem do Processo de Aquisição

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação atendida.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS, providenciar imediatamente a etiqueta de identificação da localização dos códigos dos materiais de estoque do ARMS.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando ao empregado responsável pelos materiais de estoque do ARMS, solicitando providências quanto a colocação das etiquetas de identificação da localização dos códigos dos materiais de estoque do ARMS e proceder, para registro, o envio de memorando nas próximas solicitações, a fim de sanear as deficiências encontradas no Relatório de Inventário Anual de Armazenamento de Material de Estoque nº 11/2010, do DGS e outras pendências constatadas. Follow Up 24/05/2012 - Constatada a instalação de etiquetas de identificação de localização de códigos de materiais de estoque nas prateleiras da sala desumidificada do ARMS.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 22/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	LPT – Coordenação Regional do Programa Luz para Todos
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Coordenadoria do Luz Para Todos – LPT: a) regularizar com urgência a pendência do EG não localizado e b) orientar os responsáveis para manter os EG em consonância com a Norma de Gestão Empresarial NG-009 – Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral – EG e seus respectivos Procedimentos de Gestão Empresarial – PG.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
LPT – Coordenação Regional do Programa Luz para Todos	
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0020/2011, de 27/06/2011, informa que o Global Positioning System - GPS, de número patrimonial 108944-7, foi localizado nas dependências da Coordenação do Programa Luz para Todos do Estado do Mato Grosso do Sul e transferido para a DRMS, conforme CI LPT-0011/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS: a) exigir da empresa contratada: a1) pagamento em dia dos salários e fornecimento dos vales alimentação dos empregados; a2) uso de todo o uniforme descrito no contrato; a3) atender a qualidade e quantidade dos materiais/equipamentos, descritos na Especificação Técnica; b) aplicar multa contratual, conforme determina a Cláusula Sétima do Contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou CE DRMS-0012/2011, de 31/05/2011, à Planalto Limpeza e Conservação de Ambiente Ltda, notificando para sanar as irregularidades na execução do contrato nº 91300203 de limpeza e ajardinamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do documento, quanto a disponibilização de todo o uniforme e EPI/EPC para uso, conforme descrito no contrato, atendimento a qualidade e quantidade de materiais/equipamentos, conforme descrito na Especificação Técnica e aos atrasos nos pagamentos dos salários e fornecimento dos vales alimentação dos empregados, informando também que a não observância da regularização das não-conformidades contratuais acarretará na aplicação de multa, conforme cláusula sétima do contrato Follow Up 24/05/2012, Foi verificado "in loco" que os pagamentos dos salários e fornecimento dos vales alimentação dos empregados encontra-se em dia; todos os empregados possuíam o uniforme descrito no contrato; foram atendidas as qualidades e quantidades dos materiais/equipamentos, descritos na Especificação Técnica; não cabendo, desta forma, aplicar multa contratual pelo descumprimento destas cláusulas contratuais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso Sul - DRMS, identificar os veículos com os adesivos adequados
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando à DVTI, em 01/06/2011, solicitando o envio de adesivos para os veículos da sua frota, recebendo-os em 13/06/2011, regularizando a identificação dos veículos com os adesivos adequados. Follow Up 24/05/2012 - Foi verificado "in loco" a identificação dos veículos com adequados adesivos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS: a) solicitar com urgência à Empresa Security Vigilância e Segurança Ltda. a apresentação da CNV do vigilante Weverton Luis de Arruda Soares Paes renovada b) exigir que a contratada mantenha as CNV de seus vigilantes atualizadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que solicitou à Secutity Vigilância e Segurança Ltda a apresentação da CNV renovada do vigilante Weverton Luis de Arruda Soares Paes e a manutenção das carteiras de seus vigilantes atualizadas e, em resposta, a empresa encaminhou cópia do documento de “Protocolo de Entrega do Formulário de Requerimento” da Carteira Nacional de Vigilante, datado de 07/06/2011, com validade de 60 (sessenta) dias. Follow Up 24/05/2012 - A empresa contratada Security Vigilância e Segurança Ltda, apresentou documentos faltantes do vigilante Weverton Luis A S Paes, cópia da Carteira Nacional de Vigilante-CNV, cuja data de vencimento é 16/05/2015. As CNV de todos os vigilantes estão atualizadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 23/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA do Estado do Mato Grosso do Sul o cancelamento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 915376 do empregado matrícula nº 5000592 e emissão de novo documento a fim de regularizar a situação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
CI DG-006/2011, de 14/06/2011, informa que referido empregado, não pertence mais ao Quadro de Pessoal da Eletrosul, desde o dia 01.06.2011, quando do seu desligamento e que já emitiram a CE DGP - 0729/2011 ao CREA-MS, comunicando o desligamento e solicitando a baixa da referida Anotação de Responsabilidade Técnica de Cargo e Função. FOLLOW UP Rel-24/2011 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS, remeter os atestados de psicólogos, para análise do Órgão de Saúde Ocupacional da Empresa, previamente ao abono das ausências, em consonância com o que determina o item 16, capítulo III da Norma de Gestão Empresarial NG - 015 - Medicina do Trabalho
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando à DVSS em 09/03/2011, solicitando a análise da validade dos atestados de atendimento psicológico do empregado de matrícula nº 1532143 e entregou as cópias dos atestados ao Órgão de Saúde Ocupacional da Empresa e enviou, também, memorando a todos os seus empregados em 28/05/2011, orientando quanto ao procedimento da substituição dos atestados de psicólogos, sendo necessário remetê-los previamente ao abono das ausências para análise do Órgão de Saúde Ocupacional. Follow Up 24/05/2012 - Não foi evidenciada a existência de nenhum atestado emitido por psicólogo na amostra analisada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 07/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	13
Comunicação Expedida/Data	RED 21/2011 – 17/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Mato Grosso do Sul – DRMS: a) não aceitar declarações de acompanhamento de dependentes que não sejam de médicos ou dentistas, conforme capítulo IV, item 1, do Procedimento de Gestão Empresarial –PG-015.02–Informações de Saúde; b) encaminhar os atestados médicos/odontológicos com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia, conforme letra “b” do item 1, capítulo IV do PG-10.01 - Registro da Jornada de Trabalho para a troca no Órgão de Saúde Ocupacional da Sede, e também como determina o capítulo IV – Atestados Médicos, nota 1, do Procedimento de Gestão Empresarial – PG-015.02- Informações de Saúde
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRMS – Divisão Regional do Mato Grosso do Sul
Síntese das providências adotadas	CI DO-0005/2011, de 16/06/2011, informa que enviou memorando a todos os seus empregados em 28/05/2011, informando que não serão mais aceitas declarações de acompanhamento de dependentes que não sejam de médicos ou dentistas, orientando quanto ao procedimento da substituição dos atestados e atentando para a observância quanto ao efetivo cumprimento da Norma de Gestão Empresarial NG - 015 - Medicina do Trabalho.
	Follow Up 24/05/2012 - Quanto a letra "b" evidenciamos a substituição correta dos atestados médicos/odontológicos com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 09/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 26/2011 – 26/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DES – Departamento de Engenharia do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Engenharia do Sistema - DES: a) no caso de necessidade de aumento de quantitativos, estabelecer prazos de entrega específico para os itens acrescidos, de forma a viabilizar sua entrega em prazos razoáveis e b) agilizar o processo de aplicação de multa, iniciado em 03/03/2011, conforme CE DES-0126/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
DES – Departamento de Engenharia do Sistema
Síntese das providências adotadas
Através da Comunicação Interna da Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia - CI AGE-0019/2011, de 16/06/2011, foi informado que: a) houve opção por não alterar o prazo de entrega, com anuência da contratada - ABB Ltda., tendo em vista que o prazo de entrega dos equipamentos já estava comprometido e o valor de multa aplicada em razão dos atrasos nas entrega já havia alcançado o limite de 10% do valor do contrato, nos termos do Item 3 da Cláusula 10 - Multas. Quanto ao fato de ser impraticável a entrega do citado transformador na data definida pelo Termo Aditivo, a negociação com o fornecedor visou adequar o contrato às necessidades da Eletrosul, conforme exposição de motivos do RAD DES-0116/2010, de 25/11/2010. b) no que se refere à multa por atraso de cumprimento de evento do referido contrato, conforme Correspondência Externa, emitida pelo Departamento de Engenharia do Sistema - DES, CE DES-0126/2011, de 03/03/2011, a efetivação da aplicação ainda não ocorreu em razão do fornecedor não ter apresentado até o momento os documentos de cobrança da medição liberada. Em 30/11/2011, foi realizado acompanhamento da letra “b”, onde foi constatado que através da CI DES 0241/2011, de 05/09/2011, foi solicitado a retenção do pagamento referente ao Boletim de medição nº 1 a importância de R\$ 83.922,50, que corresponde a multa contratual (10% do valor do contrato).
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 09/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 27/2011 – 26/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SGE – Secretaria Geral
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Secretaria Geral - SGE, corrigir os dados divergentes no SCC quanto à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União - DOU e atentar para o correto registro das informações.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SGE – Secretaria Geral	
Síntese das providências adotadas	CI SGE-0017/2011, de 22/06/2011, informa que a manutenção dos Sistemas de Publicação Legal (SPL) e de Cadastramento de Contratos (SCC), objeto da solicitação de Serviço de Informática (SIN) nº 006882-2011 datado de 19/05/2011, está em execução, no âmbito do DGI, e que tão logo seja concluída a integração dos sistemas, que envolvem essas atividades, as divergências apresentadas serão corrigidas. FOLLOW UP Re-24/2011 - Considera a recomendação atendida.
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011

Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, exigir da contratada a entrega dos documentos faltantes e aplicar as penalidades previstas na Cláusula Oitava - Multas, quando for verificado seu descumprimento
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0006/2011, de 16/06/2011, informa que enviou comunicação via fac-símile DRRS-029/2011, em 11/05/2011, à Melo & Silva Conservação Urbana Ltda. - ME, solicitando providências quanto a regularização dos certificados de treinamento em Norma Regulamentadora - NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, dos seus empregados, e a apresentação da documentação pendente de entrega e, em resposta, a empresa apresentou os documentos faltantes, sendo estes anexados no contrato e repassados para a DVSS para análise. Informa, também, que orientou verbalmente os empregados responsáveis, pela gestão dos contratos, um acompanhamento mais preciso dos processos contratuais. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul – DRRS: a) orientar o setor administrativo para: a1) efetuar os lançamentos no sistema ConsistHR conforme informações contidas na Comunicação de Ocorrência de Frequência - COF; a2) utilizar os códigos para abono de ausências corretos, conforme disposto no anexo 1 do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-010.03 - Controle Manual de Frequência e a3) atuar no sistema ConsistHR - Gestão de Recursos Humanos somente com respaldo documental; b) orientar os empregados para registrarem corretamente sua frequência, conforme determina a letra “a”, do item 1, capítulo III, do PG-010.03 - Controle Manual de Frequência
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que : a) enviou memorando em 21/06/2011, aos chefes dos setores, que atuam no sistema ConsistHR e que são responsáveis pela realização dos procedimentos de gestão de recursos humanos, reiterando da necessidade de observância e efetivo cumprimento do PG-010.03, efetuando os lançamentos no sistema em conformidade com as informações contidas na COF,	

utilizando os códigos para abono de ausências corretos e atuando no sistema somente com respaldo documental; b) enviou memorando em 21/06/2011, aos chefes dos setores que atuam no sistema ConsistHR, informando da necessidade do correto preenchimento da COF e solicitou que as recomendações fossem repassadas e trabalhadas com todos os seus empregados. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão da Regional do Rio Grande do Sul - DRRS: a) exigir dos empregados a prestação de contas dentro do prazo, de acordo com o item 2, capítulo VI, da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 - Deslocamento de Pessoal no País; b) estabelecer controle das GV pendentes de aprovação e indicar outro empregado para assinar também como responsável pela aprovação de Prestações de Contas, a fim de evitar atrasos como os ocorridos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que: a) enviou memorando em 21/06/2011, aos chefes dos setores que atuam no SGV, solicitando providências para que as prestações de contas de GV sejam realizadas dentro do prazo estabelecido e solicitou que as recomendações fossem repassadas e trabalhadas com todos os seus empregados; b) enviou memorando em 21/06/2010, aos chefes dos setores que atuam no SGV, solicitando repasse das informações aos empregados responsáveis pela abertura e fechamento de GV, para que seja efetuado o controle das guias pendentes de fechamento através do acompanhamento das pendências a partir do 1º dia útil após o encerramento da viagem, evitando a ocorrência de atraso no fechamento das GV e c) corroborou a solicitação da DRMS realizada através de memorando enviado em 14/06/2011 à DVCP, do DCO, na qual requer uma implementação no SGV, através da sistematização do envio de memorando automático, no primeiro dia subsequente ao término da viagem, informando o encerramento da GV e a pendência de prestação de contas, ao empregado que realizou a viagem, ao chefe de setor responsável pela assinatura e ao empregado emissor da GV, a fim de aprimorar o controle das pendências. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, aperfeiçoar o planejamento e o acompanhamento das contratações para que fatos desta natureza não venham a ocorrer, uma vez que contrato verbal, nessas circunstâncias, é nulo e de nenhum efeito, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 60, da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que orientou verbalmente seus empregados da área de suprimentos para observação da não-conformidade quanto a realização de serviços sem a existência de documento contratual formal e informou que providenciará para que seus empregados sejam treinados, objetivando o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento e acompanhamento das contratações, a fim de sanar as deficiências nos processos de aquisição. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS: a) regularizar a data de assinatura dos contratos mantendo as informações do Sistema de Cadastramento de Contratos - SCC permanentemente atualizadas; b) atentar para que os documentos do processo licitatório sejam numerados em ordem cronológica crescente na medida em que passem a fazer parte do processo, conforme determinado na letra “b”, do item 2, capítulo IV, do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-005.12 - Montagem do Processo de Aquisição - Aquisição; c) cumprir o que determina a letra "e", do item 2, do capítulo III, do PG-005.05 - Publicidade e Comunicação - Aquisição e d) arquivar as planilhas de orçamento nos processos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	

CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que:	
a) efetuou a regularização da data de assinatura dos contratos nº 81099033 e 81010124 e que providenciará para que as informações estejam permanentemente atualizadas, SCC (considera o ponto, letra "a" Resolvido);	
b) providenciou a organização e a inserção da numeração em ordem cronológica nos documentos do processo licitatório dos contratos nº 81011407, 90560056, 81078212, 90591041, 91300309, 91311003 e 91390193;	
c) providenciará para que junto aos contratos e/ou termos aditivos, licitados pela área, constem a cópia da publicação no DOU e que a documentação dos processos licitados pelo DGS, fiquem sob a responsabilidade da DVLC;	
d) inseriu a planilha de orçamento do contrato nº 81011407 e que solicitará ao DGS o envio da cópia da proposta comercial com a planilha de orçamento do fornecedor, para consulta e composição do processo dos contratos nº 90560056 e nº 90591041.	
A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, identificar e cadastrar os Equipamentos Gerais - EG, de acordo com o item 4, do capítulo III, do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-009.01 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral - EG.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que os equipamentos que se encontravam sem a devida imobilização contábil foram identificados e cadastrados no Sistema de Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral - ConsistGEM - Ativo Fixo.	
Em 07/07/2011, foi constatado que todos os EG, mencionados, foram identificados e cadastrados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul

Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS:</p> <p>a) regularizar com urgência a pendência dos EG não localizados</p> <p>b) orientar os responsáveis para manter os EG em consonância com a Norma de Gestão Empresarial NG-009 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral - EG e seus respectivos Procedimentos de Gestão Empresarial - PG.</p> <p>Reiteramos ao gerente da Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, assinar o Relatório que relaciona os EG existentes em sua Área</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que:</p> <p>a) regularizou o cadastramento do NP nº 113805-7 no Sistema, sendo atualizada a sua localização para a Sala da Equipe de Transformadores, sob responsabilidade do empregado de matrícula 0203266 e que os NP nº 101110-3 e 091058-9, encontram-se localizados na Sala de Instrumentos, sob responsabilidade do empregado de matrícula 0202953;</p> <p>b) orientou verbalmente os seus empregados, observando para a necessidade da manutenção dos EG em conformidade e pleno atendimento das normas da Empresa e que providenciará a assinatura do Relatório que relaciona os EG existentes em sua Área. Prazo: 31/08/2011.</p> <p>Em 09/08/2011 foi consultado no ConsistGEM e evidenciada a assinatura do Relatório que relaciona os EG existentes na DRRS.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 29/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGI – Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI, exigir, conforme preconiza a letra “e”, do item 8, capítulo V, da Norma de Gestão Empresarial - NG-009 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral, a assinatura gerencial no sistema ConsistGEM - Ativo Fixo, atestando a existência dos EG registrados sob sua responsabilidade</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DG-0009/2011, de 21/06/2011, informa que foi emitida CI DGI-0149/11 de 15/06/11 esclarecendo aos gerentes da responsabilidade na assinatura eletrônica do Relatório de Equipamento Geral - EG e que estuda, com previsão de implantação para setembro/11, a uniformização de rotinas via GEM - Ativo Fixo, que comunicará diariamente, via e-mail, pendências existentes.</p> <p>Considera a recomendação atendida, conforme email recebido da Regional, em 09.09.2011, e verificado no sistema, em 21.09.2011.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, atender as recomendações pendentes, apontadas no Relatório de Inventário Anual e Inspeção de Armazenamento de Material de Estoque nº. 09/2010, de 30/11/2010
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que os materiais embalados com madeira foram relocados do pátio para o telheiro, a fim de evitar a danificação das embalagens, e que os materiais depositados no telheiro estão sendo inventariados e as embalagens que encontram-se danificadas estão sendo refeitas; que as plaquetas de identificação dos materiais no pátio de torres foram instaladas e que, durante a realização do inventário rotativo, os itens que estão sendo encontrados em local diferente do recomendado estão sendo regularizados, em consonância com a Recomendação de Armazenamento - RAM e que o item 19872-2 Cabo Nu foi emprestado para uso emergencial na LT Biguaçu-Blumenau e que ainda não foi localizado, providenciando uma busca intensificada do material, visando sanar a pendência num prazo máximo de 6 meses.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, disponibilizar os veículos sob sua responsabilidade na DRRS para alienação, de forma a otimizar os recursos da Empresa, uma vez que os mesmos estão expostos às intempéries, sujeitos à deterioração e consequente desvalorização
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Síntese das providências adotadas	CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que enviou CI DRRS-0023/2011, em 28/04/2011, ao DGS e à DVAQ, disponibilizando para alienação os veículos placas MCL-9299, MCL-9349, MCL-9269 e IMX-5719 e, informou, também, que os mesmos foram estacionados em área coberta, minimizando a exposição à intempéries, deterioração e consequente desvalorização, até que o processo de cessão dos bens seja finalizado pela área responsável.
Síntese dos resultados obtidos	

Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 29/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGI – Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI: a) completar e corrigir os dados de veículos no CAV e b) diligenciar sobre o provimento de interface entre o sistema <i>ConsistGEM</i> - Ativo Fixo e o CAV.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DG-0009/2011, de 21/06/2011, informa que:</p> <p>a) foi registrado o número do RENAVAM do veículo placa MHW-5988 no sistema CAV;</p> <p>b) foram regularizadas as divergências apontadas no sistema de controle patrimonial. O DGI também informa que hoje já existe o provimento de interface entre o Sistema <i>ConsistGEM</i> – Ativo fixo e o CAV.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 05/12/2011, constatamos que foi incluído o número do RENAVAM no cadastro do veículo placa MHW-5988.</p> <p>Quanto às divergências entre o CAV e o <i>ConsistGEM</i>, verificamos que foram alterados no sistema CAV os números patrimoniais: 1188827, 1188583, 1188638, 1188806, 1188580, 1188816, 1188819, 1188828, 1188812, 1188803, 1188801, 1188802.</p> <p>Já, com relação às divergências nas áreas, verificamos que os seguintes veículos continuam com problemas: 1188591, 1188590, 1188829, 1188588, 1188585, 1188639, 1188808, 1189077, 1188586, 1188587, 1188805, 1188582, 1188581, 1189076, 1188691, 1188584, 1188807, 1188811, 1189075.</p> <p>Em 20/11/2011 recebemos memorando do gerente da DVGI informando que: "Quanto ao item "b", diligenciar sobre o provimento de interface entre o sistema <i>ConsistGEM</i> - Ativo Fixo e o CAV., informamos que não foram previstas integrações do SIG com o sistema CAV, pois, este sistema, assim como os demais desenvolvidos na plataforma Adabas/Natural (Tera-Term), irá ser substituído por sistema mais atualizado tecnologicamente e, devidamente integrado com os demais sistemas da Eletrosul. Adicionalmente, informamos que a substituição do sistema CAV está prevista para ocorrer até o final de 2012, com a conseqüente desativação do mesmo".</p> <p>Em 21/12/2011 recebemos a informação do Chefe do Setor - SEGET, de que está esperando acesso ao <i>ConsistGEM</i> para poder efetuar os acertos e, portanto, afirmou que estará resolvido até 31/01/2012.</p> <p>FUP em 23/05/2012 foi verificado que os dados dos N° Patrimoniais, no CAV, foram corrigidos. Considera-se a recomendação atendida.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011

Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida/Data	RED 29/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGI – Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI, providenciar com brevidade o retorno do veículo para a Sede e racionalizar a utilização dos mesmos, evitando a ocorrência de fatos semelhantes.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura	
Síntese das providências adotadas	
CI DG-0009/2011, 21/06/2011, informa que o veículo Pick-up CD, Ford Ranger, placa MJM3980, já retornou à Sede, conforme recomendação. FOLLOW UP do Rel-24/2011 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	13
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, exigir tempestivamente da contratada a capacitação formal por meio de treinamento para os empregados que realizam atividades expostas a risco elétrico, nos termos da Norma Regulamentadora - NR-10.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que enviou memorando em 15/06/2011, à Liderança Limpeza e Conservação Ltda, reiterando a solicitação efetuada em reunião no dia 03/05/2011, para a atualização imediata do treinamento Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, dos seus empregados que realizam atividades expostas a risco elétrico, localizados em Uruguaiana, com prazo de validade vencido há alguns meses, e em atendimento ao requerimento, a contratada providenciou a regularização da pendência observada, enviando os certificados de participação no Curso de NR-10, datados de 17/06/2011. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 10/2011
Data do Relatório de Auditoria	27/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	14
Comunicação Expedida/Data	RED 28/2011 – 27/05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS, atentar para o correto registro das informações prestadas com relação a averbação de seguro de transporte
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRRS – Divisão Regional do Rio Grande do Sul	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0006/2011, de 27/06/2011, informa que providenciará treinamento e capacitação aos seus empregados responsáveis pela emissão de Notas Fiscais Eletrônica - NF-e, junto ao DGS. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização da auditoria na DRRS, que será efetuada em até 30/06/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	<p>Reiteramos à Divisão Regional de Santa Catarina – DRSC, exigir dos empregados que registrem corretamente a frequência, conforme estabelece a letra “a”, item 1, capítulo III, do Procedimento de Gestão Empresarial PG-10.01 – Registro da Jornada de Trabalho.</p> <p>Recomendamos à Divisão Regional de Santa Catarina – DRSC:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) utilizar os códigos para abono de ausências corretos, conforme disposto no anexo 1 do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-010.03 - Controle Manual de Frequência; b) atuar no sistema de Gestão de Recursos Humanos – ConsistHR e na Comunicação de Ocorrência de Frequência – COF somente com respaldo documental; c) descontar a hora extra paga indevidamente ao empregado matrícula 1532177 e d) orientar o empregado que não compareça para o trabalho, quando houver atestado médico indicando o seu afastamento.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que enviou memorando aos empregados de matrícula 0613308 e 1528465, em 20/07/2011, reiterando orientações anteriores, informando que não serão mais abonadas as inconsistências na frequência com	

a justificativa de esquecimento, por motivo relacionado à falta de registro eletrônico da frequência onde existe o relógio coletor de dados observando que em caso de reincidência será aplicada advertência por escrito. Informa, também, que:	
a) e b) orientou verbalmente seus empregados, que atuam no sistema ConsistHR, reiterando da necessidade de observação e efetivo cumprimento do PG-010.03 em conformidade com as informações contidas na COF, utilizando os códigos para abono de ausências corretos e atuando no sistema;	
c) que seus empregados, responsáveis pelos lançamentos dos registros de frequência, efetuaram o lançamento do horário 21h12, como saída no dia 21/02/2011, na frequência do empregado de matrícula 1532177, provocando divergência entre o horário de chegada da GV nº 82310085 e o registro na COF, pois o sistema está formatado para o horário flexível e em ocorrências que envolvam abono de ausência, registro de horário e pagamento de hora extra, num mesmo dia de trabalho, ocorre a redução do saldo devido de hora extra a pagar, a exemplo, o empregado 1532177 que ausentou-se das 08h00 às 12h00, para tratar de assuntos particulares, e iniciou sua jornada de trabalho, saindo de viagem às 13h00 e chegando no local previsto às 20h12, realizando 03h12 de horas extraordinárias, porém, no Sertão do Maruim o fim da jornada de trabalho, dentro do horário flexível, é compreendido até as 18h00, sendo desconsiderado pelo sistema, no período matutino, 1 hora de ausência e impossibilitando o abono de 4 horas sob o código 95 (Acordo Coletivo de Trabalho), provocando assim a redução do período de hora extraordinária de 03h12 para 02h12. Nesse sentido orientou, aos responsáveis pelo registro de frequência, a não efetuarem lançamentos de registros da COF divergentes dos horários informados nas GV, e que não procederá o desconto de hora extraordinária do empregado matrícula 1532177, pela caracterização de pagamento devido das 03h00, a fim de não causar ônus ao empregado, em virtude da limitada formatação do sistema;	
d) que enviou memorando ao empregado de matrícula 1528465, no dia 20/07/2011, orientando para que não compareça para o trabalho quando houver atestado médico indicando o seu afastamento.	
FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão Regional de Santa Catarina - DRSC: a) identificar, localizar e organizar de acordo com o Procedimento de Gestão Empresarial - PG-036.04 - Controle de Material os materiais com perspectiva de utilização pela empresa; b) disponibilizar os itens inservíveis para alienação e c) atender as recomendações dos Relatórios de Inventário Anual e Inspeção de Armazenamento de Material de Estoque nº 002/2010 e nº 01/2011, da Divisão de Administração de Material e Qualidade - DVAQ.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que providenciará a identificação, localização e organização dos materiais com perspectiva de utilização, realizando uma avaliação dos materiais, definindo os itens inservíveis para posterior disponibilização para alienação e verificando alternativas de estoques dos aproveitáveis, visando sanar a pendência num prazo máximo de 3 meses e que está buscando maneiras para atender as recomendações quanto à colocação de brita no pátio e a construção de um telheiro, porém observou que o fato de o imóvel, onde está localizada a DRSC e outras Divisões pertencer à terceiros, impossibilita ações de melhorias ou ampliações sem o aumento expressivo do valor do aluguel. FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Considera a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	

Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 38/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
Descrição da Recomendação	Reiteramos ao Departamento de Patrimônio Imobiliário – DPM exigir dos empregados a prestação de contas dentro do prazo, de acordo com o item 2, capítulo VI da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 – Deslocamento de Pessoal no País.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente	
Síntese das providências adotadas	
4/2011, de 31.08.2011, informa que, por intermédio da CI AGE-0023/2011, de 31/08/2011, exige de seus empregados a apresentação da prestação de contas das GV no prazo estabelecido pelos normativos internos. FOLLOW UP Rel-24/2011 – Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional de Santa Catarina – DRSC, orientar os vigilantes a efetuar controle sobre todos os veículos que adentram às instalações da Regional e a exigir da empresa Mobra – Serviços de Vigilância Ltda. que: a) providencie a carteira nacional de vigilante para o empregado Fábio de Souza e forneça lanterna em condições de uso para os postos de vigilância localizados no pátio e fundos da Regional
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que a MOBRA providenciou a renovação da CNV do seu empregado Fábio de Souza, e forneceu aos vigilantes lanternas em condições de uso para os postos de vigilância, regularizando as impropriedades verificadas na execução do contrato nº 90570006. Informa, também, que realizou reunião, com a MOBRA, em 21/06/2011, definindo procedimentos para a realização do controle de entrada e saída de veículos, nas instalações da Regional, e sequencialmente orientou os vigilantes a efetuar o registro de todos os veículos, inclusive de empregados, impedindo a	

entrada de pessoas não autorizadas. FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Considerou a recomendação atendida
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional de Santa Catarina - DRSC, identificar e cadastrar os EG, de acordo com o item 4 do capítulo III, do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-009.01 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral - EG.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que identificou e cadastrou todos os EG no sistema, sob os nº 1168371, 1187289, 1189893 a 1189901, 1189903 a 1189926, 1189931, 1189932 e 1189934, regularizando a pendência de imobilização contábil. FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Regional Divisão Regional de Santa Catarina – DRSC, exigir da contratada a disponibilização de todo o uniforme previsto na letra “c” do Item CG-4, anexo 3, do contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que contatou com a empresa Serv Plus Limpeza e Conservação Ltda., em 05/08/2011, solicitando providências quanto ao fornecimento, aos seus empregados, de uniforme compatível com os serviços a serem executados e a contratada respondeu, através de E-mail, que estará regularizando a não-conformidade,	

disponibilizando num prazo máximo de 30 (trinta) dias, todo o uniforme previsto na letra “c” do Item CG-4, anexo 3, do contrato nº 91300282.
FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Verificou que os empregados permaneciam com os uniformes incompletos e foi solicitado ao gestor do contrato providências. Deste modo, o setor administrativo da DRSC enviou o fax nº 0005/2012, de 23/03/2012, e memorando, de 29/03/2012, solicitando novamente o uniforme completo à Contratada. Porém, até o fechamento deste relatório a situação ainda não estava regularizada. Foi recomendado verbalmente à DRSC aplicar as penalidades previstas em contrato, caso a empresa Serv Plus Limpeza e Conservação Ltda., não cumpra com o estabelecido na letra “c” do Item CG-4, anexo 3, do contrato.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional de Santa Catarina - DRSC: a) regularizar com urgência a pendência dos EG não localizados e b) orientar os responsáveis para manter os EG em consonância com a Norma de Gestão Empresarial NG-009 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral - EG e seus respectivos Procedimentos de Gestão Empresarial – PG
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que regularizou a pendência dos EG não localizados, informando os locais onde foram encontrados e a situação dos itens cadastrados sob os números: 0938025 - sala/depósito de informática, disponibilizado para baixa no sistema; 1086197 - sala da equipe de transformadores; 1168657 e 1168665 - reboque da equipe de transformadores e 0958840 e 0959863 - disponibilizados para a ONG, na sede, e que orientou verbalmente os seus empregados, responsáveis pelos EG, para que mantenham os EG em consonância com a NG-009 e respectivos PG. FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional de Santa Catarina – DRSC, inspecionar os veículos da frota que está sob sua responsabilidade:

	a) identificando-os com a etiqueta patrimonial e as inscrições previstas no Procedimento de Gestão Empresarial – PG - 008.02 - Identificação, Cadastro e Transferência de Equipamentos de Transporte e b) mantendo-os com os extintores de incêndio dentro da validade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que as não-conformidades constatadas nos veículos, cadastrados sob o patrimonial 0919420, 0921815, 0919438, 0988235, 0988260 e 1188828, foram regularizadas, efetuando a devida identificação nos veículos com a etiqueta patrimonial e com as inscrições previstas no PG - 008.02, e que realizará inspeções nos veículos da frota que está sob sua responsabilidade, mantendo-os com os extintores de incêndio dentro da validade. FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 11/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 37/2011 – 06/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional de Santa Catarina – DRSC revisar os valores descontados, procedendo os ajustes necessários.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRSC – Divisão Regional de Santa Catarina	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0008/2011, de 17.08.2011, informa que os valores, referentes às ligações particulares realizadas por empregados constantes nos relatórios do tarifador, não descontados na folha de pagamento nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011, foram lançados devidamente no sistema ConsistHR nos meses de abril através do Lote 201104-DRSC-01 e julho através do Lote 201107-DRSC-02, exceto o lançamento no valor de R\$ 9,17, referente ao mês 01/2011, do empregado cedido de matrícula 9002429, sendo informados os valores ao mesmo, que providenciará a efetuação do depósito na conta da Eletrosul informa, também, que efetuou a revisão dos valores descontados nas matrículas 1523241, 1526302 e 1536898, e constatou que são referentes aos meses de fevereiro e março/2011, providenciando o lançamento dos valores, para estorno nas respectivas contas dos empregados, referente à diferença entre o tarifador e o valor descontado no sistema no mês de julho/2011, através do Lote 201107-DRSC-04. FOLLOW UP Relatório AUD-07/2012 - Considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão da Regional do Oeste - DROE: a) tomar as providências necessárias para que as prestações de contas sejam realizadas dentro do prazo, de acordo com o item 2, capítulo VI da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 – Deslocamento de Pessoal no País, e b) estabelecer controle das GV pendentes de prestação de contas, a fim de evitar atrasos como os ocorridos
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que enviou a CI DROE-0026/2011, em 20/07/2011, a todos os seus setores, solicitando providências para que as prestações de contas de GV sejam realizadas dentro do prazo estabelecido, evidenciando a necessidade de aprimoramento do controle das GV pendentes de aprovação, evitando a ocorrência de atraso no fechamento das GV e solicitou que as recomendações fossem repassadas e trabalhadas com todos os seus empregados, enfatizando para o atendimento pleno das normas da Empresa. Informa, também, que corroborou a solicitação da DRMS, realizada através de memorando, enviado em 14/06/2011 à DVCP, do DCO, na qual requer uma implementação no Sistema de GV, através da sistematização do envio de memorando automático, no primeiro dia subsequente ao término da viagem, informando o encerramento da GV e a pendência de prestação de contas, ao empregado que realizou a viagem, ao chefe de setor responsável pela assinatura e ao empregado emissor da GV, a fim de aprimorar o controle das pendências. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à DROE, remeter os atestados de psicólogos, para análise do Órgão de Saúde Ocupacional da Empresa, previamente ao abono das ausências, em consonância com o que determina o item 16, capítulo III da Norma de Gestão Empresarial NG - 015 - Medicina do Trabalho
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 22/08/2011, informa que enviou memorando, à DVSS, em 15/07/2011, solicitando manifestação da

<p>área sobre os atestados de atendimento psicológico do empregado de matrícula 1008558, e em resposta o SEAFS, da DVSS, encaminhou memorando informando ter ciência da necessidade e do tratamento psicológico realizado pelo empregado. Informa, também, que a responsável pela realização dos procedimentos de gestão de recursos humanos enviou memorando a todos os seus empregados, em 26/07/2011, ratificando informações repassadas anteriormente referente ao encaminhamento dos atestados com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia, solicitando que os documentos originais sejam entregues no retorno do afastamento no SADOE, para o enviou ao DVSS, para anuência e, no retomo do atestado, serem anexados à COF do respectivo empregado.</p> <p>Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à DROE:</p> <p>b) encaminhar os atestados médicos/odontológicos com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia, conforme letra “b” do item 1, capítulo IV do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-10.01 - Registro da Jornada de Trabalho para a troca no Órgão de Saúde Ocupacional da Sede, e também como determina o capítulo IV – Atestados Médicos, nota 1, do PG-015.02- Informações de Saúde;</p> <p>c) exigir do empregado declaração médica constando o acompanhamento do empregado e a caracterização de emergência ou internação hospitalar conforme letra “b” do item 31, capítulo V da Norma de Gestão Empresarial – NG-010 – Jornada de Trabalho.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	<p>CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que a responsável pela realização dos procedimentos de gestão de recursos humanos enviou memorando a todos os seus empregados em 26/07/2011, ratificando informações repassadas anteriormente referente ao encaminhamento dos atestados médicos/odontológicos com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia, solicitando que os documentos originais sejam entregues, no retorno do afastamento, no SADOE, para o enviou ao DVSS para a efetuação da troca e, no retorno do atestado, serem anexados à COF do respectivo empregado. Informa, também, que enviou CI DROE-0030/2011, em 22/07/2011, à DIBP, informando da constatação da não-conformidade quanto a apresentação pelo empregado de matrícula 1534636, de atestado de acompanhamento de dependentes em consulta médica sem a caracterização de emergência ou internação hospitalar, e solicitou, com a ciência e concordância do empregado, o desconto de 01h 44m do seu banco de horas compensáveis.</p> <p>Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.</p>
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, manter atualizados os registros de acidentes de trânsito no Controle e Apropriação de Veículos – CAV
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que enviou CI DROE-0028/2011, em 20/07/2011, à DVIT, do DGI, solicitando o lançamento dos registros de acidentes de trânsito ocorridos com os veículos placas ARJ-4561, MCS-3548, MCV-8389, MGI-1144, MKI-7790, no CAV, e solicitou à Comissão de Análise de Trânsito de Área Descentralizada da DROE, quando do envio de relatório de acidente de trânsito com veículo da Empresa à AJU, para análise e providências, encaminhar à DVIT, para conhecimento e efetuação do cadastramento do acidente de trânsito, a fim de manter os registros atualizados no sistema CAV.</p> <p>Em 06.09.2011, consultamos o Sistema CAV e não havia registros dos acidentes mencionados</p> <p>Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, afixar, na parte traseira do veículo, o logotipo especial contendo os dizeres: "COMO ESTOU DIRIGINDO?", conforme preconiza a letra "b", do item 1, do capítulo VI, da NG – 008 - Frota da Empresa e Transporte de Pessoal.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que realizou inspeção nos veículos da sua frota e providenciou a afixação, na parte traseira do veículo, o logotipo "COMO ESTOU DIRIGINDO?"</p> <p>Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste – DROE, não publicar extratos de dispensa de licitação enquadradas nos inciso I e II do art. 24 da Lei 8666/93 e afixar em quadro de aviso de acesso público o Resumo de Compras realizadas no mês anterior, conforme preconiza o item 3.6.1, capítulo 3 do Procedimento de Gestão - PG 005.09-Dispensa e Inexigibilidade – Aquisição
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que orientou verbalmente seus empregados, responsáveis pelos processos de aquisição, para não publicação dos extratos de dispensa de licitação enquadradas nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8666/93 e, solicitou que o Resumo de Compras realizadas no mês anterior, fosse afixado em quadro de aviso de acesso público. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, exigir da contratada a entrega dos documentos faltantes e aplicar as penalidades previstas na Cláusula Oitava - Multas, quando for verificado seu descumprimento
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que enviou CE DROE-0038/2011, de 30/05/2011, à empresa Lindsul Prestadora de Serviços Ltda., solicitando a entrega dos documentos faltantes, alusivos ao contrato nº 90511194, requerendo a cópia da documentação comprovadora da realização de curso referente à NR-10 para os empregados que recebem periculosidade, o comprovante de treinamento de moto-serra para os empregados que operam este equipamento e o Atestado de Saúde Ocupacional Demissional do empregado Raul Brandel de Souza, sob pena de aplicação de penalidades, na persistência das

impropriedades na execução do contrato Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, exigir da contratada a entrega dos documentos faltantes e aplicar as penalidades previstas na Cláusula Oitava - Multas, quando for verificado seu descumprimento.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que enviou CE DROE-0037/2011, em 30/05/2011, à empresa Ari Stieve & Cia Ltda., solicitando a entrega dos documentos faltantes, alusivos ao contrato nº 90580209, requerendo a cópia da documentação comprovadora da realização do treinamento Norma Regulamentadora - NR-10 para os empregados que recebem periculosidade, conforme item 1 da Cláusula Vigésima - Segunda do Contrato e os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO de todos os seus empregados, conforme item 2 das Condições Gerais - CG2 - Atribuições da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas, na persistência das impropriedades na execução do contrato. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, regularizar as impropriedades citadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	

Síntese das providências adotadas
CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que enviou CE DROE-0039/2011, em 30/05/2011, à Serv Plus Limpeza e Conservação Ltda., solicitando providências para regularização das impropriedades na execução do contrato nº 90580323 e, em resposta, a empresa contratada enviou correspondência, em 1º/06/2011, informando que todos os colaboradores lotados em SC, inclusive Rosilei Busatta, passaram a não perceber a insalubridade quando da incorporação da mesma pelo piso da categoria, conforme Convenção Coletiva do Trabalho - CCT 2008 - 2009; enviou os itens faltantes do uniforme da empregada Rosilei Busatta; está providenciando a participação dos empregados que recebem periculosidade em curso de reciclagem da Norma Regulamentadora - NR-10 e reenviou a documentação da empregada lotada no Setor de Manutenção de Campos Novos - SMCNO para arquivamento na pasta de administração do contrato. Informa, também, que providenciou o cadastramento, no SCC, do Termo Aditivo Epistolar referente a CE RMRO-0089/2010, de 04/10/2010, e que realizará inspeção nos produtos de limpeza providos pela Serv Plus, emitindo atestado de aceitação para os produtos que estiverem de acordo com o que estava previsto no contrato nº 90580323. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, regularizar as impropriedades citadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0009/2011, de 22.08.2011, informa que enviou CE DROE-0043/2011, em 14/06/2011, à Organização de Serviços de Segurança Princesa da Serra Ltda. - ORSEGUPS, solicitando providências para regularização das impropriedades na execução do contrato nº 90570007 e, em resposta, a empresa contratada apresentou o termo aditivo nº 03, assinado e datado, os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO, admissional, dos empregados Alderi de Oliveira Nunes e Edénir Antônio Lauriano e os certificados do curso de vigilante do empregado Alderi de Oliveira Nunes e informa, também, que a ORSEGUPS providenciará o envio da cópia da Carteira Nacional de Vigilância do empregado Alderi de Oliveira Nunes, ou do protocolo de entrega do formulário de requerimento emitido pelo órgão competente, num prazo máximo de 30 dias, para regularização da não-conformidade contratual. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011

Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste - DROE, regularizar as impropriedades citadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • providenciará para que os valores dos contratos não superem os valores dos orçamentos básicos, sem a devida justificativa, os avisos de dispensa de licitação sejam publicados no Diário Oficial da União - DOU e os processos sejam numerados constando o formulário de verificação; • que a Contratação Direta de Serviços - CDS nº 83201012, foi assinada pelo empregado de matrícula 1004192, designado para assinar esse documento na ausência do titular, conforme DL DO-0083/2011; • que enviou CE DROE-0039/2011, em 30/05/2011, à Serv Plus Limpeza e Conservação Ltda., solicitando providências para regularização das impropriedades constatadas na execução do contrato nº 90591185, e em resposta, a empresa contratada enviou correspondência informando que todos os colaboradores lotados em SC, passaram a não perceber a insalubridade, quando da incorporação da mesma pelo piso da categoria, conforme Convenção Coletiva do Trabalho - CCT 2008 - 2009 e, encaminhou o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, admissional, da empregada Sandra Regina dos Santos e Certificados da Norma Regulamentadora NR-10 atualizados, dos empregados Sandra Regina dos Santos, Edemar Réus Forgiaini e Wanderlei Rodrigues da Silva e • que relativamente ao contrato nº 90591185, cadastrou os Termos Aditivos Epistolares no SCC e, solicitou à empresa Serv Plus, uma nota fiscal com o valor complementar equivalente ao valor que consta no Boletim de Medição nº 15, para pagamento e regularização da não-conformidade apontada. <p>Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à Divisão Regional do Oeste – DROE:</p> <ol style="list-style-type: none"> efetuar a cobrança das ligações particulares dos empregados, retroativo a dezembro/2010 como preconiza a Norma de Gestão Empresarial – NG-052 – Telefonia; encaminhar aos empregados relação com os valores, das ligações a serviço e particulares, para conferência; providenciar o reparo do tarifador do Setor de Manutenção de Laranjeiras do Sul – SMLAR
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas
CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa que solicitou aos seus setores o levantamento das ligações particulares das faturas telefônicas de dezembro/2010 a abril/2011, e efetuou a cobrança das ligações particulares dos empregados, retroativo a dezembro/2010, através do lançamento no sistema ConsistHR no Lote 201108-832-01, solicitou, também, o encaminhamento para conferência, da relação com os valores das ligações realizadas a serviço e particular, aos empregados que utilizam o serviço de telefonia da Empresa e solicitou, ainda, ao SMTOE o reparo do tarifador do SMLAR, no prazo máximo até dezembro/2011. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	13
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DTL – Departamento de Telemática DMO – Departamento de Manutenção e Apoio à Operação
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Telemática - DTL revisar e, se for o caso, atualizar a Norma de Gestão Empresarial - NG-052 – Telefonia e o Procedimento de Gestão Empresarial - PG – 052.01 - Utilização e controle dos serviços de telefonia nas áreas da Sede em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02. Recomendamos ao Departamento de Manutenção e Apoio à Operação - DMO revisar e, se for o caso, atualizar os Procedimentos de Gestão Empresarial – PG nº 052.02 a 052.06, referentes à utilização e controle dos serviços de telefonia nas áreas descentralizadas subordinadas as Regionais de Manutenção em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DTL – Departamento de Telemática DMO – Departamento de Manutenção e Apoio à Operação
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa que foi solicitado às suas Divisões Regionais a revisão e atualização dos PG nº 052.02 a 052.06 e, em resposta, as Áreas encaminharam seus comentários e proposições à área coordenadora do processo, a DDOM, do DGI, em cumprimento à determinação da DD-1286-02, sendo que, conforme informações da DDOM, o processo de atualização da NG-052 - Telefonia, encontra-se em status de consolidação do conteúdo e finalização do processo de revisão, com a proposição de unificação dos PG e que o DTL disponibilizará ao DGI a minuta da NG-052 - Telefonia, até 10/09/2011. FOLLW UP Rel-24/2011 - O setor de O&M informou que os procedimentos 052.02 à 052.06 serão cancelados, com incorporação do conteúdo no PG-052.01. Esse cancelamento será feito tão logo o PG-052.01 seja colocado em vigor. Esse PG está em fase final de atualização, faltando somente esclarecer dois pontos para que seja encaminhado para assinatura. Dessa forma, até 31/12/11, essa atividade deverá estar concluída. A NG 052 está em vigor desde 27/10/2011 e o PG 052.01 foi atualizado e aprovado em 11/04/2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	14
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	<p>Reiteramos à Divisão Regional do Oeste - DROE, exigir dos Setores de Manutenção de Campos Novos - SMCNO, de Laranjeiras do Sul - SMLAR, e de Erechim - SMERE:</p> <p>a) o levantamento manual e o encaminhamento mensal das ligações particulares efetuadas pelos empregados para o Setor de Coordenação Administrativa da Divisão Regional do Oeste – SADOE para os devidos descontos e</p> <p>b) efetuar levantamento e cobrança de todas as ligações telefônicas particulares do SMERE e das posteriores a junho e julho/2009, respectivamente, do SMCNO e SMLAR.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa que foi feito levantamento junto aos Setores de Manutenção de Campos Novos, de Laranjeiras do Sul e de Erechim, e que todas as ligações telefônicas foram efetuadas a serviço da Empresa, tendo então solicitado, aos Setores, o encaminhamento ao SADOE das contas telefônicas com assinatura do chefe de setor para a confirmação da não existência de ligações particulares. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	15
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à Divisão Regional do Oeste – DROE:</p> <p>a) regularizar com urgência a pendência dos Equipamentos Gerais -EG não localizados e</p> <p>b) orientar os responsáveis para manter os EG em consonância com a Norma de Gestão Empresarial NG-009 – Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral e seus respectivos Procedimentos de Gestão Empresarial – PG</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	CI DO-0009/2011, de 02.08.2011, informa que os EG 113716-6 e 118553-5, foram localizados e encaminhados ao DTL,

para procedimento de baixa no sistema e o EG 094240-5, foi localizado e enviado ao DTL, para efetuação de troca por um equipamento novo, sendo procedida a devida transferência do item para a área recebedora, sob o código 847, no sistema ConsistGEM - Ativo Fixo e que orientou verbalmente os responsáveis para manter os EG em consonância com a NG-009. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação em atendimento.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	16
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Oeste – DROE: a) descartar os itens inservíveis; b) identificar, localizar e organizar de acordo com o Procedimento de Gestão Empresarial - PG-036.04 - Controle de Material os materiais com perspectiva de utilização pela empresa e c) cadastrar as peças sobressalentes no Sistema ConsistGem.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa que contratou uma empresa especializada para recolhimento de pneus e sucatas, providenciou a retirada dos materiais do pátio e o adequado armazenamento no telheiro do Almoxarifado, as bobinas de cabos da recapitação das linhas de transmissão, providenciando a entrada dos itens no estoque do almoxarifado e, os transformadores de corrente mencionados, são efetivamente isoladores, retirados de operação por não possuírem mais condições de uso, sendo os itens inservíveis encaminhados ao aterro sanitário industrial. Informa, também, que já está em andamento o processo de cadastramento, localização e armazenamento das peças sobressalentes no sistema ConsistGEM - Ativo Fixo, porém, ainda existem itens que aguardam cadastramento devido aos vários empreendimentos como ampliações de instalações, construção de subestação e recapitações de linhas de transmissão, em que há o envolvimento da área, gerando uma alta demanda de materiais para cadastramento, sendo previsto o saneamento da pendência até dezembro/2011. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	17
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ	DROE – Divisão Regional do Oeste

destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão Regional do Oeste – DROE, tomar as medidas administrativas previstas no capítulo VI, da Norma de Gestão Empresarial - NG-009 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa a localização dos EG: 929891 e 406600 foram localizados no Setor de Manutenção de Laranjeiras - SMLAR; 942405 foi enviado ao DTL para realização de troca por um equipamento novo, sendo efetuada a devida transferência do item no sistema; 923818 está no Setor de Manutenção de Erechim - SMERE; 879789 está com a Equipe de Manutenção de Transformadores e 968633 encaminhado para alienação. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 12/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	18
Comunicação Expedida/Data	RED 40/2011 – 07/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DROE – Divisão Regional do Oeste
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão Regional do Oeste – DROE providenciar, com brevidade, a identificação e localização dos materiais depositados no AROE, conforme disposto no item 3 do capítulo IV e, na letra ‘b’ do item 2, do capítulo V, do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-036.07 - Estocagem de Material.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DROE – Divisão Regional do Oeste	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0009/2011, de 20.08.2011, informa que já está em andamento e em fase de finalização o processo de identificação, especificação e codificação dos equipamentos e materiais pendentes para estocagem localizados no telheiro do Almoxarifado, conforme programação e disponibilidade do técnico especializado do DMO, para a realização do serviço, e que providenciará para que os trabalhos sejam concluídos até dezembro/2011. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DROE em junho/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 13/2011
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	CE Aud 0011/2011 - 19/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Diretoria da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, coibir de forma definitiva que situações semelhantes voltem a ocorrer e, nos casos de necessidade imperiosa de trabalho, que formalize a suspensão/interrupção das férias juntamente com a remarcação de data para usufruir os dias restantes.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social	
Síntese das providências adotadas	
CI DF-001/2011, de 09.08.2011, informa que a ELOS já adota a recomendação e não permite que empregados trabalhem durante o período de gozo de férias. O controle de ponto é feito manualmente, onde mensalmente, a área de recursos humanos imprime uma folha na qual já identifica os dias onde o empregado não trabalhará, como finais de semanas, feriados e férias. No caso apontado houve um equívoco, quando do preenchimento do ponto, onde ao invés de marcar o período de férias, de 16/05 a 25/05/2011, foi marcado 20/05 a 29/05/2011, e o empregado, que faz a anotação de seu registro numa agenda, transcrevendo-as ao final de cada mês, não identificou tal equívoco e preencheu seu ponto assim mesmo. A ELOS já orientou seus empregados a preencherem seus controles de ponto diariamente. A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 13/2011
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	CE Aud 0011/2011 - 19/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Diretoria da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS: a) definir o valor do adiantamento para as viagens, com base nas diárias e demais gastos pertinentes, evitando o excessivo valor a ser devolvido e b) orientar os usuários para observarem os prazos determinados nos subitens 6 e 7 - Prestação de Contas e o subitem 10 - Relatório de Viagem, do item VII - Adiantamento/Prestação de Contas/Relatório de Viagem, da Norma de Gestão Empresarial - NG - 4.2 - Deslocamento de Pessoal. Recomendamos à Diretoria da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, aprovar, com brevidade, as alterações na Norma de Gestão Empresarial - NG 4.2 - Deslocamento de Pessoal.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social	
Síntese das providências adotadas	

<p>CI DF-001/2011, de 09.08.2011, informa que os valores de adiantamento para viagens são definidas com base nas diárias e demais gastos pertinentes, como: táxi, hotel, etc., e explica as diferenças apresentadas em algumas GV:</p> <p>GV nº 04 – O empregado foi ao Rio de Janeiro orçando despesas com taxi, porém, pessoas que o acompanhavam, de outras Entidades, assumiram os custos.</p> <p>GV nº 09 – O empregado foi à Gravataí orçando despesas com taxi, para o deslocando à Porto Alegre, porém, foi de corona com colega da ELOS.</p> <p>GV nº 08, 07, 13 e 19 – Foram orçadas despesas com táxi, nessas GV, para o trajeto aeroporto-residência-aeroporto, porém, os empregados utilizaram veículo próprio.</p> <p>GV nº 20 – O empregado foi à Curitiba tendo como previsão inicial o deslocamento com veículo próprio, orçando despesa com quilometragem, na última hora resolveu ir de avião.</p> <p>GV nº 12 – Foi orçada despesa com hotel que foi trocado por outro, posteriormente, com tarifa inferior ao reservado, em função do local do evento.</p> <p>A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012</p>
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 13/2011
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	CE Aud 0011/2011 - 19/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Diretoria da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, adotar, com urgência, as medidas administrativas e legais cabíveis ao caso.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DF-0001/2011, de 09.08.2011, informa que o participante está cumprindo pena em clínica de desintoxicação por ordem do juízo de execuções penais e mesmo não estando adimplente com suas contribuições, contraídas pelos contratos junto à ELOS, ainda mantém sua qualidade de participante, fato que impede que haja uma compensação de seus débitos com o saldo de reserva de poupança. Informa, também, que o caso está sendo acompanhado e monitorado periodicamente, a fim de regularizar a situação primando pela defesa dos interesses da Fundação ELOS e de seus participantes e que existem entendimentos, de que na situação em questão estaria suspensa a prescrição, ou seja, o direito de se cobrar a dívida sem o risco de perecer o direito. A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 13/2011
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	CE Aud 0011/2011 - 19/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Diretoria da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, efetuar, com brevidade, os ajustes contábeis devidos
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Elos – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DF-0001/2011, de 09.08.2011, informa que em relação as notas nº 047/2001 e 049/2001 as Patrocinadoras ELETROSUL e TRACTEBEL estão nas tratativas finais para definir a responsabilidade sobre o pagamento daqueles casos, fato este que segundo informações da Assessoria Jurídica deverá estar concluído até o final do mês de agosto do corrente ano. Já quanto as notas nº 102/2006 e 102/2010, foi identificado um equívoco em relação aos valores cobrados do patrocinador a título de conversão do tempo de serviço especial em comum. Diante disto, estamos apurando os novos valores e tão logo esteja concluído, será submetido ao Conselho Deliberativo para aprovação e posterior cobrança.</p> <p>CI AGF-0002/2012, de 08.02.2012, informa que foi autorizado por aquele conselho o cancelamento das Notas de Débitos nºs 101/2006 e 102/2006 emitidas contra a Patrocinadora Eletrosul relativo ao processo do participante Jaci Passini.</p> <p>A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 13/2011
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	CE Aud 0011/2011 - 19/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	AGF – Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira AJU – Assessoria Jurídica
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira - AGF, conjuntamente com a Assessoria Jurídica - AJU, equalizar junto à Tractebel à responsabilidade efetiva do pagamento das notas de débito pendentes e caso haja a comprovação da dívida, efetuar os aportes necessários, a fim de evitar possíveis sanções por parte dos órgãos fiscalizadores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
AGF – Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira AJU – Assessoria Jurídica	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DF-0001/2011, de 09.08.2011, informa que em relação as notas nº 047/2001 e 049/2001 as Patrocinadoras ELETROSUL e TRACTEBEL estão nas tratativas finais para definir a responsabilidade sobre o pagamento daqueles casos, fato este que segundo informações da Assessoria Jurídica deverá estar concluído até o final do mês de agosto do corrente ano. Já quanto as notas nº 102/2006 e 102/2010, foi identificado um equívoco em relação aos valores cobrados do patrocinador a título de</p>	

<p>conversão do tempo de serviço especial em comum. Diante disto, estamos apurando os novos valores e tão logo esteja concluído, será submetido ao Conselho Deliberativo para aprovação e posterior cobrança.</p> <p>CI SGE-0024/2011, de 19.08.2011, informa que, por meio da CI AJU-0376/2011, no dia 06.07.2011, foi realizada reunião entre AJU e a Assessoria Jurídica da Tractebel para apresentação de proposta de acordo envolvendo o aporte de valores referentes à diferença de benefícios e aporte de reserva matemática nas ações judiciais de responsabilidade da Tractebel, em face da atribuição de obrigações definidas no processo de Cisão da Eletrosul. Que a proposta de acordo, encaminhada naquela oportunidade, que envolve o equacionamento financeiro das referidas Notas de Débito em apreço, está sendo objeto de análise por parte da Tractebel e deverá ser debatida em reunião entre as empresas a ser agendada para o próximo mês de Agosto/2011 e que em reunião realizada em 14/ 07/2011, entre a AJU e o advogado da Elos, restou assentado que as referidas Notas de Débito serão canceladas e o assunto será levado à apreciação do Conselho Deliberativo da Fundação Elos para homologação, em função das tratativas de acordo encaminhadas pela Eletrosul junto à Tractebel Energia, conforme mensagem enviada pelo Assessor da DF. Portanto, ante o iminente desfecho da negociação, em andamento, solicita aguardar prazo para definição das pendências apontadas</p> <p>A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP:</p> <p>a) implantar controles adequados, visando o cumprimento do que determina a letra “p”, do Item 4, Capítulo V, da Norma de Gestão Empresarial NG – 018 - Benefícios e Assistência Social, quanto aos prazos e quantidades das sessões especificadas e</p> <p>b) analisar os casos identificados e, não havendo atendimento a letra “p”, do Item 4, Capítulo V, da Norma de Gestão Empresarial NG - 018 - Benefícios e Assistência Social, providenciar as devidas cobranças.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que:</p> <p>a) será solicitado, até o dia 10/11/2011, manutenção corretiva no Sistema SABEE, com determinação ao controle temporal das sessões de Fonoaudiologia, Psicoterapia e Nutrição, a fim de implementar aviso do Sistema aos profissionais que operam o Sistema para o envio imediato de comunicado ao empregado para as providências de laudo comprobatório, conforme determina a NG-018 e</p> <p>b) será enviado, até dia 31/10/2011, comunicado aos empregados solicitando o referido laudo comprobatório da necessidade de continuidade do tratamento por mais de um ano e, nos casos em que não for comprovada a necessidade, efetuaremos os devidos descontos.</p> <p>Em 13/12/2011 foi realizado follow-up desta recomendação junto à Área responsável pela implementação, que informou:</p> <p>a) as atualizações corretivas já foram solicitadas à empresa desenvolvedora do SABEE, Inside System. O DGP está levantando as ordens de serviço que comprovam tais solicitações junto à desenvolvedora. Ainda, informamos que algumas implementações encontram-se em teste, no ambiente de homologação do sistema.</p> <p>b) foram encaminhados memorandos a todas as matrículas relacionadas no ponto de auditoria, solicitando Laudo justificando</p>	

a necessidade da continuidade do tratamento por mais um período, que estão sendo recepcionados pelo Setor de Gestão do Plano de Saúde – SEGPS.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP: a) que somente aceitem “GUIA DE CONSULTA E OU GUIA DE SERVIÇO PROFISSIONAL/ SERVIÇO AUXILIAR DE DIAGNOSE E TERAPIA - SP/SADT”, com as respectivas assinaturas do beneficiário e do credenciado, conforme consta na cláusula quarta, parágrafo terceiro, do Termo de Credenciamento e b) confirmar a efetiva prestação dos serviços, regularizando a situação das guias acima citadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que: a) será repassada orientação, até o dia 10/10/2011, a todos os profissionais que atuam no Sistema SABEE para que observem mais atentamente a existência da assinatura tanto do profissional e do usuário nos documentos de atendimento do Plano de Saúde e b) estarão regularizando, até o dia 31/10/2011, as assinaturas faltantes nos documentos juntamente com a confirmação dos serviços realizados perante os profissionais e os empregados identificados. Em 03/11/2011 foram repassadas orientações aos profissionais de Benefícios, através da CI DGP 0562/2011. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Enviada solicitação as guias 877973, 877974, 877975, 878413, 415249, 415247, 414630, 886366, 415257, 415036 e 413994, para verificar se foram assinadas. Em 15.03.2012, evidenciamos que as guias 414630, 886366, 415257, que não estavam com assinatura do beneficiário, estão devidamente assinadas.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP:</p> <p>a) efetuar levantamento de todos os serviços reembolsados como consultas para os empregados matrículas nº 1535296, a fim de regularizar o lançamento de dados no sistema SABEE, e se necessário, fazer ajustes financeiros e</p> <p>b) orientar a área responsável pelo lançamento, no sistema SABEE, a classificar e cadastrar adequadamente os serviços de reembolso.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que:</p> <p>a) realizarão, até o dia 31/10/2011, a análise de todos os reembolsos realizados para a matrícula 1535296 e seus dependentes e informarão se há alguma outra divergência de processamento de despesas quanto a correta natureza dos serviços prestados.</p> <p>b) orientarão, até o dia 10/10/2011, a DRRS, especificamente os profissionais de Benefícios, sobre o fato ocorrido e a correta verificação dos documentos apresentados.</p> <p>Em 03/11/2011 foram repassadas orientações aos profissionais de Benefícios, através da CI DGP 0562/2011.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - Letra a) Em 13/12/2011, fomos informados pela área, através de memorando, que será incluído no saldo devedor junto a Eletrosul, os valores reembolsados indevidamente compondo o saldo devedor e serão descontados mensalmente até a quitação.</p> <p>Em 16/12/2011 recebemos memorando da área solicitando maior prazo para a solução deste ponto, conforme segue: “solicitamos a prorrogação do prazo para 10/01/2012 para conclusão do item 3 - inconsistência no lançamento dos dados no serviço de reembolso - matrícula 1535296.</p> <p>Conforme memorando abaixo o empregado solicita a revisão dos lançamentos de Outubro. Estamos aguardando os documentos originais que estão na Regional do Rio Grande do Sul. Após análise estaremos revendo os valores informados".</p> <p>Letra b) Verificamos através da CI DGP 562/2011, de 03/11/2011, que foi orientado a área responsável pelo lançamento, no sistema SABEE, a classificar e cadastrar adequadamente os serviços de reembolso.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>Recomendação “a” em atendimento</p> <p>Recomendação “b” atendida.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP providenciar a manutenção no Sistema de Administração de Benefícios da ELETROSUL – SABEE para que gere adequadamente todos os relatórios.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que está em tramitação no DGI, a complementação ao Sistema SABEE quanto a geração de informações gerenciais do Plano de Saúde que substituirá os Relatórios do Sistema e que o Sistema SABEE dispõe de inúmeros relatórios que atendem ao funcionamento da gestão do Plano. Informa, também, que os relatórios não disponíveis no teste auditado deverão ser atendidos pelo novo aplicativo de Business Intelligence - BI a ser contratado.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 01/12/2011, constatamos que se passaram apenas 60 dias da resposta e que este tempo é curto para a complementação do SABEE e da contratação do Business Intelligence - BI. Deverá ser objeto de análise no</p>	

próximo trabalho de Follow up.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP: a) não aceitar documentos de pagamentos sem discriminação das despesas escolares e comprovantes de “agendamento de pagamento bancário” e b) verificar a efetivação do pagamento dos auxílios educação das matrículas 202664 e 1520388.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que: a) os documentos de comprovação de pagamento das despesas com educação para os Benefícios Auxílio Creche e Auxílio Educação, quando apresentados na condição de "Agendamento de Pagamento", é imediatamente comunicado ao empregado para a correta substituição do documento pelo comprovante de pagamento e que entendem que no momento, da Auditoria, esses documentos ainda não haviam sido substituídos pelos comprovantes de pagamento e b) diante da modernização dos pagamentos on line e dos diversos documentos existentes para pagamento bancário, o DGP/DIBP realizará até 31/12/2011 a revisão no Normativo e respectivas PGs sobre o assunto, dando ampla divulgação aos empregados e salienta que, quando da inscrição dos empregados nesses Benefícios, o documento oficial que vem do estabelecimento de ensino já informa o valor da mensalidade para o ano letivo, o que atribui ao valor reembolsado ao empregado a garantia do valor previamente conhecido. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Letra a) Após a atualização do normativo, que deverá acontecer até 31/12/2011, deverá ser realizado novo teste. Letra b) Foi evidenciada a efetivação do pagamento do auxílio educação das matrículas 202664 e 1520388.
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação “a” em atendimento	
Recomendação “b” atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP apurar os valores devidos e providenciar a cobrança destes, conforme a letra “b”, do Item 13, Capítulo IV, do Procedimento de Gestão Empresarial PG - 018.01 - Benefícios e Assistência Social.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que, até 30/11/2011, estarão:</p> <ul style="list-style-type: none"> fazendo a devida cobrança dos materiais, considerados "não medicamentosos", aos empregados identificados; enviando novas orientações às farmácias credenciadas, com o intuito de reafirmar os produtos não comercializados pelo Plano de Saúde da Eletrosul e encaminhando nova orientação aos profissionais de Benefícios das Áreas Descentralizadas para atentarem às orientações das restrições de produtos adquiridos em farmácias. <p>Em 03/11/2011 foram repassadas orientações aos profissionais de Benefícios, através da CI DGP 0562/2011.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 13/12/2011, recebemos onde consta que as referidas documentações foram solicitadas ao DGI. O processo passa por uma pesquisa minuciosa a cada matrícula e a cada período apontado, inviabilizando a conclusão dos levantamentos no prazo proposto por este DGP.</p> <p>Solicitamos apoio de informações por parte dessa AUD para melhor identificação dos casos.</p> <p>Em 16/12/2011, enviamos CI AUD-150/2011 ao DGP, com as informações solicitadas e como buscar os dados necessários no sistema SABEE.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP não aceitar para reembolso ou credenciamento receitas que não sejam as originais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que estarão encaminhando, até 30/11/2011, orientação às farmácias credenciadas quanto a observação do não aceite às cópias de receitas e esclarecem que na dispensação de algumas classes de medicamentos, como antibióticos, depressores ou estimuladores do sistema nervoso central, entre outros, necessitam da retenção da receita e assim as farmácias credenciadas enviam as cópias das receitas retidas para os medicamentos dispensados e que no caso dos medicamentos de tarja preta, psicotrópicos, onde a receita segue em duas vias, é ofertado ao paciente a cópia ou a 2ª via da receita.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - Em 13/12/2011, fomos informados pela área, através de memorando, que as orientações para Farmácias e Drogarias pertencentes à rede credenciada estão relacionadas a diversos pontos de auditoria, além de estarem condicionadas à atualização da NG-018 e da PG-018.1.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP: a) autorizar a compra de medicamentos cadastrados como de uso contínuo, somente nas quantidades recomendadas no receituário médico e b) adotar as providências cabíveis para cobrança dos valores referentes às quantidades solicitadas do empregado matrícula 1510679.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que:</p> <p>a) estarão encaminhando até 30/10/2011, orientação a todos os Profissionais de Benefícios sobre a inclusão no cadastramento dos medicamentos de uso contínuo da dosagem dia e mês, conforme indicado na receita médica e</p> <p>b) solicitaram ao DGI a manutenção no Aplicativo de Autorização de Medicamentos de Uso Contínuo, que entrará em vigor a partir do dia 03/10/2011, onde será informada pelo empregado a quantidade necessária do medicamento e poderá ser alterada pelos profissionais de Benefícios conforme a prescrição médica constante na receita.</p> <p>Em 03/11/2011 foram repassadas orientações aos profissionais de Benefícios, através da CI DGP 0562/2011.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - a) Em 22/12/2011 verificamos o cadastramento e autorização das matrículas 1541350, 1541342, 1522425, 1531872 e 1517731 e constatamos que foram incluídas, na descrição do medicamento, a quantidade diária e a data de início e fim do tratamento.</p> <p>b) Em 13/12/2011, através de memorando, o DGP solicitou à Auditoria a verificação das informações corretas do beneficiário, uma vez que, segundo o DGP, a matrícula informada não está cadastrada em nenhum dos bancos de dados da Empresa. PT- 7.16.8</p> <p>Constatamos que houve um erro de digitação no número da matrícula e através da CI AUD 147/2011, de 14/12/2011, informamos o nº correto para providências.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação “a” atendida	
Recomendação “b” em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP: a) cadastrar os medicamentos de uso contínuo conforme determina a letra “b”, do Item 13, Capítulo IV, do Procedimento de Gestão Empresarial PG – 018.01 –

	Benefícios e Assistência Social e o Anexo II do Termo de Credenciamento para Fornecimento de Medicamentos; b) efetuar levantamento no Sistema de Controle de Medicamentos de Uso Contínuo, afim de detectar outras inconsistências não apontadas e c) apurar os valores devidos e providenciar a sua cobrança.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que:</p> <p>a) e b) estarão encaminhando até 30/10/2011, orientação a todos os profissionais de Benefícios nas Áreas Descentralizadas sobre a necessidade de Auditoria Médica para aprovação dos medicamentos que necessitam prévia análise.</p> <p>c) que até 30/11/2011, estarão realizando análise das matrículas auditadas e efetuando a cobrança dos produtos reembolsados sem a devida análise prévia.</p> <p>Em 03/11/2011 foram repassadas orientações aos profissionais de Benefícios, através da CI DGP 0562/2011.</p> <p>Em 15/12/2011 foi realizado follow-up desta recomendação junto à Área responsável pela implementação, onde foi verificado:</p> <p>a) através de testes por amostragem verificou-se que não foi cadastrada nenhuma receita de medicamentos com restrições, conforme a letra “b”, do Item 13, Capítulo IV, do Procedimento de Gestão Empresarial PG – 018.01 – Benefícios e Assistência Social e o Anexo II do Termo de Credenciamento para Fornecimento de Medicamentos;</p> <p>b e c) os levantamentos encontram-se em andamento.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação “a” atendida	
Recomendações “b” e “c” em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP:</p> <p>a) Adotar sistemática de acompanhamento e avaliação médica da lista de produtos não reembolsáveis, presente no Anexo II do Termo de Credenciamento para Fornecimento de Medicamentos, para avaliação médica, com o intuito de identificar quais serão objeto do plano de saúde de recuperação do empregado e</p> <p>b) incluir, após a avaliação, a listagem dos produtos não reembolsáveis no Procedimento de Gestão Empresarial - PG 018.01 – Benefícios Assistenciais, de modo a possibilitar a efetiva orientação dos empregados.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que:</p> <p>a) realizarão análise com a Auditoria Médica dos produtos reembolsáveis e não reembolsáveis, com o objetivo de atualizar o entendimento sobre o assunto e</p> <p>b) procederão a atualização dos Procedimentos específicos sobre os produtos não reembolsáveis.</p> <p>FOLLOW UP Rel-24/2011 - Letra a) Em 13/12/2011, fomos informados pela área, através de memorando, que a Auditoria Médica contratada pela Empresa está realizando a atualização dos referidos produtos. Esse procedimento está relacionado à</p>	

atualização da NG-018 e da PG-018.1, bem como à orientação a ser passada para Farmácia e Drogarias credenciadas. Letra b) Em 01/12/2011 verificamos que ainda não foi incluída a listagem dos produtos não reembolsáveis no Procedimento de Gestão Empresarial - PG 018.01 – Benefícios Assistenciais. A referida PG encontra-se em minuta com status "minuta-editor" e a última atualização ocorreu em 12/11/2011.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação em atendimento.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	23/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 47/2011 – 23/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP classificar as consultas com os profissionais de Psicoterapia (Psicologia e Psiquiatria), Nutricionista e Fonoaudiologia de acordo com a sua especialidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0004/2011, de 04.10.2011, informa que quanto a classificação de consulta de Psiquiatria como "consulta médica", o procedimento está correto, pois, Psiquiatria é uma especialidade médica e realiza o procedimento de consulta. As sessões de psiquiatria geralmente são informadas com essa denominação quando em continuidade de tratamento psiquiátrico, no entanto, a cobrança mensal de consultas médicas por psiquiatras também é um procedimento normal, dependendo o tratamento de cada paciente e que estarão encaminhando, até 31/10/2011, orientação a todos os profissionais de Benefícios sobre o correto enquadramento das Avaliações Nutricionais que têm código específico e não se caracterizam "consultas médicas". Em 03/11/2011 foram repassadas orientações aos profissionais de Benefícios, através da CI DGP 0562/2011. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Considera a recomendação atendida.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná DOF – Departamento de Operações Financeiras
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR: a) solicitar ao banco gestor das contas correntes de pronto pagamento a desvinculação destas contas de operações de natureza pessoal do titular, visando impedir movimentação de natureza diversa de seu propósito e b) efetuar o imediato cancelamento de limite de cheque especial (e outras assistências

	creditícias) para as contas correntes de pronto pagamento descritas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que enviou CE DRPR-0048/2011, em 12/09/2011, ao Banco do Brasil - Agência CEASA - nº 3663-3, solicitando a desvinculação de todas as operações de natureza pessoal dos titulares das contas correntes nº 23.855-4 e 19.296-1, referentes ao pronto pagamento, e o imediato cancelamento do limite de cheque especial e outras assistências creditícias que porventura a elas estivessem vinculadas. A verificação da efetivação da recomendação será realizada por ocasião da realização do projeto de auditoria na DRPR em julho de 2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendações em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOF – Departamento de Operações Financeiras
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos ao Departamento de Operações Financeiras - DOF:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) efetuar análise quanto à possibilidade de substituição da conta corrente de pronto pagamento por outros mecanismos financeiros operacionais; b) diligenciar junto aos bancos gestores das contas correntes de pronto pagamento a isenção de tarifas; c) solicitar aos bancos gestores das contas correntes de pronto pagamento a desvinculação de operações de natureza pessoal do titular, nessas contas, visando impedir movimentação de natureza diversa de seu propósito e d) solicitar o imediato cancelamento de limite de cheque especial (e outras assistências creditícias), caso houver, para as contas correntes de pronto pagamento.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DOF – Departamento de Operações Financeiras	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DF-0005/2011, de 30.09.2011, informa que:</p> <p>a) a expectativa é de concluir a pesquisa, a análise das propostas e levantamentos das implicações decorrentes, no menor espaço de tempo possível, visando adotar as providências necessárias à contratação e implantação da nova sistemática no decorrer do 1º semestre 2012;</p> <p>b) solicitou por meio de CE DOF-0632/2011, de 27/09/2011, a isenção de tarifa para as contas correntes vinculadas ao Pronto Pagamento como extensão da prática adotada para as contas movimento de titularidade da Eletrosul, mantidas junto ao Banco do Brasil e</p> <p>c) e d) encaminhou CI DOF-0334/2011, de 19/09/2011, às Áreas e órgãos que tenham contas correntes de Pronto Pagamento, orientando para que os empregados, titulares das citadas contas, que solicitem ao Banco do Brasil, providências para a desvinculação de todas e quaisquer movimentações financeiras de caráter pessoal e/ou particular, bem como o imediato cancelamento do cheque especial e outras assistência creditícias.</p> <p>Folow Up do Rel-24/2011 - letra “a” considera que o prazo para a resolução da recomendação não está finalizado (30/06/2012).</p>	
Síntese dos resultados obtidos	

Recomendação “a” em atendimento Recomendações “b”, “c” e “d” atendidas.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) exigir dos empregados, para abono de ausência, declaração médica constando o acompanhamento do empregado e a caracterização de emergência ou internação hospitalar conforme letra “b” do Item 31, Capítulo V da Norma de Gestão Empresarial - NG-010 - Jornada de Trabalho; b) exigir dos empregados a troca dos atestados médicos/odontológicos com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia, conforme letra “b” do Item 1, Capítulo IV do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-010.01 - Registro da Jornada de Trabalho para a troca no Órgão de Saúde Ocupacional da Regional, e também como determina o Capítulo IV - Atestados Médicos, nota 1, do PG-015.02 - Informações de Saúde e c) não aceitar atestados que não sejam de médicos ou odontólogos, conforme Item 1, Capítulo IV, do PG-015.02 - Informações de Saúde.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) enviou memorando a todos os seus empregados, em 02/08/2011, observando que será considerado, para abono de ausência, somente as declarações médicas constando o acompanhamento do empregado com a caracterização de emergência ou internação hospitalar; b) solicitou que os atestados médicos/odontológicos com afastamento com duração igual ou superior a 1 (um) dia sejam entregues, no retorno do afastamento, no SADPR, para o encaminhamento ao DVSS para a efetuação da troca e, no retorno do atestado, serem anexados à COF do respectivo empregado e c) informou aos empregados, no memorando enviado em 02/08/2011, que os atestados que não sejam de médicos ou odontólogos, não serão mais aceitos. <p>Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DRPR em agosto/2012</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	03

Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR remeter os atestados de psicólogos para análise do Órgão de Saúde Ocupacional da Empresa, previamente ao abono das ausências, em consonância com o que determina o Item 16, Capítulo III da Norma de Gestão Empresarial NG-015 - Medicina do Trabalho.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Síntese das providências adotadas	
CIDO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que orientou seus empregados, responsáveis pela realização dos procedimentos de gestão de recursos humanos, para não aceitação dos atestados de psicólogos sem anuência e análise do DVSS. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DRPR em agosto/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR descontar dos empregados matrículas 0305111, 1536278 e 1537028 as 2h36 Horas Extras - HE, computadas a maior, e orientar os empregados para que no fechamento das guias de viagem e na frequência, procedam de forma que os horários de início e final da jornada de trabalho e de chegada e saída da viagem caracterizem adequadamente as ocorrências.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Síntese das providências adotadas	
CIDO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que enviou CI DRPR-0061/2011, em 13/09/2011, à DIBP, solicitando a efetuação do desconto das 2h36 Horas Extras - HE, computadas a maior em favor dos empregados citados e que orientou a todos os seus empregados para que, no fechamento das GV, na atuação da frequência, registrem de forma apropriada as informações na COF, a fim de que os horários de início e final de jornada de trabalho e de chegada e saída de viagem caracterizem adequadamente as ocorrências. Verificação do efetivo cumprimento da recomendação será realizada por ocasião da realização de auditoria na DRPR em agosto/2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Divisão da Regional do Paraná - DRPR: a) tomar as providências necessárias para que as prestações de contas sejam realizadas dentro do prazo, de acordo com o Item 2, Capítulo VI da Norma de Gestão Empresarial - NG-033 - Deslocamento de Pessoal no País e b) estabelecer controle das GV's pendentes de prestação de contas, a fim de evitar atrasos como os ocorridos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que enviou memorando a todos os seus empregados, em 06/09/2011, reiterando solicitações anteriores, observando para que as prestações de contas de GV sejam realizadas dentro do prazo estabelecido, evidenciando a necessidade de aprimoramento do controle das GV pendentes de aprovação, a fim de evitar a ocorrência de atraso no fechamento das GV e corroborou a solicitação da DRMS, realizada através de memorando, enviado em 14/06/2011 à DVCP, do DCO, na qual requer uma implementação no Sistema de GV, através da sistematização do envio de memorando automático, no primeiro dia subsequente ao término da viagem, informando o encerramento da GV e a pendência de prestação de contas, ao empregado que realizou a viagem, ao chefe de setor responsável pela assinatura e ao empregado emissor da GV, a fim de aprimorar o controle das pendências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento – Dentro do prazo de atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR observar o disposto nos Itens 3.5.1 e 3.5.2, do Capítulo 3 do Procedimento de Gestão - PG-005.09 - Dispensa e Inexigibilidade - Aquisição.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que orientou verbalmente seu empregado responsável pelos processos de aquisição, para efetuação de publicação, por 1 dia no DOU, das aquisições que prescrevam esse procedimento, num prazo máximo de 5 dias contados da data de sua ratificação e informou que o Resumo de Compras, Realizadas no Mês Anterior, das aquisições de materiais, feitas com Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, está sendo afixado em quadro de aviso de acesso público, desde o mês de julho/2011, quando da informação da não-conformidade	

Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGS – Departamento de Gestão de Suprimentos
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Suprimentos - DGS incluir mecanismo no Sistema Integrado de Gestão ConsistGEM que impeça o registro de dispensa de licitação com fulcro nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 em valores superiores aos legalmente permitidos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGS – Departamento de Gestão de Suprimentos
Síntese das providências adotadas	CI DA-0005/2011, de 04.10.2011, informa que já implementou mecanismo no Sistema Integrado de Gestão ConsistGEM capaz de impedir o registro de dispensa de licitação. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Considera o ponto Resolvido
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR: a) efetuar a imediata rescisão do contrato 80911010 e b) atentar para que nos contratos por dispensa de licitação por valor, seja cumprido o estabelecido no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Síntese das providências adotadas	

CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que:	
a) enviou CE DRPR-0047/2011, em 06/09/2011, à empresa Viveiros, Matoso e Stori Ltda, informando da rescisão do contrato nº 80911010, referente aos serviços de fornecimento de café e chá pronto em garrafas e	
b) informou que atentar-se-á para que nos contratos por dispensa de licitação por valor, seja cumprido o estabelecido no artigo	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	08
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR identificar e cadastrar os EG's, de acordo com o subitem 4 do item III, do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-009.01 - Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que todos os EG's mencionados foram identificados e devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro e Controle Físico de Equipamento Geral - ConsistGEM - Ativo Fixo, na Área 809. Foi verificando, em 10.10.2011, no sistema ConsistGEM, e confirmada a informação. Considera-se o ponto Resolvido	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR: a) estudar a implantação de metodologia de filtragem para que ligações a cobrar, de cunho particular, sejam cobradas ou descontadas em folha de pagamento, de acordo com a previsão da letra "a", Item 11, do Capítulo V da Norma de Gestão Empresarial NG-052 - Telefonia e b) efetuar levantamento dos valores das ligações particulares, do período de janeiro a junho de 2011, com base nas faturas telefônicas, descontando dos empregados os valores cobrados a menor.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que contatou o DTL e levantou da necessidade de elaboração de um estudo para implantação de metodologia de filtragem das ligações a cobrar, de cunho particular, e em resposta, o DTL informou que já foram adquiridos, e estão em processo de implementação, novos equipamentos que contemplam tarifação centralizada em plataforma unificada, possibilitando a solução da não-conformidade apontada, num prazo máximo de 60 dias, e por consequência, não ocorrerá mais diferença dos valores das faturas telefônicas das efetivamente cobradas dos empregados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	09
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DTL – Departamento de Telemática
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Telemática - DTL analisar as deficiências de controle existentes nos tarifadores telefônicos da Eletrosul, implementando solução adequada ao caso concreto.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DTL – Departamento de Telemática	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que foram adquiridos, e estão em processo de implementação, novos equipamentos que contemplam tarifação centralizada em plataforma unificada, possibilitando a solução, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em conformidade com a previsão da letra "a", Item 11, do Capítulo V da Norma de Gestão Empresarial NG-042 - Telefonia. FOLLOW UP Rel-24/2011 - Através da CI DO-0010/2011, de 07/10/2011, verificamos que o prazo solicitado pelo DTL, encerra-se no dia 07/12/2011, portanto será objeto de análise do Projeto de Auditoria 305 - Divisão Regional do Paraná - DRPR a ser iniciado em 16/08/2012. Status: Respondido	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011

Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas - DGP analisar, com urgência, a viabilidade de inclusão de medidas de adequação do posto de vigilância no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, da Divisão Regional do Paraná - DRPR, em consonância com a Norma Regulamentadora - NR-9 - Programa De Prevenção De Riscos Ambientais, do Ministério do Trabalho e Emprego.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	
CI DA-0005/2011, de 04.10.2011, informa que:	
<ul style="list-style-type: none"> a obra citada refere-se a Ampliação "K" da SE Curitiba" que está sendo construída pela Empresa FASTTEL Engenharia LTDA, com início em 09/07/2001 e término previsto para 10/04/2012; segundo informações recebidas da gerência da DRPR, a guarita foi instalada provisoriamente para que a Empresa Palotina Oeste Segurança Privada Ltda, possa oferecer e ampliar a vigilância durante a execução da obra, objetivando evitar furtos, especialmente no período noturno, finais de semana e feriados e que a citada guarita serve de apoio temporário, em caso de chuva ou necessidade de um descanso, não se constituindo um posto de trabalho definitivo e que por tratar-se de obra, as instalações físicas, sanitárias, entre outras, o assunto deve ser tratado com base nos requisitos estabelecidos na NR 18 e não como inclusão urgente de medidas de adequação no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e irão sugerir ao DES, urgentemente, a adequação das instalações do vigilante, aumentando a largura para 60 cm do acesso a guarita, construção de passarela(s) na(s) vala(s) que fazem parte percurso rotineiro do mesmo, conforme estabelece a NR 18 e Recomendação Técnica e Procedimentos da Fundacentro. 	
FOLLOW UP Rel-24/2011 - Considera o ponto Resolvido	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR: <ol style="list-style-type: none"> celebrar termo aditivo, alterando a ET, de modo a contemplar a execução de serviços com postos de vigilância armada, e apresentação de carteira nacional de vigilante em harmonia com o disposto no objeto do contrato. adotar procedimentos para que nas próximas contratações fiquem claramente explícitos no contrato todos os requisitos técnicos para a adequada execução dos serviços e
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná

Síntese das providências adotadas
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que: a) enviou memorando, em 26/07/2011, à Palotina Oeste Segurança Privada Ltda., solicitando a cópia da CNV de todos os empregados que executam serviço de vigilância, e em resposta a empresa contratada enviou email em 01/08/2011, anexando todos os documentos solicitados. Informa, também, que está providenciando a alteração na Especificação Técnica do contrato nº 91311144, através de termo aditivo, para a contemplação da execução de serviços com postos de vigilância armada e apresentação de CNV em harmonia com o disposto no objeto do contrato, e b) orientou verbalmente seu empregado responsável pelos processos de aquisição, observando para que nas próximas contratações fiquem claramente explícitos no contrato todos os requisitos técnicos para adequada execução dos serviços.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à DRPR adotar, com urgência, medidas cabíveis, para regularizar a situação descrita, implantando projeto de prevenção contra incêndio.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que, em face da necessidade de atualização do Projeto de Prevenção de Incêndio, datado de fevereiro de 2008, frente às condições de segurança das instalações, bem como na implicação de disponibilização e provisionamento de orçamento de Obra de Adição, na ordem de R\$ 800.000,00, providenciarão a elaboração de um novo projeto e a viabilização de recursos orçamentários para a realização do empreendimento, sendo dividida em duas etapas: a produção de novo projeto até julho de 2012 e a execução da obra a partir de janeiro de 2013	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	13
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR exigir da CIPA a elaboração, com urgência, do Plano de Trabalho, de conformidade com a previsão contida na letra “b” do item 5.16 da NR-5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que solicitou à CIPA, em caráter de urgência, a elaboração do Plano de Trabalho e, em resposta, já providenciaram a regularização, em reunião realizada no dia 26/09/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 15/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	14
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRPR – Divisão Regional do Paraná
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Divisão Regional do Paraná - DRPR adequar as sinalizações no cubículo de 13,8 kV da SECBA, em cumprimento às previsões do PPRA e do Procedimento de Gestão Empresarial - PG-039.06 - Sinalização de Segurança.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRPR – Divisão Regional do Paraná	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0010/2011, de 07.10.2011, informa que providenciou a adequação das sinalizações e que estenderá o procedimento à todas as suas demais unidades.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 16/2011
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CHM – Coordenação da Hidrelétrica Mauá
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS: a) numerar sequencialmente as páginas, rubricando-as, a fim de facilitar a obtenção das informações, bem como eliminar documentos duplicados; b) datar os boletins de medição e rubricar as notas fiscais no recebimento
Providências adotadas pela unidade interna responsável	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CHM – Coordenação da Hidrelétrica Mauá	
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0039/2011, de 03.11.2011, informa que encaminhou o Relatório à Copel, responsável pela coordenação de planejamento de Engenharia do Proprietário da Usina Hidrelétrica Mauá, solicitando: a) a adoção de sistemática de numeração sequencial e cancela das páginas dos processos de medição, a fim de facilitar a obtenção das informações e eliminar documentos duplicados; b) a inclusão nos boletins de medição de local para inserção de data; e c) que as notas fiscais sejam rubricadas no momento do aceite. A verificação do cumprimento da recomendação será efetuada quando da realização do projeto de auditoria na DRPR, em julho de 2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 16/2011
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 48/2011 – 31/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CHM – Coordenação da Hidrelétrica Mauá
Descrição da Recomendação	Reiteramos à Administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS que apresente formalmente os resultados dos estudos realizados às Diretorias das Consorciadas, para que estas, por sua vez, e, em entendimento conjunto, definam os procedimentos a serem adotados para o caso em epígrafe.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CHM – Coordenação da Hidrelétrica Mauá	
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0039/2011, de 03.11.2011, informa que os resultados dos estudos relativos à incidência de Contribuição Provisória sobre a CPMF serão formalmente apresentados na próxima reunião do CECS, com a Eletrosul e a Copel e que a deliberação do Comitê Diretor será registrada em ata, a qual será enviada no prazo de dez dias após a reunião. Através da CE CECS – 0478/2012, de 07.05.2012, dirigida ao Consórcio Mauá, é informado que serão descontados na próxima medição do EPC, os valores referentes à CPMF incidente sobre os pagamentos de evnetos contatuais inicialmente previstos para pagamento até o final do ano de 2007, mas que face ao deslocamento do início das obras por fato superveniente foram efetivamente pagos após 01/01/2008.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP: <ul style="list-style-type: none"> a) solicitar manutenção do Sistema de Cadastro de Pessoas – PES, para fazer o registro da data de validade do treinamento da NR 10, integrando esta data entre os diversos aplicativos e ambientes da Empresa; b) implantar rotina no PES, emitindo mensagem ao empregado, área de treinamento e Divisão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional - DVSS/Setor de segurança do trabalho, sempre que seu treinamento estiver por vencer a validade; c) disponibilizar para os aplicativos de Solicitação de Intervenção e CAR - Convocação para Atividade/Área de Risco, a última data de realização do exame periódico/ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) e d) solicitar manutenção do aplicativo CAR, não permitindo a emissão para empregados sem o respectivo treinamento.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
CI DA-0009/2011, de 16.11.2011, informa que a recomendação de manutenção do Sistema de Cadastro de Pessoas - PES visando atender aos subitens ‘a’, ‘b’, ‘c’ e ‘d’ foi solicitada ao coordenador de implementação do SIG no DGP, o qual está encaminhando as devidas providências e que deverão ser disponibilizadas as informações sobre conclusão dos cursos previstos na NR-10 e validade do atestado de saúde ocupacional indicativas da condição de autorização para acesso em áreas de risco elétrico, no Consist HR, para acesso individual (dos empregados) e chefias / gerências (inclusive subordinados).	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Operação do Sistema - DOS solicitar manutenção nos aplicativos de Solicitação de Intervenção (LTS – Licença para Trabalho em Subestações, PESE – Programa de Execução de Serviço, PL – Pedido de Liberação), não permitindo que estejam na equipe executora de tais solicitações, qualquer empregado sem o respectivo treinamento e o exame de saúde ocupacional em dia.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DOS – Departamento de Operação do Sistema	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0013/2011, de 12.12.2001, informa que assim que for disponibilizado pelo DGP o cadastro informatizado de empregados, que estão em dia com o treinamento da NR10 e exames de saúde ocupacional, no ambiente lótu notes, solicitará a integração destes aplicativos junto aos aplicativos operacionais GPI e GIRO NOTES e para que a solução seja completa, este cadastro deverá contemplar o credenciamento de agentes externos para acesso as instalações de Subestações	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, supervisionar a organização dos Prontuários de Instalações Elétricas, pelos empregados designados na DD-1183-11, de 11/05/2007, para todos os estabelecimentos da Empresa, com carga instalada superior a 75 kW, conforme previsto no item 10.2.4 da Norma Regulamentadora – NR 10.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
CIDA-0009/2011, de 16.11.2011, informa que está encaminhando junto às áreas responsáveis a atualização da DD - 1183 de 11/05/2007, e encaminhamento de nova PRD. Esclarecem que os profissionais da DVSS procederam as atualizações dos itens que devem compor os prontuários, bem como as informações afetas a esta e que essas atualizações foram encaminhadas para as Áreas procederem à revisão dos documentos de cada instalação e após a atualização da citada DD, o DGP encaminhará orientação a todas as áreas visando atender o item “b” do Relatório AUD.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP: <ul style="list-style-type: none"> a) supervisionar a atualização periódica dos Prontuários das Instalações Elétricas, bem como a correção das informações elaboradas de forma incompleta, adequando-as às exigidas no item 10.2.4 da NR 10, pelos empregados designados na DD-1183-11, de 11/05/2007; b) orientar os empregados envolvidos nas instalações e serviços em eletricidade, sobre o acesso ao Prontuário, disponibilizado no Sistema Lotus Notes e c) emitir o relatório técnico das inspeções, previsto na letra “g”, item 10.2.4 da NR – 10.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	

CI DA-0009/2011, de 16.11.2011, informa que, no que diz respeito ao DGP/DVSS, o atendimento ao item 10.2.4 da NR-10 trata-se do cronograma de ações do PPRA que tem sido anexado aos prontuários e revisado conforme a nova metodologia discutida e apresentada em reunião com a Auditoria, que, também, faz parte deste item o plano de ações do Comitê Permanente da NR-10 e que é importante ressaltar as atribuições técnicas constantes neste item, que são da competência e responsabilidade das demais áreas técnicas e que não podem ser executadas pela DVSS
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	04
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP apresentar e discutir com a CIPA o documento base, que contém todos os aspectos estruturais de um PPRA, suas alterações e complementações, e encaminhar para que seja anexada uma cópia ao livro de atas da Comissão, conforme preconiza o item 9.2.2.1. da Norma Reguladora - NR 9 - PPRA.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0009/2011, de 16.11.2011, informa que a sistemática adotada atualmente em relação a análise global do PPRA prevê um maior envolvimento de empregados e lideranças no processo de gestão de segurança e riscos e que os PPRA, os quais já foram concluídas a avaliação global, serão apresentados à CIPA nas próximas reuniões ordinárias, e os PPRA ainda por concluir a avaliação global, serão apresentados à CIPA assim que finalizados.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	05
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP apresentar e discutir com a CIPA o relatório anual do PCMSO, conforme preconiza o item 7.4.6.2 da Norma Reguladora - NR 7 - PCMSO.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas

Síntese das providências adotadas
CI DA-0009/2011, de 16.11.2011, informa que o relatório do PCMSO, bem como o documento do PCMSO foram encaminhados na última reunião da CIPA - Sede e apresentadas orientações sobre elaboração do relatório, do documento base, sistemática dos exames e programas educativos e que foram encaminhados, também, a todas as CIPAs de todos os estabelecimentos, ficando o coordenador à disposição para esclarecimentos, sendo o Encontro de CIPAs uma oportunidade anual para uma orientação geral sobre PCMSO e seu relatório. Conforme Ata de Reunião Ordinária CIPA Sede Gestão 2011/2012 é considerada a recomendação atendida, a respeito do PCMSO.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 58/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema DMO – Departamento de Manutenção e Apoio à Operação DEM – Departamento de Engenharia de Manutenção
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Operação do Sistema – DOS, em conjunto com o Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO e o Departamento de Engenharia de Manutenção – DEM, elaborar programa de manutenção para solução dos aspectos de segurança e conservação, especialmente quanto à: <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação das tampas das canaletas; • Complementação da brita e espalhamento uniforme; • Substituição das placas de sinalização em mau estado e • Implantação de mecanismo que impeça o entupimento da boca de lobo e, caso tenha acontecido carreamento de materiais sólidos, providenciar a desobstrução das bocas de lobo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema DMO – Departamento de Manutenção e Apoio à Operação DEM – Departamento de Engenharia de Manutenção
Síntese das providências adotadas	CI DO-0013/2011, de 12.12.2001, informa que: <ul style="list-style-type: none"> a) está em estudo a utilização de tampas de canaletas confeccionadas com plástico reciclado de menor custo para substituição das tampas de concreto; b) a substituição de brita na SE Biguaçu será feita juntamente com a Ampliação "D"; c) está em curso a aquisição de placas de sinalização para substituição das danificadas; d) será feito estudo de cada caso para encontrar e implantar a solução definitiva.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011

Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	06
Comunicação Expedida/Data	RED 58/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Operação do Sistema - DOS orientar os operadores, quando da execução de serviços nos pátios das Subestações, solicitar, após a conclusão dos trabalhos, a remoção, dos entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, conforme estabelecido no Manual de Operação - NOR - 01/09 rev.6 –7.7.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DOS – Departamento de Operação do Sistema
Síntese das providências adotadas	CI DO-0013/2011, de 12.12.2001, informa que a operação já realiza esta verificação ao dar o atestado de inspeção de área e que as equipes serão orientadas a adotar esta prática para todos os serviços realizados nas instalações e a cobrar dos responsáveis pelas intervenções o cumprimento da norma.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 17/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	07
Comunicação Expedida/Data	RED 57/2011 – 17/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas – DGP que observe o disposto nos normativos do INSS quanto ao retorno de empregados afastados de sua atividade laborativa, em gozo de auxílio doença.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0009/2011, de 16.11.2011, informa que a Divisão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional - DVSS vem cumprindo todas as orientações e recomendações emanadas do INSS, tendo realizado reuniões com a chefia da área responsável por afastamentos, sob a supervisão do coordenador do PCMSO, médico especialista em medicina do trabalho e em perícias médicas, e que sobre este assunto foi encaminhada, ao INSS, a CE DGP - 0927 – 2011, ainda sem resposta daquele órgão.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de	Aud 18/2011

Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	26/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	CE 0028/2011 – 26/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia
Descrição da Recomendação	Recomendamos atentar para a tempestividade das alterações contratuais, promovendo-as dentro do prazo de vigência estabelecido no contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia	
Síntese das providências adotadas	
Carta RS-125/2011, de 25.11.2011, da RS Energia, informa que por um lapso do setor responsável por contratos, ocorreu um equívoco entre o dia 30/03/2011 e 31/03/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 18/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	CE 0028/2011 – 26/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia
Descrição da Recomendação	Recomendamos a implantação de controles, referentes à conferência dos lançamentos dos pagamentos dos contratos, por pessoa diferente da executante, buscando minimizar fragilidades de controle interno.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia	
Síntese das providências adotadas	
Carta RS-125/2011, de 25/11/2011, da RS Energia, informa que a partir de janeiro/2012, um novo sistema entrará em funcionamento, o qual possui um módulo específico de gestão de contratos, proporcionando mais segurança e controle. A RS Energia informou, em 23/05/2012, que a implantação do novo sistema ERP teve o início conforme previsto mas que ainda não estão concluídos todos os módulos, com meta de conclusão até o final do semestre.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 18/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	03

Comunicação Expedida/Data	CE 0028/2011 – 26/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia
Descrição da Recomendação	<p>Recomendamos:</p> <p>a) realizar, com urgência, a conciliação da conta 211.31.4.0.00.04.001 - COFINS e, caso seja verificada a efetiva existência da dívida relativa ao “saldo em aberto”, de R\$ 7.624,70, efetuar o recolhimento dos valores, a fim de evitar o crescimento do valor com a incidência de juros e correção monetária e</p> <p>b) adotar, com urgência, a sistematização de conciliações de suas contas, a fim de evitar a existência de divergências contábeis e financeiras, buscando minimizar fragilidades no sistema de controles internos e garantir que a contabilidade reflita com fidedignidade as operações realizadas pela Entidade.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia
Síntese das providências adotadas	
<p>Carta da RS Energia - RS-125/2011, de 25.11.2011, informa que ocorreu um equívoco na interpretação, por parte das empresas, quanto ao saldo devedor em 31/10/2010, base da circularização das concessionárias selecionadas e que:</p> <p>a) não existe saldo em aberto a recolher da Cofins no valor de R\$ 7.624,70, que este saldo corresponde a valores compensados com as retenções da Cofins sem faturamento e que, na época própria não foram contabilizadas na conta própria a compensação, registros estes que serão regularizados no mês de novembro/2011;</p> <p>b) e quanto a falta de conciliações de saldos, estão intensificando os trabalhos no sentido de aperfeiçoar os controles internos, principalmente com as obrigações fiscais. E com a implantação do sistema (ERP) a partir de janeiro/2012, ocorrerá maior eficácia nas conciliações e conseqüentemente uma melhoria significativa no controle interno. A RS Energia informou, em 23/05/2012, que a implantação do novo sistema ERP teve o início conforme previsto mas que ainda não estão concluídos todos os módulos, com meta de conclusão até o final do semestre.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>Recomendação “a” – atendida</p> <p>Recomendação “b” – em atendimento.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 19/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	CE 0033/2011 – 24/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE
Descrição da Recomendação	Recomendamos somente autorizar o início da execução dos serviços após o contrato estar assinado por ambas as partes.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE
Síntese das providências adotadas	
<p>Carta PVTE-157/2011, de 22.12.2011, informa que o contrato foi encaminhado para a Eletronorte no dia 12 de abril de 2011, já devidamente assinado pelos Diretores da PVTE, através da Carta PVTE – 045/2011; que a Eletronorte assinou o contrato em 12 de julho de 2011, que é a data que consta no documento, e que esta data foi colocada pela Eletronorte na ocasião em que eles o assinaram. Informa, também, que a Ordem de Serviço foi emitida no dia 15 de abril de 2011, 3 dias após a data em que os Diretores assinaram o contrato, porque havia a necessidade imperiosa do início dos serviços contratados com a Eletronorte para fins de atendimento aos prazos vinculados à execução da variante da LT 230 kV Porto Velho – Abunã e que a ordem de serviço foi emitida, portanto, após os diretores da PVTE terem assinado o contrato</p>	

Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 19/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	CE 0033/2011 – 24/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE exigir das empresas contratadas as Certidões Negativas de Débitos, conforme cláusulas contratuais, mantendo os documentos comprobatórios arquivados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	
Síntese das providências adotadas	
Carta PVTE-157/2011, informa que já foram tomadas as providências no sentido de viabilizar a liberação de pagamentos aos fornecedores mediante apresentação das certidões negativas para a verificação da regularidade fiscal destes e que foram enviados e-mails aos fornecedores de material e serviços, com envio posterior da carta, comunicando as recomendações.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 19/2011
Data do Relatório de Auditoria	24/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	CE 0033/2011 – 24/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE montar processos de aquisição em pastas próprias, formando um dossiê, com toda a documentação referente à aquisição e a administração do fornecimento/serviço.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Empresa Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	
Síntese das providências adotadas	
Carta PVTE-157/2011, informa que estão sendo providenciados os respectivos arquivos vinculando os documentos pertinentes a cada contrato.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 20/2011
Data do Relatório de Auditoria	05/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 64/2011 – 05/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas - DGP a implantação de rotina, na folha de pagamento, para a inclusão dos valores de diárias que sejam superiores a 50% do salário dos empregados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0002/2012, de 06.01.2012, informa que a rotina para inclusão das diárias de viagens será definida após reunião a ser realizada entre o DGP/DIBP e DGI/DVGI, que definirá as alternativas para o desenvolvimento de novo sistema informatizado que envolva informações do Sistema SGV e que integre as informações de Folha de Pagamento e que após essa reunião será informada a forma e o prazo de execução para a nova rotina. A rotina está em desenvolvimento no DGI, de acordo com Follow Up realizado no projeto de auditoria da Folha de Pagamento, em maio de 2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 20/2011
Data do Relatório de Auditoria	05/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 64/2011 – 05/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas - DGP: a) efetuar o enquadramento correto dos profissionais que recebem adicional de periculosidade permanente por inflamável e ionizante e que não estão expostos a risco elétrico e b) ativar no Sistema de Folha de Pagamento a verba 45 (periculosidade por inflamável/ionizante), para que o cálculo seja efetuado apenas sobre o salário base.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Síntese das providências adotadas	CI DA-0002/2012, de 06.01.2012, informa que foi criada a verba 45 no Sistema Consist HR - Folha de Pagamento que realizará o cálculo do Adicional de Periculosidade por Inflamável e Ionizante; que com a criação do código para cadastramento dos empregados com direito à percepção deste Adicional, no Sistema HR Consist - Cadastro, serão realizados os testes da parametrização e a efetivação dos pagamentos devidos e que os cálculos serão realizados, com previsão de pagamento na folha salarial de Fevereiro.

Em 10/05/2012, verificamos que os empregados acima estavam enquadrados corretamente e recebendo o valor correto do adicional, incidindo, este, sobre o Salário Base, pela verba "45".
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 20/2011
Data do Relatório de Auditoria	05/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 64/2011 – 05/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Gestão de Pessoas - DGP revisar a Norma de Gestão Empresarial - NG-018 - Benefícios e Assistência Social.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
CI DA-0002/2012, de 06.01.2012, esclarece que assunto não diz respeito ao Processo de Folha de Pagamento e sim a gestão de Benefícios e quanto ao fato de apontar que a prática de concessão de 25 vales por mês, por força de Acordos Coletivos de Trabalho que renovam anualmente essa condição, ainda não foi definido em mesa de negociação que a Empresa incluirá em seu Normativo de Gestão Empresarial tal condição e que desta forma, a concessão dos 25 vales do Benefício Auxílio Alimentação são concedidos por força de Acordo Coletivo de Trabalho. "	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 21/2011
Data do Relatório de Auditoria	05/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 65/2011 – 05/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
Descrição da Recomendação	Recomendamos observar os termos do Item 5, Capítulo IV, do Procedimento de Gestão Empresarial PG-05.12 e, caso entenda pela continuidade da sistemática desenvolvida, submeter ao Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI, para validação e normatização.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPM – Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente	
Síntese das providências adotadas	
CI AGE-0019/2012, informa que no que se refere aos documentos de gestão da relação contratual entre Eletrosul e contratada, o PG-05.12 tem sido cumprido, uma vez que o arquivamento digital restringe-se exclusivamente a documentos e	

formulários entre os Supervisores de Qualidade e Concremat, alguns dos quais (Notas Fiscais de Hospedagem, Despesas Reembolsáveis e Folha de Pagamento) reembolsáveis pela Eletrosul e informa, também, que para validação e normatização desta sistemática foi encaminhada à AJU a Solicitação de Análise Jurídica SJ DPM-0003/2012, em 26/01/2012.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação em atendimento.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 21/2011
Data do Relatório de Auditoria	05/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 66/2011 – 05/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGS – Departamento de Gestão de Suprimentos
Descrição da Recomendação	Recomendamos: a) atentar para o cumprimento dos prazos de publicação dos extratos dos contratos, conforme determina a letra “b”, item 1, Capítulo V, do Procedimento de Gestão Empresarial – PG 005.05 – Alienação de bens Móveis e Aquisição; b) submeter os aditivos de editais de licitação ao prévio exame e aprovação da Assessoria Jurídica, conforme preceitua o artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DGS – Departamento de Gestão de Suprimentos
Síntese das providências adotadas	CI DA-0002/2012, de 06.01.2012, esclarece que adotará as providências complementares requeridas, conforme disposto no artigo 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação em atendimento.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 22/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 67/2011 – 06/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição Proteção e Controle - DEMP Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM
Descrição da Recomendação	Recomendamos definir no Manual da Qualidade as atribuições do Chefe do Laboratório relativas à Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição Proteção e Controle - DEMP Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM
Síntese das providências adotadas	CI DO-0001/2012, de 13.01.2012, informa que serão incluídas no Manual da Qualidade, em sua próxima revisão (Rev. 16: Capítulo 5: Sistema da Qualidade; item 5.3: Responsabilidades e Atribuições), as atribuições do Chefe do Laboratório

perante o Sistema da Qualidade e será incluída, também, a estrutura funcional do laboratório, em caráter complementar ao organograma proposto no Manual da Qualidade vigente (Rev. 15), especificamente no Capítulo 4: Organização; item 4.1: Estrutura Organizacional e, após a realização destas ações, dar-se-á ciência a equipe sobre tais mudanças. Informa, também, que o prazo proposto é até a segunda quinzena de fevereiro/2012, juntamente com a conclusão da revisão do Manual da Qualidade do laboratório (Rev. 16).

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação em atendimento.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 22/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 67/2011 – 06/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição Proteção e Controle - DEMP Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM
Descrição da Recomendação	Recomendamos manter a Lista Mestra atualizada e manter evidências na mesma de análises críticas periódicas, com ou sem revisões.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição Proteção e Controle - DEMP Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0001/2012, de 13.01.2012, informa que os registros da Lista Mestra – LAMEE 14, especialmente aqueles que geraram esta não conformidade, foram corrigidos recentemente; que em relação à manutenção de evidências de análises críticas periódicas com ou sem alterações, nos documentos da qualidade, a Coordenação do Sistema da Qualidade juntamente com a equipe do laboratório, está estudando uma forma de assegurar: a conformidade com o item 4.3.2.2, letra “b” da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 e a manutenção da atual estrutura da Lista Mestra – LAMEE 14 e tão logo seja definida uma metodologia, esta será incluída no procedimento M ITO 30 03 – Procedimento para controle de documentos (em revisão); que após a realização destas ações, a equipe será treinada sobre como proceder com a atualização dos registros e que o prazo proposto é abril/2012, juntamente com a conclusão da revisão do procedimento M ITO 30 03 – Procedimento para Controle de Documentos, Rev. 07.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 22/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 67/2011 – 06/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição Proteção e Controle - DEMP Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM
Descrição da Recomendação	Recomendamos manter os registros da reunião de análise crítica com a assinatura de todos os participantes.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição Proteção e Controle - DEMP Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI DO-0001/2012, de 13.01.2012, informa que a ação de providenciar as assinaturas faltantes já foi realizada e para evitar que esta falha se repita, a Coordenação da Qualidade pretende incluir na próxima revisão do procedimento M ITO 30 03 (Procedimento para Controle de Documentos - Rev. 07; Capítulo 8: Documento em Papel e Meio Eletrônico; e Capítulo 13: Procedimentos Específicos para Documentos em Meio Eletrônico), conteúdo que faça referência aos documentos que contenham assinaturas de aprovação, confirmação de presença e/ou responsabilidade (atas e formulários preenchidos), especialmente no que se refere à necessidade de que sejam assinados, digitalizados e devidamente arquivados e que a após a realização destas ações, a equipe seja treinada sobre este novo procedimento. Informa, também, que o prazo proposto é abril/2012, juntamente com a conclusão da revisão do procedimento M ITO 30 03 – Procedimento para Controle de Documentos, Rev. 07.</p> <p>Para as observações informa que:</p> <p>1) irá buscar junto a áreas específicas da Eletrobras Eletrosul, as informações necessárias ao atendimento desta observação atualizando os referidos documentos da qualidade e o prazo proposto é até a segunda quinzena de fevereiro/2012, juntamente com a conclusão da revisão do Manual da Qualidade do laboratório (Rev. 16).</p> <p>2) está em curso o processo de elaboração de um Plano Anual de Treinamentos que pretende contemplar esta observação que este plano será apresentado pela Coordenação da Qualidade e submetido à aprovação da chefia do Setor (LAMEE) e da divisão (DEMP), durante a reunião anual de análise crítica, prevista para fevereiro/2012 e que somente após comprovação de eficácia do plano de capacitação, os indicados ao cargo de substitutos serão efetivados. Informa, também, que a indicação dos nomes para a condição de coordenador substituto será fruto da reunião anual de análise crítica (prevista para fevereiro/2012) que com a execução do plano anual de treinamento e a verificação da eficácia destes, a designação de substitutos para o atendimento desta observação, em sua plenitude, dar-se-á até novembro de 2012.</p> <p>3) a equipe técnica do laboratório, orientada por sua Coordenação, irá desenvolver estudos para o atendimento pleno desta observação e que o prazo proposto é até o mês de maio de 2012.</p> <p>4) a Coordenação da Qualidade, juntamente com a equipe do laboratório, irá construir um Procedimento para tratamento das Não Conformidades e que o prazo proposto é até o mês de agosto de 2012.</p> <p>5) a Coordenação da Qualidade, juntamente com a equipe do laboratório, irá construir um Procedimento para Tratamento das Ações Corretivas, Preventivas e das Oportunidades de Melhoria e o prazo proposto é até o mês de setembro de 2012.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 24/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 72/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Assessoria de Comunicação Social - ACS revisar e, se for o caso, atualizar a Norma de Gestão Empresarial NG-064 e PG-064.01, em cumprimento à determinação da Deliberação de Diretoria DD-1286-02.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ACS – Assessoria de Comunicação Social	
Síntese das providências adotadas	
<p>CI SGE-0002/2012, de 01.01.2012, informa que fará a revisão da NG-064, sobre rede de murais, e a atualização do PG-064.1, sobre utilização da rede de murais, tão logo seja aprovado o Plano de Comunicação Interna da Eletrobras, o qual contera a política e os veículos de comunicação a serem adotados pelas Empresas do Sistema Eletrobras e que de acordo com a CI ACS-0001/2012, de 20/01/2012, a Eletrobras pretende concluir o Plano de Comunicação Interna no primeiro semestre</p>	

deste ano.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 24/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 71/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento da Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI que submeta os veículos que estão com as situações de “ruim” ou “regular” no sistema Controle e Apropriação de Veículos - CAV à inspeção veicular junto a órgão credenciado pelo Departamento de Trânsito, em conformidade com a letra “a” do item 2, Capítulo V, da Norma de Gestão Empresarial – NG 008 – Frota da Empresa e Transporte de Pessoal.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ACS – Assessoria de Comunicação Social	
Síntese das providências adotadas	
CI DA-0004/2012, de 31.01.2012, informa que, conforme CI DGI-0013/2012, solicita, ao DMO, na adequação da NG-008 "... os veículos com vida útil ultrapassada deverão ser submetidos à inspeção veicular por órgão credenciado pelo Departamento de Trânsito ou alienados", a regularização dos veículos com vida útil ultrapassada e que não foram inspecionados ou alienados, realizando inspeção veicular com o posterior envio de cópia do laudo técnico ao Setor de Transportes deste Departamento, até o dia 10/02/2012.	
A CI DMO-0015/2012, de 22.02.2012, informa procedimentos a serem adotados para cumprimento da recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 25/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 74/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DEG – Departamento de Engenharia de Geração DES – Departamento de Engenharia do Sistema DPS – Departamento de Planejamento do Sistema CHM – Coordenação da Hidrelétrica de Maúia DPO – Departamento de Planejamento e Orçamento
Descrição da Recomendação	Recomendamos apresentar, conjuntamente, medidas que minimizem as disparidades entre as metas físicas e econômicas relativas ao orçamento de Investimento da Empresa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

DEG – Departamento de Engenharia de Geração DES – Departamento de Engenharia do Sistema DPS – Departamento de Planejamento do Sistema CHM – Coordenação da Hidrelétrica de Maúa DPO – Departamento de Planejamento e Orçamento
Síntese das providências adotadas
CI AGE-0007/2012, de 24.01.2012, informa que em conjunto com o DPO buscará medidas que minimizem estas disparidades. CI DF-0003/2012, de 30.01.2012, informa que conforme CI DPO-0006/2012, decidiram tomar nova ação, na qual será exigido das áreas previsões de metas físicas para os empreendimentos no mesmo momento em que forem fornecidas as informações financeiras referentes a proposta e revisão orçamentárias.
Síntese dos resultados obtidos
Recomendação em atendimento
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 26/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida/Data	RED 75/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SGE – Secretaria Geral
Descrição da Recomendação	Recomendamos observar o disposto no item 3.6/3.5.2, Capítulo 3, do Procedimento de Gestão Empresarial PG-005.09 - Dispensa e Inexigibilidade - Aquisição.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	SGE – Secretaria Geral
Síntese das providências adotadas	CI SGE-0003/2012, de 02.02.2012, informa que o Setor Administrativo da Presidência (SAPRE), vinculado a SGE, adotou a recomendação a partir de 29/12/2011, bem como solicitou ao DGS instruir as Áreas demandantes de publicação legal quanto ao cumprimento legal e normativo, solicitação esta atendida por meio da CI DGS-0005/2012, de 11/01/2012.
Síntese dos resultados obtidos	Recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 26/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 75/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Assessoria de Comunicação Social e Marketing - ACS cumprir o disposto no Item 1, Capítulo V, letra “d” do Procedimento de Gestão - PG-005.05 - Publicidade e Comunicação - Aquisição.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing	
Síntese das providências adotadas	
CI SGE-0003/2012, de 02.02.2012, informa que, conforme CI ACS-0002/2012, de 31/01/2012, alguns itens foram regularizados e, para outros itens, estão sendo adotadas as providências necessárias para atender às recomendações. Follo wUP realizado em 22/05/12, conforme resposta CI SGE-0003/2012, considerou a recomendação atendida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 26/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	02
Comunicação Expedida/Data	RED 76/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DTL – Departamento de Telemática
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao Departamento de Telemática - DTL cumprir o disposto no Item 1, Capítulo V, letra “d” do Procedimento de Gestão - PG-005.05 - Publicidade e Comunicação - Aquisição.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DTL – Departamento de Telemática	
Síntese das providências adotadas	
CI DO-0002/2012, de 31.01.2012, informa que o DTL efetuou, no dia 27/01/2012, a publicação do extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito nº DTL 84710010. Follo wUP realizado em 22/05/12, conforme resposta CI DO-0002/2012, considerou a recomendação atendida	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 26/2011
Data do Relatório de Auditoria	29/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	03
Comunicação Expedida/Data	RED 75/2011 – 29/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing ARS – Assessoria de Responsabilidade Social
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Assessoria de Comunicação Social e Marketing - ACS observar as disposições contidas nos instrumentos contratuais, especialmente, o disposto nas cláusulas 2.5 e 5.22, dos contratos de patrocínio nº 11400003 e 11400004. Recomendamos à Assessoria de Comunicação Social e Marketing - ACS em conjunto com a Assessoria de Responsabilidade Social - ARS criar Procedimento de Gestão Empresarial - PG específico para a prestação de contas referente a contratos de patrocínio.

Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
ACS – Assessoria de Comunicação Social e Marketing ARS – Assessoria de Responsabilidade Social	
Síntese das providências adotadas	
CI SGE-0003/2012, de 02.02.2012, informa que, conforme CI ACS-0002/2012, de 31/01/2012, alguns itens foram regularizados e, para outros itens, estão sendo adotadas as providências necessárias para atender as recomendações. Informa, também, que dará início à elaboração de PG específico para prestação de contas de contratos de Patrocínios Sociais tão logo seja aprovada a revisão da NG 075, sobre Patrocínio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação em atendimento	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Aud 05/2011
Item do Relatório de Auditoria	01
Comunicação Expedida	RED 16/2011 – 08/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DG - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira DCO – Departamento de Contabilidade.
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - DG, exigir do Departamento de Contabilidade - DCO, que analise e efetue os ajustes necessários na conta 211.31.1 (04640) e (03133) – Tributos e Contribuições Sociais - Impostos – ISS Retido na Fonte e mantenha a conciliação atualizada.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DG - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira DCO – Departamento de Contabilidade	
Justificativas para o não atendimento	
CI DG-0004/2011, de 10/05/2011 informa que está efetuando a análise e as conciliações para atendimento da recomendação. Em 29/11/2011, verificamos através do Plano de Providências Permanente – PPP, encaminhado à CGU, conforme CI DCO 0092/2011, de 16/11/2011, que a análise e a conciliação das contas foi parcialmente efetivada com procedimentos de regularização do saldo por meio de ajuste contábil face à identificação de saldos devedores, credores e/ou por meio de recolhimento. O DCO informou que irá dar continuidade aos trabalhos de análise e conciliação contábil das rubricas, observando-se os critérios e princípios de materialidade e objetividade dos valores envolvidos, e de celeridade laboral de acordo com a capacidade operacional da Área. O prazo para atendimento será 30/06/2012 – Recomendação também foi objeto de referência no quadro A.15.4.	

17. Outras informações consideradas relevantes

Destaques Empresariais e Premiações

Aquisição Artemis e Uirapuru

A Eletrosul assume 100% do controle societário da Artemis e 75% da Uirapuru, que teve os 25% de ações restantes assumidos pela Fundação Elos.

Plano Nacional de Banda Larga - PNBL

A Eletrosul e Telebras assinaram o contrato de cessão de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas viabilizando o anel óptico do Sul do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL. A empresa, efetivamente, contribui para a consolidação de um projeto inclusivo de governo, que leva o acesso à informação e ao conhecimento para parcelas da população mais carentes e em áreas pouco assistidas.

Megawatt Solar

A Eletrosul assinou um contrato de financiamento a fundo perdido com o banco Alemão KfW, no valor de 2,8 milhões de euros, marcando definitivamente a concretização do projeto batizado como “Megawatt Solar”, que será a primeira usina de grande porte no Brasil integrada a uma edificação que captará a luz do sol e a transformará em energia elétrica. O pioneirismo do projeto vai além: a Eletrosul será a primeira a comercializar este tipo de energia no país, servindo de modelo para os empresários que querem transformar os estádios da Copa de 2014 em geradores e até revendedores de energia solar.

Retorno à Geração

Em 7 de junho, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial do primeiro circuito, com cinco aerogeradores, do Complexo Eólico Cerro Chato. A partir dessa data, a Eletrosul volta, oficialmente, à geração. Com os ventos de Sant’Ana do Livramento, os aerogeradores em operação comercial produzem em sua capacidade máxima, 10 MW.

Subestação Coletora Porto Velho

No dia 15 de novembro, a Eletrosul concluiu energização da 1ª etapa da SE Coletora Porto Velho, três meses e meio antes do prazo contratual da Aneel.

Concessão da SE Foz do Chapecó

Assinado, no dia 16 de junho, o contrato de concessão da SE Foz do Chapecó (230/138kV e 100MVA), na Aneel, uma concessão importante, em área de atuação da Eletrosul, e que levará a energia produzida na Usina Foz do Chapecó para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Usina Hidrelétrica Passo São João

No dia 23 de setembro a Eletrosul concluiu o lago da Usina Hidrelétrica Passo São João (UHE PSJ) – o primeiro reservatório desde a sua volta à geração de energia. A atividade de enchimento foi concluída dois dias antes do planejado e teve duração de 43 dias. O trabalho foi realizado em várias etapas, com steps, para garantir a segurança da população, a estabilidade das estruturas e para mitigar impactos ambientais. Com cerca de 20 km², o reservatório atinge cinco municípios: Roque Gonzales, Dezesseis de Novembro, São Luiz Gonzaga, São Pedro do Butiá e Rolador.

XXI SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia

Sob coordenação da Eletrosul, Florianópolis sediou, de 23 a 26/10 um dos maiores eventos técnicos e científicos de produção e transmissão de energia elétrica, o XXI SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia –, promovido pelo Cigré-Brasil. Durante três dias, 508 Informes Técnicos sobre temas relevantes para o setor elétrico brasileiro foram apresentados, além das palestras técnicas e painéis realizados em cada um dos 15 Grupos de Estudos. A Eletrosul apresentou 39 Informes Técnicos, desenvolvidos exclusivamente por empregados ou em conjunto com instituições acadêmicas e empresas.

Movimento Nós Podemos Santa Catarina

Eletrosul reafirma compromisso com metas de desenvolvimento do milênio, e dessa forma assinou um protocolo de intenções formalizando o apoio ao Movimento Nós Podemos Santa Catarina – braço da articulação nacional, que incentiva ações para reduzir as diferenças sociais no Brasil, e viabilizou a estrutura para a sede da secretaria executiva do movimento e os estudos para diagnosticar a situação do Estado em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pela ONU.

Melhores & Maiores da Revista Exame

Pelo quinto ano consecutivo, a Eletrosul está presente no ranking Melhores & Maiores da Exame, edição 2011. A estatal marcou posição em nove quesitos avaliados pela revista, em relação ao desempenho das empresas, em 2010. O volume de investimentos realizados pela Eletrosul colocou a empresa na 45ª colocação entre as mil pesquisadas pela Exame, que mais investiram no Brasil. É citada, também, entre as 50 Maiores Estatais por Vendas, ocupando a 39ª colocação – duas posições acima do balanço de 2009 – e entre as 500 Maiores em Vendas, com a 488ª posição. Já no quesito Maiores em Dividendos, onde figuram as empresas que melhor remuneraram seus acionistas, a Eletrosul emplacou o 5º lugar. Na estratificação por estado, a Eletrosul ficou com a 3ª colocação em Santa Catarina no item Riqueza Criada por Empregado, subindo uma posição em relação ao último ranking. O indicador aponta a produtividade e a contribuição média de cada um na riqueza gerada pela empresa. A Eletrosul se posicionou, ainda, entre as 100 Maiores da Região Sul. A empresa ficou na 72ª colocação, subindo uma posição em relação ao levantamento anterior.

Casa Eficiente

A Eletrosul recebeu, no dia 21 de julho, as etiquetas com o nível "A" do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) pela Casa Eficiente, parceria entre Eletrobras, Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), e a Universidade Federal de Santa Catarina/Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (UFSC/LABEEE). Esse foi o primeiro processo de etiquetagem para um edifício com características residenciais a ser realizado por um Organismo de Inspeção de Eficiência Energética em Edificações (OI3E).

Empresa Cidadã 2011 da ADVB-SC

Eletrosul recebeu prêmio Empresa Cidadã 2011 da ADVB-SC por patrocinar o projeto “Agricultura Urbana - A Revolução dos Baldinhos”, implementado no Bairro Chico Mendes, em Florianópolis, que utiliza resíduos orgânicos para a produção de alimentos. Com o apoio da Eletrosul, há três anos, foi iniciado o trabalho de coleta de resíduos orgânicos para compostagem e posterior uso das famílias para produzir alimentos saudáveis nos quintais das casas. O projeto tem reconhecimento internacional e já representou o Brasil e Santa Catarina em evento em Turim na Itália em 2010.

Certificado de Destaque em Comunidade

Na realização do Fórum de Gestão Sustentável, reunindo empresas líderes em responsabilidade socioambiental na região Sul, a Eletrosul recebeu certificado de reconhecimento pelo

relacionamento com a comunidade. A Eletrosul foi uma das 10 empresas que receberam a certificação nos sete temas propostos pelo Instituto Ethos – a empresa ficou em 8º lugar no tema Comunidade, e recebeu o Certificado de Destaque em Comunidade.

500 Maiores do Sul da Revista Amanhã

No ranking das 500 Maiores do Sul, da Revista Amanhã, a Eletrosul conquistou a 24ª posição e obteve a 6ª posição entre as 100 maiores empresas de Santa Catarina. Outros destaques da empresa foram a 3ª colocação, entre as 50 maiores de SC, no item Patrimônio Líquido; 11ª posição em Maiores Receitas Brutas, e 3º lugar em Lucro Líquido.

Certificação de Responsabilidade Social 2011

A Eletrosul recebeu Certificação de Responsabilidade Social 2011, conferido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Essa certificação é mais um reconhecimento importante das ações da Eletrosul em questões sociais e ambientais.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – ITEM 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

ATIVO		Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
	Notas				
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	257.339	135.560	624.187	358.785
Clientes	6	107.185	91.109	127.475	99.235
Ativo financeiro de transmissão	7	118.851	115.735	152.543	140.357
Créditos de energia renegociados	8	127.639	128.635	127.639	128.635
Dividendos a receber	9	10.493	7.481	-	-
Devedores diversos	10	31.505	13.159	31.969	17.864
Desativações, alienações e serviços em curso	12	32.782	31.676	32.782	31.842
Tributos a recuperar	13	30.983	16.409	42.509	22.866
Almoxarifado		30.767	30.363	30.767	30.363
Cauções, depósitos e fundos vinculados	5	2.019	40.489	27.311	83.211
Outros créditos	15	10.744	20.291	11.969	24.052
		760.307	630.907	1.209.151	937.210
NÃO CIRCULANTE					
Ativo Realizável a longo prazo					
Créditos de energia renegociados	8	479.752	544.043	479.752	544.043
Tributos a recuperar	13	62.463	6.580	131.960	63.462
Ativo fiscal diferido	16	122.312	133.219	135.440	140.805
Cauções, depósitos e fundos vinculados	5	29.514	12.465	45.911	20.427
Adiantamento para aumento de capital	14	367.527	42.390	-	-
Ativo financeiro de transmissão	7	2.400.742	2.413.312	3.618.110	3.042.939
Outros créditos	15	16.819	14.233	21.253	29.733
		3.479.129	3.166.242	4.432.426	3.841.409
Investimentos	17	1.348.816	883.452	3.281	3.307
Imobilizado	18	1.538.955	1.048.797	3.735.612	2.150.154
Intangível	19	79.795	96.841	228.760	118.483
		6.446.695	5.195.332	8.400.079	6.113.353
TOTAL DO ATIVO		7.207.002	5.826.239	9.609.230	7.050.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
	Notas				
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	149.408	88.085	265.903	130.973
Fornecedores	20	109.546	115.592	325.022	196.676
Folha de pagamento		52.049	39.600	52.686	40.012
Participação nos lucros e resultados	48	33.470	31.096	33.470	31.096
Tributos a recolher	22	46.324	50.749	61.303	58.517
Dividendos a pagar	44	24.552	19.332	24.552	19.332
Obrigações estimadas	23	29.918	81.005	32.104	81.837
Entidade de previdência complementar	29	13.534	10.734	13.534	10.734
Pesquisa e desenvolvimento		29.477	24.014	31.887	24.553
Provisão para perdas com contrato oneroso		7.215	21.235	7.215	21.235
Outros passivos	26	41.899	20.047	56.779	33.894
		537.392	501.489	904.455	648.859
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	1.692.082	1.408.224	3.639.933	2.446.289
Tributos a recolher	22	136.476	155.400	136.476	155.400
Passivo fiscal diferido	16	240.313	275.616	248.412	278.432
Provisões para contingências	24	52.235	76.790	52.545	77.100
Entidade de previdência complementar	29	51.860	25.881	51.860	25.881
Adiantamento para aumento de capital	30	1.810.793	724.125	1.833.233	728.835
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	25	21.200	18.060	58.416	35.868
Passivo atuarial	29	19.714	4.146	19.714	4.146
Outros passivos	26	13.659	125	19.136	13.401
		4.038.332	2.688.367	6.059.725	3.765.352
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	31				
Capital social		1.577.686	1.577.686	1.577.686	1.577.686
Reservas de lucros		1.055.880	1.050.711	1.055.880	1.050.711
Ajuste de avaliação patrimonial		(75.940)	(50.005)	(75.940)	(50.005)
Dividendos adicionais propostos		73.652	57.991	73.652	57.991
		2.631.278	2.636.383	2.631.278	2.636.383
Participação de não controladores		-	-	13.772	(31)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.207.002	5.826.239	9.609.230	7.050.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	844.917	794.523	1.360.393	1.066.995
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com Energia Elétrica	39	(110.583)	(42.643)	(110.583)	(42.643)
Energia comprada para revenda		(124.603)	(27.324)	(124.603)	(27.324)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso		14.020	(15.319)	14.020	(15.319)
Custo de Operação	39	(219.650)	(210.836)	(223.125)	(216.786)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(213.270)	(206.683)	(214.343)	(213.577)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(2.247)	(547)	(2.511)	(547)
(-) Recuperação de despesas		3.152	2.858	3.560	4.802
Outros		(7.285)	(6.464)	(9.831)	(7.464)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	39	(10.312)	(14.121)	(10.312)	(14.121)
Custo de Construção	39	(92.201)	(108.330)	(514.193)	(315.450)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		412.171	418.593	502.180	477.995
Despesas Operacionais	39	(183.525)	(185.850)	(200.769)	(196.334)
Participações nos lucros e resultados	48	(33.470)	(30.260)	(33.470)	(30.221)
RESULTADO DO SERVIÇO		195.176	202.483	267.941	251.440
Resultado de Participações Societárias		33.675	32.505	-	-
Resultado Financeiro	41	(122.246)	14.261	(144.696)	(1.198)
Outras Receitas/Despesas, Líquido	42	9.054	(159.979)	9.062	(153.215)
LUCRO OPERACIONAL		115.659	89.270	132.307	97.027
Imposto de renda e contribuição social	43	(12.287)	(21.647)	(27.677)	(29.495)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		103.372	67.623	104.630	67.532
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		103.372	67.623	103.372	67.623
Acionistas não controladores		-	-	1.258	(91)
Total de ações ordinárias		48.906.141	48.906.141	48.906.141	48.906.141
Lucro básico e diluído por ação ordinária		2,11	1,38	2,14	1,38

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	103.372	67.623	104.630	67.532
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	2.310	(13.225)	2.310	(13.225)
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	(33.746)	(19.680)	(33.746)	(19.360)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.501	4.396	5.501	4.396
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	77.437	39.114	78.695	39.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 31/12/2009	1.245.042	1.046.641	13.768	(21.496)	140.778	2.424.733	-	2.424.733
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	(19.360)		(19.360)		(19.360)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	-	(9.149)	-	(9.149)	-	(9.149)
Incorporação do AFAC ao capital	332.644	-	-	-	-	332.644	-	332.644
Dividendos aprovados AGO	-				(140.778)	(140.778)	-	(140.778)
Lucro líquido do exercício	-	-	67.623	-	-	67.623	-	67.623
Destinação para AGO								
Dividendos mínimos obrigatórios	-		(19.330)			(19.330)	-	(19.330)
Dividendos excedente aos mínimos obrigatórios	-		(57.991)		57.991	-	-	-
Reserva Legal	-	4.070	(4.070)			-	-	-
	1.577.686	1.050.711	-	(50.005)	57.991	2.636.383	-	2.636.383
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(31)	(31)
SALDOS EM 31/12/2010	1.577.686	1.050.711	-	(50.005)	57.991	2.636.383	(31)	2.636.352
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	(28.566)	-	(28.566)	-	(28.566)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	-	2.631	-	2.631	-	2.631
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	-	(57.991)	(57.991)	-	(57.991)
Lucro líquido do exercício	-	-	103.372	-	-	103.372	-	103.372
Destinação para AGO								
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(24.551)	-	-	(24.551)		(24.551)
Dividendos excedente aos mínimos obrigatórios	-	-	(73.652)	-	73.652	-		-
Reserva Legal	-	5.169	(5.169)	-	-	-		-
	1.577.686	1.055.880	-	(75.940)	73.652	2.631.278	(31)	2.631.247
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	13.803	13.803
SALDOS EM 31/12/2011	1.577.686	1.055.880	-	(75.940)	73.652	2.631.278	13.772	2.645.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.659	89.270	132.307	97.027
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Receita de Ativo Financeiro	(320.932)	(286.822)	(396.684)	(341.827)
Amortização de Ativo Financeiro	422.587	354.764	323.520	479.660
Depreciação e amortização	2.542	2.391	2.557	2.428
Amortização ágio investimentos	22.336	20.524	22.336	20.524
Variação monetária	14.360	(37.928)	14.360	(38.340)
Encargos financeiros gerados	165.928	47.977	284.577	54.353
Resultado de equivalência patrimonial	(33.675)	(32.505)	-	-
Ajuste a valor presente de tributos	5.085	5.896	5.085	5.896
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	6.381	135.138	6.381	135.138
Provisões para perdas ativos da geração	35.206	-	35.206	-
Perdas do ativo permanente	328	4.315	328	4.315
Provisões para contingências	(4.718)	16.778	(4.718)	16.778
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	2.247	547	2.511	547
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	14.321	3.262	14.321	3.262
Provisão para perdas com contrato oneroso	(14.020)	15.319	(14.020)	15.319
Ganho na avaliação da participação anteriormente detida	(74.166)	-	(74.166)	-
Passivo atuarial (CVM 600)	(18.510)	-	(18.510)	-
Outros	(16.880)	(21.119)	(34.915)	(24.756)
Sub total	208.420	228.537	168.169	333.297
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais				
Clientes	(18.287)	(2.898)	(30.728)	4.166
Créditos de energia renegociados recebidos	178.512	117.514	178.512	117.514
Devedores diversos	(22.953)	(14.217)	(22.936)	(16.251)
Desativações, alienações e serviços em curso	(1.106)	(9.263)	(1.106)	(9.224)
Tributos a recuperar	(37.445)	46.836	(52.415)	25.457
Ativo fiscal diferido	16.087	(64.068)	9.071	(69.892)
Almoxarifado	581	(4.056)	581	(4.056)
Cauções, depósitos e fundos vinculados	21.422	(51.309)	28.539	(65.221)
Outros créditos	13.403	(4.226)	6.173	12.188
Sub total	150.214	14.313	115.691	(5.319)
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(6.045)	46.642	144.285	116.733
Folha de pagamento	12.448	3.236	12.646	3.358
Participações nos Lucros e Resultados	2.374	7.837	2.374	7.798
Tributos a recolher	(24.252)	3.609	(14.125)	2.937
Passivo fiscal diferido	(35.302)	48.349	(33.572)	38.943
Obrigações estimadas	(63.374)	(7.441)	(63.196)	(12.677)
Entidade de previdência complementar	28.399	7.242	28.399	7.242
Pesquisa e desenvolvimento	5.463	5.144	7.205	3.780
Outros passivos	35.384	6.979	43.986	(5.412)
Sub total	(44.905)	121.597	128.002	162.702
Caixa proveniente das atividades operacionais	429.388	453.717	544.169	587.707
Pagamento de encargos financeiros	(117.801)	(92.995)	(134.284)	(101.151)
Recebimento de encargos financeiros	49	4	49	4
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(33.075)	(102.583)	(34.879)	(102.583)
Depósitos Judiciais	(6.976)	(10.225)	(6.976)	(10.225)
Caixa líquido das atividades operacionais	271.585	247.918	368.079	373.752

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Ativo Financeiro	(92.201)	(477.648)	(514.193)	(315.450)
Em ativo imobilizado	(501.425)	(515.048)	(1.596.740)	(1.192.517)
Em ativo intangível	(81.062)	(5.676)	(80.208)	(6.616)
Em participações societárias	(662.399)	(412.933)	26.284	40.719
Baixa de participação societária	-	215.446	-	-
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	24.093	13.502	-	-
Outros investimentos	27	3.075	60	3.075
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.312.967)	(1.179.282)	(2.164.797)	(1.470.789)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	365.368	551.088	1.290.708	828.029
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	972.279	626.625	990.009	626.625
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(73.165)	(55.519)	(117.276)	(82.948)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(86.293)	(213.601)	(86.293)	(213.601)
Pagamento Entidade Previdência Complementar	(15.028)	(10.470)	(15.028)	(10.470)
Total das atividades de financiamento	1.163.161	898.123	2.062.120	1.147.635
Variação				
Redução no caixa e equivalentes de caixa	121.779	(33.241)	265.402	50.598
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	135.560	168.801	358.785	308.186
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	257.339	135.560	624.187	358.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2011	%	2010	%	2011	%	2010	%
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO								
Receita								
Receita de geração de energia	-		-		8.486		-	
Receita do serviço de O&M	470.923		435.827		481.861		451.950	
Receita com o ativo financeiro	320.932		286.822		396.684		341.827	
Receita de construção transmissão	92.201		108.330		514.193		315.450	
Receita de construção geração	489.194		528.325		1.153.451		1.146.593	
Receita de comercialização de energia	33.721		21.305		33.721		21.305	
Receita do serviço prestado a terceiros	19.127		20.108		28.232		20.108	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.247)		(547)		(2.511)		(547)	
Outras receitas e despesas	50.641		(24.841)		50.649		(17.981)	
Outras receitas do serviço	4.820		5.090		4.705		7.966	
	<u>1.479.312</u>		<u>1.380.419</u>		<u>2.669.471</u>		<u>2.286.671</u>	
(-) Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais	9.755		10.761		10.141		11.071	
Serviço de terceiros	69.109		60.411		657.511		634.310	
Custo de construção transmissão	92.201		108.330		514.193		315.450	
Custo de construção geração	489.194		528.325		489.194		528.325	
Energia elétrica comprada para revenda	124.603		27.324		124.603		27.324	
Seguros	2.515		2.754		2.853		2.912	
Valor recuperável de ativos (Impairment)	6.381		135.138		6.381		135.138	
Provisão (reversão) perdas ativos geração	35.206		-		35.206		-	
Provisão (reversão) perdas na comercialização	(14.020)		15.319		(14.020)		15.319	
Provisão (reversão) para contingências	(14.205)		3.154		(14.205)		3.154	
Outros	(11.171)		3.125		(8.950)		1.904	
	<u>789.568</u>		<u>894.641</u>		<u>1.802.907</u>		<u>1.674.907</u>	
(=) Valor adicionado bruto	689.744		485.778		866.564		611.764	
(-) Depreciação e amortização	2.542		2.391		2.557		2.428	
(=) Valor adicionado líquido	687.202		483.387		864.007		609.336	
(+) Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações societárias	33.675		32.505		-		-	
Receita aplicação financeira	29.762		17.797		43.850		20.353	
Rendas sobre créditos de energia renegociados	113.226		149.188		113.226		149.188	
Outras receitas financeiras	11.652		7.302		16.322		9.033	
	<u>188.315</u>		<u>206.792</u>		<u>173.398</u>		<u>178.574</u>	
(=) Valor adicionado total a distribuir	875.517		690.179		1.037.405		787.910	
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Pessoal								
Remuneração/benefícios/FGTS	272.271	31,10	256.378	37,15	280.179	27,01	263.387	33,43
Contingência/indenização trabalhista	11.732	1,34	14.170	2,05	11.732	1,13	14.170	1,80
Aposentadoria especial/passivo atuarial	14.321	1,64	3.262	0,47	14.321	1,38	3.262	0,41
Participação nos resultados	33.470	3,82	30.260	4,38	33.470	3,23	30.221	3,84
	<u>331.794</u>	<u>37,90</u>	<u>304.070</u>	<u>44,05</u>	<u>339.702</u>	<u>32,75</u>	<u>311.040</u>	<u>39,48</u>
Governo								
Tributos (PIS/PASEP, COFINS, ISS)	68.115	7,78	59.122	8,57	81.112	7,82	91.646	11,63
Encargos Regulatórios	36.091	4,12	30.628	4,44	39.242	3,78	14.789	1,88
Encargos sociais	44.552	5,09	45.046	6,53	45.181	4,36	45.389	5,76
Contribuição social	3.799	0,43	6.354	0,92	8.037	0,77	8.501	1,08
Imposto de renda	8.488	0,97	15.293	2,22	19.641	1,89	20.992	2,66
	<u>161.045</u>	<u>18,39</u>	<u>156.443</u>	<u>22,68</u>	<u>193.213</u>	<u>18,62</u>	<u>181.317</u>	<u>23,01</u>
Financiadores								
Encargos sobre tributos	7.379	0,84	14.373	2,08	7.414	0,71	15.890	2,02
Encargos de dívidas	77.395	8,84	66.453	9,63	187.650	18,09	129.290	16,41
Variações monetárias	45.409	5,19	27.972	4,05	50.818	4,90	27.972	3,55
Aluguel	2.420	0,28	2.017	0,29	3.311	0,32	2.322	0,29
Outras despesas financeiras	146.703	16,76	51.228	7,42	150.667	14,52	52.546	6,67
	<u>279.306</u>	<u>31,91</u>	<u>162.043</u>	<u>23,47</u>	<u>399.860</u>	<u>38,54</u>	<u>228.020</u>	<u>28,94</u>
Acionistas								
Dividendos mínimos obrigatórios	24.551	2,80	16.060	2,33	24.551	2,37	16.060	2,04
Dividendos adicionais propostos	73.652	8,41	48.181	6,98	73.652	7,10	48.181	6,11
Lucros retidos	5.169	0,59	3.382	0,49	6.427	0,62	3.292	0,42
	<u>103.372</u>	<u>11,80</u>	<u>67.623</u>	<u>9,80</u>	<u>104.630</u>	<u>10,09</u>	<u>67.533</u>	<u>8,57</u>
Valor adicionado distribuído	875.517	100,00	690.179	100,00	1.037.405	100,00	787.910	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

(a) A Companhia

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”, “Companhia” ou “Controladora”), é uma companhia fechada de economia mista federal, com sede em Florianópolis (SC), controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica através de investimentos próprios e em parceria, estando presente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

A Companhia pode ainda, realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Adicionalmente, a concessionária está autorizada a participar de consórcios ou de outras companhias, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia. O sistema de transmissão de energia elétrica, da Eletrosul, possui 10.006,1 km de linhas de transmissão, e potência de transformação de 22.269,3 MVA em 39 subestações e uma conversora de frequência na fronteira do Brasil com a Argentina. Além das instalações próprias, a Companhia possui equipamentos ou presta serviços de operação e/ou manutenção em mais 31 subestações e nos sistemas de integração com o Uruguai (Rivera) e Argentina (Garabi).

O parque gerador é formado por 3 (três) hidroelétricas e 2 (duas) PCH's, todas em construção. Além dos sistemas de transmissão e parque gerador próprio, a Companhia participa em outras sociedades, logo a seguir relacionadas, para implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 4.337,3 km de linha, 9 subestações com capacidade de transformação de 1.669 MVA, 1 subestação coletora com capacidade de transmissão de 800 MW, 2 usinas hidroelétricas com capacidade instalada de 5.570 MW, e 24 parques eólicos com capacidade instalada de 582 MW, conforme nota 2.

(b) Aquisição de ações das controladas em conjunto Artemis e Uirapuru

Em 11 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu da Cymi Holding, sua participação de 51% das ações detidas na Artemis Transmissora de Energia S/A, passando a ser uma subsidiária integral, e 26% das ações detidas na Uirapuru Transmissora de Energia S/A, passando a Companhia a deter 75% de participação acionária, sendo os demais 25% de participação atualmente pertencentes à Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS). Os detalhes da combinação de negócios estão apresentados na nota 53.

(c) Empresas controladas

Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em dezembro de 2005 para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS).

Porto Velho Transmissora de Energia S/A – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, em fase pré-operacional, a empresa foi constituída em junho de 2008 para a implantação, operação e manutenção da Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Porto Velho, Subestação Coletora Porto Velho, em 500/230 kV, e duas estações conversoras CA/CC/CA Back-to-Back, em 400 MW,

bem como demais instalações. O empreendimento está sendo construído no município de Porto Velho, estado de Rondônia.

Artemis Transmissora de Energia S/A – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em agosto de 2003 para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão 525 kV, Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) e Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR).

Uirapuru Transmissora de Energia S/A - com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em agosto de 2004 para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR).

Eólica Cerro Chato I S/A – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em janeiro de 2010 para construção, geração e manutenção do Parque Eólico Coxilha Negra V, em Sant'Ana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Eletrosul enviou à submissão da autorização do Conselho de Administração da Eletrobras a proposta de aquisição, pela Companhia, da participação societária de 10% detida pela Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. das ações representativas do capital social da SPE Eólica Cerro Chato I pelo preço total de R\$ 5.160 mil, a preços de 31/12/2011. Caso a compra seja efetivada a Companhia passará a deter 100% das ações representativas do capital social da SPE Eólica Cerro Chato I.

Eólica Cerro Chato II S/A – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em janeiro de 2010 para construção, geração e manutenção do Parque Eólico Coxilha Negra VI, em Sant'Ana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Eletrosul enviou à submissão da autorização do Conselho de Administração da Eletrobras a proposta de aquisição, pela Companhia, da participação societária de 10% detida pela Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. das ações representativas do capital social da SPE Eólica Cerro Chato II pelo preço total de R\$ 9.010 mil, a preços de 31/12/2011. Caso a compra seja efetivada a Companhia passará a deter 100% das ações representativas do capital social da SPE Eólica Cerro Chato II.

Eólica Cerro Chato III S/A - com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em janeiro de 2010 para construção, geração e manutenção do Parque Eólico Coxilha Negra VII, em Sant'Ana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Eletrosul enviou à submissão da autorização do Conselho de Administração da Eletrobras a proposta de aquisição, pela Companhia, da participação societária de 10% detida pela Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. das ações representativas do capital social da SPE Eólica Cerro Chato III pelo preço total de R\$ 8.330 mil, a preços de 31/12/2011. Caso a compra seja efetivada a Companhia passará a deter 100% das ações representativas do capital social da SPE Eólica Cerro Chato III.

(d) Empresas controladas em conjunto

Etau Transmissora de Energia do Alto Uruguai S/A – com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída em maio de 2002, para a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) – Barra Grande (SC) – Lagoa Vermelha (RS) – Santa Marta (RS).

Norte Brasil Transmissora de Energia S/A – com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída maio de 2008. A empresa está em fase pré-operacional e tem como atividade a transmissão de energia elétrica, explorando o empreendimento Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2.

Construtora Integração Ltda – com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída em junho de 2009, e tem como objetivo exclusivo a construção, montagem e serviços associados às instalações referentes ao lote G do Leilão ANEEL nº 007/2008, para Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho – Araraquara 2.

ESBR Participações S/A - com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída em agosto de 2008 e tem como objetivo único participação na Sociedade de

Propósito Específico Energia Sustentável do Brasil S/A, em fase pré-operacional, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Jirau, localizada no estado de Rondônia, para geração de energia elétrica.

Companhia Hidroelétrica Teles Pires S/A - com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída em novembro de 2010 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da UHE Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires entre os estados de Mato Grosso e Pará, para geração de energia elétrica.

Costa Oeste Transmissora de Energia S/A* - com sede no município Curitiba, estado do Paraná, a empresa foi constituída em dezembro de 2011 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 230/138 kV, Cascavel Oeste – Umuarama (PR).

Santa Vitória do Palmar Holding S/A* – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em novembro de 2011 e tem como objetivo único participação em Sociedades de Propósito Específico, todas em fase pré-operacional, constituídas para exploração dos empreendimentos Verace I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Livramento Holding S/A* – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em novembro de 2011 e tem como objetivo único participação em Sociedades de Propósito Específico, todas em fase pré-operacional, constituídas para exploração dos empreendimentos Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibaraputã I, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Chuí Holding S/A* – com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em dezembro de 2011 e tem como objetivo único participação em Sociedades de Propósito Específico, todas em fase pré-operacional, constituídas para exploração dos empreendimentos Chuí I, II, IV e VI, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Marumbi Transmissora de Energia S/A* – com sede no município Curitiba, estado do Paraná, a empresa foi constituída em dezembro de 2011 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR) e Subestação Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA.

Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A* – com sede no município Curitiba, estado do Paraná, a empresa foi constituída em dezembro de 2011 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; linha de Transmissão 230 kV Camaquã 3- Quinta; linha de Transmissão 525 kV Salto Santiago - Itá; linha de Transmissão 525 kV Itá - Nova Santa Rita; Subestação Camaquã 3 230/69 kV.

* Controladas em conjunto constituídas no final do exercício que ainda não apresentam valores em suas demonstrações financeiras para serem incluídos no consolidado da Eletrosul, visto que ainda não existiram aportes de capital.

NOTA 2 – CONCESSÕES

2.1 Concessões e autorizações próprias

(a) Transmissão

A Companhia possui concessão para construção e operação de subestações e linhas de transmissão, a seguir discriminadas:

Linhas de Transmissão/Subestações	Data da concessão	Data de vencimento da concessão
Contrato de Concessão nº 057/2001-ANEEL		
- 37 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9.413 km de linhas de transmissão em 525 kV, 230 kV e 138 kV	20/6/2001	7/7/2015
Contrato de Concessão nº 010/2005-ANEEL		
- Linha de Transmissão 525 Kv Campos Novos - Blumenau com 360 km de extensão e 1 subestação de transmissão	4/3/2005	3/3/2035
Contrato de Concessão nº 004/2008-ANEEL		
- Linha de Transmissão 230 kV Presidente Médice - Santa Cruz com 233 km de extensão	17/3/2008	16/3/2038
Contrato de Concessão nº 005/2009-ANEEL		
- Subestação Missões em 230/69 kV (150 MVA)	28/1/2009	27/1/2039

(b) Geração

A Companhia possui concessão/autorização para construção e operação das Usinas Hidroelétricas (UHE) e das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH), a seguir discriminadas que se encontram em fase pré-operacional. (ver nota 18):

Usinas Hidroelétricas (UHE)	Data prevista para entrar em operação	Rio	Potência instalada	Data Concessão/Permissão	Data de vencimento da concessão
			(não auditado)		
UHE Passo São João	2012	Rio Ijuí (RS)	77,0 MW	15/8/2006	14/8/2041
UHE Mauá - equivalente a 49% - consórcio	2012	Rio Tibaji (PR)	176,9 MW	3/7/2007	2/7/2042
UHE São Domingos	2012	Rio Verde (MS)	48,0 MW	11/12/2002	10/12/2037
Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH)					
PCH Barra do Rio Chapéu	2012	Rio Braço do Norte (SC)	15,0 MW	5/5/2004	4/5/2034
PCH João Borges	2012	Rio Caveiras (SC)	19,0 MW	21/12/2005	20/12/2035
PCH Pinheiro	2013	Rio Caveiras (SC)	10,0 MW	16/12/2005	15/12/2035
PCH Itararé	2013	Rio Caveiras (SC)	9,0 MW	15/12/2005	14/12/2035
PCH Santo Cristo	2014	Rio Pelotinhas (SC)	19,5 MW	26/11/2007	25/11/2037
PCH São Mateus	2014	Rio Lava Tudo (SC)	19,0 MW	1/3/2007	28/2/2037
PCH Coxilha Rica	2014	Rio Pelotinhas (SC)	18,0 MW	1/3/2007	28/2/2037
PCH Antoninha	2014	Rio Lava Tudo (SC)	13,0 MW	26/11/2007	25/11/2037
PCH Gamba	2014	Rio Lava Tudo (SC)	10,8 MW	26/11/2007	25/11/2037
PCH Malacara	2014	Rio Lava Tudo (SC)	9,2 MW	26/11/2007	25/11/2037
Total			444,4 MW		

A Usina Hidroelétrica de Mauá, com potência instalada de 361 MW, está sendo construída no Rio Tibaji, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná, através de consórcio formado pela Eletrosul e COPEL, com participações de 49% e 51%, respectivamente.

Quando todos os empreendimentos próprios e em parcerias entrarem em operação, a Companhia terá uma potência instalada na geração de 1.962,4 MW.

2.2 Concessões e autorizações da controladas e controladas em conjunto

(a) Linhas de Transmissão:

SPE's	Partic.	Linha de Transmissão	Extensão (KM)	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
Etau	27,40%	LT 230 kV Campos Novos (SC) – Barra Grande (SC) – Lagoa Vermelha (RS) – Santa Marta (RS)	187,0	18/12/2002	17/12/2032
Artemis	100,00%	LT 525 kV Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) e Ivaiporã (PR) – Cascavel D'Oeste (PR)	376,0	18/2/2004	17/2/2034
Uirapuru	75,00%	LT 525 kV Ivaiporã (PR) – Londrina (PR)	120,0	4/3/2005	3/3/2035
RS Energia	100,00%	LT 525 kV Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS)	260,0	27/4/2006	26/4/2036
		LT 230 kV Monte Claro - Garibaldi (RS)*	33,0	6/10/2010	5/10/2040
Norte Brasil*	24,50%	LT Coletora Porto Velho (RO) – Araguara 2 (SP), em CC, ± 600 kV	2.375,0	26/2/2009	25/2/2039
Porto Velho*	100,00%	Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Porto Velho	17,3	26/2/2009	25/2/2039
Costa Oeste*	49,00%	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR)	143,0	12/1/2012	12/1/2042
Marumbi*	20,00%	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR)	28,0	**	**
Sul Brasileira*	80,00%	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3- Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita	798,0	**	**
Construtora Integração	24,50%	Construção da LT Coletora Porto Velho (RO) – Araguara 2 (SP), montagem e serviços associados.	-	-	-

*

Em fase pré-operacional.

** Data prevista para assinatura do contrato em 03/2012, com vencimento da concessão em 30 anos.

(b) Subestações

SPE's	Partic.	Subestação	Capac. Transf.	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
Porto Velho*	100,00%	Subestação Coletora Porto Velho 500/230 kV. Duas Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back em 400 MW.	800 MW	26/2/2009	25/2/2039
		SE Foz do Chapecó 230/138 kv (ampliação),	100 MVA	6/10/2010	5/10/2040
		SE Caxias 6 203/69 kv	330 MVA	6/10/2010	5/10/2040
RS Energia*	100,00%	SE Ijuí 2 230/69 kv	300 MVA	6/10/2010	5/10/2040
		SE Lageado Grande 230/69 kv	83 MVA	6/10/2010	5/10/2040
		SE Nova Petrópolis 2 230/69 kv	166 MVA	6/10/2010	5/10/2040
Costa Oeste*	49,00%	SE Umuarama 230/138 kv	300 MVA	12/1/2012	12/1/2042
Marumbi*	20,00%	SE Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA	224 MVA	**	**
Sul Brasileira*	80,00%	SE Camaquã 3 230/69 kv	166 MVA	**	**

* Em fase pré-operacional.

** Data prevista para assinatura do contrato em 03/2012, com vencimento da concessão em 30 anos.

(c) Usinas Hidroelétricas e Eólicas

S PE's	Partic.	Usina	Rio	Potência Instalada	Data operação comercial	Data Concessão/ Permissão	Vencimento Concessão/ Permissão
Usinas Hidroelétricas							
ESBR Participações*	20,00%	UHE Jirau	Rio Madeira (RO)	3.750 MW	01/2013	13/8/2008	12/8/2043
Teles Pires*	24,50%	UHE Teles Pires	Rio Teles Pires (MT)	1.820 MW	01/2015	7/6/2011	6/6/2046
Usinas Eólicas							
Eólica Cerro Chato I	90,00%	EOL Cerro Chato I (RS)		30 MW	11/2011	25/8/2010	24/8/2045
Eólica Cerro Chato II	90,00%	EOL Cerro Chato II (RS)		30 MW	09/2011	25/8/2010	24/8/2045
Eólica Cerro Chato III	90,00%	EOL Cerro Chato III (RS)		30 MW	05/2011	25/8/2010	24/8/2045
Chuf*	49,00%	Parques Eólicos (RS): Chuf I, II, IV e V; Minuano I e II; Parque Eólicos (RS): Ibirapuitã I; Cerros Chatos IV, V e VI; Cerros Dos Trindade		144 MW	01/2014	**	**
Livamento*	49,00%	Parques Eólicos: Verace I a X		90 MW	01/2014	**	**
Santa Vitória do Palmar*	49,00%			258 MW	01/2014	**	**

*

Em fase pré-operacional.

** Data prevista para assinatura do contrato em 03/2012, com vencimento da concessão em 35 anos.

2.3 Renovação das Concessões

A Companhia possui empreendimentos vinculados ao contrato de concessão nº 057/2001 que passará por processo de renovação da concessão em 2015.

Conforme cláusula Décima, segunda subcláusula do Contrato de Concessão nº 057/2001, “a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante de indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico”.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor residual dos empreendimentos vinculados ao contrato de concessão nº 057/2001 era de R\$ 1.668.159 mil.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico com base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei 6.404/76 com as alterações das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2011.

A aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi dada pela Administração em 30 de março de 2012.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as

demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.19. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3.2 Consolidação

(a) Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(a.1) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(a.2) Controladas em conjunto (Joint Ventures)

As controladas em conjunto (joint ventures) são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia não tem o poder individual de determinar as políticas financeiras e operacionais, as quais são tomadas conjuntamente com os demais acionistas. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente à participação acionária da companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3.3 Práticas contábeis específicas do setor elétrico:

(a) Almoxarifado (inclusive imobilizado)

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos em ativos de geração estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição em conformidade com o disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor elétrico (MCSE).

(b) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994 e Resolução ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 240, de 05 de dezembro de 2006. As taxas de depreciação da ANEEL refletem a vida útil econômica dos bens. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos ativos de geração em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

(c) Alienações e desativações em curso**(c.1) Desativações em curso**

Refere-se ao valor das desativações em andamento de Unidades de Adição e Retirada - UAR, por motivos técnico-operacionais e sinistros, através do sistema de Ordem de Desativação - ODD. Seu saldo representa os valores líquidos da UAR desativada e todos os gastos incorridos com a sua remoção, identificados por analíticos (ODD).

(c.2) Alienações em curso

Refere-se ao valor das alienações de bens e direitos através do sistema de Ordem de Alienação - ODA que ainda estão em andamento. Apresenta os valores líquidos dos bens ou direitos alienados e dos gastos com pessoal, serviços de terceiros e outros gastos efetuados com a alienação.

3.4 Ativos e Passivos Financeiros**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Clientes

Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido.

(c) Depósitos vinculados

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(d) Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura de transmissão foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber com base em julgamento sobre o valor individual de cada crédito, para créditos vencidos a mais de 6 meses ou quando inferior, mediante análise dos casos específicos.

(f) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

3.5 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados, com base nas alíquotas efetivas, sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a sua realização.

3.6 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

3.7 Intangível

(a) Programas de computador (softwares)

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

(b) Ágio

O ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e por possuir tempo de vida definido devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. O ágio alocado a ativos e passivos identificáveis é amortizado na proporção em que esses ativos e passivos na controlada são realizados.

(c) Direitos de uso de bem público

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do

balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

3.8 Investimentos em controladas e coligadas

(a) Custo e/ou valor patrimonial

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

3.9 Encargos setoriais

Estão contabilizados como dedução da receita operacional bruta, e são apurados pelo regime de competência.

(a) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE equivale a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

(b) Reserva Global de Reversão (RGR)

A RGR é um encargo pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço, é limitado a 3,0% de sua receita anual.

(c) Pesquisa e Desenvolvimento

A Lei 9.991, de julho de 2000, estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

3.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão

classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, parcelamento de tributos e créditos de energia renegociados. Custo de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável é reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas

3.14 Benefícios pós emprego

(a) Plano de complementação de aposentadoria e pensão

A Companhia participa do plano de aposentadoria e pensão, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, que provém a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regra de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação do benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições à Fundação Elos em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, durante os primeiros 5 anos, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado. As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

(c) Participação nos lucros e resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados e diretores no resultado, em função de plano de metas. Tais valores são registrados no resultado na rubrica participações no lucro.

3.15 Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.16 Questões ambientais

A Companhia capitaliza os gastos relativos as demandas ambientais consubstanciadas nas “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos do meio ambiente para a concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos nas áreas de geração e transmissão. Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para a execução do projeto, visando reparar ou evitar danos ao meio ambiente no local da realização dos empreendimentos.

3.17 Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo total da contrapartida transferida, avaliada com base no valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. As despesas relacionadas à aquisição são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme incorridos. O excesso do custo de aquisição relativamente ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio (nota 19 e nota 53).

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor da aquisição da participação societária detida anteriormente é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

3.18 Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto (joint ventures) a seguir relacionadas:

Composição da participação societária		Participação Direta (%)		Participação Indireta (%)	
Coligadas, Controladas diretas e/ou em conjunto	Consolidação	2011	2010	2011	2010
Em operação					
Transmissão					
Artemis	Integral	100,0%	49,0%	-	-
Etau	Proporcional	27,4%	27,4%	-	-
RS Energia	Integral	100,0%	100,0%	-	-
Uirapuru	Integral	75,0%	49,0%	-	-
Integração	Proporcional	24,5%	24,5%	-	-
Geração					
Cerro Chato I (i)	Integral	90,0%	90,0%	-	-
Cerro Chato II (ii)	Integral	90,0%	90,0%	-	-
Cerro Chato III (iii)	Integral	90,0%	90,0%	-	-
Em fase pré-operacional					
Transmissão					
Costa Oeste	Proporcional	49,0%	-	-	-
Marumbi	Proporcional	20,0%	-	-	-
Norte Brasil	Proporcional	24,5%	24,5%	-	-
Porto Velho	Integral	100,0%	100,0%	-	-
Sul Brasileira	Proporcional	80,0%	-	-	-
Geração					
Chuí Holding	Proporcional	49,0%	-	-	-
Chuí I	Proporcional	-	-	49,0%	-
Chuí II	Proporcional	-	-	49,0%	-
Chuí IV	Proporcional	-	-	49,0%	-
Chuí V	Proporcional	-	-	49,0%	-
Minuano I	Proporcional	-	-	49,0%	-
Minuano II	Proporcional	-	-	49,0%	-
ESBR Participações	Proporcional	20,0%	20,0%	-	-
Energia Sustentável	Proporcional	-	-	20,0%	20,0%
Livramento Holding	Proporcional	49,0%	-	-	-
Ibirapuitã I	Proporcional	-	-	49,0%	-
Cerro Chato IV	Proporcional	-	-	49,0%	-
Cerro Chato V	Proporcional	-	-	49,0%	-
Cerro Chato VI	Proporcional	-	-	49,0%	-
Cerro dos Trindade	Proporcional	-	-	49,0%	-
Santa Vitória do Palmar Holding	Proporcional	49,0%	-	-	-
Verace I	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace II	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace III	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace IV	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace V	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace VI	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace VII	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace VIII	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace IX	Proporcional	-	-	49,0%	-
Verace X	Proporcional	-	-	49,0%	-
Teles Pires	Proporcional	24,5%	-	-	-

(i) A primeira unidade do aerogerador entrou em operação comercial em 29.11.2011.

(ii) A primeira unidade do aerogerador entrou em operação comercial em 30.09.2011.

(iii) A primeira unidade do aerogerador entrou em operação comercial em 31.05.2011.

Os ativos e passivos nessa data foram considerados de forma integral ou proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a forma de controle. As receitas e despesas foram incluídas a partir da aquisição do controle acionário. Adicionalmente, os seguintes procedimentos foram adotados:

- ü Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas;
- ü Eliminação do resultado de equivalência, e
- ü Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

3.19 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perdas, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais, nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios e parecer jurídico de consultor independente, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores (vide nota 7).

3.20 Mudança de política contábil

A administração da Companhia, segundo a nova política da Holding Eletrobras, decidiu alterar a política de avaliação dos investimentos nas Sociedades de Propósito Específico (SPE's), assim como a de consolidação das demonstrações financeiras, a partir do 2º trimestre de 2011. Esta alteração prevê que a administração, a partir desta data, estará utilizando demonstrações das SPE's com 30 dias de defasagem (neste caso 30 de novembro) para calcular a avaliação dos investimentos e a consolidação, como faculta a norma contábil.

Devido a esta alteração, neste exercício, deve-se salientar a mudança de prática contábil para fins de comparabilidade dos resultados, visto que no período anterior utilizado para comparação a data das demonstrações financeiras utilizadas para fins de avaliação dos investimentos nas SPE's e consolidação era de 31 de dezembro de 2010, ou seja, continha um período de 12 meses de resultado e em 2011 compreende apenas 11 meses de resultado.

O efeito desta mudança não gerou impacto significativo que afete a comparabilidade das demonstrações financeiras.

3.21 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Novas normas e interpretações que afetam a Companhia emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2011, a seguir relacionadas. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros. Aplicável a partir de 01.01.2015.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas. Define que existe apenas uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Aplicável a partir de 01.01.2013.

IFRS 11 - Acordos de Participação. Aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. Aplicável a partir de 01.01.2013.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades. Esta norma trata da divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. Aplicável a partir de 01.01.2013.

IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo. Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. Aplicável a partir de 01.01.2013.

Revisão do IAS 12 – Tributos diferidos. Recuperação de Ativos Subjacentes. Estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo. Aplicável a partir de 01.01.2012

IAS 28 – Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Trata dos aspectos relacionados ao registro de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Aplicável a partir de 01.01.2013.

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes. Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício. Aplicável a partir de 01.01.2013.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Aplicações no mercado

As aplicações financeiras da Companhia, em consonância com a Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, encontram-se aplicadas no fundo de investimento financeiro – extramercado exclusivo VII do Banco do Brasil S.A., que tem como meta de rentabilização 98% da Taxa Média da SELIC (TMS). São operações que tem como características liquidez diária, baixo risco e remuneração que em dezembro de 2011, essa rentabilidade bruta média da Eletrosul atingiu 11,39% ou 98,23% da TMS.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Numerário disponível	10.948	6.083	99.893	6.604
Aplicações financeiras	246.391	129.477	524.294	352.181
Total	257.339	135.560	624.187	358.785

detalhamento das aplicações financeiras se dá como se segue:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
ABN	CDB	CDI	-	-	156	2.283
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	-	180.547	115.883
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	117.547	25.138	117.547	25.138
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	128.844	104.339	128.844	104.339
Banco Itaú	CDB	CDI	-	-	45.589	57.499
Bradesco	CDB	CDI	-	-	12.277	12.448
HSBC	CDB	CDI	-	-	368	1.488
Safra	CDB	CDI	-	-	10.013	9.336
Votorantin	CDB	CDI	-	-	27.781	20.227
Votorantin	Debêntures	CDI	-	-	1.172	3.540
			246.391	129.477	524.294	352.181

Títulos e valores mobiliários

A seguir os títulos e valores mobiliários são apresentados por natureza (ver nota 15):

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Não Circulante				
Ações	39	39	39	39
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	97	92	97	92
Total	136	131	136	131

detalhamento dos títulos e valores mobiliário se dá como se segue:

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
NTN-P	Banco do Brasil	21/3/2018	TR+6% aa	2	2	2	2
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2015	TR+6% aa	92	87	92	87
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2014	TR+6% aa	3	3	3	3
				97	92	97	92

NOTA 5 – CAUÇÕES, DEPÓSITOS E FUNDOS VINCULADOS

A seguir as cauções, depósitos e fundos vinculados são apresentados por natureza:

Cauções, depósitos e fundos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Caução CEF - garantia ANEEL	9	9	9	9
Caução CEF - PCH São Mateus	13	13	13	13
Caução Bradesco - CBLC	319	38.833	319	38.833
Fundo vinculado BB conv. SENAI 6246	14	84	14	84
Fundo vinculado BB conv. PRC-PRODEEM	1.137	1.068	1.137	1.068
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-042/04	136	124	136	124
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-028/05	249	228	249	228
Fundo vinculado BB conv. ECV-182/2006	142	130	142	130
Fundo Vinculado - <i>Time Deposit</i> - ESBR-P	-	-	25.283	42.722
Fundo vinculado garantia aluguéis	-	-	9	-
Subtotal	2.019	40.489	27.311	83.211
Não circulante				
Fundo vinculado BNDES Mauá	9.127	-	9.127	-
Fundo vinculado BB Mauá	9.269	-	9.269	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação	1.206	1.102	1.206	1.102
Fundo Vinculado - <i>Time Deposit</i> - ESBR-P	-	-	3.867	1.761
Fundo vinculado garantia de financiamentos	9.912	11.363	22.442	17.564
Subtotal	29.514	12.465	45.911	20.427
Total	31.533	52.954	73.222	103.638

O valor demonstrado na rubrica "Cauções Bradesco - CBLC" é composto basicamente por recursos destinados a dar Garantia Financeira (GF) junto à CCEE, em função das UHE Passo São João e UHE Mauá não estarem, ainda, gerando energia. Em 2011 a CCEE liberou esta garantia, uma vez que a empresa adquiriu lastro de energia no mercado.

Os valores das rubricas "Fundo Vinculados BNDES Mauá e BB Mauá" referem-se à constituição da conta reserva de garantia dos contratos de financiamento da UHE Mauá junto ao BNDES e Banco do Brasil conforme cláusulas contratuais.

O valor na rubrica "Fundo Vinculado – Time Deposit - ESBRP" refere-se a aplicações financeiras em time deposit realizadas pela ESBR com a finalidade de lastrear as garantias das cartas de crédito emitidas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú em favor dos fornecedores Dong Fang e Hyosung. O prazo estimado de utilização destas aplicações para pagamentos aos fornecedores é calculado com base em cronogramas de fornecimento propostos pela Dong Fang e Hyosung, revisados ao menos trimestralmente.

O detalhamento dos fundos vinculados se dá como se segue:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
Banco do Brasil	CDB	CDI	11.118	12.465	12.051	13.423
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	18.645	228	18.645	228
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	1.429	1.406	1.429	1.406
Banco do Brasil	Time deposits	libor + spread	-	-	5.631	15.199
Banco Itaú	Time deposits	1,7%-2,0%	-	-	19.652	29.284
Bradesco	CDB	CDI	319	38.833	8.679	42.611
CEF	Conta remunerada	TR	22	22	22	22
Citibank	Fundo	CDI	-	-	7.113	1.465
			31.533	52.954	73.222	103.638

NOTA 6 – CLIENTES

	Controladora			
	2011			2010
	vincendas	vencidas	total	total
Uso da rede elétrica	95.146	4.619	99.765	79.363
Conexão ao sistema de transmissão	8.161	-	8.161	8.044
Comercialização de energia	2.768	-	2.768	5.001
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	(3.509)	(3.509)	(1.299)
	106.075	1.110	107.185	91.109
	Consolidado			
	2011			2010
	vincendas	vencidas	total	total
Uso da rede elétrica	109.742	5.244	114.986	87.489
Conexão ao sistema de transmissão	13.494	-	13.494	8.044
Comercialização de energia	2.768	-	2.768	5.001
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	(3.773)	(3.773)	(1.299)
	126.004	1.471	127.475	99.235

I - O valor de R\$ 3.773 mil refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa de faturas vencidas há mais de seis meses e que se encontra em processo de cobrança/negociação entre as partes envolvidas.

	Controladora			
	2011			2010
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas a mais de 90 dias	total
Origem/Clientes	106.075	435	4.184	110.694
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	-	(3.509)	(3.509)
	106.075	435	675	107.185
	Consolidado			
	2011			2010
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas a mais de 90 dias	total
Origem/Clientes	125.889	629	4.730	131.248
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	-	(3.773)	(3.773)
	125.889	629	957	127.475

NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO DE TRANSMISSÃO

A rubrica Ativo Financeiro – ICPC 01, refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia e Controladas no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05, os ativos de transmissão por possuírem certas características (abaixo), estão ao alcance da aplicação do IFRIC 12:

- a) As empresas de transmissão têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura;
- b) A maioria dos contratos tem prazo de concessão de 30 anos;
- c) Na média, a vida útil econômica estimada dos bens é superior ao prazo de concessão;
- d) A atividade de transmissão não é competitiva. Não existe competição entre as empresas (existe entre os investidores para obtenção da concessão);
- e) A concessionária é interposta entre o poder concedente e os usuários;
- f) A atividade é sujeita à condição de generalidade (direito de livre acesso) e continuidade;
- g) Alguns contratos têm garantia de manutenção do equilíbrio econômico financeiro;
- h) O contrato estabelece quais os serviços e para quem deve ser prestados.
- i) O preço é regulado por tarifa. A Transmissora não pode negociar preços com os usuários.
- j) A RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada 4 anos.
- k) Os bens são reversíveis ao final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Considerando a natureza do ativo financeiro, classificado como recebível, a infraestrutura construída será recebida através de dois fluxos de caixa:

- (i) A parcela dos investimentos que será amortizada com o recebimento das RAPs que serão faturadas para os usuários do sistema, é classificada entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo por base a data de encerramento das concessões.
- (ii) A parcela dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão foi classificada como um ativo financeiro indenizável a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Este ativo financeiro está registrado pelo valor presente do direito e é calculado com base no valor residual dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo Poder Concedente;

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo Financeiro Circulante				
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	118.851	115.735	152.543	140.357
Subtotal	118.851	115.735	152.543	140.357
Não circulante				
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	589.004	693.867	1.429.642	1.129.607
Ativo Financeiro Indenizável (II)	1.811.738	1.719.445	2.188.468	1.913.332
Subtotal	2.400.742	2.413.312	3.618.110	3.042.939
Total	2.519.593	2.529.047	3.770.653	3.183.296

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do ativo financeiro foram as seguintes:

- (i) Ativo Financeiro Indenizável - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

- (ii) Ativo Financeiro Amortizável pela RAP – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras em 01.01.2009 como ativo financeiro amortizável a diferença entre o valor total líquido da infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão. A partir de 01.01.2009 as novas adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro.
- (iii) Receita Financeira – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, a título de receita financeira, valor calculado sobre recebíveis registrados como Ativo Financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.
- (iv) Receita de O&M - A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, Receita de Operação e Manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS e Cofins e das taxas referente os encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D)
- (v) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção. A Companhia reconheceu em suas Demonstrações financeiras, margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição precípua de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento, onde o retorno ocorre através do recebimento da receita anual permitida (RAP).

O impacto da adoção do ICPC 01 nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Transmissão				
Saldo do Ativo Financeiro	2.529.047	2.119.340	3.183.296	3.006.639
(+) Efeito da Participação Societária	-	-	-	(15.038)
(+) Receita de Construção	92.201	108.330	514.193	324.349
(+) Receita Financeira	320.932	286.822	396.684	347.006
(+) Incorporação SC Energia	-	369.319	-	-
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(422.587)	(354.764)	(323.520)	(479.660)
Saldo do Ativo Financeiro	2.519.593	2.529.047	3.770.653	3.183.296
Saldos contábeis considerando a adoção dos CPC's				
= Saldo do Ativo financeiro amortizável RAP	707.855	809.602	1.582.185	1.269.964
= Ativo Financeiro de Concessão indenizável	1.811.738	1.719.445	2.188.468	1.913.332
Total	2.519.593	2.529.047	3.770.653	3.183.296

NOTA 8 – CRÉDITOS DE ENERGIA RENEGOCIADOS

Os créditos renegociados referem-se a créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % a.a., decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Os tributos incidentes sobre a receita decorrente da atualização desses créditos estão sendo diferidos. (ver nota 16).

Movimentação no período:	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Saldo final do período anterior	672.678	641.004
Recebimentos	(178.512)	(117.514)
Atualização monetária	32.944	69.754
Juros	80.281	79.434
Saldo do período final	607.391	672.678
Circulante	127.639	128.635
Não Circulante	479.752	544.043

NOTA 9 – DIVIDENDOS A RECEBER

Dividendos		Controladora	
		2011	2010
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	% de participação		
Artemis	100,00%	4.863	2.676
Cerro Chato III	90,00%	652	-
Etau	27,40%	513	1.975
Integração	24,50%	2.060	-
Norte Brasil	24,50%	250	-
Porto Velho	100,00%	-	768
RS Energia	100,00%	773	1.077
Uirapuru	75,00%	1.382	985
		10.493	7.481

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios destinados pelas SPE's conforme provisionados e apresentados em seus balanços. Porém, uma vez que a consolidação das informações das Controladas é feita com defasagem de 30 dias (vide nota 3.20), os valores apresentados em 2011 estão baseados no lucro líquido constante nos Demonstrativos de Resultados das Investidas em 30 de novembro de 2011.

NOTA 10 – DEVEDORES DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Rendas a receber - encargos de dívidas	1.403	1.403	1.403	1.403
Adiantamentos a fornecedores	21.779	1.330	21.971	1.554
Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	7.023	7.023	7.023	7.023
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	280	280	280	280
Adiantamentos a empregados	4.199	5.120	4.226	5.120
Créditos com empregados	150	327	277	327
Credenciamento médico	2.332	2.342	2.332	2.342
Outros devedores	1.362	2.357	1.480	6.838
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)
	31.505	13.159	31.969	17.864

Os créditos com a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar), vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez, teve sua falência decretada, estão incluídos na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. (ver nota 11).

Do valor R\$ 21.779 mil da rubrica "adiantamentos a fornecedores", R\$ 20.000 mil refere-se ao pagamento do termo aditivo nº 7 do contrato 90570180 - Construtora CVP Ltda., referente execução do projeto civil e obras civis da UHE Passo São João.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Com base em avaliação jurídica e no critério de imputar os créditos vencidos há mais de seis meses, a Companhia mantém provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, concernentes a “consumidores, concessionárias e permissionárias” (nota 6) registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 3.773 mil, “devedores diversos” (nota 10), registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 7.023 mil, referentes a créditos com a Eletropar, vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez teve a sua falência decretada e “outros créditos” (nota 15) registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 4.610 mil.

Nessa mesma linha de avaliação, mantém, também, provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, registrada no não circulante sob a rubrica de “Outros créditos”, no valor de R\$ 10.154 mil, concernentes à atualização monetária em litígio judicial, calculada sobre créditos de energia renegociados na vigência do Plano Real. (ver nota 15).

Movimentação da provisão para devedores duvidosos:

		Consolidado				
		2011				
Ativo Circulante	Nota	Saldo em 31.12.2010	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2011
Concessionários	6	1.299	2.405	(195)	-	3.509
Devedores diversos	10	7.023	-	-	-	7.023
Outros créditos	15	4.574	619	(583)	-	4.610
Ativo Não Circulante						
Outros créditos	15	10.154	-	-	-	10.154

		Consolidado				
		2010				
Ativo Circulante	Nota	Saldo em 31.12.2009	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2010
Concessionários	6	395	1.101	(197)	-	1.299
Devedores diversos	10	7.023	-	-	-	7.023
Outros créditos	15	5.049	849	(1.205)	(119)	4.574
Ativo Não Circulante						
Outros créditos	15	10.154	-	-	-	10.154

NOTA 12 – DESATIVAÇÕES, ALIENAÇÕES E SERVIÇOS EM CURSO

SERVIÇOS EM CURSO	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Construção da casa sustentável	126	126	126	126
Convênio MME - 009/2004 Evit. Capac. Prodee	151	135	151	135
Implantação LT 525 kV Campos Novos/Santa Rita-RS	16	405	16	405
Implantação novo Trafo p/ Gerdau - SE Charqueadas	508	695	508	695
Implantação Empreendimentos Eólicos	1	88	1	88
Projeto Alto Uruguai	2.226	1.357	2.226	1.357
P&D ANEEL diversos	8.969	7.855	8.969	7.855
Substituição de transfor. III-GENVISA na SE Joinville	743	743	743	743
Análise de projeto acomp. Comis. das instalações	4.633	3.018	4.633	3.018
Licitações e Leilões ANEEL	230	433	230	433
Engenharia do proprietário UHE Mauá	1.936	954	1.936	954
Sinistro transformador Siderópolis IV	872	872	872	872
Fontes alternativas geração de energia elétrica	2.199	2.138	2.199	2.138
Sinistro transformadores SE Curitiba	28	4.409	28	4.409
Troca sistema climatização Sertão do Marum	1.818	-	1.818	-
Outros serviços	3.460	3.757	3.460	3.902
	27.916	26.985	27.916	27.130
DESATIVAÇÕES EM CURSO	3.651	3.604	3.651	3.625
ALIENAÇÕES EM CURSO	1.215	1.087	1.215	1.087
	32.782	31.676	32.782	31.842

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	13.892	10.238	17.299	11.739
PIS	10.703	928	23.047	11.022
COFINS	49.305	4.202	106.166	50.986
Contribuição Social	5.885	1.894	6.121	1.894
Imposto de Renda	16.733	5.415	24.169	8.071
Outros créditos	1.038	1.113	1.777	3.417
Ajustes a valor presente de tributos	(4.110)	(801)	(4.110)	(801)
	93.446	22.989	174.469	86.328
Circulante	30.983	16.409	42.509	22.866
Não circulante	62.463	6.580	131.960	63.462

ICMS, PIS e COFINS referem-se a créditos tomados na compra de ativo imobilizado e na formação do ativo financeiro da transmissão. Parte dos créditos de PIS e COFINS a compensar serão recuperados a partir da entrada em operação comercial das Usinas e PCH's.

NOTA 14 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

a) Composição dos saldos de AFAC's:

	Controladora	
	2011	2010
Composição do saldo por empresa		
Cerro Chato I	86.760	14.130
Cerro Chato II	80.910	14.130
Cerro Chato III	74.790	14.130
Livramento	3.742	-
Porto Velho	50.000	-
RS Energia	66.258	-
Santa Vitória do Palmar	5.067	-
TOTAL	367.527	42.390

b) Movimentação:

	Controladora	
	2011	2010
Saldo Inicial	42.390	27.063
(+) AFAC aportado no exercício	419.515	168.110
(-) Integralização de capital	(94.378)	(152.783)
Total	367.527	42.390

NOTA 15 – OUTROS CRÉDITOS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Títulos de créd.a receber/Alien., bens e direitos		3.493	4.120	3.493	4.120
Créditos por serviços prestados a terceiros		10.341	8.286	2.275	8.286
Títulos e valores mobiliários	4	136	131	136	131
Valores bloqueados judicialmente		20	651	61	651
Reserva Global de Reversão (RGR)		-	3.322	-	3.322
Dispêndios a reembolsar		7.734	14.809	7.756	14.809
Prêmio de seguro		382	355	14.006	488
Créditos em litígio		10.154	10.154	10.154	10.154
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	11	(10.154)	(10.154)	(10.154)	(10.154)
Depósitos vinculados a litígios		6.025	4.156	6.112	7.662
Empréstimo compulsório-aq. de combustível		1.876	1.804	1.876	1.804
Outros créditos a receber		2.166	1.464	2.117	17.086
(-) Prov. outros créd. liquid. duvidosa	11	(4.610)	(4.574)	(4.610)	(4.574)
		27.563	34.524	33.222	53.785
Circulante		10.744	20.291	11.969	24.052
Não circulante		16.819	14.233	21.253	29.733

O valor da rubrica "Títulos de créditos a receber / Alienação, bens e direitos" refere-se, basicamente, a créditos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), relativo à transferência dos bens integrantes do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE), autorizada pela ANEEL, através do Ofício nº 281, de 16 de abril de 2001, na forma prevista pelo artigo 15 da

Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. Em dezembro de 2002, o valor de R\$ 7.736 mil foi pactuado em 152 meses, com juros de 5% a.a., mais taxa de administração de 2% a.a., vencível a partir de janeiro de 2003. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado era de R\$ 2.829 mil (R\$ 3.495 mil em dezembro de 2010).

O valor de R\$ 10.341 mil na rubrica “Créditos por serviços prestados a terceiros”, refere-se, basicamente, a serviços prestados à Uirapuru Transmissora de Energia S.A., decorrente de contrato de prestação de serviços de gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e serviços de pré operação, operação e manutenção executados durante a construção da linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR). O contrato é recebido em parcelas mensais, sendo atualizado anualmente pelo IGPM, com vencimento final em junho/2034.

O valor de R\$ 7.734 mil na rubrica “Dispêndios a reembolsar”, refere-se, basicamente a valores a receber de outras entidades referentes a despesas com pessoal cedido e valores decorrentes do empreendimento UHE Mauá a ser reembolsado pela Copel através de encontro de contas. Os custos relativos ao contrato estão sendo reconhecidos na SPE de acordo com os pagamentos.

NOTA 16 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante				
Ajuste valor presente de tributos	1.398	272	1.398	272
Provisões cíveis e fiscais	8.670	12.200	8.670	12.200
Provisões trabalhistas	21.496	24.642	21.496	24.642
Passivo atuarial	6.702	1.410	6.702	1.410
Plano de read. Progr. do quadro de pessoal	-	17.324	-	17.324
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.025	3.197	4.025	3.197
Provisão para perdas contratos onerosos	2.453	7.220	2.453	7.220
Amortização ágio s/ investimento	8.480	7.920	8.480	7.920
Valor recuperável de ativos (Impairment)	48.575	45.947	48.575	45.947
Participação nos lucros e resultados	11.287	10.203	11.287	10.203
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	4.633	2.687
Contribuição benefício geração atual	9.226	1.650	9.226	1.650
Derivativos	-	-	4.792	3.767
Outros	-	1.234	3.703	2.366
	122.312	133.219	135.440	140.805
Passivo não circulante				
Receita de atual. créditos energia renegociados	205.469	227.797	205.469	227.797
Parcelamento Especial (PAES)	1.242	2.950	1.242	2.950
Provisão ajustes de adoção CPC's	11.427	26.578	12.582	26.578
Outros	22.175	18.291	29.119	21.107
	240.313	275.616	248.412	278.432

O diferimento dos tributos incidentes sobre a receita de atualização dos créditos de energia renegociados – Lei nº 8.727/93 foi iniciado em janeiro de 1999. Até dezembro de 1998, todos os tributos incidentes sobre tais receitas (juros e variação monetária) foram recolhidos pelo regime de competência. Todavia, os valores recolhidos até aquela data já ultrapassavam aos valores efetivamente recebidos da União com o pagamento da dívida à Eletrosul, por conta da Lei nº

8.727/93. Destarte, de forma a preservar o patrimônio da Companhia, a Administração optou por diferir os tributos, a partir de janeiro de 1999, para recolhimento com base nos valores efetivamente recebidos.

Até dezembro de 2004, foram compensados os valores recolhidos até a competência dezembro de 1998. A partir de janeiro de 2005, passou-se a tributar e recolher sobre os valores efetivamente recebidos. Essa situação é decorrente do fato de que a União paga as parcelas mensais de sua dívida de acordo com o que recebe dos Estados, que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de suas receitas, conforme descrito na nota 8.

A expectativa de compensações dos ativos e passivos fiscais diferidos são as seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo fiscal diferido		
ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	106.908	96.565
ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	28.532	44.240
	135.440	140.805
Passivo fiscal diferido		
passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	214.399	232.598
passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	34.013	45.834
	248.412	278.432
Passivo de imposto diferido líquido	112.972	137.627

NOTA 17 – INVESTIMENTOS

17.1 Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto

No ano de 2011:

Participações em SPE's	Part. (%)	Saldos em 31/12/2010	Adições	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Ajus. Aval. patrimonial	Dividendos propostos	Amort. Ágio	Incorporação / Venda	Saldos em 31/12/2011
Em operação										
Artemis*	100,0%	77.177	173.989	-	13.602	-	(10.517)	(1.949)	-	252.302
Cerro Chato III	90,0%	-	-	-	2.927	-	(652)	-	-	2.275
Etau	27,4%	17.934	-	-	5.413	-	(1.507)	-	-	21.840
RS Energia	100,0%	142.646	-	-	3.253	-	304	-	-	146.203
Uirapuru*	75,0%	24.455	30.584	-	4.474	-	(3.092)	(301)	-	56.120
Integração	24,5%	2.312	-	-	8.646	-	(2.060)	-	-	8.898
Em fase pré-operacional										
Costa Oeste	49,0%	-	196	-	-	-	-	-	-	196
ESBR Participações	20,0%	412.001	142.799	-	(3.646)	3.254	-	-	-	554.408
Norte Brasil	24,5%	9.434	6.394	-	1.164	(623)	(250)	-	-	16.119
Porto Velho	100,0%	194.186	-	-	(1.330)	-	768	-	-	193.624
Teles Pires	24,5%	-	94.378	-	(828)	-	-	-	-	93.550
Outros investimentos		3.307	(26)	-	-	-	-	-	-	3.281
Totais		883.452	448.314	-	33.675	2.631	(17.006)	(2.250)	-	1.348.816 *

Incluído nas adições da Artemis o valor de R\$ 128.596 mil e na Uirapuru o valor de R\$ 17.072 mil referentes Goodwill, conforme demonstrado na nota 53.

No ano de 2010:

Participações em SPE's	Part. (%)	Saldos em 31/12/2009	Adições	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Ajus. Aval. patrimonial	Dividendos propostos	Amort. Ágio	Incorporação / Venda	Saldos em 31/12/2010
Em operação										
Artemis	49,0%	74.098	508	-	11.230	-	(8.218)	(441)	-	77.177
Cerro Chato I	90,0%	-	180	-	(180)	-	-	-	-	-
Cerro Chato II	90,0%	-	180	-	(180)	-	-	-	-	-
Cerro Chato III	90,0%	-	180	-	(180)	-	-	-	-	-
Etau	27,4%	17.818	-	-	4.514	-	(4.398)	-	-	17.934
RS Energia	100,0%	124.399	15.732	-	3.592	-	(1.077)	-	-	142.646
SC Energia	100,0%	185.060	-	-	6.185	-	-	-	(191.245)	-
Uirapuru	49,0%	21.351	-	-	4.149	-	(1.045)	-	-	24.455
Integração	24,5%	-	-	-	2.312	-	-	-	-	2.312
Em fase pré-operacional										
ESBR Participações	20,0%	202.388	213.801	-	(2.952)	(1.236)	-	-	-	412.001
Estação	24,5%	23.961	-	-	240	-	-	-	(24.201)	-
Norte Brasil	24,5%	14.840	1.946	-	561	(7.913)	-	-	-	9.434
Porto Velho	100,0%	9.210	155.467	27.063	3.214	-	(768)	-	-	194.186
Outros investimentos		3.316	-	-	-	-	-	-	(9)	3.307
Totais		676.441	387.994	27.063	32.505	(9.149)	(15.506)	(441)	(215.455)	883.452

17.2 Informações financeiras resumidas de controladas e controladas em conjunto

As principais informações financeiras dos balanços das controladas e controladas em conjunto estão demonstrados a seguir, pelos valores originais sem considerar a proporcionalidade.

No ano de 2011:

Empresa	2011					
	Part. (%) em 31.12.2011	Receita operacional	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Artemis	100,0%	47.746	20.447	275.812	111.969	163.843
Cerro Chato I	90,0%	5	(772)	148.348	149.228	(880)
Cerro Chato II	90,0%	1.363	4	155.261	155.358	(97)
Cerro Chato III	90,0%	6.620	3.357	164.024	160.771	3.253
Etau	27,4%	34.296	24.665	136.588	56.692	79.896
RS Energia	100,0%	65.097	3.254	329.664	132.429	197.235
Uirapuru	75,0%	16.213	7.756	100.411	46.237	54.174
Integração	24,5%	53.260	35.405	69.670	24.944	44.726
Em fase pré-operacional						
ESBR Participações	20,0%	87	(18.231)	10.002.312	7.230.271	2.772.041
Norte Brasil	24,5%	562.935	4.302	753.737	712.925	40.812
Porto Velho	100,0%	248.296	(1.329)	445.582	253.385	192.197
Teles Pires	24,5%	-	(3.381)	469.772	473.152	(3.380)

No ano de 2010:

Empresa	2010					
	Part. (%) em	Receita	Lucro (prejuízo)	Ativo total	Passivo	Patrimônio
	31.12.2010	operacional	líquido do exercício			Líquido
Em operação						
Artemis	49,0%	47.667	22.919	280.905	126.239	154.666
Etau	27,4%	26.647	16.464	118.686	53.272	65.414
RS Energia	100,0%	23.495	3.591	274.719	131.307	143.412
Uirapuru	49,0%	15.746	8.609	103.053	55.803	47.250
Integração	24,5%	11.622	9.320	11.740	2.420	9.320
Em fase pré-operacional						
Cerro Chato I	90,0%	-	(309)	23.299	23.408	(109)
Cerro Chato II	90,0%	-	(301)	23.422	23.523	(101)
Cerro Chato III	90,0%	-	(304)	23.465	23.569	(104)
ESBR Participações	20,0%	-	(14.758)	6.624.371	4.564.365	2.060.006
Norte Brasil	24,5%	144.976	2.768	245.436	198.220	47.216
Porto Velho	100,0%	178.538	3.154	195.046	2.287	192.759

17.3. Aquisições de participação acionária em controladas em conjunto

17.3.1 Artemis Transmissora de Energia S/A

A Artemis foi constituída em 19 de agosto de 2003, sob a modalidade de Sociedade de Propósito Específico (SPE), para a construção, operação e manutenção das linhas de transmissão 525 kV, Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) e Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR), com concessão por 30 anos, outorgada pela União por intermédio da ANEEL. A obra foi concluída em 30 de outubro de 2005, data da entrada em operação.

O empreendimento conta com 376 km de linha de transmissão e 810 torres.

Em 12 de novembro de 2010 o Conselho de Administração da Companhia autorizou a aquisição da participação acionária de 51% da Cymi Holding S.A, passando a Artemis quando da concretização do negócio e transferência das ações a ser uma subsidiária integral..

O processo de aquisição foi aprovado pela ANEEL, CADE e BNDES, tendo sido finalizada o processo de aquisição em 11 de agosto de 2011. Os detalhes da combinação de negócios são apresentados na nota 53.

17.3.2 Uirapuru Transmissora de Energia S/A

A Uirapuru foi constituída em 17 de dezembro de 2004, sob a modalidade de Sociedade de Propósito Específico (SPE), para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos, outorgada pela União por intermédio da ANEEL. A obra foi concluída em 9 de julho de 2006, data da entrada em operação. O empreendimento conta com 120 km de linha de transmissão e 265 torres.

Em 12 de novembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a aquisição da participação acionária de 26% da Cymi Holding S.A, passando a Companhia a deter quando da concretização do negócio e transferência das ações 75% de participação acionária no capital da Uirapuru.

O processo de aquisição foi aprovado pela ANEEL, CADE e BNDES, tendo sido finalizada a aquisição em 11 de agosto de 2011. Os detalhes da combinação de negócios são apresentados na nota 53.

17.4 Valor recuperável de investimentos – Artemis Transmissora de Energia S/A

A Companhia realizou testes de recuperabilidade para o seu investimento na Artemis, tendo apurado e reconhecido no resultado do exercício, desvalorização no montante de R\$ 33.855 mil,

decorrentes da diferença entre fluxos de caixa futuro descontado a valor presente e o valor total do investimento após a realização da combinação de negócios, reconhecido diretamente no resultado do exercício. A seguir, quadro demonstrativo com os valores apurados para o encerramento do exercício utilizados as demonstrações financeiras da subsidiária em 30.11.2011:

	Em R\$ mil
Valor do investimento da Eletrosul (i)	163.843
Goodwill (ii)	129.567
(-) Amortização acumulada do ágio	<u>(2.391)</u>
	291.019
Valor presente dos fluxos de dividendos	257.164
Provisão para ajuste a valor recuperável	33.855

(i) Inclui ganho pela atualização a valor justo pela parcela anteriormente detida, conforme descrito na nota 3.17, demonstrado na nota 53.

(ii) Parcela da mais valia do preço pago não alocada aos ativos e passivos adquiridos (Goodwill).

17.5 Informações das participações em controladas e controladas em conjunto

No quadro a seguir, apresentamos detalhes das empresas controladas e controladas em conjunto:

SPE's	% Part.	Sócios	%	Data início da operação	Data início Construção	Data término concessão
Artemis	100,0	-	-	2004	2003	2034
Etau	27,4	Transmissora Aliança	52,6	2004	2003	2032
		CEEE	10,0			
		DME Energética	10,0			
Uirapuru	75,0	ELOS	25,0	2005	2004	2035
RS Energia	100,0	-	-	2009	2006	2036
Norte Brasil	24,5	Eletronorte	24,5	2013	2009	2039
		Abengoa Brasil	51,0			
Porto Velho	100,0	-	-	2012	2009	2039
Costa Oeste	49,0	Copel	51,0	2013	2012	2042
Sul Brasileira	80,0	Copel	20,0	2014	2012	2042
Marumbi	20,0	Copel	80,0	2014	2012	2042
ESBR Participações	20,0	SUEZ	50,1	2013	2009	2043
		CHESF	20,0			
		Camargo Corrêa	9,9			
		Neoenergia	50,1			
Teles Pires	24,5	Furnas	24,5	2015	2011	2045
		Odebrecht	0,9			
		Wobben	10,0			
Cerro Chato I	90,0	Wobben	10,0	2012	2010	2045
Cerro Chato II	90,0	Wobben	10,0	2012	2010	2045
Cerro Chato III	90,0	Wobben	10,0	2011	2010	2045
Chuí	49,0	Rio Bravo Investimentos	51,0	2014	2012	2047
Livramento	49,0	Rio Bravo Investimentos	41,0	2014	2012	2047
		Fundação Elos	10,0			
Santa Vitória do Palmar	49,0	Rio Bravo Investimentos	51,0	2014	2012	2047
Construtora Integração	24,5	Eletronorte	24,5	-	-	-
		Abengoa Brasil	51,0			

NOTA 18 – IMOBILIZADO

(a) Imobilizado

Geração	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imobilizações em curso				
UHE Passo São João	538.999	431.601	538.999	431.601
UHE Mauá	641.540	479.190	641.540	479.190
UHE São Domingos	272.062	126.778	272.062	126.778
UHE Jirau	-	-	1.705.054	1.043.006
UHE Teles Pires	-	-	77.849	-
PCH Barra do Rio Chapéu	89.383	53.985	89.383	53.985
PCH Itararé	4.256	3.927	4.256	3.927
PCH João Borges	67.361	22.290	67.361	22.290
PCH Pinheiro	3.829	3.675	3.829	3.675
PCH São Mateus	6.813	6.739	6.813	6.739
PCH Coxilha Rica	9.081	8.884	9.081	8.884
PCH Malacara	2.801	2.800	2.801	2.800
PCH Santo Cristo	7.807	7.807	7.807	7.807
PCH Antoninha	5.110	5.109	5.110	5.109
PCH Gamba	3.594	3.593	3.594	3.593
EOL Cerro Chato I	-	-	129.085	19.190
EOL Cerro Chato II	-	-	142.073	19.376
EOL Cerro Chato III	-	-	142.174	19.626
Usina Solar Fotovoltaica Megawat	653	-	653	-
Estação aprov. Geração Eólica	2.934	2.919	2.934	2.919
(-) Provisão valor recuperável dos ativos	(142.870)	(135.138)	(142.870)	(135.138)
Total Geração	1.513.353	1.024.159	3.709.588	2.125.357
Administração				
Imobilizações em serviço	36.151	35.327	36.493	35.486
(-) Depreciação acumulada (taxa média de 5,9%)	(14.743)	(12.647)	(14.769)	(12.647)
Imobilizações em curso	4.194	1.958	4.300	1.958
Total Administração	25.602	24.638	26.024	24.797
Total Imobilizado Líquido	1.538.955	1.048.797	3.735.612	2.150.154

(b) Movimentação do ativo imobilizado:
No ano de 2011:

	Controladora					
	31.12.2010	31.12.2011				
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Vlr líquido
Geração						
Em curso	1.159.297	581.432	(85.035)	529	-	1.656.223
Total	1.159.297	581.432	(85.035)	529	-	1.656.223
Administração						
Em serviço	35.327	-	(103)	927	-	36.151
Depreciação acumulada	(12.647)	-	-	-	(2.096)	(14.743)
Em curso	1.958	4.684	(6)	(2.442)	-	4.194
Total	24.638	4.684	(109)	(1.515)	(2.096)	25.602
<i>Impairment</i>	(135.138)	27.474	-	-	-	(107.664)
Provisão perdas ativo geração	-	-	(35.206)	-	-	(35.206)
TOTAL	1.048.797	613.590	(120.350)	(986)	(2.096)	1.538.955
	Consolidado					
	31.12.2010	31.12.2011				
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Vlr líquido
Geração						
Em curso	2.260.495	1.676.481	(85.047)	529	-	3.852.458
Total	2.260.495	1.676.481	(85.047)	529	-	3.852.458
Administração						
Em serviço	35.471	198	(103)	927	-	36.493
Depreciação acumulada	(12.658)	-	-	-	(2.111)	(14.769)
Em curso	1.984	4.764	(6)	(2.442)	-	4.300
Total	24.797	4.962	(109)	(1.515)	(2.111)	26.024
<i>Impairment</i>	(135.138)	27.474	-	-	-	(107.664)
Provisão perdas ativo geração	-	-	(35.206)	-	-	(35.206)
TOTAL	2.150.154	1.708.917	(120.362)	(986)	(2.111)	3.735.612

No ano de 2010:

	Controladora					
	31.12.2009	31.12.2010				
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Vlr líquido
Geração						
Em curso	648.873	519.762	(9.500)	162	-	1.159.297
Total	648.873	519.762	(9.500)	162	-	1.159.297
Administração						
Em serviço	35.087	-	(1.531)	1.771	-	35.327
Depreciação acumulada	(11.869)	-	-	-	(778)	(12.647)
Em curso	3.115	4.000	(47)	(5.110)	-	1.958
Total	26.333	4.000	(1.578)	(3.339)	(778)	24.638
<i>Impairment</i>	-	(135.138)	-	-	-	(135.138)
TOTAL	675.206	388.624	(11.078)	(3.177)	(778)	1.048.797

	Consolidado					
	31.12.2009	31.12.2010				
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Vlr líquido
Geração						
Em curso	1.073.482	1.197.525	(10.473)	(39)	-	2.260.495
Total	1.073.482	1.197.525	(10.473)	(39)	-	2.260.495
Administração						
Em serviço	35.144	102	(1.531)	1.771	-	35.486
Depreciação acumulada	(11.869)	-	-	-	(778)	(12.647)
Em curso	3.115	4.000	(47)	(5.110)	-	1.958
Total	26.390	4.102	(1.578)	(3.339)	(778)	24.797
<i>Impairment</i>	-	(135.138)	-	-	-	(135.138)
TOTAL	1.099.872	1.066.489	(12.051)	(3.378)	(778)	2.150.154

(c) Indisponibilidade de bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que os recursos da alienação sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

(d) Reversão de bens vinculados à concessão

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados as usinas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido autorizados e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

(e) Valor recuperável dos ativos (Impairment)

(i) UHE Passo São João

Conforme orienta o CPC 01, a Companhia testa anual a recuperabilidade para os seus ativos de longa duração, com base no valor presente do fluxo de caixa futuro, utilizando como premissa uma taxa de desconto adequada para o segmento de geração, bem como projeção de caixa futuro refletindo as receitas e custos com base nos valores realizados até 31 de dezembro de 2011.

Em 2010, a Companhia constatou indícios de impairment durante a fase pré-operacional de construção na Usina Passo São João, face o atraso da construção do empreendimento, registrando em 2010 provisão para impairment no montante de R\$ 135.128 mil. Em 2011, a Companhia reconheceu no resultado reversão de perdas de impairment anteriormente registradas no valor de R\$ 27.474 mil, conforme fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente e comparados com o valor dos investimentos realizados. O fluxo de caixa foi elaborado para o período da concessão de 2012 a 2042, considerando o valor das receitas de venda da energia atualizadas até 2012, descontando os impostos incidentes sobre o faturamento, os encargos regulatórios, os custos e despesas operacionais e os impostos incidentes sobre o resultado. Foi aplicada uma taxa de desconto de 5,49 % sobre as projeções futuras de fluxo de caixa.

(ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas

A ANEEL através do Despacho nº 1.387, indeferiu o pedido de outorga da Companhia para implantação e exploração das PCHs Antoninha, Coxilha Rica, Gamba, Malacara, Santo Cristo e São Matheus. A Eletrosul interpôs recurso e o referido processo administrativo encontra-se aguardando inclusão em pauta para Deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de sua Assessoria de Regulação e Negócios, a qual atribui grau de risco provável o não provimento do Recurso Administrativo

interposto, opta por reconhecer a provisão contábil no Balanço no montante de R\$ 35.206 mil, correspondentes ao valor dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2011.

NOTA 19 – INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Intangível				
Softwares	4.252	4.252	4.443	5.268
Uso de bens públicos	21.200	18.060	58.416	35.868
Intangível - Direito de concessões	113.319	113.319	261.485	116.578
Ajuste a valor recuperável	-	-	(33.855)	-
	138.771	135.631	290.489	157.714
(-) Amortização acumulada				
Softwares	20%	(3.426)	(3.104)	(3.488)
Intangível - Direito de concessões	*	(56.325)	(36.240)	(59.016)
		(59.751)	(62.504)	(39.785)
Intangível em curso				
Softwares		775	554	775
		79.795	96.841	228.760
Total Intangível				
		79.795	96.841	228.760

A movimentação do intangível esta demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Ajuste a valor recuperável	Total
Saldos em 31.12.2009	1.839	14.859	93.671	-	110.369
Adições	249	3.201	3.492	-	6.942
Amortização	(387)	-	(20.083)	-	(20.470)
Saldos em 31.12.2010	1.701	18.060	77.080	-	96.841
Adições	221	3.140	-	-	3.361
Alienação Baixa	-	-	-	-	-
Amortização	(321)	-	(20.086)	-	(20.407)
Saldos em 31.12.2011	1.601	21.200	56.994	-	79.795
	Consolidado				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Ajuste a valor recuperável	Total
Saldos em 31.12.2009	1.916	30.644	94.995	-	127.555
Adições	1.189	5.224	5.427	-	11.840
Amortização	(388)	-	(20.524)	-	(20.912)
Saldos em 31.12.2010	2.717	35.868	79.898	-	118.483
Adições	383	22.548	145.668	(33.855)	134.744
Alienação Baixa	(1.016)	-	-	-	(1.016)
Amortização	(354)	-	(23.097)	-	(23.451)
Saldos em 31.12.2011	1.730	58.416	202.469	(33.855)	228.760

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa futuro estimado obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do sistema de transmissão de elétrica.

O ágio gerado na aquisição da participação acionária na Artemis e Uirapuru está demonstrado na nota 53 – Combinação de negócios.

De acordo com a Orientação Técnica OCPC 05, os contratos de concessão das usinas estão reconhecidos no imobilizado os valores relativos ao uso de bem público decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados conforme dispõem os contratos. Assim, a Companhia e suas controladas, contabilizaram os registros de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital. Os valores estão divulgados na nota 25.

NOTA 20 – FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Bens e serviços	97.060	112.770	312.536	193.854
Energia elétrica	12.486	2.822	12.486	2.822
	109.546	115.592	325.022	196.676

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Eletrobras	71.088	40.383	71.088	40.602
BRDE	4.362	4.307	10.509	4.307
BNDES	40.604	19.640	150.952	42.952
Banco do Brasil	33.354	23.755	33.354	43.112
	149.408	88.085	265.903	130.973
Não Circulante				
Eletrobras	911.950	733.401	911.950	779.134
BRDE	27.135	30.728	62.079	50.022
BNDES	550.023	448.588	1.804.019	1.007.706
Banco do Brasil	202.974	195.507	386.771	310.966
Caixa Econômica	-	-	183.797	115.459
Bradesco BBI	-	-	132.334	83.130
Itaú BBA	-	-	124.061	77.935
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	34.922	21.937
	1.692.082	1.408.224	3.639.933	2.446.289
	1.841.490	1.496.309	3.905.836	2.577.262

b) Movimentação e saldo dos financiamentos e empréstimos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo final do período anterior	1.496.309	960.731	2.577.250	1.780.965
Ingressos	365.368	551.089	1.290.708	811.158
Variação monetária	43.764	28.314	45.847	25.646
Encargos	115.986	94.779	232.553	160.794
Amortizações	(179.937)	(138.604)	(240.522)	(201.301)
Total	1.841.490	1.496.309	3.905.836	2.577.262

Vencimentos de longo prazo:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	149.127	306.396
2014	144.801	279.030
2015	144.801	279.030
2016	136.048	270.277
2017	133.131	267.360
após 2017	984.174	2.237.840
Total	1.692.082	3.639.933

c) Condições contratuais dos financiamentos da controladora:

CONTROLADORA								
Credor	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Garantias	Saldos em 31/12/2011	
ELETROBRAS/RGR	Reais	12/1/2006	Reforço Energético Ilha - Continente	7,0% a.a	30/8/2019	a	120.813	
ELETROBRAS/RGR	Reais	4/8/2006	Iluminação e Climatização do Edifício Sede	6,50% a.a	30/12/2012	a	717	
ELETROBRAS/RGR	Reais	20/11/2008	Implantação da SE Joinville Norte	7,0% a.a	30/3/2016	a	50.871	
ELETROBRAS/RGR	Reais	14/3/2011	Reluz Novo Hamburgo RS	6,5% a.a.	30/11/2017	a	741	
ELETROBRAS	Euros	1/7/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da moeda + 2,2% a.a.	30/12/2038	a	32.359	
ELETROBRAS	Reais	1/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/3/2030	a	506.715	
ELETROBRAS	Reais	4/3/2010	Programa de Obras de Transmissão	7% a.a. + IPCA	30/9/2021	a	91.732	
ELETROBRAS/FFC	Reais	17/8/2011	Aquisição da Artemis e Uirapuru	7% a.a. + IPCA	28/2/2024	a	179.091	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	31/10/2006	Ampliação Subestação Caxias 5	TJLP + 3,5% a.a	15/4/2013	b	3.273	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	27/3/2007	Ampliação B Subestação Caxias	TJLP + 3,8% a.a	15/4/2013	b	4.451	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	27/3/2007	Implantação da Subestação Nova Santa Rita	TJLP + 3,8% a.a	15/4/2013	b	9.867	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	16/4/2009	Implantação UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/1/2028	d	185.482	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	1/3/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/3/2021	b	952	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	1/3/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/3/2021	b	755	
BNDES/Banco do Brasil	Reais	26/5/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/5/2019	e	31.547	
BNDES/BRDE	Reais	26/5/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/5/2019	e	31.497	
BNDES	Reais	24/5/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4% a.a	15/5/2019	e	63.867	
BNDES	Reais	23/12/2008	Expansão da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau	TJLP + 2,12% a.a	15/3/2021	e	52.572	
BNDES	Reais	4/3/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a	15/7/2026	c	186.856	
BNDES	Reais	16/4/2009	Implantação UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/1/2028	d	185.329	
BNDES	Reais	10/3/2011	Implantação UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/6/2028	f	102.003	
Total							1.841.490	

Garantias Controladora

- (a) o crédito com a Eletrobras tem como garantias a Receita própria, suportada por procuração para recebimentos dos valores vencidos e não pagos;
- (b) contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento deste contrato e cobrindo, no mínimo, 130% da dívida resultante do presente financiamento;

- (c) o crédito com o BNDES para implantação da UHE Passo São João está afiançado pela Eletrobras;
- (d) o crédito com o BNDES e Banco do Brasil para implantação da UHE Mauá, está afiançado pela Eletrobras, com a cessão e vinculação de receitas;
- (e) penhor de ações. O crédito com o Banco do Brasil, BNDES e BRDE tem como garantia o penhor dos direitos emergentes da concessão e penhor dos direitos de crédito. Contrato afiançado pela Eletrobras;
- (f) o crédito com o BNDES para implantação da UHE São Domingos está afiançado pela Eletrobras.

Conforme demonstrado na nota 51, a Eletrosul Centrais Elétricas S/A, entende que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, além dos covenants financeiros, está atendendo a todos os demais covenants exigidos pelos contratos de financiamentos.

d) Condições contratuais dos financiamentos das controladas:

CONTROLADAS							
Credor	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Garantias	Saldos* em 31/12/2011
BNDES	Reais	5/8/2005	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR)	TJLP + 4,0%	out/2018	k	83.157
BNDES	Dolar	20/12/2005	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Cascavel do Oeste (PR)	Cesta de Moedas + 4,0% a.a.	out/2018	k	12.961
BNDES	Reais	30/8/2005	Implantação de linha de transmissão 230 kV, Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS)	Cesta de Moedas + 4,0% a.a. TJLP + 4,0% a.a.	jan/2018	g, h	11.493
BRDE	Reais	4/8/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)	TJLP + 4,50%	mar/2019	k	35.239
BNDES	Dolar	4/8/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)	Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	mar/2019	k	5.852
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/6/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	jul/2020	i	56.141
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/6/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	jul/2020	i	63.616
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/6/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	jul/2020	i	74.860
BNDES	Reais	7/5/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	jan/2021	f	113.354
BNDES	Reais	4/3/2011	Financiamento de Obras SE Coletora Porto Velho	IPCA/TJLP + 2,12% a.a.	ago/2028	j	219.024
BNDES	Reais	29/6/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,08%	jan/2033	a, b, c, d, e	655.131
Banco do Brasil	Reais	29/6/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	jan/2033	a, b, c, d, e	183.797
CEF	Reais	29/6/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	jan/2033	a, b, c, d, e	183.797
Bradesco BBI	Reais	29/6/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	jan/2033	a, b, c, d, e	132.334
ITAU BBA	Reais	29/6/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	jan/2033	a, b, c, d, e	124.061
Banco do Nordeste	Reais	29/6/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	jan/2033	a, b, c, d, e	34.922
BNDES	Reais	9/11/2010	Implantação LT Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP)	TJLP + 2,65%	out/2011	a, b, c, d, e	74.607
* Os saldos referem-se a proporção da participação da Eletrosul							
Total							2.064.346

Garantias Controladas

- (a) penhor de ações da Controlada: o acionista controlador empenha em primeiro e único grau todas as ações da Controlada, atuais e futuras, assim como seus direitos, em favor dos credores;
- (b) cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios: a própria Controlada cede tais direitos em favor dos credores;
- (c) penhor de dividendos e de juros sobre capital próprio: a controladora indireta GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda, empenha, em segundo grau, a totalidade dos dividendos e de juros sobre capital próprio presentes e futuros de sua participação acionária na Tractebel Energia S.A. Tal garantia encerra-se quando da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica de Jirau;
- (d) cessão condicional dos contratos do projeto e garantias de execução: a própria Controlada cede fiduciariamente contratos relevantes do projeto da Usina Hidrelétrica de Jirau, assim como suas respectivas garantias de fiel cumprimento, aos credores. Isto permite aos credores assumir as obras da UHE Jirau em caso de inadimplemento contratual por parte da Controlada;
- (e) cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de suporte e da conta de suporte para insuficiências: a Companhia cede fiduciariamente os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes do contrato de suporte de acionistas. Este contrato determina que os acionistas da Companhia aporem nesta empresa, mediante subscrição e integralização de seu capital, recursos na hipótese de ocorrência de eventos que possam levar a insuficiências de recursos para execução do Projeto Jirau;
- (f) penhor de ações. O crédito com o BNDES/BRDE tem como garantia o penhor dos direitos emergentes da Concessão da RS Energia, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas;
- (g) o crédito com o BNDES tem como garantia o penhor das ações ordinárias de propriedade dos Acionistas Eletrosul, TAESA, CEEE e DME. Além do penhor de ações, a receita própria de transmissão e os direitos de concessão da ETAU foram dados em garantia ao financiamento.
- (h) o crédito com o BNDES tem como garantia o penhor das ações ordinárias de propriedade da Acionista Eletrosul. Além do penhor de ações, os recebíveis e um fundo vinculado para garantir o pagamento do custo de O&M e o pagamento da dívida por três meses foram constituídos.
- (i) o crédito com o BNDES e Banco do Brasil tem como garantia o imobilizado da companhia em alienação fiduciária ao Banco do Brasil.
- (j) o crédito com o BNDES tem como garantia a cessão fiduciária da totalidade dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009 – ANEEL, ou seja, os direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, os direitos a receber do poder concedente em caso de extinção do contrato de concessão e todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos decorrentes do contrato de concessão.
- (k) o crédito com o BNDES tem como garantia o penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato.

NOTA 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo Circulante				
PIS	459	673	616	722
COFINS	2.117	3.106	2.850	3.333
Parcelamento especial (PAES)	30.055	28.860	30.055	28.860
Encargos sociais (folha de pagamento)	6.490	7.782	6.871	8.095
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - Lei 10.833/03	3.151	2.817	3.360	2.817
Contribuição social	-	-	2.806	4.284
Imposto de Renda	-	-	7.816	354
Outros tributos e contribuições	4.052	7.511	6.929	10.052
	46.324	50.749	61.303	58.517
Passivo Não Circulante				
Parcelamento especial (PAES)	136.476	155.400	136.476	155.400
	136.476	155.400	136.476	155.400
	182.800	206.149	197.779	213.917

a) A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo final do período anterior	184.260	182.495	184.260	182.495
Ingressos	-	11.106	-	11.106
Atualização monetária	6.911	13.665	6.911	13.665
Pagamentos efetuados	(29.663)	(28.544)	(29.663)	(28.544)
Ajuste a valor presente (A VP)	5.023	5.538	5.023	5.538
Saldo do período final	166.531	184.260	166.531	184.260
Circulante	30.055	28.860	30.055	28.860
Não circulante	136.476	155.400	136.476	155.400

O valor de R\$ 166.531 mil refere-se ao saldo, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 184.260 mil em dezembro de 2010) do Parcelamento Especial (PAES), Lei nº 10.684/03, obtido em agosto de 2003, perante a Secretaria da Receita Federal, no valor de R\$ 238.717 mil, para pagamento em 180 meses. O débito em questão teve origem quando a Companhia, por determinação expressa no tratado firmado entre Brasil e Paraguai e na Lei nº 5.899/73, respondia pelo repasse, às distribuidoras, de parte da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, e oferecia à tributação de PIS/PASEP e COFINS somente a margem bruta obtida na operação (valor do repasse menos valor da aquisição da energia ITAIPU), o que, à luz do entendimento da Secretaria da Receita Federal, não era aceitável. Assim, a questão passou a ser discutida por via judicial, resultando em decisão desfavorável do Tribunal Regional Federal da 4ª região em Porto Alegre e, conseqüentemente, no reconhecimento, pela Companhia, do citado débito.

b) Ajuste a valor presente do parcelamento especial PAES

Consoante programa de parcelamento fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais, as quais foram fixadas no início do contrato e atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento final em julho de 2018. O valor presente desse passivo foi calculado considerando a projeção de atualização da dívida à taxa de 6,00% a.a., trazida a valor presente a uma taxa de desconto de 4,49% a.a. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular e em dia das parcelas.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Parcelamento Especial PAES				
Valor nominal do parcelamento	170.185	192.936	170.185	192.936
(-) Ajuste a valor presente	(3.654)	(8.676)	(3.654)	(8.676)
Valor Líquido	166.531	184.260	166.531	184.260

c) O montante original das dívidas incluídas no PAES, segregado por tipo de tributo e natureza (principal e juros), pode ser demonstrado como segue:

PIS	29.774
COFINS	134.880
Parcelamento	917
Juros	73.146
Total do parcelamento original	238.717

De acordo com o art. 15 da Lei nº 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição (“RTT”) de apuração do Lucro Real, a Companhia e suas Controladas considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009, relativo ao ano calendário 2008. A partir do ano calendário 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prov. encargos sociais e trabalhistas	29.918	27.505	30.155	27.505
Plano de read. progr. do quadro de pessoal	-	50.954	-	50.954
Contribuição social	-	406	295	406
Imposto de Renda	-	1.180	1.620	2.012
Outras	-	960	34	960
	29.918	81.005	32.104	81.837

A obrigação estimada, no valor de R\$ 50.954 mil, demonstrada na coluna de 2010, destinou-se a custear o “Plano de Readequação Programada do Quadro de Pessoal (PREQ)”. Seu objetivo principal era manter e disseminar internamente os conhecimentos imprescindíveis ao pleno cumprimento da missão da Eletrosul. O plano envolveu a programação dos desligamentos por aposentadoria para aqueles que já se encontravam nesta situação que deviam repassar seus conhecimentos aos novos empregados. Isso permitiu a dinamização do quadro de pessoal.

Com o término do referido plano, o valor registrado como obrigação estimada está sendo demonstrado na rubrica “folha de pagamento”. O saldo em 31.12.2011 era de R\$ 39.539 mil, sendo R\$ 25.935 mil no circulante e R\$ 13.604 mil no não circulante.

NOTA 24 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

1 Risco de perda provável

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. As provisões para contingências, demonstradas a seguir, cujos desfechos desfavoráveis para a companhia sejam considerados prováveis, estão reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão embasadas em parecer da área jurídica da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo Não Circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade	6.173	10.413	6.173	10.413
Horas extras	804	1.248	804	1.248
Reenquadramento salarial	12.776	25.246	12.776	25.246
Indenizações danos morais/materiais	1.195	823	1.195	823
FGTS/Expurgos inflacionários	386	3.533	386	3.533
Responsabilidade solidária/Verbas RCT	13.041	9.965	13.041	9.965
Diferenças benefícios ELOS	4.080	2.005	4.080	2.005
Outros	24.764	19.243	24.764	19.553
Depósitos vinculados a litígios	(31.057)	(24.756)	(31.057)	(24.756)
	32.162	47.720	32.162	48.030
Cíveis				
Indenizações	21.037	29.937	21.125	29.937
Depósitos vinculados a litígios	(1.099)	(2.721)	(1.099)	(2.721)
	19.938	27.216	20.026	27.216
Tributárias				
Notificações	5.154	6.444	5.376	6.444
Depósitos vinculados a litígios	(5.019)	(4.590)	(5.019)	(4.590)
	135	1.854	357	1.854
	52.235	76.790	52.545	77.100

Os valores de R\$ 31.057 mil, R\$ 1.099 mil e R\$ 5.019 mil (R\$ 24.756 mil, R\$ 2.721 mil e R\$ 4.590 mil em dezembro de 2010) apresentados, no quadro acima, na rubrica “Depósitos vinculados a litígios”, correspondem a depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas, cíveis e tributários, que estão sendo demonstrados como redutores das provisões, em conformidade com o CPC 25.

Do valor de R\$ 24.764 mil (R\$ 19.243 mil em 2010) demonstrado na rubrica “outros”, R\$ 19.489 mil (R\$ 9.899 mil em 2010) referem-se a depósitos judiciais pendentes de alvarás de diversos processos.

A variação apresentada na rubrica “indenizações”, no valor de R\$ 8.900 mil, refere-se, basicamente, a baixa de processo cível por acordo judicial entre as partes envolvidas.

A redução da rubrica “Reenquadramento salarial”, refere-se a decisão judicial proferida nos autos, que determinou o pagamento mensal, no valor de R\$ 2.500 mil, do processo nº 0282/2003, até a sua quitação.

2 Risco de perda possível

2.1 Controladora

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Cíveis	56.106	143.539
Trabalhistas	13.362	-
Tributárias	788	519
Total	70.256	144.058

O valor de R\$ 56.106 mil, demonstrado como passivo cível, classificado pela assessoria jurídica como possível, refere-se, basicamente, a processos de: indenização no valor de R\$ 3.597 mil, nulidade de processo de licitação no valor de R\$ 5.888 mil, revisão contratual no valor de R\$ 7.092

mil e anulação de contrato no valor de R\$ 27.146 mil. O valor de R\$ 27.146 mil (R\$ 109.415 mil em dezembro de 2010) foi revisado pela Assessoria Jurídica.

O valor de R\$ 13.362 mil, demonstrado como passivo trabalhista foi reclassificado pela assessoria jurídica de perda provável para perda possível devido a alteração da Súmula nº 331, V, do Tribunal Superior do Trabalho.

A movimentação da provisão no exercício de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	65.587
Adições	25.125
Baixas	(11.576)
Atualização monetária	(2.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	76.790
Saldo em 31 de dezembro de 2010	76.790
Adições	33.540
Baixas	(60.549)
Atualização monetária	2.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	52.235

2.2 Controladas em Conjunto

ESBR Participações

2.2.1 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”)

Refere-se ao convênio ICMS nº 47/2011, que autoriza o Estado de Rondônia a dispensar o ICMS devido nas importações de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, suas partes e peças, sem similar no país.

Os efeitos do Convênio ICMS nº 47/2011 e da Lei RO nº 2.538/11 encontram-se suspensos por força de medida liminar concedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Procurador Geral de Justiça de Rondônia. Assim, a questão permanece sob avaliação da Administração da Controlada, que nas demonstrações do exercício findo em 31/12/2011, procedeu ao provisionamento do valor de R\$ 86.884 mil, refere-se ao diferencial de alíquota e R\$ 14.870 mil referente ao ICMS sobre importação, gerados entre 27/04/2011 e a data da promulgação do decreto nº 15.858 do Estado de Rondônia, que anulou o benefício.

2.2.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISSQN”)

Refere-se ao recolhimento de ISSQN relativo ao contrato de construção das obras civis da Usina Hidrelétrica de Jirau, firmado junto ao fornecedor Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A., que é realizado com a redução da base de cálculo do imposto em 60%. Apesar da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho – RO ter emitido parecer considerando válida a dedução da base de cálculo do ISS, o processo existente não foi extinto face que ajuizada a questão, a mesma passa a ser de competência da procuradoria do Município. Assim, em controvérsia a Secretaria Municipal de Fazenda, a 1ª Vara de Fazenda Pública de Rondônia proferiu sentença em primeira instância em favor do Município de Porto Velho. A decisão está sendo objeto de recurso pela ESBR. Consubstanciada na evolução dos fatos acima e na opinião de seus advogados internos e externos, a Companhia entende que o risco de perda da causa é possível. Sendo assim, efetuou provisão dos honorários de êxito de advogados externos, cujo saldo em 30 de novembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 865 mil.

3 Contencioso tributário remoto

3.1 Controladora

A Companhia encontra-se em litígio administrativo-fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

3.1.1 Lei 8.727/93 – Créditos Renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica / contribuição social sobre o lucro líquido

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração demandando de que a sistemática de diferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União não encontra amparo legal. A respectiva Exatonia Fiscal Federal impugnou a sistemática de recolhimento adotada pela Companhia no período 2005 a 2009, notificando os tributos como devidos pelo regime de competência, desconsiderando inclusive os recolhimentos efetivados pela Companhia no período da exação. Entretanto, essa mesma Receita Federal do Brasil em 2001 requereu desta Companhia esclarecimentos sobre a sistemática adotada, não havendo sequer manifesto em contrário ao procedimento.

Consecutivamente, a Companhia compreendeu que tacitamente ocorrera, pela entidade exatora, a homologação da forma de recolhimento tributário. Todavia, a Companhia impugnou o lançamento fiscal de ofício requerendo a nulidade e insubsistência do auto de infração, tributos esses requeridos sobre as receitas financeiras originadas pelo parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

A peça impugnatória da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício do ato de lançamento fiscal, desde 18/01/2011, em primeira instância, foi denegada em 28/06/2011 conforme teor da decisão proferida por meio do Acórdão nº 07-25-226 da 3ª Turma, de cuja manifestação esta Companhia, tempestivamente em 02/09/2011, interpôs recurso em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

A Administração da Companhia consubstanciada na manutenção de opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, opta por manter o não reconhecimento do provisionamento contábil do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

3.1.2 Programa de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) – contribuições previdenciárias

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração reclamando que o PREQ não se enquadra como plano indenizatório e que por consequência as contribuições previdenciárias são devidas. Todavia, a exação fiscal contraria a legislação e as decisões do Poder Judiciário que ratifica que em relação aos planos de demissão incentivada de empregados, esses possuem caráter indenizatório, não devendo, portanto, sofrer quaisquer espécies de tributação.

A exação fiscal em questão compreende o período de 2006 a 2009. Todavia, a Companhia impugnou os lançamentos fiscais de ofício requerendo a nulidade e insubsistência dos respectivos autos de infração quanto às Contribuições Previdenciárias da Empresa, de Terceiros e dos Empregados sobre a verba indenizatória do PREQ recebidas e/ou a receber pelos segurados empregados, bem como àquelas incidentes para Financiamento de Benefícios pela Incapacidade Laborativa.

As peças impugnatórias da Companhia aguardam manifestação da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil desde 18 de janeiro de 2011 e a Administração da Companhia consubstanciada na opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, optou por não reconhecer o provisionamento do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

3.1.3 PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração referente aos tributos PIS/COFINS, decidindo de que os referidos tributos, no período fiscalizado de 2006 a 2007, devem incidir sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 pelo regime de não cumulatividade, ao contrário do regime de cumulatividade. Contudo, nos termos do Art. 10, inciso XI e Art. 15 da Lei nº 10.833/2003, c/c Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, tais receitas são conceituadas como de “preço pré-determinado” e, portanto permanecem tributadas no regime de cumulatividade.

Apesar da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não ter suplementado tarifa à Companhia quanto ao PIS/COFINS não-cumulativo por entender que os contratos que originam tais receitas se enquadram no conceito de preço pré-determinado e de que também a atualização monetária dos contratos por índices contratuais não configura a descaracterização do preço pré-determinado, conforme a Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, a Receita Federal do Brasil não reconheceu as respectivas assertivas da Companhia. Dessa forma, as receitas decorrentes dos contratos públicos de serviço de transmissão de energia elétrica anteriores a 31 de outubro de 2003, que ora tributadas pelo PIS/COFINS cumulativos na ordem de 3,65% pela Companhia, foram requeridas pela Receita Federal do Brasil no regime tributário não-cumulativo em 9,25%. Todavia, a Companhia impugnou o lançamento fiscal de ofício requerendo a nulidade e insubsistência do auto de infração de PIS e COFINS.

A peça impugnatória da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício do ato de lançamento fiscal, desde 07/01/2011, em primeira instância, foi denegada em 10/08/2011 conforme teor da decisão proferida por meio do Acórdão nº 07-25-585 da 4ª Turma, de cuja manifestação esta Companhia, tempestivamente em 17/10/2011, interpôs recurso em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

A Administração da Companhia consubstanciada na manutenção de opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, optou por manter o não reconhecimento do provisionamento contábil do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

NOTA 25 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DE BEM PÚBLICO

A Companhia e suas controladas tem contratos de concessão onerosos com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Passo São João, Mauá e São Domingos e empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específicos (SPE's) nas usinas Jirau e Teles Pires. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no intangível em contrapartida do passivo não exigível.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Uso do Bem Público	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Usina Passo São João	4.069	3.515	4.069	3.515
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	12.357	10.498	12.357	10.498
Usina São Domingos	4.774	4.047	4.774	4.047
Usina Jirau (SPE ESBEP - 20%)	-	-	19.888	17.808
Usina Teles Pires (SPE Teles Pires - 24,5%)	-	-	17.328	-
Total	21.200	18.060	58.416	35.868

Os pagamentos da UBP serão realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Usinas / período pagamento	Valores originais		Valores atualizados	
	Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Usina Passo São João				
De 01/2012 a 08/2041	200	5.944	270	7.988
Usina Mauá*				
De 01/2012 a 07/2042	618	18.855	810	24.705
Usina São Domingos				
De 01/2012 a 12/2037	260	6.717	340	8.755
Usina Jirau*				
De 01/2013 a 08/2043	1.575	48.420	1.913	58.653
Usina Teles Pires*				
De 04/2015 a 12/2046	1.351	42.219	1.387	43.344

* refere-se a participação da Eletrosul no Consórcio ou na SPE.

NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Indenizações / desapropriações	2.120	2.182	2.017	5.882
MME-PRODEEM-Convênio n° 009/2004	1.287	1.191	1.287	1.191
Convênios Eletrobras	4.590	3.719	4.590	3.719
Taxa de fiscalização - ANEEL	337	342	593	486
Reserva Global de Reversão (RGR)	1.397	3.059	2.095	3.810
Valores a reembolsar - Copel	27.381	4.486	27.381	4.562
Derivativos (nota 46)	-	-	12.934	4.163
Outros	4.787	5.068	5.882	10.081
	41.899	20.047	56.779	33.894
Não Circulante				
Plano de read. Progr. do quadro de pessoal	13.604	-	13.604	-
Seguros	-	-	2.059	4.118
Outros	55	125	3.473	9.283
	13.659	125	19.136	13.401
	55.558	20.172	75.915	47.295

O valor de R\$ 2.120 mil na rubrica “Indenizações/desapropriações” refere-se a valores provisionados para pagamento de indenizações e desapropriações em áreas consideradas de utilidade pública para construções de linhas, subestações e usinas, em função da liquidação dos processos de indenização.

O valor de R\$ 27.381 mil na rubrica “Valores a reembolsar - Copel” refere-se a investimentos feitos pela consorciada Copel na Hidroelétrica Mauá e aguarda encontro de contas conforme prevê contrato entre as consorciadas.

O valor de R\$ 12.934 mil (R\$ 4.163 mil em 2010) na rubrica “Derivativos” referem-se a derivativos contratados pelas controladas ESBR Participações S/A e Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, conforme detalhado na nota 46.

O valor de R\$ 13.604 mil demonstrado no Não Circulante na rubrica “Plano de Readequação Programada do Quadro de Pessoal (PREQ)”, refere-se à obrigação da Eletrosul com os aposentados que optaram por receber o benefício em parcelas superiores há doze meses.

NOTA 27 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA*

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	2011		2010	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia vendida	528.468,374	33.721	324.120,00	21.301

Em continuidade ao verificado durante o exercício de 2010, o atraso da entrada em operação comercial da UHE Passo São João implica na determinação dos preços de venda da usina pela metodologia da Resolução Normativa ANEEL nº 165/2005.

Significativa parte da UHE Mauá não foi faturada em virtude das discussões na Aneel acerca da prorrogação do prazo de entrada em operação comercial da usina. Somente uma fração da energia vendida da UHE Mauá, referente à parcela não atrasada de acordo com o cronograma de concessão, foi faturada com o preço de venda dos CCEARs. A outra parte, referente à parcela em atraso, foi precificada a valor zero, face que a energia adquirida pela Companhia para suprir os contratos são provenientes de empreendimentos com data de outorga anteriores a da usina. A expectativa é que, após a decisão da Aneel, a parcela não faturada no montante de R\$ 88,2 milhões seja recuperada junto aos compradores da energia da usina.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 28 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	2011		2010	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia comprada para revenda	1.200.120,000	135.711	324.120,00	30.080

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) das UHE Passo São João e Mauá estabelecem a entrega de energia para os compradores (distribuidoras de energia elétrica), durante um prazo de 30 anos.

No decorrer de 2011, a Eletrosul manteve a entrega de 37 MW médios referente aos 31 CCEARs da UHE Passo São João, iniciada em janeiro de 2010. Adicionalmente, em 1º de janeiro de 2011, iniciou-se o suprimento de 94,08 MW médios, referentes à UHE Mauá, vendidos por meio de 24 CCEARs.

Considerando os novos cronogramas da entrada em operação comercial da UHE Passo São João e Mauá, todo o lastro da energia e potência necessário para cumprir os CCEARs (131,08 MW médios) foi assegurado por contratos de compra de energia elétrica (CCVEEs) firmados no Ambiente de Contratação Livre, por meio dos Leilões 002/2010 e 003/2010.

No ano de 2011 a Eletrosul adquiriu 1.200.120 MWh para recomposição de lastro das usinas, ao custo de R\$ 135.711 mil.

* Informações da quantidade comprada não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 29 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**a) Obrigações de benefícios de aposentadoria**

Em consonância com a Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego no próprio exercício em que ocorrem, em “Outros Resultados Abrangentes”, de acordo com as orientações CPC 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS 19 do International Accounting Standards.

Obrigações registradas no balanço patrimonial

	2011	2010
Plano previdenciário*	14.390	-
Plano de saúde (nota 29,e)	5.324	4.146
Dívida contratada (nota 29, d)	22.682	19.477
Total das obrigações registradas	42.396	23.623

*Em 31.12.2010 o plano previdenciário apresentava superávit, conseqüentemente não existia obrigação registrada no Balanço Patrimonial.

Receitas (despesas) reconhecidas no resultado

	2011	2010
Plano previdenciário	(1.500)	(138)
Plano de saúde	599	460
	(901)	322

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2011	2010
Ganhos (perdas) atuariais do exercício:		
Plano previdenciário	32.900	18.738
Plano de saúde	846	942
Total	33.746	19.680

Outros resultados abrangentes acumulados

	2011	2010
Plano previdenciário	57.997	39.487
Plano de saúde	380	49
Total	58.377	39.536

(b) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial.

Paralelamente ao atual plano de benefícios definidos, a Companhia e a Fundação ELOS aprovaram um plano de benefício na modalidade Contribuição Definida (CD), que foi oferecido de forma optativa aos empregados. O plano CD foi aprovado pela portaria nº 3253 de 23 de dezembro de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.

O novo Plano garante benefícios similares ao anterior, todavia como resultado da conversão das reservas acumuladas durante o período ativo, sem vínculo salarial, salvo pelas definições atuariais

que objetivam atingi-lo no momento da aposentadoria. As contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é também administrado pela Fundação ELOS. Ao final do exercício de 2011, dos 1.566 empregados ativos, 866 deles já haviam aderido ao novo plano, representando pouco mais de 50% da massa do plano anterior. Os já aposentados antes do Plano CD, permaneceram no Plano BD.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, contava, em 31 de dezembro de 2011, conforme quadro abaixo, com os seguintes dados populacionais:

Dados Populacionais	Plano BD	Plano CD	Total
Participantes ativos	700	866	1.566
Aposentados	548	106	654
Pensionistas	33	-	33

A partir de 15 de dezembro de 2000, o custeio do plano passou a ser paritário entre patrocinadora e empregados, excetuando-se o ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço. A contribuição normal da patrocinadora para cobertura do serviço corrente no exercício de 2011 foi de R\$ 21.578 mil (R\$ 16.185 mil em 2010), valor equivalente à contribuição dos participantes.

Conforme prevê o Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação, a Companhia é responsável pelo ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término desses compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC. O montante desse compromisso, relativamente aos empregados aposentados, encontra-se provisionado sob o título de “Aposentadoria especial - SB 40”. Em 2011 essa provisão foi complementada em R\$ 14.321 mil (R\$ 3.262 mil em 2010), em razão da concessão de novas aposentadorias.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

(c) Programa de assistência à saúde

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e respectivos dependentes aposentados por invalidez mediante a utilização do sistema de credenciamento médico, na fase em que esteja em gozo de benefício de aposentadoria por invalidez, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado, durante os primeiros cinco anos, avaliados atuarialmente, com base no estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009

As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo provisionado montava R\$ 5.324 mil (R\$ 4.146 mil em 2010).

(d) Obrigações da patrocinadora

As obrigações da patrocinadora para com a Fundação, incluindo a complementação para cobertura do passivo atuarial e respeitando a paridade contributiva definida no artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no estatuto da Fundação, estão a seguir demonstradas:

	Controladora		
	2011	2010	
	circulante	não circulante	total
Aposentadoria especial - SB 40	6.500	5.703	12.203
Cont. adicional/averbação tempo de serviço	2.915	5.816	8.731
Contribuição suplementar	623	8.571	9.194
Contribuição sobre benefício da geração atual	-	27.137	27.137
Diferença reserva matemática	123	4.633	4.756
Subtotal	10.161	51.860	62.021
Contribuição normal	3.373	-	3.373
Total	13.534	51.860	65.394

O montante de R\$ 12.203 mil na rubrica aposentadoria especial – SB 40 refere-se a ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término destes compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC.

O montante de R\$ 8.731 mil na rubrica contribuição adicional refere-se a instrumento particular de confissão e parcelamento de dívidas para cobertura do recadastramento por tempo de serviço, firmado em 20 de dezembro de 1993, com liquidação em 240 parcelas mensais até dezembro de 2014.

O montante de R\$ 9.194 mil na rubrica contribuição suplementar refere-se a Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado, contratado em 1º de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais, até dezembro de 2023. Ambos os valores são atualizados pelo INPC + 6% de juros ao ano.

A provisão das contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual dos empregados inscritos no Plano BD, que até 31 de dezembro de 2011, migraram para o novo plano Contribuição Definida - CD, avaliadas atuarialmente, atingiram o montante de R\$ 27.137 mil, sendo R\$ 22.284 mil reconhecidos no resultado de 2011 e R\$ 4.853 mil no resultado de 2010.

(e) Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

PLANO PREVIDENCIÁRIO

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(741.299)	(775.906)
Valor justo dos ativos do plano	726.909	849.593
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(14.390)	73.687
Ativo de benefício - Asset Celling - IAS 19 - paragr. 58	14.390	(73.687)
Ativo (passivo) atuarial	-	-
Dívida Contratada - passivo mínimo a ser reconhecido	22.682	19.477

PLANO DE SAÚDE

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	(5.324)	(4.146)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(5.324)	(4.146)
Ativo de benefício - Asset Celling - IAS 19 - paragr. 58	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	(5.324)	(4.146)

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

Plano Previdenciário	2011	2010
Valor das obrigações atuariais no início do ano	775.906	777.295
Custo de serviço corrente	8.034	9.535
Juros sobre a obrigação atuarial	66.347	66.284
Benefícios pagos no ano	(35.913)	(29.834)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(73.075)	(47.374)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	741.299	775.906
Valor justo dos ativos no início do ano	849.593	806.719
Benefícios pagos durante o exercício	(35.913)	(29.834)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	11.251	13.850
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	17.011	18.601
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(115.033)	40.257
Valor justo dos ativos ao final do ano	726.909	849.593
Plano de Saúde	2011	2010
Valor das obrigações atuariais no início do ano	4.147	3.173
Custo de serviço corrente	281	193
Juros sobre a obrigação atuarial	318	267
Benefícios pagos no ano	(268)	(429)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	846	943
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	5.324	4.147
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(268)	(429)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	268	429
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	-	-

(f) Valores reconhecidos como resultados dos exercícios

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras Despesas (ou Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

Plano Previdenciário - BD	2011	2010
Custo de serviço corrente	8.034	9.535
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	66.347	66.284
Contribuições esperadas de participante	-	-
Rendimento esperado dos ativos	(75.880)	(75.956)
Total	(1.499)	(137)
Plano de Saúde	2011	2010
Custo de serviço corrente	281	193
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	318	267
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	599	460

(g) As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	Eletrosul
Taxa anual de juros atuarial real	5,53%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,28%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade de Benefícios	1,00
Fator de capacidade de Salários	1,00
Fator de Incremento de Custos da Saúde	1,00%
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT F
% de casados na data de aposentadoria	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

(h) Ativos garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	2011	%
Valores Disponíveis Imediatos	38	0,0%
Relizáveis Previdenciários	27.401	3,8%
Investimentos em Títulos Públicos	329.745	45,3%
Investimentos em Ações	13.719	1,9%
Investimentos em Fundos	320.998	44,1%
Investimentos Imobiliários	15.684	2,2%
Empréstimos e Financiamentos	16.096	2,2%
Créditos Privados e Depósitos	24.525	3,4%
Diferença de marcação a mercado	9.504	1,3%
(-) Exigíveis Previdenciários	(30.743)	-4,2%
(-) Exigíveis de Investimentos	(58)	0,0%
Total	726.909	100,0%

NOTA 30 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 1.810.793 mil está composto por valores recebido da acionista Eletrobrás, dos quais R\$ 97.500 mil foram recebidos em 2009, R\$ 626.625 mil em 2010 e R\$ 972.279 mil em 2011 e R\$ 114.389 mil referentes à atualização do AFAC pela SELIC.

	Controladora	
	2011	2010
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Saldo Inicial	724.125	430.144
(+) AFAC recebido exercício	972.279	626.625
(+) Atualização pela SELIC do AFAC	114.389	
(-) Incorporação ao Capital	-	332.644
Total	1.810.793	724.125

NOTA 31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social era constituído por 48.906.141 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e montava R\$ 1.577.686 mil. A composição acionária da Companhia nessas mesmas datas era a seguinte:

Acionistas:	Quantidade de Ações	Capital Social	% de Participação
ELETROBRÁS	48.781.468	1.573.664	99,7451
USIMINAS	57.901	1.868	0,1184
CEEE	49.519	1.597	0,1013
COPEL	14.195	458	0,0290
CELESC	1.544	50	0,0032
CSN	1.194	39	0,0024
OUTROS	320	10	0,0006
Total	48.906.141	1.577.686	100,00

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 53,80 (em 2010 R\$ 53,91).

(b) Reservas de lucros

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Reserva legal	99.236	94.067
Reserva para investimento	956.644	956.644
	1.055.880	1.050.711

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial, de R\$ 75.940 mil compreende o ajuste do valor justo de hedge accounting das SPE's (controladas em conjunto) ESBP Participações S/A, no valor de R\$ 698 mil e da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, no valor de R\$ 8.536 mil, e o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no valor de R\$ 68.102 mil.

(d) Determinações do estatuto social

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei.

NOTA 32 – PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada	Natureza da operação	Nota	Controladora		Consolidado	
			2011	2010	2011	2010
Ativo circulante						
União (Governo Federal)	Créditos Lei nº 8.727	8	127.639	128.635	127.639	128.635
Furnas	Uso da rede elétrica	6	3.674	3.140	4.008	3.496
Chesf	Uso da rede elétrica	6	7.951	6.711	8.718	7.470
Eletronorte	Uso da rede elétrica	6	5.866	4.825	6.429	5.371
Eletronuclear	Uso da rede elétrica	6	463	391	526	435
CGTEE	Uso da rede elétrica	6	89	186	98	199
Artemis	Dividendos	9	4.863	2.676	-	-
	Devedores Diversos	10	4	4	-	2
	Outros créditos	15	497	462	-	227
Cerro Chato I	Uso da rede elétrica	6	4	-	-	-
	Devedores Diversos	10	1	1	-	-
Cerro Chato II	Uso da rede elétrica	6	4	-	-	-
	Devedores Diversos	10	1	1	-	1
Cerro Chato III	Uso da rede elétrica	6	4	-	-	-
	Dividendos	9	652	-	-	-
	Devedores Diversos	10	1	1	-	1
Etau	Dividendos	9	513	1.975	-	-
	Devedores Diversos	10	1	1	1	1
	Outros créditos	15	54	92	39	25
Integração	Dividendos	9	2.060	-	-	-
Norte Brasil	Dividendos	9	250	-	-	-
Porto Velho	Dividendos	9	-	768	-	-
	Devedores Diversos	10	5	4	-	4
RS Energia	Dividendos	9	773	1.077	-	-
	Devedores Diversos	10	1	1	-	1
	Outros créditos	15	3.502	1.545	-	1.545
Uirapuru	Dividendos	9	1.382	985	-	-
	Devedores Diversos	10	(15)	1	-	1
	Outros créditos	15	4.856	68	-	33
Ativo não circulante						
União (Governo Federal)	Créditos Lei nº 8.727	8	479.752	544.043	479.752	544.043
Cerro Chato I	AFAC	14	86.760	14.130	-	-
Cerro Chato II	AFAC	14	80.910	14.130	-	-
Cerro Chato III	AFAC	14	74.790	14.130	-	-
Livramento	AFAC	14	3.742	-	-	-
Porto Velho	AFAC	14	50.000	-	-	-
RS Energia	AFAC	14	66.258	-	-	-
Santa Vitória do Palmar	AFAC	14	5.067	-	-	-
SC Energia	Outros créditos	15	-	-	-	6.028
Teles Pires	AFAC	14	-	-	-	-
Uirapuru	Outros créditos	15	4.754	4.137	-	2.027
Investimentos						
Ver nota 15						
Passivo circulante						
Eletrobras	Financiamentos e empréstimos	21	71.088	40.383	71.088	40.383
Fundação ELOS	Cont. previdenciárias	29	13.534	10.734	13.534	10.734
Passivo não circulante						
Eletrobras	Financiamentos e empréstimos	21	911.950	733.401	911.950	733.401
Fundação ELOS	Cont. previdenciárias	29	51.860	25.881	51.860	25.881

Resultado					
União	Créditos Lei nº 8.727	113.226	149.188	113.226	149.188
Furnas	Receita uso da rede	30.342	22.768	35.039	28.845
Chesf	Receita uso da rede	65.290	48.652	75.390	61.143
Eletronorte	Receita uso da rede	47.616	34.395	54.971	43.093
Eletronuclear	Receita uso da rede	3.811	2.847	4.461	3.583
CGTEE	Receita uso da rede	1.350	1.332	1.593	1.463
CEAL	Receita uso da rede	2.430	1.569	2.846	1.881
CERON	Receita uso da rede	1.319	314	1.545	314
CEPISA	Receita uso da rede	2.768	2.139	3.242	2.630
Eletroacre	Receita uso da rede	218	49	239	49
Boa Vista	Receita uso da rede	151	-	152	-
Eletrobras	Encargos de dívidas	56.375	47.778	56.375	47.778
Eletrobras	Variação monetária	45.568	32.013	45.568	32.013

A natureza “Créditos Lei 8.727” refere-se a créditos com a União atualizados pela variação do IGP-M e remunerados com juros de 12,68% a.a.

A tarifa praticada nas transações entre as partes relacionadas relativas à natureza “Uso da rede elétrica” é definida, em resoluções da ANEEL, para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

O valor relativo à natureza “Serviços prestados” refere-se a serviços definidos em contratos com a SPE Uirapuru Transmissora de Energia S.A., decorrente de contratos de prestação de serviços de gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços pré-operacionais executados durante a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR) respectivamente.

Do valor demonstrado na natureza “Financiamentos e empréstimos” no passivo, 9,4% refere-se a empréstimos que foram obtidos com recursos originários da Reserva Global de Reversão (RGR), com incidência de taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. (ver nota 21, e).

A natureza Contribuições Previdenciárias com a Fundação Elos refere-se às obrigações da patrocinadora. (ver nota 29).

NOTA 33 – RECEITA ANUAL PERMITIDA (RAP)

Controladora			
Empresa	Contrato de Concessão ANEEL	Valor da RAP Anual*	Reajuste Anual 07/2011
Eletrosul	057/2001 - Diversos Empreendimentos	858.472	IGPM - 9,77%
	010/2005 - LT Campos Novos - Blumenau C2	79.094	IGPM - 9,77%
	004/2008 - LT P. Médici - Santa Cruz 1 230kV	5.339	IPCA - 6,55%
	005/2009 - SE Missões - 230/69 kV (150 MVA)	4.237	IPCA - 6,55%
Total		947.142	

*Resolução ANEEL nº 1.171 de 28.06.2011

Investidas			
Empresa	Contrato de Concessão ANEEL	Valor da RAP Anual*	Reajuste Anual 07/2011
Artemis	004/2004 -LT Salto Santiago -Ivaiporã -Cascavel Oeste	68.811	IGPM - 9,77%
Etau	082/2002 -LT Campos Novos -Lagoa Vermelha -Santa Marta	30.913	IGPM - 9,77%
RS Energia	005/2006 -LT Campos Novos -Pólo 525kV	31.722	IPCA - 6,55%
Uirapuru	002/2005 -LT Ivaiporã -Londrina	22.152	IGPM - 9,77%
Total		153.598	

*Resolução ANEEL nº 1.171 de 28.06.2011

NOTA 34 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga aos empregados, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia, tomando-se por base a realizada no mês de dezembro de 2011, foram de R\$ 34.786,42 e de R\$ 2.142,42, respectivamente. O honorário atribuído a cada diretor, tomando-se por base o mesmo mês, foi de R\$ 29.616,32.

O total da remuneração atribuída aos Diretores e Conselheiros de Administração está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	2011		2010	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Remuneração	1.157	222	1.312	215
Encargos Sociais	370	45	371	43
Participação nos Lucros	274	-	252	-
Total	1.801	267	1.935	258

A

Companhia contava, em 31 de dezembro de 2011, com 1.675 empregados (sendo 1.554 no quadro próprio aprovado pelo DEST e 121 reintegrados), sendo que o quadro próprio está dividido em 978 vinculados às atividades operacionais e 576 às atividades administrativas. A remuneração média dos empregados, tomando-se por base, o mês de dezembro de 2011, foi de R\$ 5.700,98.

NOTA 35 – TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL*

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores:

Indicadores	Controladora	
	2011	2010
Empregados treinados	1.494	1.595
Homem hora treinados	117.677	99.311
Média hora treinamento	65,00	56,00
Índice empregados treinados (%)	82,90%	90,31%
Força de trabalho treinada (%)	3,40%	2,92%
Investimento total (mil)	4.004	3.371
Valor médio investido por empregado (mil)	2,7	2,1

*

Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 36 – RESULTADO POR SEGMENTO

		Controladora					
		2011			2010		
	Notas	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	-	844.917	844.917	-	794.523	794.523
CUSTO OPERACIONAL							
Custo com Energia Elétrica	39	-	(110.583)	(110.583)	-	(42.643)	(42.643)
Energia comprada para revenda		-	(124.603)	(124.603)	-	(27.324)	(27.324)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso		-	14.020	14.020	-	(15.319)	(15.319)
Custo de Operação	39	-	(219.650)	(219.650)	-	(210.836)	(210.836)
Pessoal, material e serviços de terceiros		-	(213.270)	(213.270)	-	(206.683)	(206.683)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		-	(2.247)	(2.247)	-	(547)	(547)
(-) Recuperação de despesas		-	3.152	3.152	-	2.858	2.858
Outros		-	(7.285)	(7.285)	-	(6.464)	(6.464)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	39	-	(10.312)	(10.312)	-	(14.121)	(14.121)
Custo de construção	39	-	(92.201)	(92.201)	-	(108.330)	(108.330)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	412.171	412.171	-	418.593	418.593
Despesas operacionais		-	(183.525)	(183.525)	-	(185.850)	(185.850)
Participações nos lucros e resultados		-	(33.470)	(33.470)	-	(30.260)	(30.260)
RESULTADO DO SERVIÇO		-	195.176	195.176	-	202.483	202.483
Resultado de participações societárias		-	33.675	33.675	-	32.505	32.505
Resultado Financeiro	41	-	(122.246)	(122.246)	-	14.261	14.261
Outras receitas/despesas	42	-	9.054	9.054	-	(159.979)	(159.979)
LUCRO OPERACIONAL		-	115.659	115.659	-	89.270	89.270
Imposto de renda e contribuição social	43	-	(12.287)	(12.287)	-	(21.647)	(21.647)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	103.372	103.372	-	67.623	67.623

		Consolidado					
		2011			2010		
	Notas	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	7.924	1.352.469	1.360.393	-	1.066.995	1.066.995
CUSTO OPERACIONAL							
Custo com Energia Elétrica	39	-	(110.583)	(110.583)	-	(42.643)	(42.643)
Energia comprada para revenda		-	(124.603)	(124.603)	-	(27.324)	(27.324)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso		-	14.020	14.020	-	(15.319)	(15.319)
Custo de Operação	39	(608)	(222.517)	(223.125)	-	(216.787)	(216.787)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(21)	(214.322)	(214.343)	-	(213.577)	(213.577)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		-	(2.511)	(2.511)	-	(547)	(547)
(-) Recuperação de despesas		-	3.560	3.560	-	4.802	4.802
Outros		(587)	(9.244)	(9.831)	-	(7.464)	(7.464)
Custo do serviço prestado a terceiros	39	-	(10.312)	(10.312)	-	(14.121)	(14.121)
Custo com construção	39	-	(514.193)	(514.193)	-	(315.450)	(315.450)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		7.316	494.864	502.180	-	477.995	477.995
Despesas Operacionais		(10.909)	(189.860)	(200.769)	(7.470)	(188.864)	(196.334)
Participações nos lucros e resultados		-	(33.470)	(33.470)	-	(30.221)	(30.221)
RESULTADO DO SERVIÇO		(3.593)	271.534	267.941	(7.470)	258.910	251.440
Resultado de participações societárias		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	41	955	(145.651)	(144.696)	886	(2.084)	(1.198)
Outras receitas/despesas	42	-	9.062	9.062	3.774	(156.989)	(153.215)
LUCRO OPERACIONAL		(2.638)	134.945	132.307	(2.810)	99.837	97.027
Imposto de renda e contribuição social	43	753	(28.430)	(27.677)	2.718	(32.213)	(29.495)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.885)	106.515	104.630	(92)	67.624	67.532

NOTA 37 – RECEITA OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL				
Receita de geração de energia	-	-	8.486	-
Receita do serviço de O&M	470.923	435.827	481.861	451.950
Receita com o ativo financeiro	320.932	286.822	396.684	341.827
Receita de construção transmissão	92.201	108.330	514.193	315.450
Receita de comercialização de energia	33.721	21.305	33.721	21.305
Receita do serviço prestado a terceiros	19.127	20.108	28.232	20.108
Outras receitas	4.820	5.090	4.705	7.966
	941.724	877.482	1.467.882	1.158.606
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Reserva global de reversão (RGR)	(23.418)	(19.386)	(25.684)	(21.399)
COFINS	(52.950)	(45.987)	(59.189)	(50.975)
PIS/PASEP	(11.489)	(9.978)	(12.132)	(10.977)
ICM S/ISS	(486)	(386)	(1.214)	(386)
P&D	(8.464)	(7.222)	(9.270)	(7.874)
	(96.807)	(82.959)	(107.489)	(91.611)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	844.917	794.523	1.360.393	1.066.995

O montante de R\$ 8.486 mil na rubrica “receita de geração de energia” refere-se ao faturamento das SPE’s Eólica Cerro Chato I S/A, Eólica Cerro Chato II S/A e Eólica Cerro Chato III S/A.

NOTA 38 – ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reserva Global de Reversão (RGR)	23.418	19.386	25.684	21.399
Taxa de Fiscalização ANEEL	4.209	4.020	4.320	4.160
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	3.386	2.889	3.386	2.889
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	1.693	1.444	1.693	1.444
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.385	2.889	4.191	3.541
Total	36.091	30.628	39.274	33.433

NOTA 39 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Distribuição por natureza

Natureza	2011					
	Controladora			Consolidado		
	Custo do serviço	Despesas operacionais	Total	Custo do serviço	Despesas operacionais	Total
Pessoal (b)	184.825	131.998	316.823	185.541	137.833	323.374
Material (b)	6.712	3.043	9.755	6.767	3.374	10.141
Serviço de terceiro (b)	31.989	37.120	69.109	32.291	46.660	78.951
Prov. créd. liquid. duvidosa	2.247	-	2.247	2.511	-	2.511
Custo de construção transmissão	92.201	-	92.201	514.193	-	514.193
Energia comprada para revenda	124.603	-	124.603	124.603	-	124.603
Prov. (reversão) contratos onerosos	(14.020)	-	(14.020)	(14.020)	-	(14.020)
Depreciação e amortização	-	2.542	2.542	-	2.557	2.557
Taxa de fiscalização ANEEL	-	4.209	4.209	-	4.320	4.320
Prov. (Reversão) para contingências	-	(4.718)	(4.718)	-	(4.718)	(4.718)
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	14.321	14.321	-	14.321	14.321
(-) Recuperação de despesas*	(3.152)	(28.440)	(31.592)	(3.560)	(28.440)	(32.000)
Outras despesas (b)	7.341	23.450	30.791	9.887	24.862	34.749
Total	432.746	183.525	616.271	858.213	200.769	1.058.982

*

Contempla basicamente créditos de Pis e Cofins sobre a depreciação e ajustes atuariais decorrentes da deliberação CVM 600.

Natureza	2010					
	Controladora			Consolidado		
	Custo do serviço	Despesas operacionais	Total	Custo do serviço	Despesas operacionais	Total
Pessoal (b)	180.593	120.832	301.425	181.212	126.357	307.569
Material (b)	7.740	3.021	10.761	7.749	3.322	11.071
Serviço de terceiro (b)	32.337	28.074	60.411	38.603	31.606	70.209
Prov. créd. liquid. duvidosa	547	-	547	547	-	547
Custo de construção transmissão	108.330	-	108.330	315.450	-	315.450
Energia comprada para revenda	27.324	-	27.324	27.324	-	27.324
Prov. (reversão) contratos onerosos	15.319	-	15.319	15.319	-	15.319
Depreciação e amortização	-	2.391	2.391	-	2.428	2.428
Taxa de fiscalização ANEEL	-	4.020	4.020	-	4.160	4.160
Prov. (Reversão) para contingências	-	16.778	16.778	-	16.778	16.778
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	3.262	3.262	-	3.262	3.262
(-) Recuperação de despesas*	(2.858)	(19.927)	(22.785)	(4.802)	(19.927)	(24.729)
Outras despesas (b)	6.598	27.399	33.997	7.598	28.348	35.946
Total	375.930	185.850	561.780	589.000	196.334	785.334

*

Contempla basicamente créditos de Pis e Cofins sobre a depreciação e ajustes atuariais decorrentes da deliberação CVM 600.

b) Distribuição por tipo de gasto

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal				
Remunerações	93.468	107.133	97.450	112.596
Periculosidade	18.705	16.702	18.705	16.702
Hora extra	13.496	9.979	13.496	9.979
Provisão de 13º salário	11.926	11.405	12.073	11.437
Gratificação e provisão de férias	22.085	17.819	22.572	17.842
Encargos sociais	56.549	58.565	57.839	59.017
Ajudas de custo	3.051	299	3.057	299
Benefícios	42.790	36.037	43.429	36.211
Contribuições ELOS	15.482	12.169	15.482	12.169
Plano readequação do quadro de pessoal (PREQ)	8.977	17.701	8.977	17.701
Extensão licença maternidade Lei 11.770/08	113	54	113	54
Provisão Contrib. Patroc. s/ benefício da geração atual*	22.284	4.853	22.284	4.853
Custo do serviço prestado	8.150	9.022	8.150	9.022
Transferência para ordem em curso	(253)	(313)	(253)	(313)
Total	316.823	301.425	323.374	307.569 *

Refere-se aos empregados que optaram pela migração do plano previdenciário BD para o plano previdenciário CD.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Material				
Combustível e lubrificantes para veículos	2.253	2.041	2.334	2.055
Peças e acessórios para veículos	1.105	1.202	1.113	1.208
Expediente, consumo, limpeza e reposição	3.708	3.842	3.939	4.024
Operação e manutenção do sistema elétrico	1.256	1.734	1.309	1.742
Lubrificantes para veículos	29	21	29	21
Pneus e camaras	114	142	114	142
Refeições e lanches	136	153	149	153
Combustível veículos locados em viagens	49	12	49	12
Material a ser requisitado aos estoques	1.398	1.580	1.398	1.580
Custo do serviço prestado	117	54	117	154
Transferência para ordem em curso	(410)	(20)	(410)	(20)
Total	9.755	10.761	10.141	11.071

Serviço de terceiros	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Auditoria externa	162	154	280	255
Frete e carretos	587	627	592	628
Vigilância	6.391	5.963	7.168	5.963
Limpeza, manut.cons.de edifícios e instalações em geral	6.336	4.254	6.387	4.254
Manut. e conservação de veículos	793	611	806	611
Manut. e conservação de instalações elétricas	958	1.556	1.214	3.518
Manut. e conservação de equipamentos - móveis e utensílios	409	323	421	892
Manut. e conservação de equipamentos - proc.eletr.de dados	346	397	350	451
Energia elétrica	2.868	2.784	2.893	2.784
Água e esgoto	214	134	220	134
Outros serviços de terceiros*	24.452	21.243	29.007	21.846
Taxi, ônibus e similares	1.662	1.520	1.699	1.520
Passagens aéreas	2.661	1.936	2.832	1.953
Comunicação	1.979	1.770	2.757	1.796
Hospedagem, refeições e lanches	5.901	4.367	6.358	4.376
Uso de condução própria	140	121	163	121
Gastos com processos judiciais	321	226	1.868	246
Publicidade Institucional	3.770	3.426	3.862	3.436
Publicidade de Utilidade Pública	657	666	703	666
Publicidade Legal (Compulsório)	1.913	1.303	1.947	1.303
Custo do serviço prestado	1.989	5.316	1.855	8.777
Outros serviços	4.771	1.764	5.740	4.729
Transferência para ordem em curso	(171)	(50)	(171)	(50)
Total	69.109	60.411	78.951	70.209 *

Substancialmente são contabilizados gastos com serviço de recepção, serviços de portaria, serviços de manutenção diversos, postos de serviços, dentre outros.

Outras despesas	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
IPVA	301	327	301	327
ICMS	1.585	1.665	1.585	1.665
IPTU	730	516	736	516
Taxas	567	212	946	481
Doações, contribuições e subvenções	14.644	11.675	14.860	11.776
Arrendamentos e aluguéis	2.420	2.017	3.171	2.327
Seguros	2.515	2.754	2.929	2.911
Jornais, revistas, livros técnicos e CD-ROM	163	142	168	142
Software	318	1.126	351	1.126
Social e representação / Perdas*	79	6.157	79	6.157
Anuidades a conselhos de classe	40	-	40	-
Despesas com estagiários	847	566	847	566
Participantes assistidos	2.816	2.261	2.816	2.261
Benefícios a Aposentados	52	56	52	56
Outras despesas	3.715	4.524	5.869	5.636
(-) Transferencia para ordem em curso	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	30.791	33.997	34.749	35.946 *

Substancialmente, refere-se ao valor baixado de créditos contra a SC Energia, incorporada em 30 de abril de 2010.

NOTA 40 – PIS/COFINS SOBRE A RECEITA FINANCEIRA

Em 9 de novembro de 2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era

incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN); portanto, beneficiando apenas e tão-somente, as partes envolvidas nos recursos mencionados.

Em razão do exposto, a Companhia impetrou ação judicial garantindo a não prescrição dos valores recolhidos a maior que, em 31 de dezembro 2011, totalizavam aproximadamente R\$ 105,1 milhões, estando a área jurídica da Companhia adotando as medidas cabíveis, com vistas ao ressarcimento e/ou compensação dos valores em questão. O referido valor não se encontra registrado, visto ainda apresentar natureza de Ativo Contingente.

NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
a) Receitas financeiras				
Renda sobre aplicações financeiras	29.762	17.797	43.850	20.353
Renda sobre créditos de energia renegociados - Juros	80.281	79.434	80.281	79.434
Renda sobre créditos de energia renegociados - Variação M.	32.945	69.754	32.945	69.754
Juros	687	850	1.072	850
Multas	757	2.917	757	2.917
Variação Monetária (financiamentos e empréstimos)	7.494	1.226	10.469	1.226
Variação Monetária sobre Depósitos Judiciais	2.042	2.723	2.043	2.723
Ajuste a valor presente de tributos	1.582	(684)	1.582	(684)
Diversas	(910)	270	399	2.096
Subtotal	154.640	174.287	173.398	178.669
b) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas (financiamentos e empréstimos)	77.395	66.453	109.468	79.098
Variação monetária (financiamentos e empréstimos)	45.409	27.972	50.818	27.972
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	7.379	14.373	10.356	14.373
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias*	542	9.882	661	9.882
Juros diversos	2.007	1.763	2.141	1.763
Despesas bancárias	106	27	165	27
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	3.920	1.371	4.225	1.371
Variação Monetária - Contingências/ELOS	3.830	3.542	3.830	3.542
Atualização pela SELIC dos dividendos	8.971	18.973	8.971	18.973
Atualização pela SELIC do AFAC Eletrobras	114.389	-	114.389	-
Atualização pela SELIC do PREQ	2.833	1.308	2.833	1.308
Ajuste a valor presente de tributos	9.914	5.212	9.914	5.212
Fiança bancária financiamento BNDES - Jirau	-	7.833	-	7.833
Variação Monetária - Outras	191	1.317	323	8.513
Subtotal	276.886	160.026	318.094	179.867
Resultado Financeiro	(122.246)	14.261	(144.696)	(1.198)*

O valor de R\$ 9.882 mil em 2010 refere-se basicamente ao reconhecimento de multa de parcelamento de débitos tributários da Lei 10.684/2003.

NOTA 42 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Perdas na desativação de bens e direitos	(716)	(433)	(755)	(433)
Ganhos/perdas na alienação de bens e direitos	403	339	403	339
Provisão (reversão) valor recuperável de ativos	(7.732)	(135.138)	(7.732)	(135.138)
Mensuração de ganhos com participação societária (nota 53)	74.166	-	74.166	-
Ajuste a valor recuperável de investimentos (nota 17.6)	(33.855)	-	(33.855)	-
Amortização do ágio	(20.505)	(20.526)	(20.505)	(20.526)
Outras despesas	(2.707)	(4.221)	(2.894)	(3.939)
Outras receitas	-	-	234	6.482
Total	9.054	(159.979)	9.062	(153.215)

O montante da rubrica “Provisão (reversão) valor recuperável de ativos” é composto por R\$ 35.206 mil referente a provisão contábil relativo a perdas com ativos de geração (nota 18, e (ii)) e reversão de impairment registrado em 2010 no montante de R\$ 27.474 mil relativo aos ativos da UHE Passo São João (nota 18, e (i)).

O montante de R\$ 33.855 mil registrado na rubrica “Ajuste a valor recuperável de investimentos” refere-se ao valor do fluxo de caixa dos dividendos trazidos a valor presente pela taxa de 5,49%, apurado sobre o investimento realizado na Artemis, conforme descrito na nota 17.4.

O montante de R\$ 74.166 mil constante na rubrica “Mensuração de ganhos com participação societária”, refere-se ao resultado apurado em 11.08.2011, relativo à participação anterior detida na Artemis (49%) e Uirapuru (49%), nos valores respectivos de R\$ 63.012 mil e 11.154 mil, conforme descrito na nota 53.

NOTA 43 – EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO

	Controladora			
	2011		2010	
	Imp. Renda	Contr. Social	Imp. Renda	Contr. Social
Lucro antes dos tributos	115.659	115.659	89.270	89.270
Adições	54.376	54.376	18.691	18.691
Exclusões	(130.707)	(127.825)	(40.240)	(37.358)
Lucro real/base da contribuição social	39.328	42.210	67.721	70.603
Alíquotas dos tributos	15%+10%	9%	15%+10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	9.808	3.799	16.906	6.354
Incentivo fiscal*	(1.320)	-	(1.613)	-
Imposto de renda e contribuição social do período	8.488	3.799	15.293	6.354
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.740	6.770	3.735	2.193
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.252)	(2.971)	11.558	4.161
Imposto de renda e contribuição social do período	8.488	3.799	15.293	6.354*

Lei Rouanet, Lei do Esporte e FIA.

Controladas	Consolidado			
	2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
RS Energia*	3.022	1.095	1.308	480
ESBR	(1.372)	(494)	(1.998)	(720)
Artemis	4.718	1.733	4.276	1.557
Etau*	322	155	311	120
Norte Brasil	341	205	245	80
Porto Velho*	1.764	635	1.119	411
Uirapuru*	379	188	227	120
Cerro Chato III	814	299	-	-
Integração	1.164	422	229	83
Controladora	8.488	3.799	15.293	6.354
Totais	19.640	8.037	21.010	8.485
Imposto de renda e contribuição social corrente:	25.975	10.224	9.447	4.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.335)	(2.187)	11.563	4.162
Totais	19.640	8.037	21.010	8.485

*Tributação pelo Lucro Presumido

NOTA 44 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Companhia provisionou em 2011 o valor de R\$ 24.551 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios e contabilizou no patrimônio líquido o valor de R\$ 73.652 mil como dividendos adicionais propostos, que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em 2010, foi provisionado o valor como dividendos mínimos foi de R\$ 19.330 mil e como dividendos adicionais excedentes ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 57.991 mil.

Os dividendos em 2011 e em 2010 foram calculados conforme segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	103.372	67.623
Ajustes adoção IFRS	-	13.768
Lucro líquido do exercício base para reserva legal	103.372	81.391
Reserva legal sobre o lucro líquido (5%)	(5.169)	(4.070)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	98.203	77.321
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	24.551	19.330
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	73.652	57.991
Dividendos propostos	98.203	77.321

Movimentação dos dividendos em 2011:

Saldo no exercício anterior	19.332
Dividendos adicionais propostos exercício anterior	57.991
Atualização SELIC	8.971
Pagamentos	(86.293)
Dividendos mínimos obrigatórios	24.551
Saldo no final do exercício	24.552

NOTA 45 – SEGUROS

Riscos	Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	Início	Final		
Seguro de riscos nomeados	27/2/2011	27/2/2012	1.771.081	2.315
Seguro de transporte nacional	18/3/2011	18/3/2012	90.500	95

. Seguro de riscos nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as instalações, nomeando os equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como: incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos.

NOTA 46 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
Fatores de risco financeiro
(a) Risco de crédito

Salvo pelas contas “consumidores, concessionários e permissionários”, depósitos e cauções vinculados, o ativo financeiro de transmissão, os créditos de energia renegociados, a Companhia não possui outros saldos significativos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pelas operações da Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Financiamentos e empréstimos	139.209	129.747	344.245	713.777
Fornecedores	109.546	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710
Em 31 de dezembro de 2010				
Financiamentos e empréstimos	93.729	118.892	295.959	631.714
Fornecedores	115.592	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	1.422	4.692	78.000
Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Financiamentos e empréstimos	534.406	296.727	1.145.853	2.925.638
Fornecedores	325.022	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	3.472	14.246	296.508
Em 31 de dezembro de 2010				
Financiamentos e empréstimos	214.663	211.669	782.645	2.143.124
Fornecedores	196.676	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	1.422	10.871	196.886

(c) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

(d) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui um contrato de financiamento em moeda estrangeira (Euro) obtido junto à Eletrobrás por meio de repasse do banco KfW para realizar investimentos no complexo de PCH's São Bernardo. Sobre estas operações não foram contratadas operações de "hedge" (proteção).

	Controladora			
	2011		2010	
	Moeda		Moeda	
	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Passivo				
Empréstimos em Euro	13.293	32.359	8.735	21.902
Exposição Líquida	13.293	32.359	8.735	21.902

(e) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(e.1) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(e.2) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas específicas para operações entre o Sistema Eletrobras e o BNDES. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados.

(e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos. As sociedades de propósitos específicos (SPE) controladas em conjunto, ESBR Participações S/A e a Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, possuem operações de hedge accounting.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Norte Brasil, chamado Hedge, têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e variação do preço do alumínio no mercado internacional, que tem peso significativo no plano de investimentos.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela ESBR Participações tem o intuito de reduzir a exposição cambial de determinadas parcelas do contrato de fornecimento de turbinas para a UHE Jirau com as empresas Dong Fang e Hyosung.

Essas operações visam reduzir a exposição cambial e alterações bruscas em preços de commodities. As empresas controladas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos.

Os referidos valores foram reconhecidos não líquidos de impostos por reflexo como ajuste de avaliação patrimonial no grupo investimentos, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

Saldos de hedge accounting reconhecidos por reflexo no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
	2011	2010
Norte Brasil	(8.536)	(7.913)
ESBR	698	(2.556)
	(7.838)	(10.469)

Efeito dos derivativos no Balanço Patrimonial:

ATIVO	Consolidado					
	2011			2010		
Derivativos designados como hedge	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Risco de câmbio e taxa de juros						
SPE: ESBR Participações S/A						
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	-	5.631	13.438	1.761	15.199
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	-	19.652	29.284	-	29.284
SPE: Norte Brasil Transmissora						
Contrato 1: Citibank LME	2.751	-	2.751	619	896	1.515
Total	28.034	-	28.034	43.341	2.657	45.998

PASSIVO	Consolidado					
	2011			2010		
Derivativos designados como hedge	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
SPE: Norte Brasil Transmissora						
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	-	6.520	2.095	3.174	5.269
Contrato 2: Berclays NDF	3.663	-	3.663	2.068	3.136	5.204
Total	10.183	-	10.183	4.163	6.310	10.473

Mutação dos derivativos:

Derivativos designados como hedge	Consolidado	
	2011	2010
Saldo Inicial	10.469	1.320
Variação cambial sobre principal	(2.098)	2.369
Transferência do ajuste de avaliação patrimonial para o ativo imobilizado	(1.156)	(1.133)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial (parte coberta pelo hedge)	1.975	10.959
Imposto de Renda Diferido	(1.352)	(3.046)
Saldo Final	7.838	10.469

Análise de sensibilidade:

Depreciação dos índices			Consolidado			
			31/12/2011			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31/12/2011	Índice em 31/12/2011	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESB RP Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	1,8758	1,40685	0,93790	4.223	2.816
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	1,8758	1,40685	0,93790	14.739	9.826
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Cityibank LME	2.751	1,8758	1,40685	0,93790	2.063	1.376
Total	28.034				21.026	14.018
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	1,8758	1,40685	0,93790	4.890	3.260
Contrato 2: Barclays NDF	3.663	1,8758	1,40685	0,93790	2.747	1.832
Total	10.183				7.637	5.092

Apreciação dos índices			Consolidado			
			31/12/2011			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31/12/2011	Índice em 31/12/2011	Cenário I (+25%) Índice	Cenário II (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário II (+50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESB RP Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	1,8758	2,34475	2,81370	7.039	8.447
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	1,8758	2,34475	2,81370	24.565	29.478
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Cityibank LME	2.751	1,8758	2,34475	2,81370	3.439	4.127
Total	28.034				35.043	42.052
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	1,8758	1,40685	0,93790	4.890	3.260
Contrato 2: Barclays NDF	3.663	1,8758	1,40685	0,93790	2.747	1.832
Total	10.183				7.637	5.092

Depreciação dos índices			Consolidado			
			31/12/2010			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31/12/2010	Índice em 31/12/2010	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBRP Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	15.199	1,6662	1,24965	0,83310	11.399	7.600
Contrato 2: Banco Itaú	29.284	1,6662	1,24965	0,83310	21.963	14.642
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Cityibank LME	1.515	1,6662	1,24965	0,83310	1.136	758
Total	45.998				34.499	23.000
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	5.269	1,6662	1,24965	0,83310	3.952	2.635
Contrato 2: Barclays NDF	5.204	1,6662	1,24965	0,83310	3.903	2.602
Total	10.473				7.855	5.237

Apreciação dos índices			Consolidado			
			31/12/2010			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31/12/2010	Índice em 31/12/2010	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBRP Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	15.199	1,6662	2,08275	2,49930	18.999	22.799
Contrato 2: Banco Itaú	29.284	1,6662	2,08275	2,49930	36.605	43.926
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Cityibank LME	1.515	1,6662	2,08275	2,49930	1.894	2.273
Total	45.998				57.498	68.998
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	5.269	1,6662	1,24965	0,83310	3.952	2.635
Contrato 2: Barclays NDF	5.204	1,6662	1,24965	0,83310	3.903	2.602
Total	10.473				7.855	5.237

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil menos a perda impairment, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

31 de dezembro de 2011

Ativos	Nota	Consolidado			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	-	524.294	-	524.294
Cauções, depósitos e fundos vinculados	5	-	73.222	-	73.222
Títulos e valores mobiliários	4	-	136	-	136
Total do Ativo		-	597.652	-	597.652

31 de dezembro de 2010

Ativos	Nota	Consolidado			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	-	352.181	-	352.181
Cauções, depósitos e fundos vinculados	5	-	103.638	-	103.638
Títulos e valores mobiliários	4	-	131	-	131
Total do Ativo		-	455.950	-	455.950

(g) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		Consolidado	
Ativos financeiros	Nota	2011	2010
(a.1) Mensurados ao custo amortizado			
Recebíveis			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	127.475	99.235
Ativo financeiro amortizável	7	1.582.185	1.269.964
Ativo financeiro indenizável	7	2.188.468	1.913.332
Créditos de energia renegociados	8	607.391	672.678
Cauções, depósitos e fundos vinculados	5	73.222	103.638
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	4	136	131
(a.2) Mensurados ao valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	624.187	358.785
		5.203.064	4.417.763
Passivos financeiros			
(a.3) Mensurados ao custo amortizado			
Fornecedores	20	325.022	196.676
Financiamentos e empréstimos	21	3.905.836	2.577.262
Dividendos a pagar	44	24.552	19.332
		4.255.410	2.793.270

(h) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de seu endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, a soma do seu passivo circulante e do passivo não circulante subtraindo-se desse valor o montante dos créditos de energia renegociados e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, dividindo por seu patrimônio líquido.

Controladora			
	Nota	2011	2010
Total dos financiamentos e empréstimos	21	1.841.490	1.496.309
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(257.339)	(135.560)
(=) Dívida líquida		1.584.151	1.360.749
Total do patrimônio líquido	31	2.631.278	2.636.383
AFA C's	30	1.810.793	724.125
(=) Total do capital		6.026.222	4.721.257
Índice de alavancagem financeira		26%	29%

Consolidado			
	Nota	2011	2010
Total dos financiamentos e empréstimos	21	3.905.836	2.577.262
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(624.187)	(358.785)
(=) Dívida líquida		3.281.649	2.218.477
Total do patrimônio líquido	31	2.631.278	2.636.383
AFA C's	30	1.810.793	724.125
Total dos investimentos em SPE's		1.713.062	922.535
(=) Total do capital		9.436.782	6.501.520
Índice de alavancagem financeira		35%	34%

NOTA 47 – BENS E DIREITOS DA UNIÃO

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.204 mil a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo à parte da subestação - SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupiá/ Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de 230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 48 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), e observadas as disposições da Resolução nº 10 do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), de 30 de maio de 1995 e da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, foram estabelecidos os critérios para determinação da participação dos empregados no resultado da Companhia e definido um conjunto de metas para a fixação do valor.

O montante do pagamento da Participação nos Lucros e Resultados da Eletrosul está condicionado ao valor de dividendos pagos pela Eletrobras, conforme estabelecido em Termo de Pactuação assinado com os sindicatos, que respeita o limite de 25% dos dividendos pagos aos acionistas pela holding, de acordo com a Resolução CCE nº 10.

Em conformidade com o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia, foi constituída provisão para participação no lucro do exercício aos diretores.

A provisão constituída, em 2011, para os empregados e os diretores totalizou R\$ 33.470 mil (R\$ 30.260 mil em 2010).

NOTA 49 – GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS*

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da empresa asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 50 – GESTÃO DE RISCOS TRABALHISTAS*

São constituídas provisões para as contingências de demandas judiciais de riscos trabalhistas reconhecidas pela empresa, que representam o universo de perdas prováveis, cujos pedidos judiciais se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, que são quantificadas ao valor presente quando da efetiva liquidação desta obrigação.

O provisionamento contábil destas demandas está seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico - CPC 25.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 51 – ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA – ICSD

O índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado pela divisão de geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações financeiras.

Conforme o quadro apresentado abaixo, o ICSD calculado para a Eletrosul refere-se ao período de junho de 2011 a dezembro de 2011, apresenta valor acima do mínimo exigido pelo BNDES, que é 1,3.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA (ICSD)

Período: dezembro de 2011 e junho de 2011

A) Geração de caixa da atividade	427.267
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	301.127
(+) LAJIDA (EBITDA)	197.718
(+) Lucro líquido	103.372
(+) Despesa (receita) financeira líquida	122.246
(+) Provisão para IR e CS	12.287
(+) Depreciação e amortização	2.542
(+) Outras despesas (receita) líquidas não operacionais	(9.054)
(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial	(33.675)
(-) Imposto de Renda	(8.488)
(-) Contribuição Social	(3.799)
(+/-) Variação do Capital de Giro	(59.291)
(+)Necessidade de Capital de Giro no período t	114.984
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	502.968
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	387.984
(-)Necessidade de Capital de Giro no período t-1	174.275
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	519.675
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	345.400
B) Serviço da Dívida	179.937
(+) Amortização do principal	73.165
(+) Pagamento de juros	106.772
C) Índice de cobertura do serviço da dívida A/B	2,4
Meta	= ou > que 1,3

NOTA 52 – LEILÕES DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Por meio de leilão de energia da ANEEL, proveniente de novos empreendimentos, que segue as regras estabelecidas pela Lei nº 10.848, de 15 /03/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, a Companhia conquistou, em 2011, os seguintes leilões:

Nº Leilão	Objeto	Invesntimento previsto	Receita	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Data de Entrada em operação	Parceiros	
			Anual Estimada					
002/2011 - A-3	Parque Eólico Livramento	272,1 mi	24,9 mi	90 MW	29 MW	03/2014	Rio Bravo Investimentos Fundação Elos	41% 10%
002/2011 - A-3	Parque Eólico Santa Vitória do Palmar	892,3 mi	94,7 mi	258 MW	109,2 MW	03/2014	Rio Bravo Investimentos	51%
002/2011 - A-3	Parque Eólico Chuí	356,2 mi	36,9 mi	98 MW	40,4 MW	03/2014	Rio Bravo Investimentos	51%
002/2011 - A-3	Parque Eólico Minuano	169,8 mi	17,4 mi	46 MW	19,5 MW	03/2014	Rio Bravo Investimentos	51%
004/2011	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR) com 143 km e SE Umuarama 230/138 kV	74,7 mi	8,8 mi	-	-	01/2014	Copel	51%
006/2011 - A	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3 com 140 km; LT 230 kV Camaquã 3- Quinta com 163 km; LT 525 kV Salto Santiago - Itá com 190 km; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita com 305 km; SE Camaquã 3 230/69 kV	470 mi	49,4 mi	-	-	01/2014	Copel	20%
006/2011 - F	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR), cs, 28 Km e SE Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x224 MVA	100 mi	12,9 mi	-	-	01/2014	Copel	80%

NOTA 53 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Conforme mencionado na Nota 1 (b), em 11 de agosto de 2011, a Companhia após obter as autorizações necessárias (CADE, ANEEL e BNDES), adquiriu o controle acionário da Artemis Transmissora de Energia S/A e Uirapuru Transmissora de Energia S/A. Foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e participação de não controladores.

Conforme dispõe o parágrafo nº 42 do pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3 – Business Combination), a Companhia reavaliou sua participação anterior de 49% na Artemis e 49% na Uirapuru pelo valor justo da data da aquisição e reconheceu no resultado do período o ganho resultante, conforme a seguir demonstrado.

(a) Artemis Transmissora de Energia S/A

O valor da transação total foi de R\$ 145.692 mil, correspondentes a diferença da contraprestação transferida em caixa no valor de R\$ 154.362 mil e o valor do direito aos dividendos não pagos à Cymi Holding no valor de R\$ 8.670 mil, e decorreu do exercício do direito de preferência para a aquisição das ações.

A aquisição da participação acionária proporcionou à Eletrosul, através do exercício do direito de preferência, deter o controle da Artemis e apresentará como vantagem, a sinergia dos fluxos financeiros, posto que o montante dos dividendos relativos a parcela adquirida passará a integrar o fluxo de caixa, bem como implicará em benefícios de centralização da administração e redução dos custos de transação, quando da efetivação da incorporação.

Contraprestação

Em 11 de agosto de 2011

Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	154.362
Créditos referente dividendos da Cymi Holding (vendedora)	(8.670)
Valor justo da participação acionária na Artemis mantida antes da combinação de negócios	139.978
	285.670
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	14.031
Concessionárias e permissionárias	8.422
Ativo financeiro amortizável pela RAP	166.109
Ativo financeiro indenizável	85.636
Ativos ao valor justo por meio do resultado	8.161
Demais contas a receber	2.851
Empréstimos e financiamentos	(99.138)
Impostos a recolher e taxas regulamentares	(7.226)
Dividendos a pagar	(17.000)
Demais contas a pagar	(4.772)
Total de ativos líquidos identificáveis	157.074
Ágio (<i>Goodwill</i>)	65.584
Ganho na participação anterior na Artemis a valor justo	63.012
	285.670

A redução da contraprestação no montante de R\$ 8.670 mil decorre do contrato de compra e venda das ações, no qual a vendedora abriu o direito de recebimento a compradora.

O ágio (*Goodwill*) no montante de R\$ 65.584 mil é atribuído à expectativa de rentabilidade futura do negócio pelo direito de exploração da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica, conforme avaliação econômico-financeira. Este ágio tem vida útil definida e esta sendo amortizável de acordo com o período de concessão.

O ágio pago resultante da aquisição da participação acionária no montante de R\$ 65.584 mil será utilizado para fins fiscais, conforme autoriza a legislação do imposto de renda.

(b) Uirapuru Transmissora de Energia S/A

O valor da transação total foi de R\$ 19.429 mil, correspondentes a diferença da contraprestação transferida em caixa no valor de R\$ 20.859 mil e o valor do direito aos dividendos não pagos à Cymi Holding no valor de R\$ 1.430 mil, e decorreu do exercício do direito de preferência para a aquisição das ações

A aquisição da participação acionária proporcionou à Eletrosul, através do exercício do direito de preferência, deter o controle da Uirapuru e apresentará como vantagem, a sinergia dos fluxos financeiros, posto que o montante dos dividendos relativos a parcela adquirida passará a integrar o fluxo de caixa, bem como implicará em benefícios de centralização da administração e redução dos custos de transação.

Contraprestação

Em 11 de agosto de 2011

Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	20.859
Créditos referente dividendos da Cymi Holding (vendedor)	(1.430)
Valor justo da participação acionária na Uirapuru mantida antes da combinação de negócios	36.616
	56.045
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	6.963
Concessionárias e permissionárias	2.689
Ativo financeiro amortizável pela RAP	63.395
Ativo financeiro indenizável	28.145
Ativos ao valor justo por meio do resultado	3.167
Demais contas a receber	95
Empréstimos e financiamentos	(41.946)
Impostos a recolher e taxas regulamentares	(642)
Dividendos a pagar	(5.500)
Demais contas a pagar	(4.402)
Total de ativos líquidos identificáveis	51.964
Participação não controladora	(12.991)
Ágio (Goodwill)	5.918
Ganho na participação anterior na Uirapuru a valor justo	11.154
	56.045

A redução da contraprestação no montante de R\$ 1.430 mil decorre do contrato de compra e venda das ações, no qual a vendedora abriu o direito de recebimento a compradora.

O ágio (Goodwill) no montante de R\$ 5.918 mil é atribuído à expectativa de rentabilidade futura do negócio pelo direito de exploração da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica, conforme avaliação econômico-financeira. Este ágio tem vida útil definida e esta sendo amortizável de acordo com o período de concessão.

No momento, a Companhia não tem intenção de utilizar o valor do ágio para fins fiscais.

(c) Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A Companhia adotou como valor justo dos ativos e passivos como sendo o valor registrado em seus livros, visto que:

Os caixas e equivalentes de caixas adquiridos são depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, e seu valor aproxima-se o valor justo.

Concessionárias e permissionárias engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

Ativos financeiros amortizáveis pela RAP estão reconhecidos os direitos de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão, que representa o valor justo do referido ativo financeiro.

Ativos ao valor justo por meio do resultado referem-se à aplicação financeira no fundo de investimento corrigido por CDI, vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida à instituição financeira.

Empréstimos e financiamentos estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado para operações com as mesmas características. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando os valores, prazos e linhas específicas de financiamentos contratados

NOTA 54 – EVENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**a) Aportes de capital nas Sociedades Investidas**

Em 10 de janeiro de 2012, foi aportado na SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S/A o montante de R\$ 41.160 mil referente à integralização de Capital Social.

Em 16 de janeiro de 2012, foi aportado na SPE Livramento Holding S/A o montante de R\$ 14.005 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 19 de janeiro de 2012, foi aportado na SPE Santa Vitória do Palmar Holding S/A o montante de R\$ 1.054 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 15 de fevereiro de 2012, foi aportado na SPE Livramento Holding S/A o montante de R\$ 6.942 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 23 de fevereiro de 2012, foi aportado na SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S/A o montante de R\$ 24.990 mil referente à integralização de Capital Social.

Em 23 de fevereiro de 2012, foi aportado na SPE ESBR Participações S/A o montante de R\$ 56.000 mil referente à integralização de Capital Social.

Em 08 de março de 2012, foi aportado na SPE Porto Velho Transmissora de Energia S/A o montante de R\$ 15.000 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 16 de março de 2012, foi aportado na SPE Santa Vitória do Palmar Holding S/A o montante de R\$ 965 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 16 de março de 2012, foi aportado na SPE Livramento Holding S/A o montante de R\$ 439 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

b) Recebimentos de capital da Eletrobras

Em 17 de fevereiro de 2012, foi a Companhia recebeu da Eletrobras o montante de R\$ 163.000 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

Em 16 de março de 2012, foi a Companhia recebeu da Eletrobras o montante de R\$ 131.068 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

c) Revisão do tempo de vida útil dos bens - novas taxas de depreciação

Em 16 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Companhia para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e trazem mudanças em relação às últimas estimativas de vida útil e taxas de depreciação adotadas até 31 de dezembro de 2011, para o ativo imobilizado em serviço.

O aumento estimado nas despesas com depreciação anual será de R\$ 6.112 mil. Para a atividade de transmissão ocorrerá redução na receita de atualização do ativo financeiro, cujo impacto estimado será de R\$ 6.351 mil, face ao aumento médio ocorrido nos percentuais das taxas de depreciação.

Como consequência, a redução do resultado societário da Companhia em 2012, e seguintes, será da ordem de R\$ 2.114 mil, e estão a seguir demonstrados:

Efeito no resultado das novas taxas de depreciação	<u>Em R\$ mil</u>
No Balanço Regulatório	
Aumento anual das despesas com depreciação	(6.112)
Redução do imposto de renda e contribuição social a pagar	2.078
No Balanço Societário	
Redução da receita de atualização do ativo financeiro	(6.351)
Crédito do imposto de renda e contribuição social diferido	2.159
Redução do imposto de renda e contribuição social a pagar	2.078
Efeito líquido no resultado societário de 2011	<u>(2.114)</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Eurides Luiz Mescolotto
Conselheiro

Cláudia Hofmeister
Conselheira

Willian Rimet Muniz
Conselheiro

Luiz Antônio Alves de Azevedo
Conselheiro

Celso Knijnik
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Eurides Luiz Mescolotto
Diretor Presidente

Antonio Waldir Vituri
Diretor Financeiro e de Administração

Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia e de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Sandro Rodrigues da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-SC 15360/O-9

Florianópolis, 30 de março de 2012.

Análise Crítica das Demonstrações Contábeis

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica. Com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, possui atuação nos estados da região Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

No segmento de transmissão integra e interliga as fontes aos mercados consumidores, propiciando à sociedade o uso desse bem precioso que é a energia elétrica. Interliga-se ainda com a Argentina e planeja estender essa interligação a outros países da América do Sul. No segmento geração realiza as atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas.

Alinhada às políticas públicas do Governo Federal, a Eletrosul investiu em 2011, R\$ 92,2 milhões na área de transmissão própria e R\$ 496,9 milhões na área de geração própria, que somados aos investimentos realizados por meio das controladas em obras de geração e transmissão, alcançaram o valor de R\$ 2,1 bilhões.

Para o Balanço Patrimonial

Conforme solicitação, segue a análise crítica das demonstrações contábeis da Eletrosul para os anos de 2009, 2010 e 2011 (exercício de referência). Tal qual descrito no contexto, as demonstrações contábeis da Eletrosul apresentam um perfil de empresa que está focando seus esforços em sua expansão operacional, como pode ser observado na análise de alguns indicadores. Entretanto, mesmo com esse perfil de operação, a liquidez corrente da Companhia (item 19.1.1 A) apresenta um valor ascendente nos anos em análise, respectivamente, 1,18, 1,26 e 1,41. Isso equivale dizer que a Companhia possui recursos suficientes para honrar as dívidas de curto prazo (até 12 meses).

Motivado pela expansão em empreendimentos próprios e em sociedades de propósito específico, a empresa está aumentando a participação do capital de terceiros em suas origens de recursos em relação ao capital próprio. Essa informação é corroborada pelo cálculo da relação entre o total do passivo exigível (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo patrimônio líquido, onde a evolução deste se deu da seguinte forma (item 19.1.1 B): 0,93 em 2009, 1,21 em 2010 e 1,74 em 2011.

Cabe ressaltar, que uma expressiva parte do passivo exigível é composto pela rubrica adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. Essa rubrica refere-se a recursos destinados pela controladora da companhia, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás. Esses recursos, como o próprio nome já diz, se tornarão capital social da Eletrosul. A diretoria da Companhia já iniciou o processo para a capitalização desses AFACs.

O valor do AFAC representa 19% do passivo exigível em 2009, 23% em 2010 e 38% em 2011. Caso o mesmo fosse subtraído do passivo exigível e apresentado dentro do Patrimônio Líquido, o indicador (item 19.1.1 B) passaria a apresentar o seguinte perfil: 0,64 em 2009, 0,73 em 2010 e retornando para 0,64 em 2011.

Reflexo deste aumento do passivo exigível é apresentado no confronto entre o passivo exigível em relação ao ativo total da empresa (item 19.1.1 C). Esse indicador apresenta o percentual do ativo total que está sendo financiado pelo capital de terceiros. No ano de 2009 esse valor foi de 48%, em 2010 de 55% e 2011 foi 63%.

Assim, como observado anteriormente, caso seja tirado de dentro do passivo exigível o valor do AFAC (que na essência é um capital próprio), os valores apresentados por esse indicador iriam cair para 39%, 42% e 39% novamente. Já a imobilização do Patrimônio Líquido (item 19.1.1 F), que mede o quando do capital próprio foi usado para constituir os ativos imobilizados próprios da empresa, foi de 28% em 2009, 40% em 2010 e 58% em 2011.

O retorno sobre os investimentos feitos em SPEs (item 19.1.1 D) foram de 6% em 2009, 4% em 2010 e 3% de 2011. Percebe-se, que o retorno sobre o investimento vem caindo nos anos analisados, mas isso se deve ao grande investimento em empresas que ainda estão em fase pré-operacional, ou seja, ainda não estão gerando receita de equivalência patrimonial. Um ponto importante a destacar é o comprometimento do capital próprio em função de passivos contingentes (item 19.1.1 G). A Eletrosul vem mantendo um patamar relativamente baixo: 3% em 2009 e 2010, e uma pequena queda em 2011 para 2%.

Para a Demonstração do Resultado do Exercício

O confronto entre o Lucro Líquido com a Receita Operacional Líquida (item 19.1.2 A) representa quanto a empresa consegue converter em lucro cada Real auferido como receita. Em 2009 o percentual foi de 26%, em 2010 foi de 9% e 2011 de 12%. A acentuada queda ocorrida em 2010 se deu pelo fato do reconhecimento no valor de recuperação de ativos, no caso a Usina Hidroelétrica - UHE de Passo São João, que foi classificado como uma despesa, no valor de R\$ 135mil. Por sua vez, o percentual de 12% registrado em 2011 tem como explicação a atualização monetária dos AFACs oriundos da Eletrobrás, que totalizaram R\$ 114 milhões. Sob a ótica do investidor, a empresa pode apresentar dois indicadores que refletem o retorno gerado pela empresa em relação ao capital próprio da mesma.

O primeiro seria o confronto do Resultado Operacional (Resultado do serviço) pelo Patrimônio Líquido Médio do período (item 19.1.2 B). A Eletrosul tem apresentado um bom resultado nos últimos três anos, 12% em 2009, 8% em 2010 e 7% em 2011. A queda verificada entre 2009 e 2010 foi ocasionada pela redução da receita anual permitida – RAP devido a revisão tarifária feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O segundo indicador é a razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio (item 19.1.2 C), que mede a taxa de retorno sobre o investimento feito pelos acionistas. A Eletrosul apresentou uma taxa de 9% em 2009, 3% em 2010 e 4% em 2011. Outro índice que mede a taxa de retorno sobre investimentos feitos é a proporção entre o lucro do exercício e o ativo total médio (item 19.1.2 E). A Eletrosul também apresentou queda neste indicador: de 5% observado em 2009 caiu para 1% em 2010, e aumentou em 2011 para 2%.

Um dos fatores que podem explicar essa queda no lucro e consequentemente uma queda na taxa de retorno do investimento é o confronto entre as despesas operacionais e a receita operacional líquida (item 19.1.2 D). Este índice mede o quanto da receita operacional serviu para cobrir as despesas operacionais. Observou-se na Eletrosul um aumento neste percentual: de 14% em 2009 para 23% em 2010. Em 2011 houve uma pequena queda, ficando em 22%.

Para a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

A Eletrosul por vir de sucessivos resultados lucrativos, e por estar subordinada a Eletrobras, a qual possui a política de destinar 100% do lucro do exercício, não possui saldo na conta lucros ou prejuízos acumulados no fim de 2009, 2010 e 2011 (Item 29.1.3 A). A companhia também não efetuou ajustes de exercícios anteriores nos últimos anos, exceto do balanço reapresentado de 2009,

onde foram adotadas pela primeira vez as novas normas contábeis brasileiras (Item 19.1.3 B). Essa adoção acarretou em um ajuste de R\$ 4.187 mil do resultado em 2009, que foram destinados em 2010.

Entre as principais mudanças ocasionadas pelas novas regras, temos:

- (a) a mudança do ativo imobilizado ligado a concessão de transmissão para ativo financeiro (ICPC 01);
- (b) o expurgo das despesas administrativas do ativo imobilizado em curso;
- (c) o custo de capital de ativos imobilizados em serviço;
- (d) retirada do efeito do passivo regulatório e da revisão tarifária (ocorrida em 2008) do resultado de 2009;
- (e) reflexo da adoção das normas por parte das SPEs, o que ocasionou um ajuste na receita de equivalência patrimonial da empresa, entre outras.

Durante o período analisado (2009, 2010 e 2011) não houve incorporação de lucros ao capital social (Item 19.1.3 C), uma vez que a Eletrosul segue o preceito de destinar 5% do lucro para a reserva legal e o restante é integralmente distribuído como dividendos aos acionistas (Item 19.1.3 D).

Para a Demonstração dos Fluxos de Caixas

A demonstração dos fluxos de caixas – DFC também reflete o momento de expansão da Eletrosul. Uma amostra disso é o confronto do fluxo das atividades operacionais com o passivo circulante (Item 19.1.4 A). Este índice mede o percentual do passivo circulante que é coberto pela geração de caixa operacional. A Eletrosul apresentou em 2009 o percentual de 69%, 49% em 2010 e 51% em 2011. Isso era esperado, uma vez que a Companhia está se alavancando financeiramente por meio de empréstimos. Similarmente, o confronto do fluxo das atividades operacionais com o passivo total (Item 19.1.4 D) também apresenta valores baixos: 16% em 2009, 8% em 2010 e 6% em 2011.

A quantidade de caixa operacional para pagar a remuneração dos sócios (Item 19.1.4 B) vem em uma tendência descendente, já que em 2009 o percentual foi de 40%, em 2010 houve uma elevação para 86% e reduzindo para 32% em 2011. O aumento em 2010 deve-se pela já mencionada despesa do reconhecimento da recuperabilidade dos ativos da PCH Passo São João. No índice que mede a proporção entre o caixa líquido gerado nas atividades operacionais com o lucro líquido (Item 19.1.4 C), e que reflete o quanto o caixa operacional foi maior que o lucro líquido, evidenciando assim as receitas e despesas as quais não impactam no caixa, a Companhia apresentou os seguintes valores: em 2009 a proporção foi de 1,65, em 2010 esse valor aumentou para 3,67, mas em 2011 houve uma redução e ficou em 2,63.

A comparação entre o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais e a soma do caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento e de investimento (Item 19.1.4 E), demonstra se está ocorrendo um fluxo positivo ou negativo de caixa entre as atividades. No caso da Eletrosul, esse valor também vem apresentando uma tendência descendente, motivado pela forte política de investimento em SPEs: em 2009 essa comparação era de -1,26 (sendo que o fluxo gerado pelas atividades de investimento respondia por menos R\$ 987 milhões), em 2010 o índice ficou em -0,88 (sendo que o fluxo gerado pelas atividades de investimento respondia por menos R\$ 1.179 milhões) e em 2011 ficou com -1,81 (sendo que o fluxo gerado pelas atividades de investimento respondia por menos R\$ 1.312 milhões)

Mas mesmo com esse claro perfil de uma empresa em expansão, a Companhia apresenta uma tendência ascendente na geração líquida de caixa: em 2009, em comparação com 2008, houve uma queda de 135% na geração de caixa, o que já foi revertido na comparação de 2010 com 2009 para um acréscimo de 87% e em 2011 para 366%.

Para a Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado evidencia a forma como a riqueza da Companhia foi gerada e para onde ela foi destinada, tendo como base um foco mais social que as outras demonstrações. O valor adicionado gerado pela Companhia em 2009, 2010 e 2011 foi, respectivamente, foi de R\$ 789 milhões, R\$ 690 milhões e R\$ 875 milhões. A forma como ele foi distribuído é apresentado a seguir.

Para os gastos com Pessoal (Item 19.1.5 A) foram destinados 30% do valor adicionado em 2009, 44% em 2010 e 38% em 2011. Nesta rubrica constam todos os valores pagos aos empregados da Companhia a título de remuneração. Para o Governo (Item 19.1.5 B) foi destinado 26% em 2009, 23% em 2010 e 18% em 2011, sendo que esses valores referem-se ao montante do Imposto de Renda PJ, Contribuição Social, ICMS, ISS, PIS, COFINS e demais contribuições e tributos. Aos Financiadores (Item 19.1.5 C) foram distribuídos 17% em 2009, 23% em 2010 e 32% em 2011. Aqui são apresentados os valores referentes à variação monetária, encargos de dívida, encargos sobre tributos e outras despesas financeiras. E para os Acionistas (Item 19.1.5 D) foram distribuídos 27%, 10% e 12% respectivamente em 2009, 2010 e 2011. Aos acionistas é evidenciado o quanto foi distribuído sobre a forma de dividendos e lucros retidos. O lucro retido (Item 19.1.5 E) representa o quanto efetivamente a empresa mantém do lucro do exercício para que possa reinvestir nela mesma. Pela política da Controladora, apenas a reserva legal (5% do lucro do período) é retido na Companhia. Esse lucro retido representou 3% em 2009, menos de 1% em 2010 e 1% em 2011, valores esses comparados com o valor total adicionado a distribuir.

A composição do valor adicionado total em relação ao valor adicionado gerado pela própria Companhia, que evidencia a capacidade operacional de gerar riqueza de maneira própria, partiu de 82% em 2009, reduziu em 2010, apresentando o valor de 70%, mas retomou seu patamar normal com 79% em 2011. Já o valor adicionado gerado fora da Companhia e recebido como transferência representou 18% em 2009, 30% em 2010 e 21% em 2011, percentual este em relação ao valor adicionado total a distribuir. O percentual entre a receita gerada e os insumos adquiridos foi de 48% em 2009, 65% em 2010 e de 53% em 2011. Esses valores representam o quanto a Companhia cobrou a mais para cobrir os gastos com insumos e as demais despesas operacionais. E por fim, o valor adicionado total a distribuir, comparado com o patrimônio líquido nos anos 2009, 2010 e 2011 foi, respectivamente, de 33%, 26% e 33% novamente.

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – ITEM 4

Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação Completa:				
Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	99,7451	99,7451	99,7081
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	99,7451	99,7451	99,7081
Free Float	Pessoas Físicas	0,0006	0,0006	0,0007
	Pessoas Jurídicas	0,2543	0,2543	0,2912
	Capital Estrangeiro			
	% free Float	0,2549	0,2549	0,2919
Subtotal Ordinárias (%)		100	100	100
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free Float			
Subtotal Preferenciais (%)		0	0	0
Total		100	100	100

Quadro B.4.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

Quadro D.11.2 - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011			
Denominação Investidora:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100,00	49,00	49,00
CHUI HOLDING S.A.	49,00	-	-
CONSTRUTORA INTEGRACAO LTDA	24,50	-	-
COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00	-	-
EMPRESA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA DE SANTA CATARINA S.A.	-	-	100,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	100,00	100,00	100,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S.A.	27,42	27,42	27,42
EOLICA CERRO CHATO I S.A.	90,00	90,00	-
EOLICA CERRO CHATO II S.A.	90,00	90,00	-
EOLICA CERRO CHATO III S.A.	90,00	90,00	-
ESBR PARTICIPACOES S.A.	20,00	20,00	20,00
ESTACAO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	-	-	24,50
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	49,00	-	-
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	20,00	-	-
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
PORTO VELHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100,00	100,00	24,50
SANTA VITÓRIA DOS PALMARES HOLDING S.A.	49,00	-	-
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	80,00	-	-
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	75,00	49,00	49,00
USINA HIDROELETICA TELES PIRES S.A.	24,50	24,50	24,50
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
	-	-	-

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – ITEM 5**Parecer dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma

opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

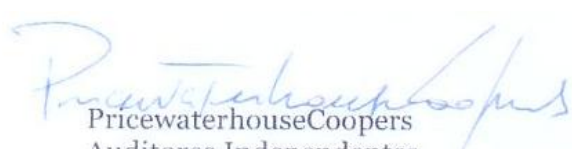
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

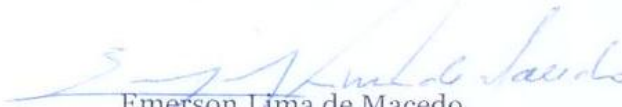
Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 30 de março de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC



Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SC



Guilherme Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" SC

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 4

Valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda:

Agência MOB Comunicação Ltda.

Informamos que temos contrato com agência de publicidade e propaganda, de nº 90580027, com a vigência de 26/02/2011 a 25/02/2012, cuja finalidade é prestação de serviços de publicidade institucional, podendo chegar a um valor máximo de R\$ 5 milhões, dependendo dos serviços prestados.

Empresa Giusti Comunicação Ltda.

Informamos que temos contrato com a Assessoria de Imprensa, de nº 91300391, com vigência de 23/12/2010 a 22/12/2011, com preço de 3.715.686,96 e R\$ 3.722.238,00, relativo ao período de 23/12/2011 a 22/12/2012, cuja finalidade é o planejamento, execução e monitoramento da imagem da ELETROSUL.

Demonstrativo analítico de patrocínios e publicidade a partir da página a seguir.

Demonstrativo de publicidade, patrocínios e outros - exercício 2011

DESCRIÇÃO		VALOR
320 - CONTRIBUICOES E DOACOES		99.264,02
00.001.180/0002-07	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS	100.000,00
	CP 2011011469 - (APROPRIAÇÃO) AVD 1800005310 - DD 1353-03,07	100.000,00
87.613.022/0001-05	PREF. MUN. DE SAO LUIZ GONZAGA	(735,98)
	ACP-11570000529 - (APROP/HABILITACAO) NOTA FISCAL 2431 139330 138964 139876	(735,98)
321 - CONTRIBUICOES A ENTIDADES AFINS		639.759,45
00.000.028/0001-29	TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	4.375,81
	CP 2011002594 - (APROPRIAÇÃO) NFS 061686	2.147,69
	CP 2011004051 - (APROPRIAÇÃO) NFS 061737	695,28
	CP 2011007181 - (APROPRIAÇÃO) NFS 061810	1.532,84
00.322.818/0001-20	INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB	3.500,00
	CP 2011028106 - (APROPRIAÇÃO) COMPDV 1807 - OUTROS DPR 003	3.500,00
02.460.809/0001-21	INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL	7.200,00
	CP 2011009478 - (APROPRIAÇÃO) REC 79010111 - DRPRE 001	7.200,00
02.880.983/0001-23	ASSOCIAÇÃO DOS INTEGRANTES DO FORUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	600,00
	CP 2011058320 - (APROPRIAÇÃO) REC S/N - DRPRE 002	600,00
03.474.433/0002-58	ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS GERADORAS DE ENERG.ELETR.	129.096,03
	CP 2011012205 - (APROPRIAÇÃO) BB 11-25 - DD 1357-0	31.916,60
	CP 2011029539 - (APROPRIAÇÃO) BB 11-40 - DD 1	31.916,60
	CP 2011047639 - (APROPRIAÇÃO) BB 11-55 - DD 1	31.916,60
	CP 2011068224 - (APROPRIAÇÃO) BB 12-03 - DD 1	33.346,23
03.638.083/0002-18	ABRATE-ASSOC.BRAS.GR.EMP.TRANS.M.DE ENERGIA ELETRICA	152.534,68
	CP 2011002906 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS CT-001/2011 - DR DD - 1	38.133,67
	CP 2011017390 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS CT-009/2011 - DD DD - 1	38.133,67
	CP 2011036290 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS CT-015/2011 - DD 1	38.133,67

	CP 2011052803 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS 000000000173 - DD 1	38.133,67
08.087.674/0001-87	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA	32.000,00
	CP 2011033404 - (APROPRIAÇÃO) BB 0620011-5 - DD 1	11.000,00
	CP 2011042868 - (APROPRIAÇÃO) BB 62730811-1 - DD 1	3.500,00
	CP 2011044864 - (APROPRIAÇÃO) BB 62730911 - DD 1	3.500,00
	CP 2011051285 - (APROPRIAÇÃO) BB 62731011 - DD 1	3.500,00
	CP 2011058275 - (APROPRIAÇÃO) BB 62732011008 - DD 1	3.500,00
	CP 2011062682 - (APROPRIAÇÃO) BB 02-1211008 - DD 1	3.500,00
	CP 2011064689 - (APROPRIAÇÃO) BB 03-011200A - DD 1	3.500,00
08.680.363/0001-27	INSTITUTO P/ O DESENV DE ENERGIAS ALTERNAT DA AMERICA LATINA	100.000,00
	CP 2011051759 - (APROPRIAÇÃO) REC S/N - RPRE 000	100.000,00
09.124.131/0001-55	ASSOC DOS PRODUTORES DE ENERGIA DE SANTA CATARINA-APESC	765,00
	CP 2011001559 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS 363 - DR PRE-000	255,00
	CP 2011005096 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS 385 - DR PRE-000	255,00
	CP 2011010532 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS 408 - DR PRE-000	255,00
28.718.393/0001-92	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MANUTENCAO ABRAMAN	3.200,00
	CP 2011023722 - (APROPRIAÇÃO) REC 017038 - DR 001	3.200,00
29.550.928/0001-21	CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL	134.400,06
	CP 2011001326 - (APROPRIAÇÃO) REC 3702 - DRPRE 000	134.400,06
30.033.823/0001-84	COMITE NAC BRAS DE PROD TRANSM DE ENERGIA ELET CIGRE BRASIL	2.150,00
	CP 2011003012 - (APROPRIAÇÃO) NFS 00000326 - DD 1	2.150,00
33.402.892/0002-97	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS	7.428,00
	CP 2011036058 - (APROPRIAÇÃO) REC SP 2011 - DDE 019	7.428,00
34.272.088/0001-12	COMITE BRASILEIRO DO CONSELHO MUNDIAL DA ENERGIA	8.810,00
	CP 2011001558 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS 01/2010 - DR PRE-000	8.810,00
62.659.891/0001-40	ASSOCIACAO BRASIL DE CONCESSIONARIAS DE EN.ELETRICA	18.000,00
	CP 2011000197 - (APROPRIAÇÃO) REC 143 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011010227 - (APROPRIAÇÃO) REC 144 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011010226 - (APROPRIAÇÃO) REC 145 - DRPRE 000	1.800,00

	CP 2011015004 - (APROPRIAÇÃO) REC 157 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011020501 - (APROPRIAÇÃO) REC 158 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011026947 - (APROPRIAÇÃO) REC 159 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011033209 - (APROPRIAÇÃO) REC 172 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011038800 - (APROPRIAÇÃO) REC 173 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011045620 - (APROPRIAÇÃO) REC 174 - DRPRE 000	1.800,00
	CP 2011059617 - (APROPRIAÇÃO) REC 1254 - DRPRE 000	1.800,00
82.956.244/0001-07	ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELEC. DE S.C.	1.774,87
	CP 2011000601 - (APROPRIAÇÃO) NFS 000200 - DDO 013	1.774,87
83.857.607/0001-10	ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE XANXERE	1.045,00
	CP 2011060517 - (APROPRIAÇÃO) BB 0009389-2 -	1.045,00
ES100924081013	IHA - INTERNATIONAL HYDROPOWER ASSOCIATION	32.880,00
	CP 2011051619 - (APROPRIAÇÃO) FAT 3530inv02044 - DDE DDE-025	34.176,00
	CP 2011051619 - (VARIAÇÃO_CAMBIAL_A_MENOR) - FAT 3530in	(1.296,00)
351 - PUBLICIDADE LEGAL		1.913.090,79
04.196.645/0001-00	IMPrensa NACIONAL	416.676,40
	CP 2011008282 - (APROPRIAÇÃO) NFF 01087/2011	3.553,29
	CP 2011013155 - (APROPRIAÇÃO) NFF 01370/2011	15.427,96
	CP 2011026591 - (APROPRIAÇÃO) NFF 09610/2011	8.868,04
	CP 2011029047 - (APROPRIAÇÃO) NFF 10535/2011	17.553,86
	CP 2011029046 - (APROPRIAÇÃO) NFF 09877/2011	16.946,46
	CP 2011033948 - (APROPRIAÇÃO) NFF 12979/2011	819,99
	CP 2011035619 - (APROPRIAÇÃO) NFF 12357/2011	31.372,21
	CP 2011038250 - (APROPRIAÇÃO) NFF 12901/2011	33.892,92
	CP 2011044478 - (APROPRIAÇÃO) NFF 16325/2011	19.436,80
	CP 2011044479 - (APROPRIAÇÃO) NFF 16313/2011	12.967,99
	CP 2011044481 - (APROPRIAÇÃO) NFF 19092/2011	15.306,48
	CP 2011044480 - (APROPRIAÇÃO) NFF 19224/2011	13.727,24
	CP 2011044887 - (APROPRIAÇÃO) NFF 21440/2011	3.310,33

	CP 2011044907 - (APROPRIAÇÃO) NFF 22747/2011	19.831,61
	CP 2011044889 - (APROPRIAÇÃO) NFF 23209/2011	27.333,00
	CP 2011044890 - (APROPRIAÇÃO) NFF 18311/2011	17.189,42
	CP 2011044892 - (APROPRIAÇÃO) NFF 18562/2011	9.839,88
	CP 2011046530 - (APROPRIAÇÃO) NFF 21809/2011	4.768,09
	CP 2011048489 - (APROPRIAÇÃO) NFF 29504/2011	16.460,54
	CP 2011048490 - (APROPRIAÇÃO) NFF 28039/2011	13.909,46
	CP 2011051717 - (APROPRIAÇÃO) NFF 30362/2011	17.523,49
	CP 2011051718 - (APROPRIAÇÃO) NFF 31110/2011	10.265,06
	CP 2011055140 - (APROPRIAÇÃO) NFF 33588/2011	15.792,40
	CP 2011057830 - (APROPRIAÇÃO) NFF 40942/2011	11.449,49
	CP 2011057829 - (APROPRIAÇÃO) NFF 42543/2011	12.117,63
	CP 2011057816 - (APROPRIAÇÃO) NFF 49497/2011	516,29
	CP 2011057827 - (APROPRIAÇÃO) NFF 45050/2011	12.178,37
	CP 2011058557 - (APROPRIAÇÃO) NFF 42314/2011	9.566,55
	CP 2011059363 - (APROPRIAÇÃO) NFF 53191/2011	14.911,67
	CP 2011059353 - (APROPRIAÇÃO) NFF 40530/2011	9.839,88
09.168.704/0001-42	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	1.231.643,47
	CP 2010056357 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 106573	(360,00)
	CP 2011001144 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 120779	504,00
	CP 2011001146 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 120782	576,00
	CP 2011000772 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 120780	432,00
	CP 2011001018 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 120335	432,00
	CP 2011001028 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 120777	1.058,40
	CP 2011001032 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 120778	648,00
	CP 2011002705 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123037	6.879,60
	CP 2011002717 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122918	15.876,00
	CP 2011002732 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122729	1.058,40
	CP 2011002735 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 121617	1.767,33

CP 2011002751 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122033	1.058,40
CP 2011002811 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122034	1.587,60
CP 2011002860 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122037	1.252,68
CP 2011002863 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122917	1.058,40
CP 2011002955 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122919	5.821,20
CP 2011002976 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122922	1.234,80
CP 2011003252 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122921	1.234,80
CP 2011003254 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122038	1.879,02
CP 2011000328 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 113587	738,00
CP 2011004996 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123407	576,00
CP 2011006017 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122035	1.879,02
CP 2011007250 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124933	345,24
CP 2011005253 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122036	1.461,46
CP 2011005257 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123851	360,00
CP 2011007448 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125982	630,00
CP 2011006032 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124290	576,00
CP 2011005242 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123256	576,00
CP 2011005664 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122039	1.252,68
CP 2011006037 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124291	432,00
CP 2011006043 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124289	432,00
CP 2011006047 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124288	11.628,00
CP 2011006208 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124287	2.700,00
CP 2011007244 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124931	268,52
CP 2011007246 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124932	268,52
CP 2011007257 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124935	268,52
CP 2011007259 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124936	230,16
CP 2011007256 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124934	306,88
CP 2011006643 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125519	1.058,40
CP 2011006652 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125518	1.234,80

CP 2011006654 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125517	1.411,20
CP 2011007461 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125981	2.310,00
CP 2011007458 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126302	18.268,25
CP 2011003251 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123255	504,00
CP 2011008041 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126459	1.252,68
CP 2011008042 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126458	6.889,74
CP 2011008052 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125980	420,00
CP 2011008071 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125979	6.300,00
CP 2011008088 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125978	560,00
CP 2011008163 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125655	1.670,24
CP 2011008165 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125654	1.252,68
CP 2011008172 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125653	1.252,68
CP 2011008176 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 125652	1.670,24
CP 2011008346 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127020	7.829,25
CP 2011008347 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127019	1.252,68
CP 2011008352 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127016	1.461,46
CP 2011008357 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127014	1.461,46
CP 2011008376 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127351	1.142,40
CP 2011009277 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126651	230,16
CP 2011009275 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126650	230,16
CP 2011004967 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123590	504,00
CP 2011004982 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123591	2.376,00
CP 2011004988 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123667	1.411,20
CP 2011007472 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123850	1.058,40
CP 2011005086 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122213	2.346,24
CP 2011005088 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123038	882,00
CP 2011005103 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122920	1.411,20
CP 2011008274 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127018	1.043,90
CP 2011008277 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127021	1.670,24

CP 2011005122 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 122923	1.411,20
CP 2011005146 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 123406	576,00
CP 2011006022 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 124286	576,00
CP 2011005308 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 121615	1.252,68
CP 2011005311 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 121616	1.461,46
CP 2011008261 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127015	1.670,24
CP 2011008263 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127017	1.879,02
CP 2011008370 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127352	3.812,64
CP 2011014013 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127013	2.639,52
CP 2011014325 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128453	560,00
CP 2011014956 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128461	306,88
CP 2011014972 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128463	268,52
CP 2011011660 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126652	345,24
CP 2011011663 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126654	1.496,04
CP 2011011664 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 126655	230,16
CP 2011012616 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 127988	410,40
CP 2011014980 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128906	230,16
CP 2011014979 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128905	268,52
CP 2011014988 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128910	230,16
CP 2011014987 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128909	537,04
CP 2011014982 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128907	268,52
CP 2011014983 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128908	1.265,88
CP 2011014977 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128904	1.419,32
CP 2011014971 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128462	498,68
CP 2011014105 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129411	1.787,04
CP 2011014107 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129410	2.457,18
CP 2011014111 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129400	1.411,20
CP 2011014193 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129401	1.940,40
CP 2011014328 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128454	490,00

CP 2011015527 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128924	1.411,20
CP 2011015163 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128456	630,00
CP 2011015176 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128455	350,00
CP 2011015524 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128932	490,00
CP 2011016191 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129413	420,00
CP 2011016526 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129414	420,00
CP 2011016532 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129402	705,60
CP 2011015672 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128915	1.411,20
CP 2011015677 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128912	1.234,80
CP 2011015139 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128460	490,00
CP 2011015149 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128459	490,00
CP 2011015151 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128458	700,00
CP 2011015155 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128457	560,00
CP 2011015326 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128913	6.526,80
CP 2011015333 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128914	1.411,20
CP 2011015489 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128916	2.293,20
CP 2011015496 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128917	1.234,80
CP 2011015504 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128918	5.821,20
CP 2011015685 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128919	2.469,60
CP 2011015936 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128920	1.058,40
CP 2011015939 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128921	1.234,80
CP 2011015951 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128922	1.234,80
CP 2011015960 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128923	1.058,40
CP 2011015962 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128925	1.411,20
CP 2011015979 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128926	1.058,40
CP 2011015981 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128927	1.234,80
CP 2011016180 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128931	1.787,04
CP 2011016182 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128930	1.563,66
CP 2011016184 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128928	1.563,66

CP 2011016186 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128929	2.233,80
CP 2011016548 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129403	1.234,80
CP 2011016907 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 128911	1.411,20
CP 2011017063 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129404	1.234,80
CP 2011017067 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129405	907,20
CP 2011017110 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129406	907,20
CP 2011017112 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129407	1.058,40
CP 2011017116 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129408	907,20
CP 2011017122 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129409	907,20
CP 2011017895 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131197	1.563,66
CP 2011017960 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131196	1.563,66
CP 2011016753 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131194	1.787,04
CP 2011018704 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131448	1.340,28
CP 2011018715 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131446	1.563,66
CP 2011018729 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131583	560,00
CP 2011018731 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131582	420,00
CP 2011018732 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131580	420,00
CP 2011018739 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131873	490,00
CP 2011019647 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131195	1.340,28
CP 2011019650 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132360	443,76
CP 2011019653 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132359	907,20
CP 2011019660 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132358	1.058,40
CP 2011019664 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132357	1.209,60
CP 2011019668 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132356	1.058,40
CP 2011019672 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132355	1.058,40
CP 2011019677 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132354	1.058,40
CP 2011019686 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132353	1.058,40
CP 2011019696 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132879	1.670,24
CP 2011019702 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132878	1.563,66

CP 2011019861 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132877	6.889,74
CP 2011019993 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133189	517,72
CP 2011019999 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133187	517,72
CP 2011020002 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133186	1.058,40
CP 2011020086 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133185	907,20
CP 2011020090 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133184	2.721,60
CP 2011020096 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133928	6.354,16
CP 2011020098 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134168	517,72
CP 2011020102 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134171	443,76
CP 2011020105 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134165	1.035,44
CP 2011020107 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134164	961,48
CP 2011017999 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131193	1.670,24
CP 2011018719 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131445	576,00
CP 2011018734 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131581	280,00
CP 2011016535 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 129412	1.787,04
CP 2011018698 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131447	1.787,04
CP 2011018724 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 131584	3.005,64
CP 2011025093 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137618	1.787,04
CP 2011021875 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134156	560,00
CP 2011021876 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132639	350,00
CP 2011021878 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134617	665,64
CP 2011021879 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134769	1.340,28
CP 2011021882 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134167	443,76
CP 2011021888 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133927	907,20
CP 2011024652 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136956	854,40
CP 2011024983 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137141	4.141,76
CP 2011025005 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137145	591,68
CP 2011026232 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137611	432,00
CP 2011026738 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138164	756,00

CP 2011021947 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134621	517,72
CP 2011026775 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138774	665,64
CP 2011023679 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136367	1.209,60
CP 2011023680 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136369	1.209,60
CP 2011021891 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134163	591,68
CP 2011021905 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134166	591,68
CP 2011021908 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 133188	591,68
CP 2011021922 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 132361	517,72
CP 2011022089 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134172	203,20
CP 2011022092 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134987	226,80
CP 2011023073 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136140	443,76
CP 2011023107 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136144	591,68
CP 2011024994 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137142	665,64
CP 2011026239 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137610	504,00
CP 2011021196 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134170	591,68
CP 2011021198 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134162	2.884,44
CP 2011021199 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134157	420,00
CP 2011021200 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134155	420,00
CP 2011021240 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134154	2.903,94
CP 2011021243 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134169	443,76
CP 2011021262 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134161	1.058,40
CP 2011021270 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134160	2.116,80
CP 2011021540 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134158	1.965,60
CP 2011021549 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134768	7.371,54
CP 2011021556 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134770	3.127,32
CP 2011021559 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134771	1.340,28
CP 2011021562 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134619	517,72
CP 2011021566 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134620	517,72
CP 2011021571 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134618	517,72

CP 2011021575 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134622	961,48
CP 2011021579 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134159	1.512,00
CP 2011022090 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134985	302,40
CP 2011022091 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134986	415,80
CP 2011022324 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135261	490,00
CP 2011022374 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135262	560,00
CP 2011022386 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135263	490,00
CP 2011022391 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135264	490,00
CP 2011022396 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135265	490,00
CP 2011022485 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135266	700,00
CP 2011022489 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135267	980,00
CP 2011022496 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135268	490,00
CP 2011022504 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135269	1.260,00
CP 2011022524 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135270	490,00
CP 2011022629 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135272	910,00
CP 2011022630 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135271	420,00
CP 2011022638 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135273	420,00
CP 2011022640 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135274	490,00
CP 2011023081 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136141	591,68
CP 2011023101 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136142	739,60
CP 2011023103 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136143	2.440,68
CP 2011023109 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136145	1.340,28
CP 2011023456 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136147	1.340,28
CP 2011023459 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136371	2.419,20
CP 2011023461 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136370	907,20
CP 2011023685 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136366	907,20
CP 2011023703 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136373	1.340,28
CP 2011023708 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136372	3.350,70
CP 2011024670 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135276	264,60

CP 2011024709 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135277	189,00
CP 2011024085 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136768	420,00
CP 2011024088 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136767	1.120,00
CP 2011024097 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136766	630,00
CP 2011024104 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136765	420,00
CP 2011024654 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137140	420,00
CP 2011024990 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137144	443,76
CP 2011025008 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137617	1.340,28
CP 2011025009 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137616	1.340,28
CP 2011025092 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137615	1.340,28
CP 2011026212 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137614	1.340,28
CP 2011026228 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137612	665,64
CP 2011026568 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137903	1.340,28
CP 2011026735 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138162	420,00
CP 2011026744 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138163	907,20
CP 2011026746 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138776	1.340,28
CP 2011026792 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138775	443,76
CP 2011026922 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138773	443,76
CP 2011023450 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136146	2.010,42
CP 2011023591 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136368	1.360,80
CP 2011024114 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 136764	630,00
CP 2011025000 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137143	443,76
CP 2011021942 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 134767	1.787,04
CP 2011025101 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137613	2.010,42
CP 2011028357 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139153	1.116,90
CP 2011028605 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139155	1.116,90
CP 2011028608 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139150	1.116,90
CP 2011029534 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140467	712,00
CP 2011029645 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140468	712,00

CP 2011030253 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141420	756,00
CP 2011033294 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137901	233,10
CP 2011032815 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142416	1.340,28
CP 2011030004 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141083	566,90
CP 2011030015 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141082	566,90
CP 2011030361 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141828	369,80
CP 2011030054 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141417	1.663,20
CP 2011030243 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141418	1.663,20
CP 2011030248 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141419	1.663,20
CP 2011030329 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141617	23.560,02
CP 2011027856 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138769	420,00
CP 2011029369 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139502	443,76
CP 2011029669 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140473	1.563,66
CP 2011029915 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141084	3.226,60
CP 2011029998 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141086	1.935,96
CP 2011030034 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141415	1.209,60
CP 2011030363 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141827	560,00
CP 2011027859 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138771	420,00
CP 2011027862 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138770	420,00
CP 2011028174 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 135275	907,20
CP 2011028180 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139156	1.787,04
CP 2011028182 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139154	1.563,66
CP 2011028183 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139152	1.563,66
CP 2011028187 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139151	1.563,66
CP 2011028611 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139149	1.563,66
CP 2011028613 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139148	420,00
CP 2011028618 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139147	420,00
CP 2011029375 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139504	1.563,66
CP 2011029382 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139503	1.340,28

CP 2011029385 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 139898	907,20
CP 2011029650 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140469	1.340,28
CP 2011029653 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140470	3.797,46
CP 2011029667 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140472	1.340,28
CP 2011030025 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142409	4.733,44
CP 2011032772 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142415	2.903,94
CP 2011032782 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142410	1.563,66
CP 2011032792 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142411	1.563,66
CP 2011032805 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142417	1.563,66
CP 2011032810 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142412	2.233,80
CP 2011029673 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140844	259,74
CP 2011029654 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 140471	1.787,04
CP 2011029973 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141085	2.581,28
CP 2011030042 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141416	1.209,60
CP 2011030261 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 141421	907,20
CP 2011027846 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 138772	1.996,92
CP 2011035930 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144249	621,27
CP 2011036261 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144618	1.209,60
CP 2011036300 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144622	5.711,52
CP 2011033157 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142414	1.340,28
CP 2011033297 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142636	233,10
CP 2011033183 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142808	2.892,96
CP 2011036264 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144620	350,00
CP 2011035937 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144250	31.645,66
CP 2011036006 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144617	25.974,19
CP 2011035920 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144248	2.571,52
CP 2011033193 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143280	2.258,62
CP 2011033204 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143427	1.935,96
CP 2011033155 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142413	2.903,94

CP 2011033175 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142634	907,20
CP 2011033179 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 142635	907,20
CP 2011033188 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143277	3.328,20
CP 2011033189 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143278	3.402,16
CP 2011033195 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143279	1.935,96
CP 2011033279 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143426	1.935,96
CP 2011033202 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 143428	2.903,94
CP 2011041862 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146275	2.581,28
CP 2011042038 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146272	2.718,03
CP 2011041888 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146513	9.187,20
CP 2011041988 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147377	4.821,60
CP 2011042036 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 148352	1.209,60
CP 2011042317 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 152224	5.464,48
CP 2011042339 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 148621	560,00
CP 2011041839 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 137902	233,10
CP 2011041750 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144820	854,40
CP 2011041863 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146276	1.613,30
CP 2011042032 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 148351	420,00
CP 2011042419 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149659	2.571,52
CP 2011042422 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149658	2.892,96
CP 2011042435 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 150238	700,00
CP 2011044135 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154433	2.571,52
CP 2011044355 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154432	2.892,96
CP 2011041932 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146704	1.322,78
CP 2011042025 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147683	776,58
CP 2011042397 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 152223	1.322,78
CP 2011041819 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 145854	31.645,63
CP 2011041831 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146030	5.475,60
CP 2011041854 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 145856	78.245,05

CP 2011041856 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146953	8.972,50
CP 2011041985 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147675	7.292,67
CP 2011041998 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147680	776,58
CP 2011042018 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147679	776,58
CP 2011042040 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 145855	31.645,63
CP 2011043247 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147676	776,58
CP 2011042512 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149552	271.803,12
CP 2011041820 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 145377	3.106,32
CP 2011041871 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146273	2.019,12
CP 2011041935 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146705	621,26
CP 2011041936 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146706	698,92
CP 2011041981 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147682	543,61
CP 2011043313 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147681	543,61
CP 2011041710 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144621	420,00
CP 2011041740 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144619	907,20
CP 2011041760 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 144819	907,20
CP 2011041877 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146274	1.935,96
CP 2011041930 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146514	1.935,96
CP 2011041931 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146703	420,00
CP 2011042012 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147677	465,95
CP 2011042029 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 148350	420,00
CP 2011042828 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 148622	203,20
CP 2011042399 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149654	1.764,00
CP 2011042572 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149655	1.411,20
CP 2011042333 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 150532	202,02
CP 2011042482 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 151644	2.258,62
CP 2011042484 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 151822	543,61
CP 2011042488 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149656	1.058,40
CP 2011043199 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149657	490,00

CP 2011042411 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 150237	621,26
CP 2011042429 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 152061	1.209,60
CP 2011042003 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 147678	465,95
CP 2011042475 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 151643	2.581,28
CP 2011042593 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149191	621,26
CP 2011041864 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146277	2.581,28
CP 2011041929 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146515	2.581,28
CP 2011041975 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146707	465,95
CP 2011041977 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 146708	621,26
CP 2011042232 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 148623	2.581,28
CP 2011042299 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149190	560,00
CP 2011042304 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 149192	621,26
CP 2011049184 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 157465	514,30
CP 2011044834 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154986	621,26
CP 2011043188 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 153580	2.581,28
CP 2011044840 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154992	388,29
CP 2011044837 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154993	698,92
CP 2011042768 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 151458	1.392,00
CP 2011044749 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154990	1.242,53
CP 2011044784 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154987	1.242,53
CP 2011044787 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154991	1.009,55
CP 2011044788 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154988	1.009,55
CP 2011044832 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 154989	1.863,79
CP 2011045035 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 155182	560,00
CP 2011045040 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 155183	2.571,52
CP 2011051431 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 157820	14.017,27
CP 2011055937 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 160630	190,00
CP 2011055939 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 160628	304,00
CP 2011055115 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 159954	2.446,23

CP 2011054104 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 159493	304,00
CP 2011055936 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 160629	304,00
CP 2011055102 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 160275	1.613,30
CP 2011057222 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 159492	306,88
CP 2011055098 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 160276	2.581,28
CP 2011057715 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 161832	144,30
CP 2011060781 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 164496	5.711,52
CP 2011060786 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 164160	560,00
CP 2011060793 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 163586	6.107,36
CP 2011057716 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 161559	621,26
CP 2011057844 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 162120	4.620,65
CP 2011057864 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 162121	2.446,23
CP 2011057244 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 161558	621,26
CP 2011060831 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 165022	11.131,77
CP 2011057834 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 162119	621,26
CP 2011060807 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 163587	560,00
CP 2011058841 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 162796	1.209,60
CP 2011060842 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 163585	630,00
CP 2011061418 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 163229	560,00
CP 2011057386 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 161560	543,61
CP 2011061616 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 164690	2.044,90
CP 2011062794 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 163230	13.564,86
CP 2011063135 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166892	1.209,60
CP 2011063139 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166524	2.581,28
CP 2011064228 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 168578	2.571,52
CP 2011064230 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 168579	621,26
CP 2011062931 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166523	2.903,94
CP 2011062935 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166240	2.903,94
CP 2011065700 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166891	144,30

	CP 2011066405 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 170918	144,30
	CP 2011066412 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 172639	2.581,28
	CP 2011062939 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166520	5.670,00
	CP 2011063265 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166893	18.374,40
	CP 2011064221 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 168580	3.921,72
	CP 2011066340 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 172640	1.935,96
	CP 2011066344 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 172641	2.581,28
	CP 2011066359 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 172638	1.178,22
	CP 2011063124 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166521	2.174,42
	CP 2011064219 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 168214	1.928,64
	CP 2011062899 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166241	1.935,96
	CP 2011062943 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 167303	420,00
	CP 2011065690 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 166239	3.066,85
82.951.351/0003-04	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO	255.734,80
	CP 2011004197 - (APROPRIAÇÃO) NFF 106707/1	188,00
	CP 2011004203 - (APROPRIAÇÃO) NFF 106803/1	188,00
	CP 2011004266 - (APROPRIAÇÃO) NFF 107244/1	1.520,00
	CP 2011004265 - (APROPRIAÇÃO) NFF 107243/1	152,00
	CP 2011002670 - (APROPRIAÇÃO) NFF 107575/1	80,00
	CP 2011009967 - (APROPRIAÇÃO) NFF 109761	256,00
	CP 2011009966 - (APROPRIAÇÃO) NFF 109708	152,00
	CP 2011014160 - (APROPRIAÇÃO) NFF 110508	205,00
	CP 2011015386 - (APROPRIAÇÃO) NFF 111006	170,00
	CP 2011015389 - (APROPRIAÇÃO) NFF 111427	165,00
	CP 2011021112 - (APROPRIAÇÃO) NFF 114283	435,00
	CP 2011025925 - (APROPRIAÇÃO) NFF 114421	210,00
	CP 2011027499 - (APROPRIAÇÃO) NFF 115839	130,00
	CP 2011027503 - (APROPRIAÇÃO) NFF 116012	19.550,00
	CP 2011031735 - (APROPRIAÇÃO) NFF 116488	870,00

	CP 2011032958 - (APROPRIAÇÃO) NFF 116609	206.473,20
	CP 2011033072 - (APROPRIAÇÃO) NFF 117133	129,40
	CP 2011040691 - (APROPRIAÇÃO) NFF 120593	169,20
	CP 2011044147 - (APROPRIAÇÃO) NFF 120851	12.766,60
	CP 2011049242 - (APROPRIAÇÃO) NFF 122008	4.298,40
	CP 2011049756 - (APROPRIAÇÃO) NFF 122286	1.089,60
	CP 2011056300 - (APROPRIAÇÃO) NFF 124146	129,40
	CP 2011062966 - (APROPRIAÇÃO) NFF 126985/1	169,20
	CP 2011068282 - (APROPRIAÇÃO) NFF 127659	169,20
	CP 2011068280 - (APROPRIAÇÃO) NFF 128756	6.069,60
87.161.501/0001-38	CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS	4.363,20
	CP 2011023048 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 032563	756,00
	CP 2011024630 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 033215	799,20
	CP 2011028647 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 034979	324,00
	CP 2011030869 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 035770	604,80
	CP 2011047244 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 040424	626,40
	CP 2011045480 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 040841	669,60
	CP 2011054088 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 042948	583,20
92.821.701/0002-90	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	4.000,00
	CP 2011003421 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 001618	2.064,00
	CP 2011009639 - (APROPRIAÇÃO) NFSC 001844	1.936,00
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - DOF	672,92
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - - DESPESA IMPRENSA OFICIAL PARANÁ	64,00
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - - DESPESA PUBLICAÇÃO LEGAL IMPRENSA OFICIAL	68,19
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - - DESPESA LEGAL IMPRENSA OFICIAL MATO GROSSO	23,87
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - - DESPESA D.O.U / PR	16,00
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - - DESPESAS DIARIO OFICIAL UNIÃO MATO GROSSO	66,22

FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESA TAXA DOU MS	26,95
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESA DIARIO OFICIAL	14,63
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESA PUBLICAÇÃO EDITAL - DPM	32,00
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	21032011 - PGTO TAXA DE PUBLICAÇÃO DE MATERIA	26,95
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESA PUBLICAÇÃO LEGAL	112,00
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	26042011 - PUBLICAÇÃO LEGAL NA IMPRENSA OFICIAL PR	32,00
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESA COM PUBLICAÇÃO DE EDITAL	30,03
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESAS COM PAGAMENTO DE PUBLICAÇÃO LEG	80,04
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS -	- DESPESAS PUBLICIDADE LEGAL	80,04
352 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL		3.770.286,02
00.403.498/0001-33	AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA	3.457.285,44
CP 2011002106 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1367		12.466,44
CP 2011002108 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1338		6.550,00
CP 2011002361 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1352		2.500,00
CP 2011002366 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1357		3.660,00
CP 2011002367 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1358		520,00
CP 2011002362 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1353		720,00
CP 2011002360 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1351		6.000,00
CP 2011002339 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1339		1.330,90
CP 2011002347 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1344		2.793,67
CP 2011002345 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1343		2.884,37
CP 2011002363 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1354		1.707,40
CP 2011002364 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1355		1.748,10
CP 2011002369 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1361		3.950,00
CP 2011002370 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1368		1.016,18
CP 2011002336 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1337		2.410,00

CP 2011002142 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1370	13.339,70
CP 2011002143 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1331	7.132,13
CP 2011002368 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1359	6.737,50
CP 2011002375 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1373	177,65
CP 2011002334 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1329	3.268,00
CP 2011002335 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1330	2.753,58
CP 2011002326 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1324	1.710,00
CP 2011002328 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1325	95,00
CP 2011002323 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1323	4.555,25
CP 2011002330 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1326	3.182,50
CP 2011002322 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1322	5.700,00
CP 2011002333 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1327	6.497,81
CP 2011002938 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1332	2.769,78
CP 2011002373 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1372	3.807,41
CP 2011002233 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1381	44.055,00
CP 2011002234 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1382	28.600,00
CP 2011008157 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1421	343,20
CP 2011008141 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1419	970,46
CP 2011008156 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1420	299,00
CP 2011009169 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1398	1.199,38
CP 2011009170 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1399	706,80
CP 2011009168 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1397	3.159,00
CP 2011009167 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1395	2.612,50
CP 2011009165 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1394	2.612,50
CP 2011009172 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1390	3.087,50
CP 2011009171 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1392	2.185,00
CP 2011004819 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1393	2.375,00
CP 2011004823 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1396	2.194,88
CP 2011004897 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1391	6.650,00

CP 2011004932 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1389	5.937,50
CP 2011004934 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1388	5.937,50
CP 2011004944 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1401	2.375,00
CP 2011004947 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1383	2.095,00
CP 2011004956 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1386	2.375,00
CP 2011004957 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1387	1.235,00
CP 2011004961 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1402	3.087,50
CP 2011008160 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1424	1.087,02
CP 2011008159 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1422	4.042,50
CP 2011008101 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1416	2.097,20
CP 2011008162 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1425	1.555,90
CP 2011008864 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1439	3.290,00
CP 2011008857 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1438	14.917,60
CP 2011008873 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1448	2.719,20
CP 2011009561 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1449	1.384,89
CP 2011008825 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1451	2.284,45
CP 2011008876 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1440	1.980,00
CP 2011008840 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1441	1.970,00
CP 2011008843 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1450	353,40
CP 2011008832 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1452	719,63
CP 2011008750 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1455	1.140,00
CP 2011007725 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1434	9.422,80
CP 2011007732 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1457	5.937,50
CP 2011007734 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1444	3.368,00
CP 2011008867 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1442	720,00
CP 2011008866 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1456	1.440,00
CP 2011008745 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1459	7.609,50
CP 2011008748 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1460	1.686,18
CP 2011008737 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1453	5.386,35

CP 2011008450 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1446	1.295,00
CP 2011010142 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1494	418,00
CP 2011010150 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1492	4.606,00
CP 2011010138 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1495	1.960,80
CP 2011010185 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1490	455,40
CP 2011010154 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1491	15.396,00
CP 2011009644 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1485	720,00
CP 2011009766 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1486	720,00
CP 2011009640 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1479	610,20
CP 2011009643 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1484	1.047,83
CP 2011009585 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1478	2.519,79
CP 2011009570 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1466	2.139,00
CP 2011010182 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1489	2.073,00
CP 2011009575 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1468	3.163,50
CP 2011009573 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1467	2.280,00
CP 2011009949 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1496	95,00
CP 2011009768 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1487	5.390,00
CP 2011009928 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1488	5.390,00
CP 2011011502 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001514	6.650,00
CP 2011013000 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001520	285,00
CP 2011013016 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001519	959,50
CP 2011012219 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001503	95,00
CP 2011012983 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001513	1.376,79
CP 2011012207 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001502	1.110,31
CP 2011013083 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001515	2.615,40
CP 2011013005 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001522	5.300,85
CP 2011012990 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001518	1.440,00
CP 2011012987 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001517	400,00
CP 2011012273 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001511	220,00

CP 2011012250 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001509	910,00
CP 2011012239 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001508	45.956,00
CP 2011012228 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001507	3.212,50
CP 2011013494 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001535	950,00
CP 2011013821 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001533	2.160,00
CP 2011013815 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001540	57,00
CP 2011014411 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001553	4.254,90
CP 2011014757 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001543	1.713,00
CP 2011014510 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001554	3.144,00
CP 2011015225 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001546	831,25
CP 2011014759 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001552	56,63
CP 2011020097 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001589	8.800,00
CP 2011020074 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001622	600,00
CP 2011020072 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001623	720,00
CP 2011015070 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001542	2.698,00
CP 2011014625 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001569	14.938,56
CP 2011014627 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001563	7.600,00
CP 2011014635 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001572	2.850,00
CP 2011014643 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001568	3.280,78
CP 2011015009 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001573	2.160,00
CP 2011015010 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001575	720,00
CP 2011015015 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001574	720,00
CP 2011015023 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001576	520,00
CP 2011015041 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001571	350,41
CP 2011015129 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001570	1.116,85
CP 2011015137 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001561	957,36
CP 2011015153 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001560	1.631,50
CP 2011015162 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001559	110,00
CP 2011015175 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001558	3.087,50

CP 2011015210 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001566	3.025,68
CP 2011015220 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001562	831,25
CP 2011019281 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001609	11.400,00
CP 2011019271 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001608	2.850,00
CP 2011019268 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001602	353,40
CP 2011019220 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001601	1.384,89
CP 2011019264 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001600	1.805,00
CP 2011019265 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001596	5.429,10
CP 2011020652 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001594	237,50
CP 2011018642 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001612	2.375,00
CP 2011018696 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001606	2.850,00
CP 2011018697 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001607	2.850,00
CP 2011018723 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001604	9.500,00
CP 2011018726 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001595	712,50
CP 2011020101 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001577	1.376,79
CP 2011020103 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001618	2.614,40
CP 2011020106 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001621	10.670,00
CP 2011020186 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001616	3.800,00
CP 2011020108 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001617	3.390,51
CP 2011020110 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001588	720,00
CP 2011019414 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001555	7.653,84
CP 2011020113 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001590	1.560,00
CP 2011020116 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001592	5.005,00
CP 2011020112 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001593	13.600,00
CP 2011019427 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001614	5.051,51
CP 2011019428 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001615	9.984,97
CP 2011019429 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001613	7.600,00
CP 2011020183 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001624	1.256,20
CP 2011020082 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001633	4.835,19

CP 2011019833 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001626	1.060,00
CP 2011019838 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001625	7.654,24
CP 2011013083 - (GLOSA) - NFFS	(1,00)
CP 2011027002 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001744	1.697,40
CP 2011026250 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001734	115.687,00
CP 2011027006 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001743	349,30
CP 2011020220 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001637	646,38
CP 2011020649 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001638	1.368,00
CP 2011023394 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001658	4.750,00
CP 2011026670 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001657	1.805,00
CP 2011026686 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001656	342,00
CP 2011026684 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001655	6.737,50
CP 2011023851 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001672	4.750,00
CP 2011023854 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001659	5.937,50
CP 2011023864 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001660	5.937,50
CP 2011023868 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001644	3.839,00
CP 2011026664 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001646	720,00
CP 2011026662 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001654	720,00
CP 2011026607 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001669	2.400,00
CP 2011026571 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001670	720,00
CP 2011026562 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001671	3.200,00
CP 2011026666 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001685	720,00
CP 2011026640 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001686	720,00
CP 2011026609 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001662	6.455,06
CP 2011026576 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001665	3.168,00
CP 2011026585 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001650	1.034,00
CP 2011026605 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001714	7.480,00
CP 2011026606 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001649	990,00
CP 2011026357 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001661	831,25

CP 2011026506 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001639	1.666,92
CP 2011026509 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001645	1.162,10
CP 2011026518 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001643	53,46
CP 2011026522 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001653	3.268,00
CP 2011026536 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001652	1.332,38
CP 2011026557 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001663	1.340,21
CP 2011025917 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001664	4.238,14
CP 2011025947 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001647	2.546,00
CP 2011026035 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001711	3.125,50
CP 2011026037 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001709	2.736,00
CP 2011026043 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001640	673,90
CP 2011026238 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001641	793,80
CP 2011026251 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001668	5.390,00
CP 2011026338 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001676	1.800,00
CP 2011026229 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001677	1.960,00
CP 2011026215 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001712	1.600,00
CP 2011026347 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001642	2.737,50
CP 2011026041 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001735	374,00
CP 2011026241 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001721	950,00
CP 2011026242 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001731	7.600,00
CP 2011026243 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001741	2.010,96
CP 2011026244 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001740	7.654,24
CP 2011027138 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001716	6.650,00
CP 2011027137 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001715	1.710,00
CP 2011027133 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001733	2.525,51
CP 2011027130 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001739	1.059,00
CP 2011027062 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001737	6.146,50
CP 2011027059 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001729	1.272,24
CP 2011027019 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001742	418,00

CP 2011027015 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001732	1.060,00
CP 2011026966 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001738	1.440,00
CP 2011026955 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001728	600,00
CP 2011026953 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001727	400,00
CP 2011026952 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001726	600,00
CP 2011026951 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001720	400,00
CP 2011026950 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001719	520,00
CP 2011026946 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001717	720,00
CP 2011026943 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001718	2.000,00
CP 2011027425 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001745	262,70
CP 2011033160 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001813	2.580,00
CP 2011030245 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001823	2.874,94
CP 2011032388 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001833	433,40
CP 2011032389 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001891	496,00
CP 2011032600 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001811	8.960,00
CP 2011032599 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001812	19.440,00
CP 2011030210 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001818	102.916,66
CP 2011030215 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001783	2.375,00
CP 2011030256 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001822	1.709,04
CP 2011032242 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001815	311,72
CP 2011032385 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001796	5.390,00
CP 2011032384 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001814	935,00
CP 2011032415 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001795	5.390,00
CP 2011032382 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001801	1.782,00
CP 2011032380 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001810	819,00
CP 2011032378 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001782	3.686,00
CP 2011032247 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001799	638,00
CP 2011032246 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001781	1.805,00
CP 2011032243 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001798	2.600,00

CP 2011032386 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001824	1.430,00
CP 2011032470 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001797	2.943,89
CP 2011032478 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001807	2.090,00
CP 2011032475 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001809	355,90
CP 2011032550 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001819	626,92
CP 2011031332 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001844	5.937,50
CP 2011031335 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001846	4.750,00
CP 2011032391 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001834	2.580,00
CP 2011032395 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001837	720,00
CP 2011032398 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001838	2.400,00
CP 2011032400 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001830	1.813,40
CP 2011032108 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001890	23.800,00
CP 2011031435 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001842	42.750,00
CP 2011031441 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001841	232.081,20
CP 2011032417 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001843	831,25
CP 2011032416 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001845	5.386,35
CP 2011032421 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001847	6.650,00
CP 2011032434 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001848	2.698,00
CP 2011032437 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001893	1.196,00
CP 2011032440 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001892	2.443,10
CP 2011032425 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001827	4.180,00
CP 2011032465 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001832	15.385,00
CP 2011032241 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001816	1.428,35
CP 2011032743 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001817	2.178,00
CP 2011032603 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001826	4.350,50
CP 2011031339 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001836	2.420,00
CP 2011032803 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001923	9.542,13
CP 2011032806 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001928	2.661,47
CP 2011032809 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001912	74.253,19

CP 2011032813 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001907	7.600,00
CP 2011032817 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001906	10.468,10
CP 2011032820 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001905	5.254,35
CP 2011032863 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001904	7.946,51
CP 2011032865 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001903	3.092,87
CP 2011032916 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001902	7.056,65
CP 2011032924 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001899	950,00
CP 2011032942 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001896	950,00
CP 2011032969 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001925	1.311,00
CP 2011033269 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001926	2.230,00
CP 2011033268 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001931	1.282,50
CP 2011033265 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001930	2.096,00
CP 2011033308 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001929	8.710,00
CP 2011033263 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001920	696,00
CP 2011033261 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001921	3.397,80
CP 2011033258 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001922	720,00
CP 2011033256 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001916	3.390,51
CP 2011033226 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001910	720,00
CP 2011033224 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001909	720,00
CP 2011033223 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001908	1.900,00
CP 2011033222 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001895	1.190,14
CP 2011033220 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001932	5.390,00
CP 2011035411 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002002	11.875,00
CP 2011038003 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002029	924,00
CP 2011038001 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002023	1.805,00
CP 2011037995 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001951	626,92
CP 2011037985 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001949	2.370,50
CP 2011037991 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002017	2.500,00
CP 2011037767 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002018	3.390,51

CP 2011037764 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002015	931,00
CP 2011037508 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002012	2.614,40
CP 2011037988 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001989	1.600,00
CP 2011037504 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001990	1.329,90
CP 2011037493 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001991	220,00
CP 2011037483 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002003	5.386,33
CP 2011037456 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002005	2.614,40
CP 2011036343 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001835	1.229,25
CP 2011042815 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002081	53.040,00
CP 2011042059 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002076	831,25
CP 2011042061 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002083	1.186,50
CP 2011042162 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002030	6.930,00
CP 2011042165 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002032	59.750,00
CP 2011042166 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002033	220,00
CP 2011042167 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002060	23.760,57
CP 2011042185 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002084	437,80
CP 2011042191 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002082	17.535,00
CP 2011042836 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02086	6.737,50
CP 2011038143 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002026	1.100,00
CP 2011038151 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002038	7.495,00
CP 2011038155 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001964	5.937,50
CP 2011038216 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002016	102.916,66
CP 2011038218 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001974	114.361,19
CP 2011038234 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001973	4.180,38
CP 2011038242 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001972	3.207,48
CP 2011038337 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002102	17.479,00
CP 2011038339 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001971	2.378,99
CP 2011038347 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001978	4.114,50
CP 2011038349 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001977	4.889,74

CP 2011038353 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001976	62.765,26
CP 2011038389 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001980	2.221,95
CP 2011038399 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001979	1.943,98
CP 2011038406 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001981	5.524,20
CP 2011038408 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001982	2.037,85
CP 2011038411 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001950	698,00
CP 2011038412 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002024	7.654,24
CP 2011038415 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002031	7.600,00
CP 2011038418 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002034	2.010,96
CP 2011038442 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002051	1.013,76
CP 2011038445 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002053	1.090,85
CP 2011038952 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02103	102.916,66
CP 2011045038 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2132	3.125,50
CP 2011045052 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2135	4.238,14
CP 2011043868 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002162	1.187,50
CP 2011044539 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2166	29.925,00
CP 2011044540 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2164	1.226,64
CP 2011044542 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2163	831,25
CP 2011044544 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2160	6.650,00
CP 2011044136 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002179	4.750,00
CP 2011044138 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2191	20.896,70
CP 2011044140 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002189	649,00
CP 2011044861 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2192	242,00
CP 2011044860 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2193	3.325,50
CP 2011044867 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2197	5.826,80
CP 2011044877 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2187	10.192,60
CP 2011044915 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2190	6.828,00
CP 2011044928 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2172	1.805,00
CP 2011045741 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002183	3.100,00

CP 2011045745 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2210	801,20
CP 2011045751 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2211	2.226,40
CP 2011045755 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2214	1.602,40
CP 2011045802 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2213	801,00
CP 2011045768 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002217	1.311,60
CP 2011045770 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2216	990,00
CP 2011045777 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2201	1.938,00
CP 2011045783 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2208	5.390,00
CP 2011045803 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2131	6.455,06
CP 2011046044 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2188	1.430,00
CP 2011044776 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 1975	2.104,63
CP 2011044957 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002219	21.780,00
CP 2011047228 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002224	4.750,00
CP 2011047230 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002242	5.937,50
CP 2011047313 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2090	4.750,00
CP 2011047314 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002225	102.916,66
CP 2011049925 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2220	2.185,00
CP 2011049917 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002243	2.850,00
CP 2011049905 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2248	3.390,52
CP 2011049899 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2247	3.268,00
CP 2011049885 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002249	3.895,00
CP 2011049886 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2246	2.736,00
CP 2011049882 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2244	1.805,00
CP 2011049260 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2266	502,00
CP 2011049261 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2265	445,20
CP 2011048819 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2199	3.895,00
CP 2011048924 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2161	7.600,00
CP 2011051053 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002365	7.589,56
CP 2011051338 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002337	950,00

CP 2011051340 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002354	7.600,00
CP 2011051341 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002352	1.900,00
CP 2011051629 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002333	2.614,40
CP 2011051751 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002334	6.650,00
CP 2011051697 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002335	831,25
CP 2011051749 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002356	1.900,00
CP 2011051626 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002366	5.445,00
CP 2011052035 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002367	1.900,00
CP 2011055264 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002390	106,70
CP 2011055261 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002392	6.737,50
CP 2011055328 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002393	254,98
CP 2011055327 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002394	48.262,50
CP 2011052059 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002395	117,15
CP 2011055211 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002402	102.916,66
CP 2011055391 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002450	950,00
CP 2011055404 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002449	5.937,50
CP 2011057072 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002451	4.000,00
CP 2011057073 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002386	7.609,50
CP 2011057069 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002452	831,25
CP 2011057065 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002400	2.199,91
CP 2011057064 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002401	1.805,00
CP 2011057062 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002387	5.362,75
CP 2011057075 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002429	32,78
CP 2011056547 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002432	3.268,00
CP 2011056627 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002433	1.377,50
CP 2011056670 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002434	2.470,00
CP 2011057071 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002436	4.835,50
CP 2011056673 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002447	10.729,90
CP 2011057070 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002448	5.429,09

CP 2011056499 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002380	5.362,75
CP 2011056504 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002382	5.234,50
CP 2011056507 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002383	5.234,50
CP 2011056530 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002381	5.709,50
CP 2011056541 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002384	5.709,50
CP 2011056545 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002379	1.540,00
CP 2011055739 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2388	156,40
CP 2011055738 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2389	500,50
CP 2011056549 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002481	7.600,00
CP 2011056551 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002512	21.480,58
CP 2011056554 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002480	5.333,78
CP 2011056687 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002430	5.937,50
CP 2011057650 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002483	1.213,87
CP 2011057661 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002479	589,00
CP 2011057663 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002492	5.370,62
CP 2011057667 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002494	1.758,12
CP 2011057662 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002485	3.339,60
CP 2011057665 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002486	8.013,60
CP 2011057664 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002493	258,06
CP 2011057670 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002495	1.202,52
CP 2011057674 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002496	92,40
CP 2011057653 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002487	2.245,00
CP 2011057657 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002497	2.004,42
CP 2011057659 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002488	186,19
CP 2011057633 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002498	11.824,00
CP 2011057634 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002503	1.842,50
CP 2011057635 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002509	6.650,00
CP 2011057636 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002508	890,40
CP 2011057637 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002506	474,23

CP 2011057638 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002504	6.328,00
CP 2011057643 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002505	11.302,80
CP 2011057640 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002500	1.848,00
CP 2011057641 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002501	5.390,00
CP 2011057629 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002489	4.238,14
CP 2011057632 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002510	6.650,00
CP 2011058295 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2431	418,00
CP 2011060565 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002519	7.678,00
CP 2011062941 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002540	285,00
CP 2011062934 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002532	7.609,50
CP 2011062933 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002517	2.614,40
CP 2011062926 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002531	1.805,00
CP 2011062913 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02533	10.729,91
CP 2011062909 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002539	6.650,00
CP 2011062907 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002537	3.390,51
CP 2011060622 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002534	5.937,50
CP 2011060625 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002535	4.750,00
CP 2011060638 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002536	26.600,00
CP 2011060646 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002538	102.916,68
CP 2011057625 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002507	853,80
CP 2011063841 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002594	1.335,60
CP 2011063788 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002602	7.996,16
CP 2011063783 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002587	2.894,00
CP 2011063776 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002586	1.602,40
CP 2011063779 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002585	2.893,20
CP 2011063840 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002583	90.602,00
CP 2011063770 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002577	687,50
CP 2011063743 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002584	4.455,00
CP 2011063926 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002597	5.390,00

CP 2011063755 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002595	935,00
CP 2011063753 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002593	4.190,40
CP 2011063751 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002598	3.001,20
CP 2011063749 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002600	3.441,40
CP 2011062922 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002606	11.836,00
CP 2011062936 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002576	7.600,00
CP 2011063928 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002592	1.900,00
CP 2011068133 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002660	2.750,00
CP 2011068138 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002633	92,40
CP 2011067933 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002642	42.790,00
CP 2011068139 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002646	4.983,50
CP 2011068125 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002625	1.805,00
CP 2011068113 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002623	4.408,00
CP 2011068093 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002624	4.835,50
CP 2011068114 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002645	825,00
CP 2011068124 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002622	2.614,40
CP 2011068121 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002621	9.661,20
CP 2011068110 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002612	244,97
CP 2011068112 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002613	236,94
CP 2011068089 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002647	3.390,51
CP 2011068090 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002617	10.687,50
CP 2011067944 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002630	1.868,40
CP 2011067938 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002626	10.450,00
CP 2011067957 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002615	10.687,50
CP 2011067959 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002648	6.737,50
CP 2011068079 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002618	7.134,50
CP 2011068080 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002651	4.209,10
CP 2011068082 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002650	1.210,00
CP 2011065912 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002661	5.062,10

	CP 2011065914 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002631	1.045,00
	CP 2011065918 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002611	1.534,06
	CP 2011065923 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002614	5.937,50
	CP 2011065927 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002616	4.750,00
	CP 2011066745 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2559	12.790,80
	CP 2011065904 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002649	308,00
	ACP-11490000932 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2090	(2.375,00)
	ACP-11490000935 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2091	(608,00)
	ACP-11490000936 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2093	(70,40)
	ACP-11490000943 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2088	(2.617,29)
	ACP-11490000944 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2089	(209,76)
	ACP-11490001049 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2112	(11.970,00)
	ACP-11490001051 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2110	(1.225,12)
	ACP-11490001055 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2106	(1.026,00)
	ACP-11490001057 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2104	(726,75)
	ACP-11490001067 (EXCLUSAO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2094	(1.360,00)
05.864.862/0001-86	GIUSTI COMUNICAÇÃO LTDA	309.640,58
	CP 2011060712 - (APROPRIAÇÃO) NFS 00003105 -	309.640,58
06.080.187/0001-67	ILHA DAS ARTES - ASSOCIACAO DE ARTESORES	600,00
	CP 2011021429 - (APROPRIAÇÃO) NFS 000902611 - OUTR	600,00
08.336.644/0001-67	COOPERATIVA DE ARTESORES DE GUARAQUECABA - ARTE NOSSA	840,00
	CP 2011022632 - (APROPRIAÇÃO) NFPS 000011 - OUTR	840,00
12.892.073/0001-14	PATRICIA APARECIDA W DA ROSA	1.320,00
	CP 2011021404 - (APROPRIAÇÃO) NF 965144 - OUTR	1.320,00
93.155.067/0001-86	COOP.MISTA DOS PEQ.PROD.RURAI S E URBANOS VINC.AO PROJ.ESPER.	600,00
	CP 2011028800 - (APROPRIAÇÃO) NF 002857 - OUTR	600,00
354 - DEMAIS PATROCÍNIOS		9.483.432,91
00.383.069/0001-41	ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUARIA DE ITA-ACITA	5.000,00
	CP 2011013714 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1348-25 23	2.500,00

	CP 2011026937 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25 23	2.500,00
00.960.677/0001-71	GRUPO DE TRABALHO COMUNITARIO CATARINENSE	18.333,34
	CP 2011002190 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2010 - DD 1319-02,22	5.000,00
	CP 2011011341 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011037855 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
01.359.600/0001-03	ASSOCIACAO DOS JORNAIS DIARIOS DO INTERIOR DE SC	5.000,00
	CP 2011037428 - (APROPRIAÇÃO) REC 016/2011 - DD 1371-02,29	2.500,00
	CP 2011037427 - (APROPRIAÇÃO) REC 015/2011 - DD 1371-02,29	2.500,00
01.428.839/0001-98	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	10.000,00
	CP 2011067253 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - RD 1394-01,24	10.000,00
01.936.223/0001-28	SOCIEDADE RURAL GUARAPUAVA	2.500,00
	CP 2011024801 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25 23	2.500,00
02.484.235/0001-21	COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO CONTESTADO	24.892,00
	CP 2011000293 - (APROPRIAÇÃO) REC 0001 - DD 1346-20,02	12.450,00
	CP 2011006418 - (APROPRIAÇÃO) REC 0002 - DD 1346-20,02	7.460,00
	CP 2011011724 - (APROPRIAÇÃO) REC 0003 - DD 1346-20,02	4.982,00
02.503.343/0001-02	IPEJ - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS JURIDICOS E CULTURAIS	10.000,00
	CP 2011056125 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1388-01,20	5.000,00
	CP 2011066554 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1388-01,20	5.000,00
02.551.238/0001-30	INSTITUTO VOLUNTARIOS EM ACAO	45.000,00
	CP 2011015384 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1358-13,24	15.000,00
	CP 2011029777 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1358-13,24	10.000,00
	CP 2011043240 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1358-13,24	10.000,00
	CP 2011060387 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1358-13,24	10.000,00
03.013.052/0001-90	QUALIDADE RS PGQP	20.000,00
	CP 2011003924 - (APROPRIAÇÃO) REC 014 - DD 1348-25 23	10.000,00
	CP 2011044851 - (APROPRIAÇÃO) REC 015 - DD 1348-25 23	10.000,00
03.015.049/0001-06	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A VIDA	8.000,00
	CP 2011042050 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-11,20	8.000,00

03.635.356/0001-90	ASSOCIACAO BRAS DOS CONTADORES DO SETOR DE ENERGIA ELETRICA	15.000,00
	CP 2011011224 - (APROPRIAÇÃO) REC 041 - DD 1291-01 27	15.000,00
04.129.514/0001-00	CENTRO APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA DE DOURADOS	26.666,66
	CP 2011011321 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1319-02,22	6.666,66
	CP 2011011606 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25 23	10.000,00
	CP 2011036071 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25 23	10.000,00
04.138.931/0001-01	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA QUITÉRIA	8.000,00
	CP 2011004033 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1339-01,29	4.000,00
	CP 2011022195 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2 - DD 1339-01,29	4.000,00
04.520.291/0001-08	ASSOCIACAO NACIONAL DOS PARTICIPANTES DE FUNDO DE PENSAO	4.000,00
	CP 2011067511 - (APROPRIAÇÃO) REC 050 - DD 1317-05 26	4.000,00
04.718.332/0001-67	ASSOCIACAO ESTADUAL DA JUVENTUDE RURAL - SC - TERRA LIVRE	15.000,00
	CP 2011000216 - (APROPRIAÇÃO) REC 022 - DD 1317-04 26	15.000,00
04.801.878/0001-87	COOP.DE HABIT.DOS AGRIC.FAMILIARES DOS TRÊS ESTADOS DO SUL	5.000,00
	CP 2011029056 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1364-06 25	2.500,00
	CP 2011036070 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1364-06 25	2.500,00
04.812.503/0001-12	TRANSMISSAO DA CIDADANIA E DO SABER - CIDADANIA E SABER	548.695,21
	CP 2011002246 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - ADIANT 526	63.067,85
	CP 2011000487 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/2010-TA - DD 1317-08,26	27.500,00
	CP 2011000487 - (GLOSA) - REC 06/2	(250,00)
	CP 2011008085 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - ADIA	36.937,25
	CP 2011009638 - (APROPRIAÇÃO) OUTROS 10/2010 - DD DPR-001	6.276,73
	CP 2011009638 - (GLOSA) - OUTROS 1	(2,00)
	CP 2011013305 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - ADIA	39.712,97
	CP 2011012115 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1354-02,16	25.000,00
	CP 2011018742 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - ADIA	31.688,21
	CP 2011024586 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/2011 - ADIA	33.948,13
	CP 2011031348 - (APROPRIAÇÃO) REC 006/2011 - ADIAN	31.396,46
	CP 2011037142 - (APROPRIAÇÃO) REC 007/2011 - ADIAN	31.427,55

	CP 2011043440 - (APROPRIAÇÃO) REC 07/2011 - ADIAN	31.106,59
	CP 2011048928 - (APROPRIAÇÃO) REC 08/2011 - ADIAN	33.744,05
	CP 2011054672 - (APROPRIAÇÃO) REC 11/2011 - ADIA	48.850,74
	CP 2011054587 - (APROPRIAÇÃO) REC 011/2011 - DD 1354-02,16	12.500,00
	CP 2011061157 - (APROPRIAÇÃO) REC 12/2011 - ADIA	49.420,08
	CP 2011061999 - (APROPRIAÇÃO) REC 014/2011 - DD 1354-02,16	12.500,00
	CP 2011067023 - (APROPRIAÇÃO) REC 13/2011 - ADIA	33.870,60
05.478.007/0001-37	PROMOTUR FUNDACAO DE PROMOCAO E PLANEJAMENTO DE JOINVILLE	50.000,00
	CP 2011035622 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1324-01 09	25.000,00
	CP 2011053942 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2011 - DD 1383-03,22	25.000,00
05.523.031/0001-40	ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS ASSENTADOS DO CERRO DOS MUNHOZ E BOM SERÁ	13.000,00
	CP 2011067249 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - RD 1394-01,24	13.000,00
05.684.806/0001-60	FEDERACAO DOS TRABALH.NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIAO SUL	20.000,00
	CP 2011016199 - (APROPRIAÇÃO) REC 10/2011 - DD 1358-02 24	10.000,00
	CP 2011024006 - (APROPRIAÇÃO) REC 11/2011 - DD 1358-02 24	10.000,00
06.207.416/0001-61	ASSOC PEQUENOS AGRICULTORES LINDEIROS DA USINA BARRA GRANDE	(10.000,00)
	CP 2011041755 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-11,20	12.000,00
	ACP-11590000282 (EXCLUSAO) DD-1242-03,06/08/08 OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITACAO RECIBO 004	(22.000,00)
06.954.576/0001-74	ASSOCIAÇÃO HORIZONTES	16.666,66
	CP 2011046376 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011060378 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
07.235.954/0001-22	FEAGRO-VALE FELE EXP.AGROP.DO VALE DO BRACO DO NORTE E REG.	2.500,00
	CP 2011033735 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1364-06 25	2.500,00
07.299.551/0001-47	INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO ESTUDOS E CONSULTORIA	48.000,00
	CP 2011013262 - (APROPRIAÇÃO) REC 007/11 - DD 1356-01,02	12.000,00
	CP 2011037088 - (APROPRIAÇÃO) REC 015/11 - DD 1356-01,02	12.000,00
	CP 2011043235 - (APROPRIAÇÃO) REC 027/11 - DD 1356-01,02	12.000,00
	CP 2011059364 - (APROPRIAÇÃO) REC 46/2011 - DD 1356-01,02	12.000,00
07.493.995/0001-19	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA FAVARETTO	20.000,00

	CP 2011043387 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1358-02 24	10.000,00
	CP 2011053932 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1358-02,24	10.000,00
07.501.693/0001-45	APM DA ESCOLA MUNICIPAL MBO EROY JEGUAKA POTY	4.000,00
	CP 2011000292 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1346-20,02	4.000,00
07.677.732/0001-60	INSTITUTO ADELINA DE ORLEANS FENNER	6.249,99
	CP 2011017462 - (APROPRIAÇÃO) REC 1 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011019539 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011033451 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
07.990.149/0001-04	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA QUADRA	4.000,00
	CP 2011067251 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - RD 1394-01,24	4.000,00
08.251.520/0001-89	CENTRO DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	19.583,33
	CP 2011005770 - (APROPRIAÇÃO) REC S/N - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011025223 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011025224 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011019541 - (APROPRIAÇÃO) REC 004/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011043249 - (APROPRIAÇÃO) REC 005/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
08.336.644/0001-67	COOPERATIVA DE ARTESÕES DE GUARAQUECABA - ARTE NOSSA	19.999,98
	CP 2011026741 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1359-02,31	6.666,66
	CP 2011054594 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1359-02,31	6.666,66
	CP 2011066139 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1359-02,31	6.666,66
08.680.363/0001-27	INSTITUTO P/ O DESENV DE ENERGIAS ALTERNAT DA AMERICA LATINA	35.000,00
	CP 2011007619 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-08 28	17.500,00
	CP 2011019287 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-08 28	17.500,00
09.124.184/0001-76	COOPERATIVA DAS TRABALHADORAS AUTÔNOMAS DA PESCA E ACESSÓRIOS ARTESANAIS	10.000,00
	CP 2011002579 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011063773 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25 23	5.000,00
09.306.306/0001-45	ASSOCIAÇÃO FORÇA VERDE	2.500,00
	CP 2011064614 - (APROPRIAÇÃO) REC 011/2011 - DD 1390-08,03	2.500,00
09.325.195/0001-14	CENTRO DE ESTUDOS ESPIRITAS CAMINHO DA LUZ	4.166,66

	CP 2011030754 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011061869 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
09.454.046/0001-55	OBA! - ORGANIZAÇÃO BEM-ANIMAL	2.083,00
	CP 2011033090 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1351-02,20	2.083,00
10.347.422/0001-91	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE TUNAS DO PARANÁ	9.500,00
	CP 2011010363 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/03 - DD 1339-01,29	9.500,00
10.865.793/0001-65	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA - CIF	8.000,00
	CP 2011056129 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - RPRE 0007/11,21	4.000,00
	CP 2011061142 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - RPRE 0007/11,21	4.000,00
11.277.471/0001-68	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS DE CAMPO LARGO	6.900,00
	CP 2011010362 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/03 - DD 1346-20,02	6.900,00
11.359.770/0001-41	ASSOCIAÇÃO CAMPONESA DA SERRA CATARINENSE	12.000,00
	CP 2011043598 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-11,20	12.000,00
11.859.695/0001-88	ASSOCIAÇÃO CAMPPONESA DE PRODUÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA	10.000,00
	CP 2011031039 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1364-06 25	5.000,00
	CP 2011044708 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1364-06 25	5.000,00
11.977.856/0001-38	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIBAS DO RIO PARDO	10.000,00
	CP 2011060379 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1346-20,02	7.000,00
	CP 2011060383 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1346-20,02	3.000,00
12.164.949/0001-06	ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA FILARMÔNICA DAS COMUNIDADES	18.000,00
	CP 2011051454 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	9.000,00
	CP 2011063310 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	9.000,00
12.301.773/0001-97	COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IVAÍ	3.304,00
	CP 2011000294 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - DD 1339-01,29	3.304,00
30.033.823/0001-84	COMITE NAC BRAS DE PROD TRANSM DE ENERGIA ELET CIGRE BRASIL	212.500,00
	CP 2011000188 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2010 - DD 1330-01 21	12.500,00
	CP 2011051199 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1369-01 15	100.000,00
	CP 2011065280 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1369-01 15	100.000,00
40.290.546/0001-49	SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA	10.000,00

	CP 2011046529 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1378-02 19	5.000,00
	CP 2011051953 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1378-02 19	5.000,00
42.334.193/0001-67	COMITE BRASILEIRO DE BARRAGENS	40.000,00
	CP 2011053936 - (APROPRIAÇÃO) REC 0006/2011 - RPRE 0005/11,15	20.000,00
	CP 2011061661 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - RPRE 0005/11,15	20.000,00
73.607.657/0001-95	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SAUDADES	5.000,00
	CP 2011052314 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1382-09 15	2.500,00
	CP 2011057897 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1382-09 15	2.500,00
78.499.290/0001-57	CENTRO ACADÊMICO DE AGRONOMIA FRITZ PLAUMANN	3.000,00
	CP 2011011618 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-08 28	1.500,00
	CP 2011022180 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-08 28	1.500,00
79.694.220/0001-12	ASSOCIACAO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SC - ADJORI	10.000,00
	CP 2011029049 - (APROPRIAÇÃO) REC 0001/2011 - DD 1364-06 25	5.000,00
	CP 2011033454 - (APROPRIAÇÃO) REC 0002/2011 - DD 1364-06 25	5.000,00
80.620.859/0001-32	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORTIGUERENSES DE MEL - APOMEL	5.000,00
	CP 2011041759 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1375-02 27	2.500,00
	CP 2011053935 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1375-02,27	2.500,00
81.267.643/0001-06	CENTRAL LARANJEIRENSE DE ASSOCIAÇÕES RURAIS	8.000,00
	CP 2011003025 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1348-25,23	4.000,00
	CP 2011015646 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/11 - DD 1348-25 23	4.000,00
83.216.333/0001-80	SOCIEDADE CULTURAL BONRETIRENSE	3.000,00
	CP 2011008366 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1352-08 28	1.500,00
	CP 2011008459 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/2011 - DD 1352-08 28	1.500,00
83.577.106/0001-80	CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA	40.000,00
	CP 2011029055 - (APROPRIAÇÃO) REC 0001 - DD 1352-08 28	20.000,00
	CP 2011039877 - (APROPRIAÇÃO) REC 0002 - DD 1352-08 28	20.000,00
83.843.904/0001-06	SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL GRANDE FPOLIS	8.000,00
	CP 2011025646 - (APROPRIAÇÃO) REC 24778 - DD 1348-25 23	4.000,00
	CP 2011060461 - (APROPRIAÇÃO) REC 24778/02 - DD 1348-25,23	4.000,00

85.209.583/0001-18	INSTITUIÇÃO FILANTROPICA CASA DE CARITAS	6.249,99
	CP 2011006684 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011006682 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011006681 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1351-02,20	2.083,33
86.188.257/0001-34	AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS	6.249,99
	CP 2011007612 - (APROPRIAÇÃO) REC S/N - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011022153 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
	CP 2011058321 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1351-02,20	2.083,33
86.251.428/0001-22	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL SAO MIGUEL DO OESTE	20.000,00
	CP 2011051952 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1382-09 15	10.000,00
	CP 2011063766 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1382-09 15	10.000,00
86.899.341/0001-66	ASSOC DOS TÉCNICOS AGRICOLAS DA REGIÃO DE PINHALZINHO	10.000,00
	CP 2011056899 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1383-03,22	5.000,00
	CP 2011066741 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1383-03,22	5.000,00
88.145.263/0001-30	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE GRAVATAI	16.166,68
	CP 2011052381 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011-A - DD 1382-09 15	2.000,00
	CP 2011001640 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/10 - DD 1319-02,22	3.166,67
	CP 2011017150 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	3.666,67
	CP 2011046377 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	3.666,67
	CP 2011067827 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	3.666,67
89.969.588/0001-08	FEIRA NACIONAL DO MILHO	8.000,00
	CP 2011012948 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1348-25 23	4.000,00
	CP 2011030855 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25 23	4.000,00
92.903.392/0001-17	ASSOC.DEFESA VIDA NATUREZA VALE RIO URUGUAI	12.000,00
	CP 2011041745 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-11,20	12.000,00
96.016.225/0001-05	SINDICATO RURAL DE SANTA VITORIA DO PALMAR	10.000,00
	CP 2011054874 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1383-03,22	5.000,00
	CP 2011062426 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1383-03,22	5.000,00
96.042.155/0001-60	ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LIVRAMENTO	(1.000,00)

	CP 2011062423 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1390-01,03	2.500,00
	CR. 2011000365 RECEBIMENTO REF. E-MAIL sn	(3.500,00)
00.692.641/0001-54	COOPERATIVA DOS BARQUEIROS AUTONOMOS DA COSTA DA LAGOA	(2.067,35)
	CR. 2011000561 RECEBIMENTO REF. CI CE ARS 0099/2010	(2.067,35)
08.254.562/0001-73	ASSOC.ACAO CID.,CONTRA A FOME,A MIS.E P VIDA_DE PONTA GROSSA	(5.078,07)
	CR. 2011001181 RECEBIMENTO REF. E-MAIL SN	(5.078,07)
10.789.732/0001-66	INSTITUTO EDUCAÇÃO JOVEM POPULAR	150.000,00
	CP 2011000411 - (APROPRIAÇÃO) REC 3 - DD 1317-08,26	37.500,00
	CP 2011018942 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1357-11,14	75.000,00
	CP 2011067648 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/11 - DD 1357-11,14	37.500,00
79.886.826/0001-50	UNIAO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITARIAS	3.333,30
	CP 2011001754 - (APROPRIAÇÃO) REC 3 - DD 1319-02,22	3.333,30
07.180.824/0001-30	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	13.333,33
	CP 2011001757 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1319-02,22	6.666,67
	CP 2011001756 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-02,22	6.666,66
84.592.369/0009-88	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA.	16.000,00
	CP 2011002502 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-02,22	16.000,00
81.909.889/0001-26	ASSOCIACAO CULTURAL DE NEGRITUDE E ACAO POPULAR	40.000,00
	CP 2011002506 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/10 - DD 1319-28,22	10.000,00
	CP 2011017463 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1359-02,31	10.000,00
	CP 2011043242 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1359-02,31	10.000,00
	CP 2011064599 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1359-02,31	10.000,00
76.660.844/0001-20	CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMA ARAUJO	2.500,00
	CP 2011002886 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1264-01,26	2.500,00
07.148.234/0001-20	INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS	4.000,00
	CP 2011000190 - (APROPRIAÇÃO) REC 054/2010 - DD 1345-01 22	4.000,00
00.043.300/1119-00	SUELI TEREZA MAZZUCCO MAZURANA	2.500,00
	CP 2011001515 - (APROPRIAÇÃO) REC snº 2ª Parcela - DD 1317-04 26	2.500,00
07.961.053/0001-18	MUSICANTO SUL-AMERICANO DE NATIVISMO	5.000,00

	CP 2011001512 - (APROPRIAÇÃO) REC sn 2ª parcela - DD 1339-02 29	5.000,00
92.468.115/0001-23	FEIRA NACIONAL DA SOJA	5.000,00
	CP 2011003020 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25,23	2.500,00
	CP 2011020771 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25,23	2.500,00
00.783.143/0001-17	FUNDACAO PADRE LUIZ FACCHINI PRO SOLIDARIEDADE E VIDA	8.000,00
	CP 2011003394 - (APROPRIAÇÃO) REC s/n - DD 1348-25,23	4.000,00
	CP 2011022179 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25,23	4.000,00
09.356.573/0001-27	SIMÃO ELIAS WOLF ME	5.000,00
	CP 2011003925 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1348-25,23	2.500,00
	CP 2011024009 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25 23	2.500,00
83.930.131/0001-03	FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE	2.640.000,00
	CP 2011000201 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/17 FFC - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011004828 - (APROPRIAÇÃO) REC 7 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011010236 - (APROPRIAÇÃO) REC 8 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011016524 - (APROPRIAÇÃO) REC 9 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011022511 - (APROPRIAÇÃO) REC 10 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011029675 - (APROPRIAÇÃO) REC 11 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011034144 - (APROPRIAÇÃO) REC 12 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011039307 - (APROPRIAÇÃO) REC 13/11 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011045461 - (APROPRIAÇÃO) REC 14 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011052017 - (APROPRIAÇÃO) REC 15 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011058308 - (APROPRIAÇÃO) REC 16 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011067529 - (APROPRIAÇÃO) REC 17 - DD 1332-08 04	220.000,00
00.003.099/8179-45	MARCOS FERNANDO DA CRUZ	11.600,00
	CP 2011001130 - (APROPRIAÇÃO) REC 09 - DD 1318-19 06	800,00
	CP 2011005075 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	1.000,00
	CP 2011006421 - (APROPRIAÇÃO) REC 10 - DD 1318-19 06	800,00
	CP 2011012262 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011018844 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/12 - DD 1348-25 23	1.000,00

	CP 2011023397 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/12 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011030421 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/12 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011036285 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/11 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011041758 - (APROPRIAÇÃO) REC 07/11 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011049175 - (APROPRIAÇÃO) REC 08/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011054876 - (APROPRIAÇÃO) REC 09/11 - DD 1348-25,23	1.000,00
	CP 2011060465 - (APROPRIAÇÃO) REC 10/11 - DD 1348-25,23	1.000,00
77.910.230/0001-12	AVAI FUTEBOL CLUBE	2.420.000,00
	CP 2011002843 - (APROPRIAÇÃO) REC SN° AFC Janeiro - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011008995 - (APROPRIAÇÃO) REC SN° AFC Fevereiro - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011011612 - (APROPRIAÇÃO) REC SN° AFC Março - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011015976 - (APROPRIAÇÃO) REC 009 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011024386 - (APROPRIAÇÃO) REC 010 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011029394 - (APROPRIAÇÃO) REC 011 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011034477 - (APROPRIAÇÃO) REC 012 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011040748 - (APROPRIAÇÃO) REC 013 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011047260 - (APROPRIAÇÃO) REC 014 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011052404 - (APROPRIAÇÃO) REC 015/2011 - DD 1332-08 04	220.000,00
	CP 2011059657 - (APROPRIAÇÃO) REC 016/2011 - DD 1332-08,04	220.000,00
78.119.328/0001-19	SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LARANJEIRAS DO SUL	5.000,00
	CP 2011003024 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1348-25,23	2.500,00
	CP 2011033456 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25,23	2.500,00
04.940.781/0001-55	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISU	5.000,00
	CP 2011003022 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25,23	5.000,00
77.290.401/0001-58	APAE-ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	5.000,00
	CP 2011003026 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	2.500,00
	CP 2011019284 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25,23	2.500,00
00.000.632/6290-88	BERNARDO ANDRE SADA KOLLER	8.000,00
	CP 2011003021 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25,2	1.000,00

	CP 2011013006 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25,2	1.000,00
	CP 2011013151 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1348-25,2	1.000,00
	CP 2011022183 - (APROPRIAÇÃO) REC 004/2011 - DD 1348-25,2	1.000,00
	CP 2011033945 - (APROPRIAÇÃO) REC 005/2011 - DD 1348-25,2	1.000,00
	CP 2011046527 - (APROPRIAÇÃO) REC 006/2011 - DD 1348-25 26	1.000,00
	CP 2011058440 - (APROPRIAÇÃO) REC 007/2011 - DD 1348-25 26	1.000,00
	CP 2011062427 - (APROPRIAÇÃO) REC 008/2011 - DD 1348-25 26	1.000,00
10.370.353/0001-37	FLORIPA ISTEPÔS	6.000,00
	CP 2011003395 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1348-25,23	3.000,00
	CP 2011029780 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25,23	3.000,00
83.930.545/0001-24	ASSOCIACAO CLUBE DOZE DE AGOSTO	24.000,00
	CP 2011003396 - (APROPRIAÇÃO) REC 0031 - DD 1348-25,23	12.000,00
	CP 2011063430 - (APROPRIAÇÃO) REC 0123 - DD 1348-25,23	12.000,00
04.541.788/0001-02	ASSOCIAÇÃO OLÍMPICA DE KARATÊ DE CONTATO DE DOURADOS	8.000,00
	CP 2011003922 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1348-25,23	4.000,00
	CP 2011067828 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25,23	4.000,00
00.056.771/2901-15	NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR	7.000,00
	CP 2011003921 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	1.000,00
	CP 2011009708 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011019534 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011030420 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011040456 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011056127 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011063767 - (APROPRIAÇÃO) REC 07/2011 - DD 1348-25 23	1.000,00
88.844.030/0001-25	CERAMICA ATLETICO CLUBE	34.999,99
	CP 2011002189 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1319-02,22	10.000,00
	CP 2011013270 - (APROPRIAÇÃO) REC 0001 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011045486 - (APROPRIAÇÃO) REC 0002/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011067824 - (APROPRIAÇÃO) REC 0003/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33

10.778.171/0001-08	EMTURSUL CONVENTION BUREAU DE CRICIUMA E REGIÃO	18.000,00
	CP 2011004035 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	5.000,00
	CP 2011007159 - (APROPRIAÇÃO) REC Nº-01 - DD 1348-25 23	4.000,00
	CP 2011043203 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25,23	5.000,00
	CP 2011053939 - (APROPRIAÇÃO) REC Nº 02 - DD 1348-25,23	4.000,00
82.895.327/0001-33	FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	3.000,00
	CP 2011003393 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25,23	3.000,00
78.501.038/0001-35	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO VISTA ALEGRE	5.000,00
	CP 2011003027 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25,23	2.500,00
	CP 2011062424 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25,23	2.500,00
08.736.821/0001-00	ASSOC COOP AGRICOLA ASSENT DA REFORMA AGRÁRIA DO OESTE PR	6.666,66
	CP 2011001637 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2010 - DD 1319-02,22	6.666,66
83.476.911/0001-17	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	3.000,00
	CP 2011002507 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1278-04,10	3.000,00
08.603.345/0001-41	INST LAT AMER AGROECOLOGIA, EDUC, CAPAC, PESQ AGRIC CAMPON	30.000,01
	CP 2011003661 - (APROPRIAÇÃO) REC 3 - DD 1319-02,22	10.000,00
	CP 2011012649 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/11 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011030584 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/11 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011063555 - (APROPRIAÇÃO) REC 3/11 - DD 1352-07,28	6.666,67
10.949.553/0001-49	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU	10.000,00
	CP 2011005657 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011018843 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25 23	5.000,00
10.637.391/0001-03	ASSOCIACAO REFLEXAO E ATITUDE	12.886,67
	CP 2011004699 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/10 - DD 1296-02,25	2.500,00
	CP 2011004827 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-02,22	10.386,67
87.512.349/0001-90	CONFERÊNCIA SÃO VICENTE DE PAULO DE LIVRAMENTO	21.666,66
	CP 2011005772 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/10 - DD 1319-02,22	5.000,00
	CP 2011018139 - (APROPRIAÇÃO) REC 0001 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011055234 - (APROPRIAÇÃO) REC 0005/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33

06.254.398/0001-79	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO MULTIPLICAR	6.666,67
	CP 2011005774 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1319-02,22	6.666,67
00.047.989/9809-59	LUIZ ALBERTO VICENTINI	10.000,00
	CP 2011004349 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	5.000,00
	CP 2011047916 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	5.000,00
07.542.338/0001-14	ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA SANTANENSE	12.500,00
	CP 2011004351 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25,23	6.250,00
	CP 2011051959 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25 23	6.250,00
06.977.673/0001-82	UNIVERSIDADE LIVRE PARA A EFICIÊNCIA HUMANA	39.999,99
	CP 2011004702 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25,23	7.500,00
	CP 2011010834 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011/A - DD 1352-07,10	8.333,33
	CP 2011063554 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,10	8.333,33
	CP 2011064606 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,10	8.333,33
	CP 2011066551 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011/A - DD 1348-25,23	7.500,00
80.489.560/0001-90	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA FLÔR	1.500,00
	CP 2011005810 - (APROPRIAÇÃO) REC 011/2010 - DD 1345-01,22	1.500,00
00.001.749/5779-33	LORY ALVES FRANÇA	15.000,00
	CP 2011004991 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2011 - DD 1348-25,23	7.500,00
	CP 2011067508 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25,23	7.500,00
80.675.416/0001-49	ASSOC. DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA ELETROSUL	3.000,00
	CP 2011005246 - (APROPRIAÇÃO) REC snº - DD 1348-25 23	3.000,00
07.536.498/0001-50	COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRADICIONALISMO	10.000,00
	CP 2011006420 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011025647 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25 23	5.000,00
07.423.519/0001-21	CORAL ENCANTOS	42.000,00
	CP 2011006882 - (APROPRIAÇÃO) REC 6/6/2011 - DD 1319-01,22	7.000,00
	CP 2011011659 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/6-2011 - DD 1352-08 28	7.000,00
	CP 2011024399 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/6-2011 - DD 1352-08 28	7.000,00
	CP 2011035174 - (APROPRIAÇÃO) REC 3/6-2011 - DD 1352-08 28	7.000,00

	CP 2011048477 - (APROPRIAÇÃO) REC 4/6-2011 - DD 1352-08 28	7.000,00
	CP 2011058438 - (APROPRIAÇÃO) REC 5/6-2011 - DD 1352-08 28	7.000,00
00.000.787/0609-25	JOSÉ CIPRIANO DA SILVA	3.500,00
	CP 2011007511 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-08 28	1.750,00
	CP 2011015032 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-08 28	1.750,00
89.964.928/0001-08	CENTRO DE CRIATIVIDADE SAO LUIZENSE	10.000,00
	CP 2011008348 - (APROPRIAÇÃO) REC 1 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011029671 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	5.000,00
04.858.313/0001-36	ASSOCIACAO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA	28.000,00
	CP 2011008831 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-08 28	20.000,00
	CP 2011033929 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25 23	4.000,00
	CP 2011060460 - (APROPRIAÇÃO) REC 012/2011 - DD 1348-25,23	4.000,00
03.476.141/0001-73	INSTITUTO CULTURAL ARTE BRASIL	10.000,00
	CP 2011005771 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1319-02,22	10.000,00
00.005.695/2379-63	ANA CLÁUDIA MARIA DE JESUS	5.000,00
	CP 2011004038 - (APROPRIAÇÃO) REC 1 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011006919 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011014498 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/12 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011022182 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/12 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011029050 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/12 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011033944 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/12 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011038198 - (APROPRIAÇÃO) REC 07/12 - DD 1348-25,23	500,00
	CP 2011047625 - (APROPRIAÇÃO) REC 08/12 - DD 1348-25 23	500,00
	CP 2011058443 - (APROPRIAÇÃO) REC 09/12 - DD 1348-25 23	500,00
	CP 2011058442 - (APROPRIAÇÃO) REC 10/12 - DD 1348-25 23	500,00
00.080.444/1219-00	RICARDO MULLER ROTH	6.000,00
	CP 2011004701 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	1.000,00
	CP 2011019289 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011035171 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1348-25 23	1.000,00

	CP 2011050324 - (APROPRIAÇÃO) REC 04 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011061662 - (APROPRIAÇÃO) REC 5 - DD 1348-25,23	1.000,00
	CP 2011062422 - (APROPRIAÇÃO) REC 6 - DD 1348-25,23	1.000,00
00.004.822/5839-02	RODRIGO BALTAZAR	8.000,00
	CP 2011004837 - (APROPRIAÇÃO) REC 5 - DD 1317-04,26	1.000,00
	CP 2011017331 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/06 - DD 1317-04,26	1.000,00
	CP 2011017334 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/06 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011022181 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/06 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011030419 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/06 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011038206 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/06 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011058445 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/06 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011060464 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/06-2011 - DD 1348-25,23	1.000,00
00.000.606/2669-09	BRUNO FONTES FERREIRA DA SILVA	60.000,00
	CP 2011005321 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1349-02,30	7.500,00
	CP 2011010163 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/11 - DD 1349-02,30	7.500,00
	CP 2011015648 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/11 - DD 1349-02,30	7.500,00
	CP 2011021080 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/11 - DD 1349-02,30	7.500,00
	CP 2011029435 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/11 - DD 1349-02 30	7.500,00
	CP 2011034548 - (APROPRIAÇÃO) REC 06/2011 - DD 1349-02 30	7.500,00
	CP 2011041559 - (APROPRIAÇÃO) REC 07/2011 - DD 1349-02 30	7.500,00
	CP 2011056147 - (APROPRIAÇÃO) REC 08/2011 - DD 1349-02 30	7.500,00
00.088.915/1319-91	ANDRÉ ARTHUR DUTRA	5.000,00
	CP 2011005255 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011008742 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011013544 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011027958 - (APROPRIAÇÃO) REC 04 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011053940 - (APROPRIAÇÃO) REC 05 - DD 1348-25,22	1.000,00
00.030.018/9780-53	GILBERTO TADEU CAMPEZATO RIBEIRO	4.500,00
	CP 2011007157 - (APROPRIAÇÃO) REC SN° - DD 1348-25 23	1.125,00

	CP 2011029437 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/11 - DD 1348-25 23	1.125,00
	CP 2011058446 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1348-25 23	1.125,00
	CP 2011066557 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1348-25 23	1.125,00
05.311.137/0001-80	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE FARROUPILHA-RS	5.000,00
	CP 2011006036 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	5.000,00
07.255.764/0001-77	PROVOPAR AÇÃO SOCIAL LARANJEIRAS DO SUL	2.500,00
	CP 2011006694 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25 23	2.500,00
03.713.377/0001-86	LIGA ESPORTIVA MUNICIPAL RIO PARDENSE	15.000,00
	CP 2011007509 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	7.500,00
	CP 2011054872 - (APROPRIAÇÃO) REC 2 - DD 1348-25,23	7.500,00
00.000.738/6781-04	CLAUDIO MARTINS DE OLIVEIRA	9.720,00
	CP 2011008213 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011019288 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011021588 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011026945 - (APROPRIAÇÃO) REC 004/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011033455 - (APROPRIAÇÃO) REC 005/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011039119 - (APROPRIAÇÃO) REC 006/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011044886 - (APROPRIAÇÃO) REC 007/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011051962 - (APROPRIAÇÃO) REC 008/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
	CP 2011057899 - (APROPRIAÇÃO) REC 009/2011 - DD 1348-25 23	1.080,00
02.620.402/0001-14	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA CUBA	5.000,00
	CP 2011007513 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25 23	5.000,00
00.002.925/7019-81	ROBERTO RODRIGUES OLIVEIRA	3.000,00
	CP 2011008379 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011032279 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	1.000,00
	CP 2011044850 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1348-25 23	1.000,00
00.002.302/8940-14	DIOGO MELLO DA ROSA	6.104,00
	CP 2011008830 - (APROPRIAÇÃO) REC 4 - DD 1317-05 26	1.104,00
	CP 2011016444 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2011 - DD 1352-08 28	1.000,00

	CP 2011016445 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1352-08 28	1.000,00
	CP 2011033946 - (APROPRIAÇÃO) REC 3/2011 - DD 1352-08 28	1.000,00
	CP 2011052379 - (APROPRIAÇÃO) REC 4/2011 - DD 1352-08 28	1.000,00
	CP 2011067516 - (APROPRIAÇÃO) REC 5 - DD 1352-08,28	1.000,00
92.914.522/0001-17	ASSOCIAÇÃO SANTANENSE OVINO & VINHO	10.000,00
	CP 2011004350 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	5.000,00
	CP 2011043550 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25,23	5.000,00
07.567.767/0001-46	CENTRO DE A AOS CAT DE MAT REC E MOR DE A DE RISCO STO DIAS	10.000,00
	CP 2011005248 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011066556 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	5.000,00
87.706.271/0001-45	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SAO LUIZ GONZAGA	7.500,00
	CP 2011007156 - (APROPRIAÇÃO) REC SN° - DD 1348-25 23	3.750,00
	CP 2011059636 - (APROPRIAÇÃO) REC S/N° - DD 1348-25,23	3.750,00
78.122.496/0001-63	SOCIEDADE RURAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ	10.000,00
	CP 2011006415 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011017332 - (APROPRIAÇÃO) REC 07 - DD 1348-25 23	5.000,00
05.644.948/0001-01	INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL VIDA VERDE	8.000,00
	CP 2011004037 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	4.000,00
	CP 2011060463 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25,23	4.000,00
05.150.631/0001-00	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA A EDUCAÇÃO POPULAR	40.000,00
	CP 2011010835 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-28,22	10.000,00
	CP 2011018138 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1359-02,31	10.000,00
	CP 2011035100 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1359-02,31	10.000,00
	CP 2011065112 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1359-02,31	10.000,00
07.423.150/0001-57	ASSOCIAÇÃO CAMINHOS PARA A VIDA	9.999,99
	CP 2011011342 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/3 - DD 1352-07,28	3.333,33
	CP 2011057103 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	3.333,33
	CP 2011064602 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	3.333,33
05.121.764/0001-59	GENUS - PESQUISA, ASSESSORIA E ESTUDOS DE GENERO	18.750,00

	CP 2011011318 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1352-07,28	12.500,00
	CP 2011036272 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.250,00
05.051.898/0001-40	ASSOCIACAO CULTURAL DE HIP HOP DE LAGUNA - ACH2L	13.333,33
	CP 2011011317 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/11 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011024398 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66
08.394.529/0001-49	INSTITUTO ILHAS DO BRASIL	20.000,01
	CP 2011012119 - (APROPRIAÇÃO) REC s/n - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011033452 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011066908 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28	6.666,67
11.379.158/0001-30	ASSOCIAÇÃO VENCEDORES DO AMANHÃ	24.999,99
	CP 2011012125 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011033453 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011056265 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
11.417.777/0001-72	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA MÚSICA	24.999,33
	CP 2011012127 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1352-07,28	8.333,00
	CP 2011023268 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1352-07,28	8.333,00
	CP 2011060376 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1352-07,2	8.333,33
07.925.656/0001-64	CENTRO DE APOIO A DEPENDENTES EM RECUPERAÇÃO INTEGRADO	16.666,66
	CP 2011012742 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/03 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011052174 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/03 - DD 1352-07,28	8.333,33
03.052.493/0001-00	CLUBE DE ORIENTAÇÃO DA FRONTEIRA	9.999,99
	CP 2011013269 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1352-07,28	3.333,33
	CP 2011034815 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	3.333,33
	CP 2011064192 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	3.333,33
01.184.173/0001-70	CPM DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ONOFRE	6.000,00
	CP 2011013268 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	2.000,00
	CP 2011029204 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	2.000,00
	CP 2011044144 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	2.000,00
89.435.895/0001-09	CENTRO CULTURAL E ASSISTENCIAL SÃO CRISTOVÃO	20.000,00

	CP 2011013264 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011031842 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011066138 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1352-07,28	6.666,66
02.062.140/0001-10	ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE FIGUEIRA	20.000,01
	CP 2011013266 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011029024 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011065113 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
01.885.077/0001-59	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA	13.333,34
	CP 2011013267 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011052176 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.666,67
10.562.406/0001-11	ASSOCIAÇÃO ONDA SOCIOAMBIENTAL DO BRASIL	3.000,00
	CP 2011013263 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1352-07,28	3.000,00
07.232.670/0001-82	CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE	20.000,00
	CP 2011022389 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011049292 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.666,66
	CP 2011064601 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
08.903.674/0001-08	COMUNIDADE TERAPEUTICA FAZENDA ESPERANÇA DE FARROUPILHA	24.999,99
	CP 2011013531 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011029775 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011047223 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
03.086.203/0001-30	INSTITUTO AMBIENTAL RATONES	13.333,34
	CP 2011024396 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011063552 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
46.250.411/0008-02	FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL	24.999,99
	CP 2011013964 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011035526 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011067567 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
02.573.208/0001-25	CENTRO CULT. ESCRAVA ANASTACIA DA CAP N SRA DO MONT SERRAT	13.333,34
	CP 2011013961 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1319-08,22	6.666,67

	CP 2011013959 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1319-02,22	6.666,67
10.324.353/0001-09	TABLA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	15.000,00
	CP 2011011223 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25 23	7.500,00
	CP 2011033942 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23	7.500,00
78.474.079/0001-80	ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE APRENDIZAGEM E PRODUÇÃO ANA GUEDES	5.000,00
	CP 2011011607 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/02 - DD 1355-05 22	2.500,00
	CP 2011017492 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1355-05 22	2.500,00
81.348.260/0001-54	ASSOC DE PAIS E PROFESSORES DO G E M FERNANDE BRUGGMANN VIEGAS DE AMORIM	1.150,00
	CP 2011011616 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1345-01 22	1.150,00
05.497.902/0001-07	ONG POLÍTICAS PÚBLICAS OUTRO MUNDO É POSSÍVEL	6.000,00
	CP 2011012263 - (APROPRIAÇÃO) REC 82 - DD 1317-04 26	6.000,00
03.025.707/0001-40	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	24.999,99
	CP 2011012648 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07-28	8.333,33
	CP 2011023582 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07-28	8.333,33
	CP 2011033467 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07-28	8.333,33
09.549.584/0001-23	ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA AMIGOS DO BASQUETE	10.000,00
	CP 2011011608 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/02 - DD 1348-25 23	5.000,00
	CP 2011063769 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/02 - DD 1348-25 23	5.000,00
75.637.256/0015-09	ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS	20.000,01
	CP 2011011320 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011049375 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011066909 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
07.636.629/0001-71	ASSOCIACAO VIDA NUEVA	24.999,99
	CP 2011011335 - (APROPRIAÇÃO) REC 00001 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011026740 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011031843 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
06.905.713/0001-80	SERVIÇO DE AÇÃO SOLIDÁRIA E CIDADÃ - ONG TRAVESSIA	19.999,98
	CP 2011011338 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66
	CP 2011029058 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66

	CP 2011056977 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66
82.102.666/0001-15	ASSOCIAÇÃO CASA DA MULHER CATARINA	20.000,01
	CP 2011012122 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011028047 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011057011 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28	6.666,67
01.106.849/0001-07	COOP DE COMERCIO E REFORMA AGRÁRIA AVANTE LTDA	2.500,00
	CP 2011013261 - (APROPRIAÇÃO) REC 2 - DD 1264-01,26	2.500,00
09.000.277/0001-99	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERTÃO DO Córrego Grande	5.000,00
	CP 2011011609 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/02 - DD 1355-05 22	2.500,00
	CP 2011014500 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/02 - DD 1355-05 22	2.500,00
00.426.922/0001-65	INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES	1.500,00
	CP 2011011226 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1343-13 28	1.500,00
07.348.594/0001-75	INSTITUTO MANGUE VIVO	20.000,01
	CP 2011011337 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/11 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011033859 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011064194 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
10.550.186/0001-06	INSTITUTO CONSULTOR SOCIAL	20.000,01
	CP 2011011319 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011043238 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011063309 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
05.342.327/0001-65	COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMATICA DE SANTA CATARINA	6.300,00
	CP 2011012116 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1278-04,10	6.300,00
11.805.153/0001-22	ASSOCIAÇÃO METARRECICLAGEM	20.000,01
	CP 2011012121 - (APROPRIAÇÃO) REC s/n - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011016895 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011025678 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28	6.666,67
90.255.738/0001-92	CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO CARAVÁGIO	19.999,34
	CP 2011013271 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011039876 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67

	CP 2011067562 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	6.666,00
00.067.968/0001-35	OBRAS SOCIAIS CASA DA UNIÃO LAR DE SANTANA	5.000,00
	CP 2011013535 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-02,22	5.000,00
81.840.233/0001-02	CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO	24.999,97
	CP 2011013963 - (APROPRIAÇÃO) REC 035 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011037854 - (APROPRIAÇÃO) REC 36 - DD 1352-07,28	8.333,31
	CP 2011064193 - (APROPRIAÇÃO) REC 037 - DD 1352-07,28	8.333,33
78.483.641/0001-31	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	24.999,99
	CP 2011013962 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011039239 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
	CP 2011067565 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	8.333,33
06.125.731/0001-40	ASSOC.PAULO FREIRE DE EDUC.E CULTURA POPULAR DE FRAIBURGO	4.504,33
	CP 2011016896 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-19,22	4.504,33
01.552.704/0001-30	COLEGIO ILHEU LTDA - ME	48.000,00
	CP 2011016892 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1354-02,16	12.000,00
	CP 2011037857 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1354-02,16	12.000,00
	CP 2011037860 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1354-02,16	12.000,00
	CP 2011051450 - (APROPRIAÇÃO) REC 004/2011 - DD 1354-02,16	12.000,00
00.661.757/0001-26	CPM-ESCOLA MINICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTA CRUZ	8.000,00
	CP 2011018137 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	2.666,67
	CP 2011029205 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	2.666,67
	CP 2011037852 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28	2.666,66
92.913.896/0001-18	CONSEPRO LIVRAMENTO	15.000,00
	CP 2011019540 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1358-13,24	5.000,00
	CP 2011034157 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1358-13,24	5.000,00
	CP 2011066914 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1358-13,24	5.000,00
01.918.983/0001-02	FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE XANXERÊ	6.666,66
	CP 2011019544 - (APROPRIAÇÃO) REC 01-2011 - DD 1352-07/28	3.333,33
	CP 2011050502 - (APROPRIAÇÃO) REC 02-2011 - DD 1352-07,28	3.333,33

06.111.893/0001-29	ASSOCACAO IMBUIA PESQUISAS	22.500,00
	CP 2011015337 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25 23	2.500,00
	CP 2011021139 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66
	CP 2011050500 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011067825 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
02.526.088/0001-05	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO CERRITO	2.400,00
	CP 2011015336 - (APROPRIAÇÃO) REC 22 - DD 1358-02 24	1.200,00
	CP 2011051960 - (APROPRIAÇÃO) REC 26 - DD 1358-02 24	1.200,00
07.154.955/0001-42	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FEIRANTES DE SÃO DOMINGOS	8.000,00
	CP 2011016276 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/02 - DD 1358-02 24	4.000,00
	CP 2011020769 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/02 - DD 1358-02 24	4.000,00
83.413.526/0001-20	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTA - CDL CAMPOS NOVOS	5.000,00
	CP 2011015909 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1355-05 22	2.500,00
	CP 2011017782 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1355-05 22	2.500,00
78.503.075/0001-82	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS CERQUEIRENSE	10.000,00
	CP 2011016290 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1355-05 22	5.000,00
	CP 2011016292 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1355-05 22	5.000,00
03.338.718/0001-80	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA -ABRACO/SC	2.500,00
	CP 2011019290 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2010 - DD 1341-02 19	2.500,00
05.895.785/0001-21	ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA	8.000,00
	CP 2011019464 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25 23	4.000,00
	CP 2011067247 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1348-25 23	4.000,00
00.673.312/0001-66	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRICOLA DE ARAQUARI	5.000,00
	CP 2011019463 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1360-01 08	2.500,00
	CP 2011026944 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1360-01 08	2.500,00
78.480.779/0001-87	CTG RINCÃO DA SAUDE	6.000,00
	CP 2011018845 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1358-02 24	3.000,00
	CP 2011023432 - (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1358-02 24	3.000,00
07.110.404/0001-87	PROJETO MUTIRÃO PROFETA ELIAS	20.000,01

	CP 2011016893 - (APROPRIAÇÃO) REC 001-00056/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011033465 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011066910 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
94.076.692/0001-03	SINDICATO DOS ARTESÃOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	20.000,01
	CP 2011019543 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1359-02,31	6.666,67
	CP 2011044145 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/211 - DD 1359-02,31	6.666,67
	CP 2011056963 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1359-02,31	6.666,67
07.281.369/0001-69	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS PARA A SUSTENTABILIDADE DA MATA ATLÂNTICA	5.000,00
	CP 2011015647 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2 - DD 1348-25 23	5.000,00
03.402.982/0001-36	ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES E COLETORES DE RECICLÁVEIS DO VALE DO IGUAÇU	4.555,00
	CP 2011016291 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/02 - DD 1348-25 23	4.555,00
07.020.846/0001-32	ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOS DO VERDE	20.000,01
	CP 2011018136 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011046380 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011059359 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
80.165.798/0001-60	ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DA FUCRI	75.000,00
	CP 2011017330 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1358-01 24	75.000,00
01.875.031/0001-59	CONSELHO ESC DA ESC.MUNIC.DE 1 GRAU INCOMP.COSTA DO IPIRANGA	15.000,00
	CP 2011020628 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-07,28	5.000,00
	CP 2011030587 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	5.000,00
	CP 2011051456 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	5.000,00
76.726.884/0081-02	INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E AS. SOCI	20.000,00
	CP 2011022154 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011048307 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011067564 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66
03.346.018/0001-38	ASSOCIAÇÃO RONDON BRASIL	4.200,00
	CP 2011022402 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1331-02,27	4.200,00
05.489.622/0001-49	ORGANIZAÇÃO LONDRINENSE DE VOLUNTÁRIOS DA EDUCAÇÃO	12.000,00
	CP 2011024783 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/03 - DD 1352-07,28	4.000,00

	CP 2011043601 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/03 - DD 1352-07,28	4.000,00
	CP 2011059358 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - DD 1352-07,28	4.000,00
83.566.299/0001-73	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO-ECONOMICOS - FEPESE	2.500,00
	CP 2011026496 - (APROPRIAÇÃO) REC 16003/2011 - DD 1361-10 20	2.500,00
03.634.849/0001-05	ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS DO HOSPITAL DE PONTE ALTA	10.000,00
	CP 2011024008 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-10 20	5.000,00
	CP 2011024007 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1361-10 20	5.000,00
05.192.944/0001-21	ACORDI - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DE IMBITUBA	8.000,00
	CP 2011025650 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-10 20	4.000,00
	CP 2011040454 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1361-10 20	4.000,00
13.001.798/0001-38	ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE DESENVOLVIMENTO DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DE GUARACIABA - SC	10.000,00
	CP 2011024802 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1358-02 24	5.000,00
	CP 2011024803 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1358-02 24	5.000,00
00.088.760/9799-68	FERNANDO DEL PRÁ NETTO	5.000,00
	CP 2011025161 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1361-10 20	2.500,00
	CP 2011066558 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1361-10 20	2.500,00
03.109.432/0001-23	BASE COMUNICAÇÃO SC LTDA	15.000,00
	CP 2011026911 - (APROPRIAÇÃO) REC 0193/2011 - DD 1361-10 20	7.500,00
	CP 2011035623 - (APROPRIAÇÃO) REC 0220/2011 - DD 1361-10 20	7.500,00
05.866.899/0001-43	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA TRILHA DOS SANTOS MÁRTIRES DAS MISSÕES	4.000,00
	CP 2011029053 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25 23	2.000,00
	CP 2011060462 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25,23	2.000,00
00.008.034/3089-27	GAETAN BORBA LABI	13.600,00
	CP 2011021020 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1358-02 24	6.800,00
	CP 2011047220 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1358-02 24	6.800,00
00.004.420/8449-81	MARCELO HOFFMANN DARÓS	4.000,00
	CP 2011022184 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2011 - DD 1360-01 08	1.000,00
	CP 2011035173 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1360-01 08	1.000,00
	CP 2011056128 - (APROPRIAÇÃO) REC 3/2011 - DD 1360-01 08	1.000,00

	CP 2011067522 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1360-01 08	1.000,00
09.284.574/0001-03	CLUBE DE MÃES SENHORAS DO LAR	20.000,00
	CP 2011024998 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011035528 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011064600 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,66
76.712.918/0001-25	ACAO SOCIAL DO PARANA	13.333,34
	CP 2011026942 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011058332 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-07,28	6.666,67
02.881.494/0001-96	ASSOCIACAO DE COOPERACAO AGRIC REFORMA AGRARIA PARANA - ACAP	10.000,00
	CP 2011024805 - (APROPRIAÇÃO) REC 006 - DD 1361-10 20	5.000,00
	CP 2011041756 - (APROPRIAÇÃO) REC 008 - DD 1361-10 20	5.000,00
05.438.829/0001-94	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PEQUENOS AGRICULTORES	6.666,67
	CP 2011020643 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
03.213.678/0001-40	INSTITUTO CARIJÓS PRÓ-CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	20.000,01
	CP 2011022910 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011045239 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
	CP 2011066913 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28	6.666,67
05.486.107/0001-05	CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS	12.000,00
	CP 2011028773 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1352-07,28	4.000,00
	CP 2011067570 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1352-07,28	4.000,00
	CP 2011067568 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28	4.000,00
08.937.338/0001-86	COOPERATIVA DE PRESTACAO DE SERVICOS EDUCACIONAIS - COOPESE	(61,07)
	CP 2011028772 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1359-02,31	10.000,00
	CR. 2011001037 RECEBIMENTO REF. CI ARS- 0148/2011	(10.061,07)
02.195.247/0001-36	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO VENDAVAL	2.000,00
	CP 2011028062 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1363-02 12	1.000,00
	CP 2011031040 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1363-02 12	1.000,00
83.483.420/0001-01	ABRH-ASSOCIACAO BRAS.DE RECURSOS HUMANOS SECCIONAL SC	5.000,00
	CP 2011029436 - (APROPRIAÇÃO) REC 048 - DD 1363-02 12	5.000,00

08.335.653/0001-33	ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - SECCIONAL DE BIGUAÇU - SC	3.000,00
	CP 2011029439 - (APROPRIAÇÃO) REC 42/2011 - DD 1358-02 24	1.500,00
	CP 2011029440 - (APROPRIAÇÃO) REC 43/2011 - DD 1358-02 24	1.500,00
84.377.217/0001-05	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E BENEFICIENTE SUMARE	4.000,00
	CP 2011029441 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1363-02 12	2.000,00
	CP 2011040457 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1363-02 12	2.000,00
11.573.354/0001-41	ASSOCIACAO CULTURAL RENOVANDO A TRADICAO S.A.	2.500,00
	CP 2011031572 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1363-02 12	2.500,00
76.276.864/0001-00	AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROIM	8.000,00
	CP 2011031580 - (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1311-07 02	8.000,00
03.613.839/0001-93	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÕES DE ITAPIRUBÁ	5.000,00
	CP 2011032720 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1364-06 25	2.500,00
	CP 2011037634 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1364-06 25	2.500,00
87.680.492/0001-91	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ROQUE GONZALES	2.000,00
	CP 2011030752 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1264-01,26	2.000,00
15.479.504/0001-03	SIND TRAB IND ENERGIA ELETRICA ESTADO MS	5.000,00
	CP 2011029051 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1361-10 20	2.500,00
	CP 2011029676 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1361-10 20	2.500,00
01.351.734/0001-88	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA DE TECNOLOGIA APLICADA	3.000,00
	CP 2011029443 - (APROPRIAÇÃO) REC 0020/2011 - DD 1367-08 03	1.500,00
	CP 2011033673 - (APROPRIAÇÃO) REC 0004 - DD 1367-08 03	1.500,00
00.924.300/0001-67	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DO MOCOTÓ	20.000,00
	CP 2011029052 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1367-08 03	10.000,00
	CP 2011035170 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1367-08 03	10.000,00
02.902.961/0001-17	CLUBE DAS MÃES RANAS	20.000,00
	CP 2011029059 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1363-15,12	6.666,67
	CP 2011042055 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1363-15,12	6.666,67
	CP 2011053290 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1363-15,12	6.666,66
10.545.681/0001-27	CIRANDAR - CENTRO DE INTEGRACAO DE REDES SOC E CULT LOCAIS	6.666,67

	CP 2011033466 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2010 - DD 1319-02 22	6.666,67
81.578.361/0001-11	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SELA DE PRATA	25.000,00
	CP 2011033943 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1348-25 23	12.500,00
	CP 2011033947 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25 23	12.500,00
29.258.597/0002-31	UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES	50.000,00
	CP 2011035375 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1369-14 15	25.000,00
	CP 2011059638 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1369-14 15	25.000,00
00.076.776/1239-34	SERGIO NEI COELHO	5.000,00
	CP 2011036309 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1371-02 29	5.000,00
13.504.670/0001-97	COMPANHIA TEATRO LATINO AMERICANO CHAMA	5.000,00
	CP 2011036814 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1367-08,03	2.500,00
	CP 2011062511 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1367-08,03	2.500,00
08.897.008/0001-04	ASSOCIAÇÃO RURALISTA ÁGUA-CLARENSE	30.000,00
	CP 2011037429 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1371-02,29	15.000,00
	CP 2011037771 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/2011 - DD 1371-02,29	15.000,00
00.071.255/0959-20	DÉBORA APARECIDA DE SIMAS	3.000,00
	CP 2011033674 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1361-10 20	1.500,00
	CP 2011033650 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1361-10 20	1.500,00
82.664.152/0001-53	BELA VISTA COUNTRY CLUB	10.000,00
	CP 2011036311 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1369-14 15	5.000,00
	CP 2011041558 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1369-14 15	5.000,00
75.303.982/0001-90	FEDERACAO CATARINENSE DE ASSOCIACOES DE MUNICIPIOS	6.000,00
	CP 2011033951 - (APROPRIAÇÃO) REC 0026/2011 - DD 1348-25 23	3.000,00
	CP 2011045774 - (APROPRIAÇÃO) REC 0039/2011 - DD 1348-25 23	3.000,00
03.702.257/0001-83	ASSOCIAÇÃO ORGÂNICA	5.168,14
	CP 2011037089 - (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1319-19,22	5.168,14
72.291.198/0001-10	AÇÃO SOCIAL MISSÃO	6.249,99
	CP 2011041217 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1351-02 20	2.083,33
	CP 2011056264 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1351-02 20	2.083,33

	CP 2011066915 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1351-02 20	2.083,33
79.412.631/0001-78	ACAO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRUZ	5.000,00
	CP 2011038729 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1369-14,15	2.500,00
	CP 2011053938 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1369-14,15	2.500,00
79.886.560/0001-45	ASSOC BENEF DOS MORADORES DE SANTO ANTONIO DE LISBOA	10.000,00
	CP 2011038725 - (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1369-14,15	5.000,00
	CP 2011047224 - (APROPRIAÇÃO) REC 14/2011 - DD 1369-14 15	5.000,00
10.518.217/0001-41	ASS DAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL SÃO ROQUE DE JACINTO_MACHADO	20.000,00
	CP 2011038728 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1371-02,29	10.000,00
	CP 2011051955 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1371-02 29	10.000,00
78.688.306/0001-70	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA DAS IRMÃS FRANCISCANAS ANGELINAS	5.000,00
	CP 2011039355 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2011 - DD 1371-02 29	2.500,00
	CP 2011050323 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1371-02 29	2.500,00
05.758.675/0001-18	INSTITUTO DESP, ASSIST E CULTURAL DE IPORÃ DO OESTE	5.000,00
	CP 2011042608 - (APROPRIAÇÃO) REC 001 - DD 1348-25 23	2.500,00
	CP 2011062689 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25 23	2.500,00
82.818.261/0001-88	SINDICATO DOS TRAB NA AGRICULTURA FAMILIAR DE DIONISIO CERQUEIRA	8.000,00
	CP 2011043206 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1373-05 08	4.000,00
	CP 2011043205 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1373-05 08	4.000,00
87.433.280/0001-00	FUNDAÇÃO CULTURAL GAUCHA - MTG	20.000,00
	CP 2011044849 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1378-03 19	10.000,00
	CP 2011051957 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1378-03 19	10.000,00
82.899.980/0001-70	CLUBE NÁUTICO RIACHEULO	20.000,00
	CP 2011041219 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1374-09 20	5.000,00
	CP 2011046874 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
	CP 2011057102 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
	CP 2011066912 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
80.674.682/0001-57	CLUBE NAUTICO FRANCISCO MARTINELLI	15.000,00
	CP 2011041221 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1374-09 20	5.000,00

	CP 2011050503 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
	CP 2011063308 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
82.509.290/0001-68	CLUBE DE REGATAS ALDO LUZ	20.000,00
	CP 2011041218 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1374-09 20	5.000,00
	CP 2011045356 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
	CP 2011058331 - (APROPRIAÇÃO) REC 3/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
	CP 2011066911 - (APROPRIAÇÃO) REC 4/2011 - DD 1374-09,20	5.000,00
85.170.652/0001-27	INSTITUTO CONTATO	120.000,00
	CP 2011042485 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1372-2,06	30.000,00
	CP 2011053238 - (APROPRIAÇÃO) REC 28/2011 - DD 1372-02,06	30.000,00
	CP 2011059654 - (APROPRIAÇÃO) REC 29/2011 - DD 1372-02,06	30.000,00
	CP 2011067563 - (APROPRIAÇÃO) REC 50/2011 - DD 1372-02,06	30.000,00
01.933.037/0001-35	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO QUILOMBO	10.000,00
	CP 2011043204 - (APROPRIAÇÃO) REC 008/2011 - DD 1375-02 27	5.000,00
	CP 2011052382 - (APROPRIAÇÃO) REC 012/2011 - DD 1375-02 27	5.000,00
07.114.161/0001-55	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO E PRODUTOS CASEIROS DA SERRA CATARINENSE	15.000,00
	CP 2011041220 - (APROPRIAÇÃO) REC 1/2011 - DD 1372-01 06	5.000,00
	CP 2011048553 - (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1372-01,06	5.000,00
	CP 2011054586 - (APROPRIAÇÃO) REC 3/2011 - DD 1372-01,06	5.000,00
79.678.991/0001-16	ASSOCIAÇÃO CORAL DE ARARANGUÁ	5.000,00
	CP 2011046526 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1375-02 27	5.000,00
79.940.086/0001-92	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO CULTURAL TEUTO-BRASILEIRO	10.000,00
	CP 2011047226 - (APROPRIAÇÃO) REC 016 - DD 1379-01 25	5.000,00
	CP 2011056682 - (APROPRIAÇÃO) REC 036 - DD 1379-01 25	5.000,00
80.669.740/0001-54	CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR - CEDEP	25.000,00
	CP 2011048027 - (APROPRIAÇÃO) REC 0022/2011 - DD 1378-08 19	25.000,00
04.769.013/0001-80	ASSOC. AMIGOS DO HOSPIT. UNIV. DA UNIV. FEDERAL DE STA CATARINA	9.578,50
	CP 2011048589 - (APROPRIAÇÃO) REC 010/2011 - DD 1381-02 08	5.000,00
	CP 2011063765 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1381-02,08	4.578,50

82.820.077/0001-72	SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL E BENEF.15 DE NOVEMBRO	2.000,00
	CP 2011049176 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1379-01 25	2.000,00
82.956.764/0001-10	PRO MUSICA DE FLORIANOPOLIS	30.000,00
	CP 2011049376 - (APROPRIAÇÃO) REC 05/2011 - DD 1382-09 15	15.000,00
	CP 2011065683 - (APROPRIAÇÃO) REC 07/2011 - DD 1382-09 15	15.000,00
83.782.508/0001-16	SOCIEDADE DESPORTIVA UNIÃO	5.000,00
	CP 2011045051 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/11 - DD 1369-14 15	2.500,00
	CP 2011058437 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/11 - DD 1369-14 15	2.500,00
08.766.329/0001-70	ESPORTE CLUBE BIGUAÇU	30.000,00
	CP 2011050322 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1381-02 08	10.000,00
	CP 2011056124 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1381-02 08	10.000,00
	CP 2011067248 - (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1381-02 08	10.000,00
92.466.069/0001-23	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE HORTIGRANJEIROS DE SANTA ROSA	15.000,00
	CP 2011046528 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1378-08 19	7.500,00
	CP 2011066742 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1378-08 19	7.500,00
03.999.849/0001-09	ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES ESPERANÇA - ARESP	30.000,00
	CP 2011046287 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1379-09,25	15.000,00
	CP 2011058322 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1379-09,25	10.500,00
	CP 2011067826 - (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1379-09,25	4.500,00
82.511.643/0001-64	CONSELHO REG ENG ARQUIT E AGRON CREA-SC	50.000,00
	CP 2011049377 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1381-02 08	25.000,00
	CP 2011067514 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1381-02 08	25.000,00
82.975.236/0001-08	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE	6.666,67
	CP 2011056268 - (APROPRIAÇÃO) REC 003 - DD 1319-02,22	6.666,67
01.151.162/0001-93	ASSOCIAÇÃO DE MÃES ROSA BRANCA	5.000,00
	CP 2011051950 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1378-08 19	2.500,00
	CP 2011059637 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1378-08,19	2.500,00
13.376.476/0001-73	ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA SEU CHICO	3.000,00
	CP 2011051954 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1381-02 08	1.500,00

	CP 2011060458 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1381-02,08	1.500,00
85.280.543/0001-62	NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS	7.500,00
	CP 2011051961 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1382-09 15	7.500,00
82.510.504/0001-16	IATE CLUBE DE SANTA CATARINA	60.000,00
	CP 2011051933 - (APROPRIAÇÃO) REC 2 - DD 1382-10 15	60.000,00
82.819.459/0001-86	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL BOM HUMOR	3.000,00
	CP 2011051963 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1381-02 08	1.500,00
	CP 2011051951 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1381-02 08	1.500,00
08.302.421/0001-89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ASSISTENCIAL E DESPORTIVA DE DESCANSO	5.000,00
	CP 2011052380 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1378-03 19	2.500,00
	CP 2011065688 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1378-03 19	2.500,00
03.195.489/0001-92	INSTITUTO KAIROS	15.000,00
	CP 2011054585 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1385-06,06	7.500,00
	CP 2011063553 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1385-06,06	7.500,00
92.466.515/0001-08	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E SERVIÇOS	10.000,00
	CP 2011058435 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1385-08,06	5.000,00
	CP 2011066552 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1385-08,06	5.000,00
11.224.053/0001-02	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ÁGUAS FRIAS	5.000,00
	CP 2011059631 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - DD 1371-02,29	2.500,00
	CP 2011067830 - (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1371-02,29	2.500,00
00.056.498/6328-87	SEBASTIÃO ROGÉRIO DA SILVA	2.500,00
	CP 2011059632 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1318-01,06	2.500,00
09.620.484/0001-46	AGAPES BUFFET E EVENTOS	10.000,00
	CP 2011059633 - (APROPRIAÇÃO) REC S/N - DD 1390-08,03	5.000,00
	CP 2011062431 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/02 - DD 1390-08,03	5.000,00
07.356.713/0001-31	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO POVOADO	2.500,00
	CP 2011062420 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1391-01,10	2.500,00
78.827.177/0001-53	ASSOCIACAO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FISICOS	2.500,00
	CP 2011062421 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1394-02,24	2.500,00

89.964.654/0001-49	CPM ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JERONIMO	1.500,00
	CP 2011060475 - (APROPRIAÇÃO) REC 01 - DD 1348-25,23	1.500,00
00.728.101/0001-83	ASSOCIAÇÃO CULTURAL AÚ ENTIDADE AFRO BRASILEIRA DE APOIO A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	3.000,00
	CP 2011063431 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1394-02,24	1.500,00
	CP 2011067829 - (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1394-02,24	1.500,00
08.253.852/0001-00	CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE RANCHO QUEIMADO	2.500,00
	CP 2011065682 - (APROPRIAÇÃO) REC 2 - DD 1345-01 22	2.500,00
92.413.350/0001-06	ASSOCIACAO DE DESENV.AGRICOLA INTERESTADUAL-ADAI	2.500,00
	CP 2011066559 - (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - RD 1396-03,08	2.500,00
88.123.765/0001-60	E.C. 14 DE JULHO	25.000,00
	CP 2011064089 - (APROPRIAÇÃO) REC 12/2011 - DD 1394-06,24	25.000,00
07.981.326/0001-96	ONG CORAÇÃO NATIVO	5.000,00
	CP 2011065684 - (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - DD 1394-02,24	5.000,00
355 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA		656.566,20
00.403.498/0001-33	AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA	656.566,20
	CP 2011026231 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001673	1.560,00
	CP 2011026226 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001674	1.960,00
	CP 2011026227 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001675	1.200,00
	CP 2011026047 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001678	1.800,00
	CP 2011026071 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001679	2.400,00
	CP 2011026086 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001680	840,00
	CP 2011026092 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001681	400,00
	CP 2011026190 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001682	2.400,00
	CP 2011026214 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001683	1.200,00
	CP 2011026211 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001684	1.200,00
	CP 2011026218 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001713	2.400,00
	CP 2011032519 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001793	15.040,00
	CP 2011032507 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001800	12.320,00
	CP 2011032596 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001820	252.840,72

CP 2011032563 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001821	212.459,28
CP 2011031484 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001859	712,50
CP 2011031487 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001887	588,81
CP 2011031576 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001885	912,00
CP 2011031592 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001864	596,22
CP 2011031600 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001875	547,20
CP 2011032822 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001867	721,33
CP 2011032824 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001868	700,24
CP 2011032869 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001869	568,86
CP 2011032871 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001870	766,08
CP 2011032873 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001871	675,45
CP 2011032821 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001863	712,50
CP 2011032819 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001862	698,25
CP 2011032816 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001861	650,65
CP 2011032814 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001860	598,50
CP 2011032812 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001888	638,40
CP 2011032808 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001886	645,81
CP 2011032799 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001884	627,00
CP 2011032796 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001854	632,70
CP 2011032795 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001853	427,50
CP 2011032793 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001852	547,20
CP 2011032786 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001850	1.282,50
CP 2011032783 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001881	581,40
CP 2011032773 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001880	427,50
CP 2011032770 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001879	645,81
CP 2011032761 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001878	342,00
CP 2011032757 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001877	649,51
CP 2011032751 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001876	641,25
CP 2011033048 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001874	684,00

CP 2011033057 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001873	855,00
CP 2011033045 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001894	712,50
CP 2011033041 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001889	586,24
CP 2011032993 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001849	729,60
CP 2011032991 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001858	855,00
CP 2011033050 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001857	1.282,50
CP 2011032987 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001855	684,00
CP 2011032981 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001866	766,08
CP 2011032967 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001865	228,00
CP 2011032905 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001872	721,33
CP 2011032892 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001882	712,50
CP 2011032876 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001883	712,50
CP 2011032732 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001927	712,50
CP 2011032771 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001919	342,00
CP 2011032778 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001917	3.420,00
CP 2011033301 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001918	285,00
CP 2011033300 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001915	721,33
CP 2011033298 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001914	114,00
CP 2011033293 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001898	769,50
CP 2011038873 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001960	1.685,38
CP 2011038868 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001959	1.586,94
CP 2011038805 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001958	1.540,54
CP 2011038784 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001957	1.420,78
CP 2011038609 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001956	1.881,00
CP 2011038605 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001955	1.485,99
CP 2011038602 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001954	1.586,94
CP 2011038599 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 01953	485,92
CP 2011038594 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002019	1.279,08
CP 2011038577 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002020	2.821,50

CP 2011038575 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002022	1.536,15
CP 2011038574 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001998	1.881,00
CP 2011038573 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001995	564,30
CP 2011038571 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001988	484,50
CP 2011038567 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002009	1.428,93
CP 2011038410 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002006	815,10
CP 2011038409 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001994	256,50
CP 2011038407 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001993	427,50
CP 2011038400 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001992	940,50
CP 2011038382 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001999	627,00
CP 2011038381 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002001	1.379,40
CP 2011038380 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002008	1.316,70
CP 2011038378 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002007	370,50
CP 2011038374 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001984	1.431,44
CP 2011038368 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001983	2.821,50
CP 2011038157 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001985	250,80
CP 2011038185 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002010	570,00
CP 2011038182 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001986	1.567,50
CP 2011038396 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001987	1.974,42
CP 2011038177 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002011	1.254,00
CP 2011038171 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002013	1.254,00
CP 2011038167 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002014	570,00
CP 2011038160 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001969	1.567,50
CP 2011038021 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001970	1.504,80
CP 2011038019 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001961	653,22
CP 2011038013 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001965	752,40
CP 2011038009 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001966	1.605,12
CP 2011038006 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001967	897,46
CP 2011038032 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001997	855,00

CP 2011037998 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001952	748,44
CP 2011035509 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002028	1.567,50
CP 2011035517 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001996	752,40
CP 2011035524 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002004	1.567,50
CP 2011035525 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002000	1.567,50
CP 2011035532 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 001968	2.006,40
CP 2011038442 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002051	190,08
CP 2011038445 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002053	204,53
CP 2011038444 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002037	712,50
CP 2011038449 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002098	1.311,68
CP 2011042194 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002050	752,40
CP 2011042198 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002036	1.567,50
CP 2011042211 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002069	564,30
CP 2011042213 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002035	1.586,94
CP 2011042219 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002070	333,45
CP 2011042227 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002077	1.881,00
CP 2011042238 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002078	741,00
CP 2011042303 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002080	741,00
CP 2011042305 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002075	926,25
CP 2011042310 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002074	889,20
CP 2011042418 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002072	148,20
CP 2011042421 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002073	1.667,25
CP 2011042427 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002049	926,25
CP 2011042455 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002059	778,05
CP 2011042462 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002054	1.410,75
CP 2011042463 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002056	1.420,78
CP 2011042466 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002058	1.289,74
CP 2011042834 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02088	1.251,49
CP 2011042833 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02087	739,52

CP 2011042832 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02093	839,55
CP 2011042476 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002094	937,73
CP 2011042831 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02095	995,90
CP 2011042829 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02096	937,73
CP 2011042826 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02092	1.685,37
CP 2011042820 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02099	762,12
CP 2011042818 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02101	815,10
CP 2011042835 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02089	755,82
CP 2011042494 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002057	910,32
CP 2011042496 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002068	256,50
CP 2011042498 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002071	844,37
CP 2011042505 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002079	1.111,50
CP 2011042052 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002055	845,85
CP 2011038950 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02097	775,08
CP 2011038958 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02100	560,88
CP 2011043555 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002133	926,25
CP 2011043572 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2127	444,60
CP 2011043590 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002137	711,36
CP 2011045054 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2126	926,25
CP 2011045055 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2109	456,00
CP 2011045057 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2141	711,36
CP 2011045058 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2140	1.000,35
CP 2011045066 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2139	1.391,94
CP 2011045062 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2130	948,48
CP 2011045061 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2129	555,75
CP 2011045060 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2136	444,60
CP 2011045059 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2134	833,63
CP 2011043870 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002125	4.446,00
CP 2011043873 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2143	926,25

CP 2011043874 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002122	926,25
CP 2011043875 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002155	765,45
CP 2011044538 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002115	926,25
CP 2011044884 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002114	712,50
CP 2011044854 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2112	1.166,71
CP 2011044857 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2116	1.567,50
CP 2011044532 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2111	822,51
CP 2011044533 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2153	878,09
CP 2011044535 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2138	889,20
CP 2011044536 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2144	314,93
CP 2011044537 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2148	1.404,48
CP 2011044432 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2147	829,92
CP 2011044434 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2146	629,85
CP 2011044435 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2145	1.065,90
CP 2011044436 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2150	692,84
CP 2011044438 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2149	995,91
CP 2011044439 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2151	900,69
CP 2011044445 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2165	333,45
CP 2011044447 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2158	926,25
CP 2011044452 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2157	1.567,50
CP 2011044454 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2154	1.111,50
CP 2011044457 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2152	1.524,24
CP 2011044459 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 02110	501,60
CP 2011044531 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2113	1.567,50
CP 2011044137 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002196	7.524,00
CP 2011044959 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2182	1.667,25
CP 2011044981 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2177	1.111,50
CP 2011044989 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2171	839,55
CP 2011045005 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2174	926,25

CP 2011045011 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2175	712,50
CP 2011045019 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2176	937,74
CP 2011045024 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2168	1.111,50
CP 2011046046 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2202	940,50
CP 2011046048 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2106	481,65
CP 2011046049 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2170	855,00
CP 2011046076 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002169	1.881,00
CP 2011046082 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2142	1.003,20
CP 2011046085 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2212	907,73
CP 2011046090 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2124	444,60
CP 2011050031 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2226	1.504,80
CP 2011050029 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2222	370,50
CP 2011050026 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2223	627,00
CP 2011050022 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2221	285,00
CP 2011050019 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2241	370,50
CP 2011050017 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 2245	242,25
CP 2011044435 - (GLOSA) - NFF	(0,40)
CP 2011051705 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002336	1.692,90
CP 2011057074 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002422	1.203,84
CP 2011057068 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002454	1.437,08
CP 2011057066 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002453	849,18
CP 2011056672 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002435	592,80
CP 2011057652 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002482	717,28
CP 2011057649 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002484	551,76
CP 2011062946 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002518	342,00
CP 2011062945 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002567	1.379,40
CP 2011062944 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002566	627,00
CP 2011063846 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002575	815,10
CP 2011063845 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002591	1.069,04

	CP 2011062923 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002589	1.233,94
	CP 2011062929 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002588	729,14
	CP 2011068126 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002619	555,75
	CP 2011068127 - (APROPRIAÇÃO) NFFS 002620	631,70
	ACP-11490000941 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2086	(5.320,00)
	ACP-11490000942 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2087	(2.850,00)
	ACP-11490001050 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2111	(739,99)
	ACP-11490001052 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2109	(3.636,22)
	ACP-11490001053 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2108	(2.058,90)
	ACP-11490001054 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2107	(2.920,78)
	ACP-11490001058 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2103	(5.130,00)
	ACP-11490001059 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2102	(2.083,35)
	ACP-11490001060 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2101	(3.079,71)
	ACP-11490001061 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2100	(4.286,40)
	ACP-11490001062 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2099	(5.013,72)
	ACP-11490001063 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2098	(5.832,58)
	ACP-11490001064 (EXCLUSÃO) NÃO HA NOTA FISCAL FATURA 2097	(11.457,00)
356 - LEI ROUANET - PATROCÍNIO CULTURAL		762.000,00
00.000.827/4019-49	DANIEL CURTIPASSI	64.000,00
	CP 2011067235 - (APROPRIAÇÃO) REC 13 - RPRE 0033-11 19	64.000,00
04.703.940/0001-06	LUME PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	60.000,00
	CP 2011029048 - (APROPRIAÇÃO) REC PRONAC 1010460 - DD 1367-01 06	60.000,00
06.193.861/0001-10	FUNDACAO CULTURAL DE LAGES	50.000,00
	CP 2011049177 - (APROPRIAÇÃO) REC PRONAC 098447 - DD 1369-11 15	50.000,00
06.942.198/0001-09	INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO	10.000,00
	CP 2011053469 - (APROPRIAÇÃO) REC 11 - DD 1383-02 22	10.000,00
07.006.933/0001-35	GRUPO TEATRAL TERRA	50.000,00
	CP 2011066036 - (APROPRIAÇÃO) REC 0004/2011 - RD 1395-09,01	50.000,00
08.902.149/0001-78	SOMA 3 COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES, CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	20.000,00

	CP 2011031219 - (APROPRIAÇÃO) REC 098350 - DD 1367-01 03	20.000,00
09.322.179/0001-78	ADRIANA MENTZ MARTINS	350.000,00
	CP 2011055608 - (APROPRIAÇÃO) REC 005 - DD 1380-06 01	350.000,00
10.691.270/0001-40	CINE TEATRO PEPERI LTDA	75.000,00
	CP 2011067236 - (APROPRIAÇÃO) REC 42 - RPRE 0033/11 19	75.000,00
79.368.163/0001-81	ASSOCIAÇÃO TEATRAL ARLEQUIM	43.000,00
	CP 2011055360 - (APROPRIAÇÃO) REC 004 - DD 1382-01,15	43.000,00
83.720.722/0001-48	CTG OS PRAIANOS	40.000,00
	CP 2011029445 - (APROPRIAÇÃO) REC PRONAC 11.2443 - DD 1367-01 03	40.000,00
Total geral		17.324.399,39

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 12
Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração																
Conselheiro	Início	Fim	Descrição	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Eurides Mescolotto	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	37.974,63
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Valter Luiz Cardeal	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	37.974,63
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Claudia Hofmeister	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	37.974,63
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Antonio Machado de Rezende	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	1.579,54	-	-	-	-	-	-	17.341,94
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	1.480,81	-	-	-	-	-	-	
Maurício Muniz Barreto de Carvalho	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	888,49	-	-	-	-	-	18.131,71
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Paulo Autaur Pereira Costa	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	987,21	-	-	-	-	-	-	16.502,81
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	1.234,01	-	-	-	-	-	-	
Celso Knijnik	2011	2011	Honorários	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	13.327,33
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	-	-	-	493,60	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	987,21	-	
William Rimet Muniz	2011	2011	Honorários	-	-	-	-	-	2.073,14	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	21.570,54
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.727,62	-	

Luiz Antonio Alves de Azevedo	2011	2011	Honorários	-	-	-	-	-	1.480,82	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	20.978,22
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.727,62	-	

Conselho Fiscal																
Conselheiro	Início	Fim	Descrição	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Sonia Regina Jung	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	37.974,63
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Antonio Gomes de Farias Neto	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	37.974,63
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Mario Augusto Correa de Almeida	2011	2011	Honorários	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.786,11	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	37.974,63
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	351,04	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	

Diretoria																
Conselheiro	Início	Fim	Descrição	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Ronaldo Dos Santos Custódio	2011	2011	Honorários	27.861,07	27.861,07	27.861,07	27.861,07	27.861,07	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	457.559,60
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	3.510,50	-	-	-	-	-	-	
			13 Salário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.616,32	
			Partic. Esul	-	-	-	-	-	77.813,19	-	-	-	-	-	-	
Antonio Waldir Vituri	2011	2011	Honorários	27.861,07	27.861,07	27.861,07	27.861,07	27.861,07	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	457.559,60
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	3.510,50	-	-	-	-	-	-	
			Partic. Esul	-	-	-	-	-	77.813,19	-	-	-	-	-	-	
			1/3 Hon. Fer.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Grat. Hon. Fer.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Dev. Cont. Elos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Eurides Mescolotto	2011	2011	Honorários	27.861,07	27.861,07	27.861,07	27.861,07	27.861,07	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	29.616,32	508.834,41
			Dif. Honor.	-	-	-	-	-	3.510,50	-	-	-	-	-	-	

			Partic. Esul	-	-	-	-	-	77.813,19	-	-	-	-	-	-	
			1/3 Hon. Fer.	-	-	-	-	-	17.276,17	-	-	-	-	-	-	
			Grat. Hon. Fer.	-	-	-	-	-	22.212,24	-	-	-	-	7.404,08	-	
			Reemb. Edu.	-	700,00	350,00	350,00	350,00		700,00	350,00	463,95	372,79	372,79	372,79	
			Dev. Cont. Elos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	13.930,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.685,79	-	

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$
1,00

Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore	1.526.214,37	1.528.332,21	ND
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados	233.439,57	278.800,00	ND
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.759.653,94	1.807.132,21	ND
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores

Valores em R\$
1,00

Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-	ND
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	233.439,57	278.800,00	ND
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	233.439,57	278.800,00	ND
III – Total (I + II)	233.439,57	278.800,00	ND

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 31

Projeto Financiado com Recursos Externos - Usina Megawatt Solar

Considerada uma fonte eterna de energia, amplamente disponível e gratuita, o Sol fornece em um único dia, mais energia que a demanda de todos os habitantes do planeta durante um ano. A luz solar, fonte de energia essencial para a sobrevivência do planeta, também pode nos prover eletricidade de forma limpa e renovável. Tendo em vista os problemas ambientais causados pelos combustíveis fósseis, as crescentes dificuldades na obtenção de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas, a redução nos custos de produção dos módulos fotovoltaicos e as condições extremamente favoráveis de irradiação solar no Brasil, a energia solar se apresenta como uma fonte bastante interessante a ser explorada, tal como já acontece na Alemanha, EUA e Japão, líderes no desenvolvimento e utilização desta tecnologia.

Por esta razão, a ELETROSUL, comprometida com o meio ambiente e com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da energia solar na América Latina, lançou o projeto MEGAWATT SOLAR, com financiamento do Banco de Fomento Alemão KfW Bankengruppe com fundo do Ministério BMU (Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit) e da Eletrobras, além do apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/LabSolar) e do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina (IDEAL). O valor total do financiamento será de €2,8 milhões a fundo perdido.

O projeto MEGAWATT SOLAR consiste na implantação de um sistema fotovoltaico integrado ao edifício sede da ELETROSUL, utilizando a área do telhado e dos estacionamentos adjacentes, e que será conectado à rede da distribuidora de energia elétrica local. A usina solar terá a capacidade instalada de aproximadamente 1 MWp (Megawatt pico). O edifício sede da ELETROSUL será o primeiro prédio público brasileiro a utilizar o conceito BIPV (Building Integrated Photovoltaic) conectada à rede elétrica em larga escala. A energia elétrica produzida deverá ser comercializada em pequenos lotes com consumidores livres e/ou consumidores especiais, associada a um selo de “energia verde” (Selo Solar), de tal forma que resulte em um impacto mínimo no custo total de aquisição de energia de cada cliente e proporcione impacto positivo de imagem a partir desta associação. Este selo será gerido pelo Instituto Ideal, a partir de informações a serem disponibilizadas pela CCEE.

A Eletrosul iniciou as atividades específicas para implantação da usina 23/12/2010 quando contratou uma consultoria em engenharia especializada em projetos fotovoltaicos, com portfólio de aproximadamente 800 MW de participação em projetos. O escopo da consultoria compreende a elaboração de especificações técnicas e outros documentos para a licitação de fornecimento e implantação do projeto Megawatt Solar, assim como, assistência técnica durante o processo de licitação, obra e operação do empreendimento por 18 meses após a conclusão da obra. O valor total do contrato foi de €278.800,00. Até o momento foram pagas 2 etapas do referido serviço em 08/04/2011 e 05/07/2011. Considerando a variação cambial no período houve despesas adicionais para a Eletrosul, em relação a 23/12/2010, de R\$ 4.458,75 no pagamento da 1ª. etapa e R\$ 3.298,82 no pagamento da 2ª. etapa. Os custos da contratação da consultoria não está no escopo do financiamento com o KfW Bankengruppe.

Com relação à implantação do projeto, a qual está no escopo do financiamento, a Eletrosul lançou em 24/08/2011 uma concorrência internacional para implantação em regime de empreitada global

da usina Megawatt Solar. Este processo licitatório foi declarado fracassado em 04/01/2012 em função da inabilitação de todos os proponentes. Uma nova concorrência internacional para o mesmo objeto foi lançada em 17/02/2012 com entrega de documentação e propostas marcada para 02/04/2012. No período entre Julho/2011 e Fevereiro/2012, meses em que foram realizados os orçamentos das 2 licitações, houve significativa variação cambial do Euro. No entanto nos meses de Julho/2011 e Fevereiro/2012, especificamente, esta variação foi mínima de tal forma que foi utilizada a taxa cambial de R\$ 2,30 para ambos os orçamentos. A redução do orçamento total da usina de R\$ 10,8 milhões para R\$ 9,45 milhões se deveu a atualização dos custos de bens e serviços. No entanto, como o financiamento está firmado em moeda estrangeira (Euro), após a execução do contrato deverá ser avaliado o impacto da variação cambial no montante financiado (em Reais). Isto é um dos elementos que influenciará no preço mínimo da energia que será comercializada futuramente no Mercado Livre.

No momento não é vislumbrada uma redução na Taxa Interna de Retorno (TIR) do investimento em função do modelo de comercialização. Dado que há um mercado de consumidores livres muito maior que a quantidade de lotes a ser ofertada pela usina, não se vislumbram dificuldades de comercializá-los buscando uma TIR fixa para o empreendedor. Em função de que não foi iniciada a implantação da usina até o momento não foram registradas alterações contratuais e atrasos no cronograma que pudessem impactar nos custos totais.

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO – ITEM 36

Previdência Complementar Patrocinada

A Empresa é patrocinadora da Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social - ELOS, CNPJ 42.286.245/0001-77, entidade de previdência complementar fechada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial. As contribuições e responsabilidades da patrocinadora são paritárias com as dos participantes, nos termos da legislação vigente.

A fiscalização e o controle sobre a Fundação Elos são efetivados por representantes designados pela Alta Administração da ELETROSUL para os Conselhos Deliberativo e Fiscal e para a sua Diretoria Executiva. Esses, no cumprimento de suas atribuições, suprem as ações de supervisão, fiscalização e controle da Patrocinadora, além das auditorias regulares ou extraordinárias, sob a responsabilidade da Auditoria Interna da Patrocinadora e da Auditoria Independente.

Além do Plano patrocinado na modalidade Benefício Definido – BD, foi desenvolvida uma nova opção, na modalidade Contribuição Definida – CD, que será oferecido de forma optativa aos empregados. O plano CD foi aprovado pela portaria nº 3.253 de 23 de dezembro de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, passando a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2010.

O novo Plano garante benefícios similares ao anterior, todavia como resultado da conversão das reservas acumuladas durante o período ativo, sem vínculo salarial, salvo pelas definições atuariais que objetivam atingi-lo no momento da aposentadoria. As contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é também administrado pela

Fundação ELOS. Ao final do exercício de 2011, dos 1.566 empregados ativos, 866 deles já haviam aderido ao novo plano, representando pouco mais de 50% da massa do plano anterior. Os já aposentados antes do Plano CD, permaneceram no Plano BD.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, apresentaram, em 31 de dezembro de 2011, a seguinte posição:

Valor (R\$ Mil)		
Ativos Garantidores	BD	CD
Exigível Atuarial	R\$ 818.726,1	330.111
Déficit/Superávit Técnico	R\$ (83.538)	R\$ 1.812
Total	R\$ 735.188	R\$ 333.761

Participantes		
Participantes	BD	CD
Participantes assistidos	548	106
Pensionistas	33	-
Participantes ativos	700	866
Participantes Autopatrocinadores	06	06

O programa de investimentos da ELOS cumpre a Resolução BACEN nº. 3.792, de 24.09.2009, tendo em seu demonstrativo, em 31/12/2011, uma aplicação de R\$ 720.767 mil, para o plano BD e R\$ 330.287 mil para o plano CD, composta conforme a seguir:

Composição da Aplicação (R\$ mil)			
BD		CD	
Composição da aplicação em (R\$ mil)		Composição da aplicação em (R\$ mil)	
Mercado Financeiro ..688.987	Renda Fixa - 602.147	Mercado Financeiro ..308.360	Renda Fixa - 72.109
	Renda Variável - 86.839		Renda Variável - 36.251
Investimento Imobiliário ...15.685	Centro Regional - 13.428	Investimento Imobiliário...6.559	Centro Regional - 5.558
	Direitos de Alienação de Shopping Center - 213		Direitos de Alienação de Shopping Center - 92
	Centro Século XXI - 2.044		Centro Século XXI - 909
Operações com Participantes...16.096		Operações com Participantes....15.368	

Demonstrativo de repasses feitos pela Eletrosul à ELOS em 2011 (R\$ mil):

Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Contribuições		Outros recursos repassados pela Patrocinadora*	Recursos descontados dos empregados e repassados pela Patrocinadora**	Total repassado pela Patrocinadora
	Pagas pelos Empregados Participantes	Pagas pela Patrocinadora			
150.946	18.612	18.612	19.263	9.571	66.058

* Outros recursos repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 19.263 mil referem-se a:	
2.765	Pagamento em 240 parcelas, vencendo a 1ª em janeiro/1995 e a última em dezembro/2014, referente à contribuição adicional de benefício - recadastramento de tempo de serviço
242	Pagamento referente a despesas administrativas de participantes assistidos
867	Locação de um imóvel de propriedade da Fundação ELOS para a Eletrosul
11.266	Artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios da ELOS - RPBE - SB40

2.761	Efeitos da Emenda Constitucional nº. 20
165	Diferença de Reserva Matemática
997	Contribuição Suplementar - cobertura à reserva a amortizar, assumida pela Eletrosul
50	Reembolso parte do serviço de consultoria do ELOS SAÚDE
150	Despesas de implantação do Plano CD

** Recursos descontados dos Empregados e repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 9.571 mil referem-se a:	
236	Plano de Benefícios Elos Saúde
8.669	Empréstimo Pessoal
666	Jóia Elos, Seguro Facultativo, Contribuição sobre Gratificação de Função, etc

Informamos que a SPC não emite Manifestação à Fundação ELOS.

Com relação ao parecer da auditoria independente e conclusões do último estudo atuarial, encontram-se reproduzidos nas páginas a seguir.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS

Florianópolis/SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA**

SOCIAL – ELOS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase

Chamamos à atenção para a Nota 14.1 às demonstrações contábeis, que descreve a apresentação de um Déficit Técnico Acumulado no plano BD-ELOS/ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$83.538 mil, equivalente a 10,20% do Exigível Atuarial. Dessa forma, conforme disposto no § 2º, do art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o déficit apurado deverá ser imediatamente equacionado.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2012.

Exacto Auditoria S/S

CRC RS-001544/O-3



Marcelo Souza Marques do Couto
Contador CRC RS-050671/O-2 S-SC

Conclusões do último Estudo Atuarial – Plano BD**DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL**

ENTIDADE: ELOS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1974.0002-65] BD-ELOS/ELETROSUL

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

PARECER ATUARIAL DO PLANO**Qualidade da base cadastral:**

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

As causas mais prováveis da evolução da Situação Superavitária de R\$ 8.756.074,25 registrada em 31/12/2010 para a Situação Deficitária de R\$ (83.537.871,25) registrada em 31/12/2011, estão detalhadas nesta D.A.. Tal Déficit Técnico Acumulado é basicamente de natureza estrutural (já que somente R\$ (8.514.715,29) pode ser considerado como de natureza conjuntural por corresponder a não obtenção da meta atuarial de rentabilidade em 2011) e, além disso, ultrapassa a 10% (dez por cento) do Exigível Atuarial, já que R\$ (83.537.871,25) representa 10,20% de R\$ 818.725.792,25. Neste contexto, à luz da legislação aplicável, será necessário elaborar, neste exercício de 2012, o mais rapidamente possível, a forma de equacionamento desse Déficit Técnico pelo Patrocinador/Participantes/Assistidos.

Natureza do resultado:

Conforme já destacado nesta D.A., a natureza do Déficit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2011 é basicamente estrutural, bem como excede a 10% do Exigível Atuarial, e, neste contexto, à luz da legislação aplicável, será necessário elaborar, neste exercício de 2012, o mais rapidamente possível, a forma de equacionamento desse Déficit Técnico pelos Patrocinador/Participantes/Assistidos.

Soluções para equacionamento de déficit:

Para o exercício de 2012, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, devendo ser implantado o mais rapidamente possível, neste exercício de 2012, em conformidade com a legislação aplicável, a forma de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado de R\$ (83.537.871,25) em razão do mesmo ser basicamente estrutural, bem como exceder a 10% (dez por cento) do exigível atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:


Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - ELETROSUL encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, a partir da avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

1) Ao longo dos próximos exercícios se estará caminhando para a implantação da Família Efetiva, primeiramente para os Benefícios de Pensão por Morte já Concedidos e, posteriormente, para os Benefícios de Aposentadoria já Concedidos, o que representará avaliar as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de uma forma mais acurada. 2) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2011, foi de 10,58% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,48%, o que, em termos reais, representou obter 4,15% não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2011, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2012, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. 3) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora ELETROSUL para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa ELETROSUL) era, em 31/12/2011, de: i) R\$ 9.194.610,26 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 144 meses a contar de janeiro de 2012; ii) R\$ 8.730.697,38 referentes a Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em 37 meses a contar de janeiro de 2012); e iii) Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial: R\$ 4.755.843,53 (amortização em 247 meses a contar de janeiro de 2012. 4) A questão relativa à contribuição patronal incidente sobre os benefícios dos

que migraram para o Plano CD ELETROSUL apontada no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA do exercício de 2010, incluída na Reserva de Migração, cujo montante, em 31/12/2011, era de R\$ 27.568.347,85, deve ser resolvida com a contratação de sua amortização junto ao Plano BD ELOS/ELETROSUL, nos termos acordados entre a Patrocinadora ELETROSUL e a ELOS, com a anuência da ANEEL e do DEST, já que o referido montante relativo ao valor atual da referida contribuição patronal encontra-se deduzido do Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder (Programados/Não Programados) desse Plano BD. 5) Estatística dos benefícios, por tipo, quantidade, idade média e benefício médio: Invalidez: 38 - 57,00 - R\$ 3.195,59; Idade: 4 - 70,25 - R\$ 2.358,39; Tpo.Serviço: 505 - 59,37 - R\$ 5.572,32; Especial: 1 - 61,00 - R\$ 374,98; Pensão (inclusive suspensão): 34 - 56,03 - R\$ 2.513,99; BPD (Vesting): 7 - 51,00 - R\$ 2.604,79. Total de benefícios: 582 - 59,10 - R\$ 5.207,46. 6) As informações sobre "Benefícios", referente as Provisões Matemáticas, foram agrupadas no campo "COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO"; e quanto as estatísticas foram lançadas nos respectivos benefícios.

Conclusões do último Estudo Atuarial – Plano CD

 DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL ENTIDADE: ELOS PLANO DE BENEFÍCIOS: [2009.0037-56] CD - ELETROSUL MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011 TIPO: COMPLETA			
PARECER ATUARIAL DO PLANO			
Qualidade da base cadastral:			
Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A.			
Variação do resultado:			
Pela natureza do Plano CD - ELETROSUL ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 353.476,30 em 31/12/2010 para R\$ 1.811.777,08, basicamente como consequência do ganho atuarial de R\$ 1.078.001,67 decorrente de se ter obtido, ao longo de 2011, uma taxa real de juros acima da meta atuarial de juros reais de 5% ao ano.			
Natureza do resultado:			
Pela natureza do Plano CD - ELETROSUL ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos. Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.			
Soluções para equacionamento de déficit:			
Não aplicável. NOTA: De acordo com o constante do DRAA (modelo SPC do MPS) que compõe a Nota Técnica de Implantação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL (JM-1356/2007 de 20/06/2007), Plano este aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº 3253 de 23/12/2009, publicada no D.O.U em 28/12/2009, o Fundo Exclusivo dos Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) se destina exclusivamente a dar cobertura às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder dos optantes parcial (50%) ou total (100%) pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.), sendo a cobertura de eventual insuficiência atuarial de recursos nesse Fundo de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora ELETROSUL.			
Adequação dos métodos de financiamento:			
No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual. Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.			

Outros fatos relevantes:

1) Nesse contexto, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando: i) taxa real de desconto/juros de 5% ao ano; ii) Mortalidade Geral qx da AT-2000 (masculina); iii) Mortalidade de Inválidos qxi = qx da AT-83 (masculina); iv) Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA; v) Rotatividade Nula; e vi) Fator de Capacidade de 98% (Não sendo Aplicável utilizar projeção de crescimento real de salário), resultando num valor de R\$ 47.389.402,80 e num Superávit Técnico Acumulado de R\$ 1.811.777,08, devidamente registrada como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável. 2) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 25%, que vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2011, alcançou o valor de R\$ 1.479.136,28 comparativamente aos R\$ 258.674,69 registrados em 31/12/2010. 3) Em se tratando do Benefício de Risco por Incapacidade de Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro

de repartição simples, utilizando os ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 25%, que vem se mostrando suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 258.674,69, registrado em 31/12/2010, para R\$ 1.479.136,28 em 31/12/2011. 4) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, que continuará em vigor em 2012, é o mesmo utilizado no exercício anterior. 5) Do total da Contribuição (Normal) Básica dos Participantes Não Assistidos, considerando que R% seja igual a 50% para todos os participantes do Plano, temos que 15% será destinado ao custeio administrativo e o restante será destinado ao custeio dos Benefícios Programados. 6) Do total da parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que: 14% será destinado à cobertura dos benefícios de risco de invalidez, 11% à cobertura dos benefícios de risco por morte em atividade, 15% à cobertura das despesas administrativas e os restantes 60% à cobertura dos benefícios programados. 7) Em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa, 15% (quinze por cento) da Contribuição (Normal) Básica dos Participantes Ativos e da Contribuição Normal da Patrocinadora (Paritária) são destinados ao custeio das despesas administrativas, considerando que R% seja igual a 50% para todos os participantes do Plano, merecendo destaque já ter sido aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELOS e pela Patrocinadora, aguardando aprovação no DEST para ser levada à PREVIC, uma forma de ajuste do Custeio Administrativo ao estabelecido na Resolução MPS/CGPC Nº 29/2009. 8) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados, que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido. 9) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2011, foi de 14,03% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 11,48%, o que, em termos reais, representou obter 7,40%, alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2011, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

Item 36 – II – Parte C, Anexo II da DN TCU 108, de 24/11/2010 - Informações sobre as ações de fiscalização na Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS

Foi realizado trabalho de Auditoria Interna na Fundação ELOS para atendimento do disposto no art. 25, da Lei Complementar 108 e no § 2º do art. 41, da Lei Complementar 109. O Relatório resultante do citado trabalho foi enviado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da CE AUD-0012/2011, datada de 05/08/2011 e recebida, na PREVIC, em 15/08/2011, conforme Aviso de Recebimento dos Correios sob o número AR945333192RL.

De acordo com a programação normal de trabalhos de Auditoria Interna para 2011, examinamos a observância dos limites fixados em lei para repasses e os valores pagos no período, o reembolso referente ao pessoal cedido, a regularidade das dívidas da ELETROSUL, analisamos a administração dos recursos e se os benefícios concedidos pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS estão de acordo com o regulamento do plano de benefícios, observando seu pagamento e sua contabilização.

Relatório AUD-13/2011. Trabalho realizado no período de 15/05/2011 a 13/07/2011.

As principais constatações foram:

- persiste a ocorrência de empregado trabalhando durante período de fruição de férias.

Situação – Respondido - A ELOS informa que já adota a recomendação. No caso apontado houve um equívoco, quando do preenchimento do ponto, onde ao invés de marcar o período de férias, de 16/05 a 25/05/2011, foi marcado 20/05 a 29/05/2011. A ELOS já orientou seus empregados a preencherem seus controles de ponto diariamente. A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012.

- persistem as impropriedades em Guias de Viagem – GV.

Situação – Respondido - A ELOS informa que os valores de adiantamento para viagens são definidas com base nas diárias e demais gastos pertinentes, como: táxi, hotel, etc., e explica as diferenças apresentadas nas GV's. A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012.

- empréstimos com atraso para autopatrocinador.

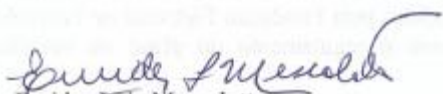
Situação – Respondido - A ELOS informa que o participante está cumprindo pena em clínica de desintoxicação por ordem do juízo de execuções penais e mesmo não estando adimplente com suas contribuições, contraídas pelos contratos junto à ELOS, ainda mantém sua qualidade de participante, fato que impede que haja uma compensação de seus débitos com o saldo de reserva de poupança. Informa, também, que o caso está sendo acompanhado e monitorado periodicamente, a fim de regularizar a situação e que existem entendimentos, de que na situação em questão estaria suspensa a prescrição, ou seja, o direito de se cobrar a dívida sem o risco de perecer o direito. A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012.

- contribuições em atraso da patrocinadora.

Situação – Respondido - A ELOS informa que em relação às notas nº 047/2001 e 049/2001 as Patrocinadoras ELETROSUL e TRACTEBEL estão nas tratativas finais para definir a responsabilidade sobre o pagamento. Já quanto as notas nº 102/2006 e 102/2010, foi identificado equívoco em relação aos valores cobrados do patrocinador a título de conversão do tempo de serviço especial em comum. Estão sendo apurados os novos valores e tão logo esteja concluído, será submetido ao Conselho Deliberativo para aprovação e posterior cobrança. A verificação do exato cumprimento da recomendação será efetuada por ocasião do projeto de auditoria a ser realizado na Elos no mês de agosto/2012.

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 31 de maio de 2012.



Eurides Luiz Mescolotto
Diretor-Presidente